

CANOA DO TEMPO
Revista do Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Amazonas
v. 7/8 - nº 1, jan./dez 2013/2014

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski

Domingos Sávio Nunes de Lima

Edleno Silva de Moura

Elizabeth Ferreira Cartaxo

Spartaco Astolfi Filho

Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz (Université de Versailles)

Antônio Cattani (UFRGS)

Alfredo Bosi (USP)

Arminda Rachel Botelho Mourão (Ufam)

Spartaco Astolfi Filho (Ufam)

Boaventura Sousa Santos (Universidade de Coimbra)

Bernard Emery (Université Stendhal-Grenoble 3)

Cesar Barreira (UFC)

Conceição Almeida (UFRN)

Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP)

Gabriel Conh (USP)

Gerusa Ferreira (PUC/SP)

José Vicente Tavares (UFRGS)

José Paulo Netto (UFRJ)

Paulo Emílio (FGV/RJ)

Élide Rugai Bastos (Unicamp)

Renan Freitas Pinto (Ufam)

Renato Ortiz (Unicamp)

Rosa Ester Rossini (USP)

Renato Tribuzy (Ufam)

ISSN 1982-0755

CANOA DO TEMPO
Revista do Programa de Pós-Graduação em História
da Universidade Federal do Amazonas
v. 7/8 - nº 1, jan./dez 2013/2014



Manaus – AM
2016

Copyright © 2015 Universidade Federal do Amazonas

Reitora

Márcia Perales Mendes Silva

Editor/Edua

Suely Oliveira Moraes Marquês

Diretora

Suely Aparecida do Nascimento Mascarenhas, UFAM

Conselho Consultivo

Prof.ª Dra. Márcia Regina Barros da Silva – USP
Prof.ª Dra. Mary Lucy Murray Del Priori – IHAGB
Prof.ª Dra. Vânia Leite Fróes – UFF

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Almir Diniz de Carvalho Junior
Prof.º Dr. Antonio Emilio Morga
Prof.º Dr. Auxiliomar Silva Ugarte
Prof.ª Dra. Eloína Monteiro dos Santos
Prof.º Dr. Hideraldo Lima da Costa
Prof.º Dr. James Roberto Silva
Prof.ª Dra. Kátia Cilene do Couto
Prof.º Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Prof.ª Dra. Márcia Eliane Alves de Souza Melo
Prof.º Dr. Marcos César Borges da Silveira
Prof.ª Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Prof.º Dr. Nelson Tomelin Jr.
Prof.º Dr. Otoni Moreira de Mesquita
Prof.ª Dra. Patrícia Maria Melo Sampaio
Prof.ª Dra. Patrícia Rodrigues Silva
Prof.º Dr. Sival Carlos Mello Gonçalves

Comissão Editorial

Prof.º Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Prof.ª Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro

Revisões

Rita Cíntia Pinto Vieira (Português)

Editoração Eletrônica

Cinara Cardoso

Política Editorial

Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História.

Publica trabalhos de História sob forma de artigos, relatos de pesquisa, estudos teóricos, entrevistas e resenhas de livros dentro de uma ação integradora dos conhecimentos produzidos na Amazônia e no Brasil.

Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas v. 7/ 8 - nº 1, jan./dez 2013/2014. – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2012.

ISSN 1982-0755

1. História - Periódicos I Universidade Federal do Amazonas

CDU 94(081)(05)

Universidade Federal do Amazonas - Instituto de Ciências
Humanas e Letras
Programa de Pós-Graduação em História
Av. Gal. Rodrigo Octávio, 6.200, Coroado I - Campus Universi-
tário Senador Arthur Virgílio Filho, setor Norte
- Cep 69077-000 - CEP. 69077-000 Manaus - AM

EDUA - Editora da Universidade Federal do Amazonas
<http://edua.ufam.edu.br/>
Av. Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, nº 6200
Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgílio Filho,
Bloco L, Setor Sul
Fones: (92) 3305 4291 e 3305 4290
E-mail: ufam.editora@gmail.com

Apresentação

Na suavidade do amanhecer a revista Canoa do Tempo desliza sobre as águas dos rios Amazonas e seus afluentes. A bordo dois Dossiês temáticos distintos entre si, mais que se encontram logo ali nessa fronteira tênue do próprio conhecimento imperceptível as lógicas racionais dos comportamentos humanos. Nesta perspectiva poder-se-ia dizer que os Dossiês – Histórias das mulheres e Poder e Cultura Política, trazem consigo uma pluralidade de temas produzidos em diferentes abordagens teóricas metodológicas que dão fôlego a esta coletânea.

A Canoa do Tempo nem próxima do porto chegou e já exala odores e cheiros instigados pelas propostas dos textos contemplados nesse número. Sem dúvida os artigos que a compõe são frutos de pesquisas e reflexões ou viés das pesquisas desenvolvidas pelos autores. Neles as contradições e as ambiguidades da pesquisa científica surgem à superfície para revelar os objetos e as coisas, frutos da inquietude científica nos estudos das humanidades.

Foucault já nos chama atenção para o fato que toda teoria é provisória, pois está sujeita a reformulações no decorrer do objeto investigado. E se tratando de humanidades onde a subjetividade surge com intensidade nas entrelinhas da leitura documental, cabe ao pesquisador desvendar as dinâmicas das sociedades por ele estudadas. É o caso, por exemplo, dos artigos que compõe esse número da Canoa do Tempo que o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas coloca à disposição dos leitores. Pode-se dizer e reafirmar que esses artigos são fruto dessas ambiguidades, contradições, viés metodológico e porque não das reformulações investigativas que a pesquisa científica mais acurada requer e exige.

No Dossiê temático sobre as mulheres não se encontra contemplados todas as questões referentes ao viver feminino. O que surgem nas páginas da revista são fragmentos desse viver cotidiano onde as mulheres se fizeram presente e falaram desse viver. Já no Dossiê Poder e Cultura Política o passado se revela através das ações dos agentes coloniais, com seus governadores, ouvidores e oficiais de tropas regulares.

E por fim, gostaríamos de falar ao nosso leitor que antes de manusear as páginas da revista Canoa do Tempo prepare seu espírito para ir ao encontro dessa intempestiva passagem da Canoa do Tempo pelos vossos corações. Inquietar, instigar, pensar, refletir, questionar, analisar, interrogar, manusear, eis que estamos propondo ao nosso afoito leitor.

Boa leitura.

Sumário

DOSSIÊ HISTÓRIA DAS MULHERES

Diário de uma mulher viajante do século XIX: a memória perpetuada na palavra escrita	
<i>Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori</i>	11
As primeiras expedições científicas do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-Inpa (1954-1955): a contribuição feminina e imagens fotográficas	
<i>Ângela Nascimento dos Santos Panzu</i>	33
A trabalhadora imigrante na cidade de Manaus, 1880-1920	
<i>Valdirene Aparecida Pires Porto</i>	59
Entre o labor e a dor: trabalho feminino na fábrica mineira de tecelagem -1900/1920	
<i>Mônica Maria Lopes Lage</i>	77

DOSSIÊ PODE E CULTURA POLÍTICA

Manuel da Gama Lobo D'Almada e a defesa militar nos confins da Amazônia Portuguesa	
<i>Francisco Jorge dos Santos</i>	93
Homens de “qualidade”: a nomeação dos oficiais da tropa regular do Estado do Maranhão e Grão-Pará no século XVII (1640-1684)	
<i>Rafael Ale Rocha</i>	112
Entre procedimentos: os espaços de poder do governador e do ouvidor	
<i>Stephanie Lopes do Vale</i>	140
De chefes tribais a índios principais: as representações sobre as lideranças indígenas no Estado do Maranhão na primeira metade do século XVII	
<i>Fernando Roque Fernandes</i>	163

ARTIGOS LIVRES

Trabalhadores do comércio em Manaus: uma voz na multidão (1906-1929)	
<i>Kleber Barbosa de Moura</i>	193
Ensaio sobre a cultura da magia no Grão Pará e Maranhão no século XVIII	
<i>Arthur Narciso Bulcão da Silva</i>	221
“Galeras” e “galerosos”: ou, no tempo em que uma parte da juventude de Manaus era realmente violenta (1985-1995)	
<i>Marcos Roberto Russo de Oliveira</i>	234

Dossiê
História das Mulheres

DIÁRIO DE UMA MULHER VIAJANTE DO SÉCULO XIX: A MEMÓRIA PERPETUADA NA PALAVRA ESCRITA

Maria Ester de Siqueira Rosin Sartori¹

Resumo

Antes das modernas discussões sobre gênero e seus papéis na sociedade, mulheres viajavam ora movidas pelo espírito aventureiro, ora empurradas pelo casamento, como damas de companhia ou trazidas à força, seja pela escravidão ou imposição familiar. Dentre as “mulheres viajantes”, algumas deixaram registradas, em diários ou memórias, suas experiências. É sobre um diário feminino, especificamente, que inflete esse artigo: as viagens e as memórias de D. Maria do Carmo de Mello Rego, viajante do século XIX, mãe adotiva e escritora cujo diário pessoal reflete de forma intimista e sentimental a trajetória de vida assumida por uma mulher que transgrediu o modelo imposto pela sociedade da época ao viajar pelo Brasil; adotar como filho legítimo uma criança índia e deixar relatada sua vida como forma de perpetuar a existência do filho índio adotivo.

Palavras-chave: Mulheres Viajantes. Diário Pessoal. Memória. História.

Abstract

Diary of a Traveler Woman from the 19th Century: The Memory perpetuated through the Written Word. Before the modern discussions about gender and their roles in society, women traveling sometimes driven by the adventurous spirit, sometimes pushed by marriage or even brought by the force, either by slavery or family imposition. Among the “women travelers”, some have left recorded in diaries or memories, their experiences. It’s about a specific female diary that inflects this article: travel and memories of Maria do Carmo de Mello Rego, traveler woman of the nineteenth century, adoptive mother and writer whose personal journal reflects the intimate and sentimental way the trajectory of life assumed by a woman who transgresses the model imposed by the society when traveling by Brazilian territory, register your inability to be a mother by adopting an Indian child, socially assuming the child as legitimate son and leave your life reported.

Keywords: Traveler Woman. Personal Diary. Memory. History.

¹Doutoranda pela UNICAMP no curso de História Cultural (IFCH) e mestre em educação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Pesquisadora CAPES.

Revista do Prog. Pós-Graduação em História, Manaus v. 7/8 – nº 1, jan./dez 2013/2014 | 11

Introdução

Ao longo dos séculos XVI a XIX, viajar não era privilégio masculino, e muito antes das modernas discussões historiográficas sobre gênero, mulheres viajavam, ora movidas pelo espírito aventureiro, ora empurradas pelo casamento, muitas como damas de companhia, algumas como cortesãs ou mesmo, trazidas à força, seja pela escravidão ou imposição familiar. Dentre as “mulheres viajantes”, mesmo que em grande parte por falta de opção, foram muitas aquelas que atravessaram o Oceano e que se acomodaram em territórios desconhecidos, sujeitas a diferentes sortes e movidas por sentimentos distintos e conflitantes. Portanto, se não todas, muitas foram as “[...] mulheres que o romantismo do século XIX iria produzir, capazes de escolher a viagem como destino, como opção de vida [...]”². Porém, aquelas que viajaram por imposição, nem sempre aceitaram sem reação às condições que lhes eram impostas durante a viagem ou quando desembarcavam em terras desconhecidas.

A situação das órfãs trazidas para o Brasil nos séculos XVI e XVII exemplifica tal tendência. Trazer mulheres europeias para o Brasil, nesse período, compelia o colono ao matrimônio e contribuía para a construção da sociedade colonial brasileira posto que, a escassa presença de mulheres brancas nos primeiros tempos da colonização, tantas vezes reafirmada pela historiografia, levou a arranjos de colonos com negras e índias, cujas fronteiras passavam longe do casamento sacramentado.³

Da mesma forma, com a escravidão, as inúmeras mulheres africanas que desembarcaram nos portos brasileiros, conforme Mary Karasch, utilizaram de vários subterfúgios para fugir da opressão do trabalho, dos mandos dos senhores e das agressões constantes a seus corpos ou identidades.⁴ As resistências, que tiveram início desde a viagem nos navios tumbeiros, tomavam diferentes formas e ações que implicavam em infanticídios, fugas, ou mesmo, assassinatos. Esse olhar, desmistifica a visão Freiriana⁵ do papel da mulher escrava no Brasil, cuja absorção passiva dos mandos e desmandos, relegava a elas a aceitação da condição de nutriz, parideira, provedora de satisfação fácil, doceira de tabuleiros e tantos outros atributos que retiravam delas a possibilidade de serem reconhecidas como agentes da sua própria história. Robert W. Slenes em relação à possibilidade de casar e ter casa entre os escravos, baseado no depoimento de viajantes do século XIX, aponta

2 FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Mulheres viajantes do Brasil (1764-1820)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 8.

3 ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 53.

4 KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

5 FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala*. Rio de Janeiro: J.O., 1987.

que em algumas fazendas havia casais que habitavam barracões ou cubículos que eram separados dos espaços destinados aos solteiros e neles as mulheres administravam a vida da família, direcionando, mesmo que em parte, suas trajetórias.⁶

Mesmo assim, apesar dos focos de resistência femininos, as viagens definiram o rumo e a vida de muitas mulheres que vieram para o Brasil e os acordos, as tramas e as negociações feitas com a chegada delas corroboram com o modelo social brasileiro previsto pela metrópole portuguesa. Muitas mulheres atravessaram o oceano e se acomodaram em territórios desconhecidos, e todas elas tinham algo a contar ou experiências a lembrar. Era, até certo ponto, comum que ao desembarcarem no Brasil, elas passassem a seguir as regras e os modelos sociais impostos pela metrópole, sobretudo, porque havia grande interesse das instituições metropolitanas em moralizar as relações conjugais ou de amancebamento que, da forma como estavam se constituindo, contrariavam o projeto normatizador imposto pela Igreja Católica e regulador determinado pelo Estado.⁷

Em relação à formação do núcleo familiar brasileiro, tem-se que o matrimônio, ainda no século XIX, funcionava, como ação disciplinadora e inseria as mulheres em uma perspectiva de vida cuja percepção do feminino naturalmente permeava o campo das características biológicas que classificavam e determinavam o lugar e o papel que homens e mulheres deveriam assumir na sociedade. Diante dos atributos conformados pela classificação biológica, coube às mulheres o privado, cuidar dos filhos e da casa, e aos homens a vida pública enobrecida pelo trabalho.⁸ Pretendia-se, então, uma modelização do núcleo familiar cujos sujeitos alocados em seus lugares adquiridos e reconhecidos assumiam formas de se comportar, vestir, falar, agir ou reagir mediante a aplicação de mecanismos sociais impositivos.⁹

Esperava-se das esposas a fragilidade, a delicadeza, a bondade, a maternidade, a submissão e a subserviência. Não ter filhos, dessa forma, rompia com um dos princípios básicos dessa construção modelar de família impondo às mulheres, em situação de esterilidade, uma refiguração do seu lugar social.

6 Slenes aponta que provavelmente algumas das vantagens do casamento para os escravos – e não a menos importante – teriam sido as de ordem emocional e psicológicas: o consolo de uma mão amiga, por exemplo, na luta para enfrentar privações e punições. Ver SLENES, Robert W. *Na Senzala uma flor*. Campinas: UNICAMP, 2011.

7 ALGRANTI, 1993, p. 53.

8 Para Magali Engel, uma das imagens mais fortemente apropriadas, redefinidas e disseminadas pelo século XIX ocidental é aquela que estabelece uma associação profundamente íntima entre a mulher e a natureza, opondo-a ao homem identificado à cultura. Ver ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 352.

9 FOUCAULT, Michel. *Estética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

Nem todas as famílias optavam pela adoção, posto que lidar com a situação da infertilidade implicava em assumir uma realidade que transgredia o modelo social imposto ao indivíduo em relação à necessidade de perpetuação da família. No século XIX, o contexto cultural convertia a maternidade em uma das poucas possibilidades femininas de reconhecimento social. Na impossibilidade de gerar filhos, a adoção, em contrapartida, implicava em revelar, oficialmente, um desvio natural e desvelava mais uma das fraquezas femininas. Tratava-se de apontar para o fracasso de uma posição subjetiva que não produz discurso, da qual só se espera que corresponda ao que já está designado no discurso do outro.¹⁰

O discurso social suprimia das mulheres o direito de serem reconhecidas como indivíduo dotado de autonomia, liberdade e igualdade, cuja incapacidade civil¹¹ e a dependência masculina, abonadas pelas narrativas médicas do século XIX, legavam a elas o papel de reprodutoras. Com a infertilidade, aos olhos da sociedade, a mulher sem filhos deixava de ser mãe para ser madrinha, tutora, mãe adotiva ou curadora independente dos sentimentos que nutria pela criança, isso implicava na qualificação ou desqualificação da sua identidade e do seu papel social. Fator que nem sempre era aceito de forma tranquila.

Os sentimentos advindos das situações conflituosas vividas por mulheres em suas realidades e suas resistências concentravam-se na esfera do privado e causavam certos desequilíbrios psíquicos, posto que, as obrigações e submissões dificultavam-lhes autonomia para se construírem como sujeitos e ao mesmo tempo, corroborava com as frustrações femininas em relação a sua forma de ser. Os desequilíbrios advindos pela pressão cotidiana e seus desfechos temperamentais feriam a imagem idealizada do feminino, portanto nem sempre eram compartilhados, relatados, ou registrados pelas mulheres, já que o hábito da escrita, ou de registro pessoais produzidos por elas não eram comuns, fosse pela falta de escolarização, de decoro ou de permissão.

Apesar dos relatos pessoais e de viagens ou diários serem produzidos, em grande parte, por homens (pelo menos até a segunda metade do século XVIII), e ser produto de escritura individual, mesmo que na clandestinidade, alguns tipos de registros femininos aconteciam. Os diários pessoais tornam-se um deles e assumem o papel do outro com quem se dialoga às escuras de forma disfarçada e discreta. Mulheres ávidas pela escrita suprem, graças aos diários pessoais e me-

10 KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998. p. 82-83.

11 Ideia afirmada por Kant que, mesmo reconhecendo as mulheres como detentoras de razão, apontava ser essa mesma razão que delegava a ela o papel de reprodutora da espécie e a submissão ao homem. Essa forma de compreender o feminino aparece também em Hegel ao definir os papéis sociais cabíveis às mulheres e sua natural sujeição ao lar. Ver FRAISSE, Geneviève. Da destinação ao destino: história filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, G; PERROT, M. *História das mulheres no ocidente*. São Paulo: Afrontamento, 1995. v. 4, p. 59-96.

mórias, sua necessidade e desejo de escrever, algumas, por sorte, até tiveram suas escrituras publicadas pelos familiares após a morte. Alain Corbin aponta que diários eram inimigos da vida conjugal, explica-se dessa forma o controle em relação a esse hábito. Ao se referir aos escritos de Eugénie de Guérin¹², o autor aponta que ela ocultava “[...] até de seu adorado pai o caderno que ela preenche à noite, em seu quatinho, enquanto contempla as estrelas [...]”.¹³

Na perspectiva da História Cultural, esses registros em forma de relatos, diários pessoais ou memórias constituem-se como gêneros discursivos que – apesar de sua diversidade – revelam aspectos do cotidiano feminino, dessa forma, apesar de recentes os estudos que se debruçam sobre escritos produzidos por mulheres viajantes, principalmente em relação àquelas que aliaram aos babados dos vestidos e seus modos delicados à vivência a bordo de navios, a gestão dos bens dos maridos e intimidades do casamento¹⁴, são esses relatos que abarcam se não todos os caminhos do privado feminino, pelo menos grande parte deles, e permitem da mesma forma ocultar ou revelar a intimidade de seus pensamentos ou ficções, o visto e o vivido, são eles também que oferecem em seus escritos pessoais “[...] a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais [...]”.¹⁵

Importa sublinhar, também, a existência de fontes que apontam para a ação efetiva e participativa de mulheres em setores diversificados da vida sejam no mar, nas fazendas ou atuando em estudos etnográficos e que registraram em diários pessoais ou relatos de viagens seu cotidiano, pensamentos e apreensões. Tais fontes, transgrediram as fronteiras disciplinares e registraram formas pessoais e individuais de ver o mundo traduzindo-o pela escrita intimista feminina e são bastante significativos para perceber e representar aspectos da vida social, emergentes das trajetórias de vida de pessoas cuja memória parece perpetuada na palavra escrita. Feitas essas considerações iniciais sobre alguns aspectos da escrita feminina, vejamos agora como elas podem nos auxiliar na análise do Diário onde D. Maria

12 Escritora francesa do século XIX, Eugénie de Guérin (1805-1848) era irmã do poeta Maurice de Guérin por quem possuía profunda admiração.

13 CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, M. (Org.). *A História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012. v. 4, p. 430.

14 Contrariando as afirmativas da historiografia tradicional, que negava a participação feminina no controle das fazendas paulistas no XIX, Marina Maluf, em *Ruídos da Memória*, constroi sua tese de doutorado tendo como fontes fundamentais as memórias escritas de Floriza Barbosa Ferraz e Brázilia Oliveira Franco Lacerda, mulheres que pertenceram à elite agrária brasileira no final do século XIX e início do XX. Nesse trabalho, apresenta minucioso estudo sobre as unidades produtivas brasileiras e seus processos de produção articulados a contextos mais amplos da vida privada das famílias e de seu cotidiano. Ver MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

15 GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Schwarcz LTDA, 2011. p. 20.

do Carmo de Mello Rego, mulher viajante do século XIX.¹⁶ Nossa personagem foi expedicionária, mãe adotiva e escritora cujo diário pessoal carrega de forma intimista e sentimental a trajetória assumida por uma mulher em particular, que transgride o modelo imposto pela sociedade na época ao viajar por territórios brasileiros com expedições científicas masculinas em busca de conhecimento; ao registrar sua impossibilidade de ser mãe, adotar uma criança índia; assumir socialmente a criança como filho legítimo e deixar relatada sua vida como forma de perpetuar a existência do filho índio adotivo que, por infortúnio, morre num curto espaço de tempo.

A escolha dos relatos pessoais e das memórias dessa viajante em particular deve-se, inicialmente, ao fato de que, em seus escritos, D. Maria do Carmo de Mello Rego traz elementos que lançam luz sobre questões fundamentais para ampliar a sutileza historiográfica no tocante a forma como se pensava a questão racial no século XIX, o papel (ou os papéis) da mulher na sociedade, aos movimentos e conflitos políticos, sociais e culturais em relação à dominação europeia, sobretudo, em relação às tribos indígenas, a ocupação das terras coloniais, o cotidiano e as convivências etnoculturais.

D. Maria do Carmo de Mello Rego

D. Maria do Carmo de Mello Rego, (1840) era do Uruguai, esposa do presidente da província do Mato Grosso, o general Francisco Raphael de Mello Rego, veio para o Brasil e viveu no Mato Grosso de 1888-1889 e, posteriormente, mudou-se para o Rio de Janeiro. Nesse caminhar, devido à sua posição social, teve contato com pessoas influentes dos meios científicos, literários, artísticos e oficiais e esses contatos permitiram a ela participar das expedições no interior do Mato Grosso em companhia do naturalista Dr. Karl Von den Steinen e dos demais naturalistas estrangeiros alemães, que vieram para o Brasil a fim de desenvolver uma perspectiva científica “antropológica de salvamento”.¹⁷ Sob a influência deles, e pelo afeto que desenvolveu pelo filho índio adotivo, passou a interessar-se pelas

16 Segundo a Revista do Centro Mattogrossense de Letras, em 1928, intitulado “Dados para a bibliografia matogrossense”, D. Maria do Carmo teria nascido no departamento de Cerro-Largo, Uruguai, provavelmente no ano de 1840, contando, portanto, 48 anos quando da adoção do menino Bororo. Ver NADAF, Yasmin Jamil. A escrita de Maria do Carmo de Mello Rego, no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Revista do Centro Mattogrossense de Letras, Mato Grosso, n. 145, p. 101-105, 1997.

17 D. Maria do Carmo, em seu diário aponta que teve a oportunidade de integrar algumas das expedições da “Comissão Alemã” de naturalistas e etnólogos que buscavam coletar peças de comunidades indígenas que tendiam a desaparecer ou mesmo que já haviam desaparecido. Das viagens e expedições surgiram relatos escritos por ela. Na expedição a São Luís de Cárceres, por exemplo, a autora conta com a presença do Dr. Meyer, etnógrafo alemão e companheiro do Dr. Von den Steinen, suas impressões e descobertas tornaram-se, posteriormente, em uma pequena notícia científica. Nela D. Maria do Carmo esclarece como foram obtidas as cerâmicas indígenas do Mato Grosso.

culturas indígenas e a colecionar artefatos que permitiram a ela compreender entrar em contato com um mundo novo.

Todas essas questões vêm à tona por meio de uma situação específica vivenciada pela memorialista, à adoção e a morte de um menino índio Bororo, de sete anos, que viveu com a família de Maria do Carmo de Mello Rego, entre 1888 e 1892, sendo importante lembrar, desde já, que adoção de crianças índias não era incomum no período, porém essa adoção envolveu circunstâncias bastante particulares¹⁸, com idade avançada e sem filhos, adotar a criança índia como filho legítimo, em princípio, foi uma escolha de D. Maria do Carmo devido à sua condição e posição social na província de Mato Grosso, como explicita nas páginas de suas memórias.

[...] um dia, meu marido presidente da província, trouxe o capitão Antônio José Duarte, pacificador da tribo dos Bororos, uma turma de índios para serem batizados, e delles fomos padrinhos [...]. A um desses caciques, chamado no idioma indígena *Boroiaga* e a quem coube o nome de Raphael, pedi, já por intervenção do interprete, já auxiliada por um vocabulário que me fora oferecido pelo capitão Duarte, que, uma vez na aldeia, de lá me mandasse um indiosinho orphão de pais, mas com cabelo comprido.¹⁹

O tempo e a convivência com o menino índio passaram a ser o elemento de maior realização, felicidade e descoberta da memorialista. “Foi o dia 29 de julho o escolhido para o baptismo do pequeno índio, chamado na sua tribo de *Piududo* (beija-flor) e que recebeu o de Guido, por ser um dos santos do dia em que chegou [...]”.²⁰

Com a convivência a criança índia revela suas habilidades para as artes e, com o incentivo da família que o acolhe, passa a produzir desenhos e pinturas extremamente originais, contrariando todos os preceitos e modelizações civilizatórias que exibiam os indígenas como portadores naturais de “indianidade” de caráter indolente e moral vingativa. Rosza Zoladz ao examinar as aquarelas de todos os desenhos que Guido produziu constata o virtuosismo de suas obras e a misteriosa dotação artística que tanto encantou D. Maria do Carmo.²¹

18 OLIVEIRA, João Pacheco de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus séculos XIX e XXI. *Tempo*, v. 12, n. 23 p. 73-99, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a06.pdf>; <www.historia.uff.br/tempo/>. Acesso em: out. 2015.

19 REGO, Maria do Carmo Mello do. *Guido*: páginas de dôr. Rio de Janeiro: Leuzingner, 1895. p. 9-10.

20 REGO, 1895, p. 11.

21 ZOLADZ, Rosza W. Vel. *O impressionismo de Guido, um menino índio Bororo*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1990.

O talento do menino índio transformou-se, então, na possibilidade de romper com as concepções científicas difundidas na Europa do século XIX, cuja ideia de raça apresentava a clara inadequação de indígenas à civilização devido ao natural atraso cognitivo ou moral duvidosa presentes em sua constituição biológica, ou mesmo em relação ao determinismo evolucionista brasileiro, da segunda metade do século XIX, que afirmava ser a inadequação e impossibilidade de adaptação de indígenas ao convívio com os não indígenas fruto de fatores biológicos e climáticos.²²

Apesar disso, as expectativas de D. Maria do Carmo em relação ao menino, mesmo diante das críticas e contrições sociais e científicas, mantiveram-se firmes e pretendiam fazer da criança índia um “homem capaz de todas as virtudes”. A ironia desse enredo está na própria morte do menino desvelando o fracasso na tentativa de inserção de um indígena no chamado mundo civilizado implicando na validação das concepções científicas da época.

Este é mais um dos temas conflitantes que aparecem nos escritos de D. Maria do Carmo em cujas memórias, a vida está repleta de sentidos e trocas, um mundo sensível permeado pela descrição das paisagens naturais e de sentimentos intensos de compreensão e entendimento de si e do outro: “Nesse encontro dialógico de duas culturas elas não se fundem nem se confundem; cada uma mantém a sua unidade e a sua integridade aberta, mas elas se enriquecem mutuamente [...]”.²³ Da mesma maneira tornam-se pano de fundo para a compreensão de aspectos importantes da vida cotidiana, das questões raciais, da cultura e dos conflitos que envolviam o universo feminino no século XIX, posto que a adoção não foi apenas uma instituição muito conhecida da sociedade brasileira, mas também um instrumento importante para a análise sociológica.²⁴

O relato e as memórias que se deseja colocar no centro das reflexões deste artigo permitem, portanto, realçar, tanto as mediações socioculturais estabelecidas entre os indivíduos que conviveram em um mesmo espaço e tempo, porém com realidades e contextos sociais distintos e distantes, como ensinou Bakhtin, quanto o que Paul Ricoeur denomina “dever de memória” ou de “justa memória”²⁵, o que pode ser entendido como um dever de fazer justiça à vítima, com a qual se contrai uma dívida que deve ser saldada. A adoção e a morte do menino índio Bororo permitiram a escrita das memórias de D. Maria do Carmo que aponta serem,

22 SCHWARCZ, Lilian M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

23 BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 366.

24 Para João Pacheco de Oliveira a adoção permeava um conjunto de operações sociais pelas quais uma pessoa vem a ser incorporada em outro grupo social que não aquele ao qual pertence em virtude de seu nascimento. Refere-se assim aos procedimentos pelos quais uma pessoa pode ser realocada de uma posição quase natural para outra, entendendo-se por natural aqui o que resultaria do funcionamento das regras de descendência hegemônicas no contexto social considerado (OLIVEIRA, 2007, p. 77).

25 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 2007. p. 17.

[...] as páginas desse livrinho um tributo de affecto á memória de uma criança que tanto, tanto se afeiçãoou e a quem tanto me devotei. Mas, o que lhe ei de dizer? Como contar todas as minudencias da existência embora tão curta d'aquelle pequeno índio, interessantíssimas entretanto para mim, que percebi todas as impressões mais intimas daquella alma ingênua, espontânea e para, daquella inteligência fóra do commum, daquella criança selvagem que aceitava tudo que era bom com religião e até com exagero fervor.²⁶

É na tentativa de reconciliação com o passado, por meio do perdão, que Maria do Carmo lança uma súplica, como se buscasse fazer justiça ao menino índio e sua redenção sobrepondo narrativa histórica e ficção literária quando explicita seus sentimentos: “Se eu houvesse imaginado que ia trazer-te para me morreres, teria sido brutal para comigo mesma, ter-te-ia deixado lá – na tua terra natal!”²⁷

A busca pelo perdão, pela redenção ou mesmo pela preservação da memória da criança índia, necessidade latente no íntimo da autora, evidencia-se a partir do momento em que o contato estabelecido com as tribos indígenas Bororo em suas viagens permitiu à memorialista ter acesso e colecionar um conjunto riquíssimo de peças e artefatos produzidos pelas tribos visitadas, as quais, após sua morte, foram doadas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro com uma exigência, que fossem expostos em uma sala específica cujo nome seria: “Sala Guido”.

[...] a curiosidade pelo povo do qual procede o pequeno Guido se expressa claramente no fato de que a parte Bororo, constituída por cerca de 240 peças, é de longe a mais completa e numerosa da coleção de objetos indígenas de Mato Grosso doado por ela ao Museu Nacional.²⁸

A autora, dessa forma, demonstra não só o caráter moral de seus pensamentos como também reivindica uma espécie de necessidade de reconhecimento público do filho adotivo e de seu povo.

As memórias de D. Maria do Carmo foram escritas sob a forma de diário afetivo ou cartas que tinham como interlocutor o Barão de Taunay e por pequenas narrativas cujo centro foram as memórias do Mato Grosso, suas viagens, as pessoas com quem conviveu e o grande amor que desenvolveu pelo menino índio adotado, cuja morte suprimiu da autora a possibilidade de perpetuar a família e de realizar-se plenamente como mãe.

²⁶ REGO, 1895, p. 30.

²⁷ REGO, 1895, p. 14.

²⁸ OLIVEIRA, 2007, p. 86.

Por outro lado, impulsionou a escrita de seu diário/memória carregado de intensa sensibilidade, afeto e sentimentos. Sua escrita parece vir a sanar a dor da perda, a necessidade de perdão e a vontade de perpetuar a existência do filho, sem se dar conta de que a relação entre eles levou à transfiguração do menino índio que passou a incorporar uma nova identidade produzida pela participação e interação com a família que o acolheu.

Guido, o Menino; Piududo (Beija-Flor) o Bororo (1889 - 1892)

Passo então ao momento em que ocorre o encontro destes personagens e às relações que se foram consolidando entre eles. *Piududo* passa a pertencer à família após um acordo estabelecido entre Maria do Carmo e o cacique *Boroiağa* da tribo dos Bororo, a quem ela pede, pessoalmente, que mandasse um “[...] indiosinho orphão de pais, mas com o cabelo comprido [...]”²⁹, a intenção era criá-lo como filho legítimo.

Quando *Piududo* chegou à casa da família adotiva não falava nenhuma palavra em português e foi D. Maria do Carmo quem lhe ensinou as primeiras letras. Ela demonstrava firme determinação em receber a criança e inseri-la em seu mundo, seus esforços compreendiam a adequação da criança aos modos de vestir, falar, sentir e perceber o mundo novo que estava a sua volta. Por influência do pai adotivo, que era presidente da província, o menino demonstrou grande simpatia pelos militares, por determinação da mãe começou a ler a história do Brasil e a incorporá-la como se fosse sua própria história. Mas, em suas pinturas, seu mundo transparecia numa mescla de realidades que ora permeavam a natureza de suas lembranças e memórias das florestas ora o cotidiano vivido com a família adotiva, tanto que em suas pinturas as matas, os animais e as tribos prevaleciam e mesclavam-se com imagens pertencentes à vida nova que lhe fora oferecida. De certa forma, a transferência compulsória do menino parece que virou tragédia. Foi possível tirar o indiozinho de dentro da floresta, mas não foi possível tirar a floresta de dentro dele. Apesar das boas intenções de D. Maria, é possível imaginar a confusão mental que a mudança provocou na criança, a ponto de fazê-la refugiar-se na pintura para reencontrar sua essência, irremediavelmente perdida.

Isso o torna diferente aos olhos da memorialista que, apesar das suas fortes convicções em relação à capacidade da criança, ainda se espantava com as atitudes do menino. *Piududo* desapareceu quando surgiu Guido. Guido surge quando produziu suas pinturas e desenhos.

A adoção de indígenas – seja por meio de apadrinhamentos ou afiliação – cumpriu um papel importante tanto no processo de “pacificação” indígena, quan-

²⁹ REGO, 1895, p. 10.

to no vislumbrado ideal de “modernização” da Província de Mato Grosso que, na época, dependia da integração entre as freguesias de Cuiabá³⁰ e as fazendas produtivas em meados do século XIX. Dessa forma, a adoção não foi,

[...] apenas uma instituição muita conhecida da sociedade brasileira, mas também um instrumento importante para a análise sociológica. Trata-se de um conjunto de operações sociais pelas quais uma pessoa vem a ser incorporada em outro grupo social que não aquele ao qual pertence em virtude de seu nascimento. Refere-se assim aos procedimentos pelos quais uma pessoa pode ser realocada de uma posição quase natural para outra, entendendo-se por natural aqui o que resultaria do funcionamento das regras de descendência hegemônicas no contexto social considerado.³¹

Adotar era, também, uma forma de dominação utilizada pelas forças coloniais como aponta Oliveira³² a fim de produzir hábitos considerados adequados e ações corretivas entre as comunidades dominadas que permitissem a inserção dos indígenas no modelo cultural ocidental, da mesma forma a política indigenista adotada pelos presidentes da Província de Mato Grosso, entre 1845 e 1887, atendia as necessidades da ocupação territorial exigida pela Coroa e pelos colonizadores. Muito desses movimentos foram presenciados e percebidos pela memorialista, porém, como bem aponta Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa*,³³ no que se refere à relação entre intrigas e a narrativas históricas, seu olhar sobre a situação era o olhar da vivente, que compreendia o momento do seu presente. O que faz de suas memórias uma escrita ainda mais pura.

Ações, que tinham como objetivo a incorporação das comunidades indígenas, tiveram início com a chegada dos bandeirantes no território mato-grossense e promoveram intencionalmente uma série de lutas entre as tribos Bororo e os demais grupos indígenas locais. Como consequência, ocorreu a divisão dos Bororo em três subgrupos: Campanha, Cabaçal e Coroado. Destes, foram apontados como violentos e indomáveis o grupo Coroado³⁴, e de fato foi este grupo que

30 O espaço urbano de Cuiabá constituía-se pelas freguesias da Sé com prédios públicos, igrejas e logradouros e a freguesia de São Gonçalo de Pedro II, com o Porto Geral, que permitia o acesso às demais localidades rurais. A integração e o acesso entre as comunidades rurais e o Alto e o Baixo São Lourenço, território Bororo, eram fundamentais para o desenvolvimento econômico da região.

31 OLIVEIRA, 2007, p. 77.

32 Para João Pacheco de Oliveira a adoção pode ser usada como uma metáfora para pensar o “encontro colonial” em sua dimensão mais individualizadora e cotidiana, referida aos procedimentos pelos quais pessoas de uma sociedade e cultura vêm a ser incorporadas de modo rotineiro e capital às instituições e aos grupos de uma outra sociedade e cultura.

33 RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

34 Apontado como o grupo mais hostil desde a fundação de Cuiabá. Ver CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantanaís Mato-grossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. v. 3, p. 81. (Biblioteca Geográfico Brasileiro - Série A

promoveu maior resistência à aproximação dos colonizadores. Nota-se que, havia pouca disposição desse grupo em compor a sociedade mato-grossense, porém como estabelecia a Lei Imperial e o Regulamento das Missões em 1845, havia urgência na aproximação. Dessa forma, foram desenvolvidas inúmeras estratégias de contato e aproximação com os grupos indígenas, em especial dos Bororo Coroado, ora pela persuasão, ora pela força ou com brindes.³⁵

A fim de conter as disputas territoriais, as desavenças e os desacordos entre as comunidades indígenas e os colonizadores, em 1857, o Imperador sancionou a lei de aldeamento e catequização e em 1859 o decreto nº 2.504, de 16 de novembro, no governo de Joaquim Raimundo Lamare, criou-se a colônia de São Lourenço a qual deveria funcionar como aldeamento para a catequização e a defesa da fronteira brasileira com o Paraguai, cujas relações conflituosas levaram à guerra entre essas duas nações (1864-1870). Em função das crescentes investidas dos Coroado o aldeamento foi abandonado em 1877. Desses conflitos resultou a “pacificação” dos Bororo da Campanha Cabaçal, porém mesmo com a proposta pacificadora, a presença indígena permanecia como entrave ao projeto provincial de modernização. Dentre os fatores que dificultavam a tão sonhada modernização e ocupação colonial estavam as *correrias*.³⁶ Prática de reação indígena que demonstrava o descontentamento e o posicionamento dos índios Bororos com a passagem de estradas ou a ocupação dos seus territórios. São vários exemplos dessa prática, desde incêndios dos grupos indígenas em lugarejos feitos nas cidades e nas proximidades.

Várias foram as expedições e investidas na tentativa de adequar os Coroado à sociedade colonial o que levará ao processo de “pacificação”, não sem conflitos, em 1886. Desse processo participa o Capitão Duarte para quem a memorialista Maria do Carmo, em 1888, pede que seja trazida uma criança indígena para adoção.

Um mez depois, no dia 12 de junho de 1888, entregava-me o capitão Duarte um indiosinho, vestidinho com uma camisinha de chita e umas calcinhas azues. Tinha os cabellos compridos.³⁷

“Livros”, Publicação).

35 O caso da índia Rosa Bororo, da tribo dos Coroados, valida tal pensamento. Nos relatos de D. Maria do Carmo, ela foi aprisionada em uma das forças expedicionárias que partiu de Cuiabá, levada aos cuidados de uma família e serviu posteriormente de mensageira entre seus tutores e a comunidade a qual pertencia. Uma história conturbada, posto que duas versões distintas surgem em relação à essa personagem, ora como aliada ora como traidora.

36 São vários exemplos dessa prática, desde incêndios dos grupos indígenas em lugarejos feitos nas cidades e nas proximidades de seus territórios até mortes, o que desmistifica a ideia de aceitação do processo de pacificação. Ver CORRÊA FILHO, 1946, p. 80-83.

37 REGO, 1895, p. 10.

Nos relatos de D. Maria do Carmo, Piududo (nome do menino índio que é trazido para adoção), já surge como ser transitivo cuja existência definiu-se na relação que ele estabeleceu com sua mãe adotiva e por meio da experimentação com os outros com quem ele se relacionava. Seu nome foi mudado, suas roupas foram trocadas, seus hábitos transformados, mas os cabelos permaneceram compridos. Uma certa necessidade de deixar transparecer o modelo idealizado de exótico e a aparência do bom selvagem.

Aos olhos da memorialista *Piududo* se fez outro, mesmo preso às grades de classificação que faziam dele ainda um menino naturalmente índio e cujas ações e a aparência eram julgadas pelo olhar do colonizador. Na tentativa de integrá-lo ao modelo civilizatório proposto pela família adotiva, foi introduzido nas letras, estudou a História do Brasil e da sua cultura, aprendeu todas as contrições católicas, foi batizado pela princesa D. Izabel, dedicou-se às artes e, por fim, foi encaminhado à escola. “Tudo quanto aquela extraordinária criança fazia era causa de sincera surpresa às pessoas da nossa amizade [...]”³⁸. Situações que conflitavam com o discurso científico do século XIX em relação aos índios e suas capacidades e natureza. “O índio é de natural vingativo, confesso; mas naquela ocasião, o pobrezinho não tomava um desforço pessoal, dava demonstração de dedicada amizade a quem tanto o acarinhava [...]”³⁹. Justifica a memorialista.

As memórias de D. Maria do Carmo foram escritas em forma de diário ou cartas que tiveram como interlocutor o Visconde de Tunay e por pequenas narrativas cujos centros discursivos foram suas viagens pelo Mato Grosso, a adoção, o vivido com o menino índio, as expedições e as pessoas com quem conviveu.

Ainda que esses gêneros sejam passíveis de críticas, por serem realizados em sua maioria por pessoas *comuns*, e tenham sido considerados como uma espécie de “literatura menor”, ou mesmo “*escritas ordinárias*”,⁴⁰ na conjuntura atual, são os relatos das pessoas comuns que, no intuito de preservar a memória, transformam os papéis em relíquias, por meio de seus diários pessoais ou relatos de vida. Entretanto, como advertiu Michelle Perrot:

As correspondências familiares e a literatura ‘pessoal’ (diários íntimos, autobiografias, memórias), embora sejam testemunhos insubstituíveis, nem por isso constituem os documentos ‘verdadeiros’ do privado. Eles obedecem a regras de boas maneiras e de apresentação de uma imagem pessoal que regem a natureza de sua comunicação e o estatuto de sua ficção.⁴¹

38 REGO, 1895, p. 18.

39 REGO, 1895, p. 13.

40 FABREUX, D. *Écritures ordinaires*. Paris: P.O.L., 1993.

41 PERROT, Michelle. Introdução. In: PERROT, Michelle (Org.) *A história da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012. v. 4, p. 10.

Dessa forma, o apreço pela história ou pelas memórias, salvaguardadas por pessoas comuns, firmam-se como escritas importantes para a compreensão de certas práticas culturais e dos modos de ver e de pensar de determinadas sociedades e épocas.

Considerações Finais

A partir da segunda metade do século XVIII, o diário ou relatos pessoais estabeleceram-se como gêneros literários significativos e, aos poucos, como prática social. Michelle Perrot destaca que são as mulheres as principais produtoras dos arquivos familiares, onde se anotavam as cifras da economia familiar e anais do lar.⁴² Para a autora, essa prática culminou, posteriormente, nos diários pessoais femininos, que passaram a significar uma prática de escrever sobre si mesmas.⁴³

Maria Tereza Cunha, em texto intitulado *Diários pessoais, territórios abertos para a História*, enfatiza o aumento de estudos feitos a partir de diários pessoais, bem como o destaque oferecido, tanto no campo da História quanto da Literatura, aos trabalhos baseados em documentos escritos na forma de relatos e experiências de vida, diários de viagens ou testemunhos pessoais.⁴⁴ Sobre isto, a autora pondera que:

Como ferramenta de uso social, a escrita pode salvar do esquecimento ao fixar no tempo vestígios de passados e, assim, escrever se constitui uma forma de produção de memória e, por conseguinte, em instrumento de construção do passado.⁴⁵

Esses gêneros que enfatizam as relações entre a memória e as experiências vividas ou vistas tornam-se relevantes para a compreensão de vários aspectos do cotidiano e têm se destacado em países europeus com os estudos feitos por Daniel Fabreix, Verena Von der Heyden-Rynsch, Roger Chartier e Michelle Perrot; e na América do Sul com os trabalhos de Leonor Arfuch, Gabriela Kogan, Roberto Raschella e Carmem Sampetro. No Brasil, em particular, a partir de 1990 os trabalhos de Ecléa Bosi, Marina Maluf e Maria José Motta Viana permitiram análises

42 PERROT, Michelle (Org.) *A história da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

43 Nora Catelli aponta que alguns dos primeiros diários íntimos foram produzidos no início do século XIX, por monjas que deviam registrar seus pensamentos e atitudes para suas superiores. Ver CATELLI, N. *En la era de la intimidad*. Seguido de: El espacio autobiográfico. Rosário: Beatriz Viterbo Editora, 2007.

44 CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais. Territórios abertos para a História. In: PINSKY Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 251-280.

45 CUNHA, 2012, p.252.

diversificadas desses gêneros, apontando as possibilidades de reconhecimento de novos paradigmas para a interpretação do passado e do cotidiano, por meio das biografias e narrativas pessoais, sobretudo aquelas registradas em diários pessoais ou memórias.

Ângela Castro Gomes, por sua vez, chama a atenção para o crescente interesse pela escrita (auto)biográfica ao observar o avanço de publicações de caráter biográfico e autobiográfico e por certos “[...] gêneros de escritos – uma escrita de si – que abarca diários, correspondências, biografias, autobiografias, independentes de serem memórias ou entrevistas de história de vida, por exemplo [...]”⁴⁶. O que torna esse gênero de escrita uma fonte sugestiva para pensar a relação da sociedade contemporânea com a escrita da memória e da História. Para Paul Ricoeur, o que caracteriza as narrativas pessoais é a valorização dada à memória e ao passado histórico pelo olhar interior, reflexivo e original da consciência, que permite perceber como os indivíduos narram a si próprios e que garante, com a memória, a continuidade temporal da pessoa e de sua existência.⁴⁷

A partir da comparação entre os diários de viajantes que proliferam entre os séculos XVIII e os da primeira metade do XIX percebem-se diferenças importantes entre eles, posto que, os diários de viajantes do século XVIII não guardavam o mesmo caráter de intimidade dos diários pessoais da segunda metade do século XIX, dado que estes eram escritos para o público em geral e divulgados em reuniões de instituições científicas. Para Maria Teresa Cunha,

Foi na segunda metade do século XIX, período por excelência da afirmação das concepções sobre a esfera privada, que o diário pessoal se estabeleceu como gênero, inicialmente literário, e, aos poucos, se consolidou como prática social e educativa recomendada e adotada essencialmente pelas ‘senhoritas’, ‘mulheres’ burguesas e aristocráticas que tinham acesso à alfabetização.⁴⁸

Neste sentido, os textos escritos por viajantes, do século XIX construía-se de forma mais intimista. A transição dos escritos da esfera pública para a privada determinou, de forma profunda, o apelo e a intencionalidade da escrita e da prática de escrever sobre si. Para Foucault, tal escrita funcionava como uma forma de seleção entre o que foi lido, visto e experienciado, tratava-se do momento do retorno a si para elaboração do que lhe afetou. Portanto, manter um diário requer um exercício profundo de reflexão. É ele a interiorização depositada em um papel que expõe, não sem intenções, o interior, o sensível o imprevisível, o ficcional:

46 GOMES, Ângela Castro. *Escrita de si: escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 3.

47 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 2007.

48 CUNHA, 2012, p. 256.

“[...] uma prática íntima, o arquivamento do eu muitas vezes tem a função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, é escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte [...]”⁴⁹ derivando disso a possibilidade ou a conveniência de ficcioná-la.

Ângela Domingues, pesquisadora do Instituto de Investigação Científica Tropical, de Portugal, em artigo sobre relatos de viajantes ingleses, considera que o Brasil ficou conhecido pelos europeus dos Setecentos, por meio de visitas, roteiros, diários de viagens, mapas e cartas produzidos por viajantes que relatavam suas experiências a partir da observação direta dos espaços, ou seja,

[...] a formação, informação e interesse dos viajantes determinaram o que estes viram e o que lhes interessava, condicionando ainda a forma como descreveram ou representaram esses conhecimentos [...].⁵⁰

Muitas das viagens resultaram em diários pessoais e testemunhos textuais ou cartográficos repletos de informações que condicionaram a forma como os conhecimentos e as percepções pessoais sobre o Brasil foram analisadas, interpretadas e registradas.

É, portanto, ingenuidade supor que o diário seja o reflexo exato da intimidade de seu autor. Cunha posiciona-se enfatizando que trabalhar com diários pessoais exige do pesquisador um exercício interpretativo diferenciado, cabendo a ele relativizar suas fontes e considerar as informações contidas nos diários como indícios sucessivos do passado, pistas para a compreensão da vida cotidiana. No entanto, isso não torna o trabalho com diários pessoais menos importante posto que,

[...] hoje a dimensão de fontes históricas dos diários pessoais constitui-se em ação para dotar de significado esses documentos que foram durante muito tempo desconsiderados por historiadores envolvidos com modalidades de História ‘racionalis’, ditas científicas, não emotivas, inauguradas pela modernidade.⁵¹

Esse olhar possibilita compreender os diários como escritas que podem, também, trazer a tona realidades. O valor dessa maneira de observar e relatar experiências está no fato de que, quem relatava em diários o fazia sem consciência

49 ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida: estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1989. p. 32.

50 DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, jan./june 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882008000100007>>.

51 CUNHA, 2012, p. 252.

ou ambições literárias, ou mesmo – contribui Clifford Geertz – sem pretensões etnográficas em grande escala, valorizando as mesmas grandes realidades apresentadas pelas demais ciências sociais, em conjunturas mais obscuras e diminutas, o que permite observar que “[...] fatos pequenos podem relacionar-se a grandes temas [...] por que eles são levados a isso [...]”⁵².

‘Quem viaja, tem muito a contar’, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe. Mas também escutamos com prazer o homem que ganhou honestamente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições. Se quisermos concretizar esses dois grupos através de seus representantes arcaicos, podemos dizer que um é exemplificado pelo camponês sedentário, e o outro pelo marinheiro comerciante. Na realidade, esses dois estilos de vida produziram de certo modo suas respectivas famílias de narradores. Cada uma delas conservou, no decorrer dos séculos, suas características próprias.⁵³

Miriam L. M. Leite, coordenadora do projeto “Imagem em Foco”, do Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo), apresenta em suas pesquisas uma lista de mulheres que se permitiram escrever e registrar o que viram.⁵⁴ A autora salienta que o reconhecimento ou a profissionalização da escrita feminina dependia de uma classificação que em grande parte assumia regras estabelecidas e indicadas pelo universo masculino.

Essas indicações sobre a profissionalização dos cientistas através do Século XIX sugeriu a tentativa de classificação das mulheres viajantes em amadoras e profissionais, já que todas elas faziam coleções de plantas, animais, conchas ou pedras, mas, dadas as suas contribuições sobre família, compadrio, maternidade, infância, conventos e recolhimentos, trabalho, condições de diferenciação, relações entre grupos étnicos e nacionais, descrições de cerimônias, festas, costumes funerários e religião, podem ser consideradas como antropólogos iniciantes.⁵⁵

52 GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 2008. p. 17.

53 BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197.

54 Rose de Saulces Freycinet (1817/ 1820), Elisabeth Cary Agassiz (1865), Maria Graham 1821, Carmen Olivier de Gelabert² 1870, Langlet Dufresnoy³ 1835, Marianne Moore 1872/1873, Baronne E.de Langsdorff 1843/ 1844, Annie Brassey 1876, Ida Pfeiffer 1846, Ina von Binzer 1881, Adèle Tous-saint-Samson 1851, Marguerite Dickens 1886/ 1888, Virginie Leontine B. 1857, Teresa da Baviera 1888, Isabel Arundel Burton 1858, Marie Robinson Wright 1889 e Marie Barbe van Langendonck 1860.

55 LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Mulheres Viajantes no Século XIX. Cadernos Pagu*, Campinas, n. 15, p. 129-143, 2000.

Miriam Leite, em seu artigo “Mulheres viajantes no século XIX” aponta que apesar dos livros destas mulheres viajantes terem sido,

[...] escritos sob as formas de correspondência à família ou amigos, de diários ou ainda como narrativas breves. Nunca chegaram a ter o volume dos viajantes, com cinco e até mais volumes, principalmente nos casos das viagens de circunavegação. A maioria delas não tinha a intenção de ser publicada. A publicação foi feita por descendentes, após a morte da autora.⁵⁶

Não obstante, essas mulheres deixaram registradas as impressões das viagens, os movimentos das pessoas e o contato com o *outro* e através desse contato com o outro o eu se constituiu e apreendeu. Dessa forma, compreende-se que os relatos de viagens guardam em si os caminhos pelos quais seus narradores se constituíram. Maria Graham, no prefácio de seu *Diário de uma Viagem ao Brasil* aponta que:

Ainda que a ideia de uma eventual publicação não tenha sido estranha à redação deste diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada de muitos meses naquele país, muitas circunstâncias imprevistas forçaram ainda a autora a revê-lo, antes de ser entregue ao prelo, bem como a cancelar muitas páginas que fixavam acontecimentos públicos e privados.⁵⁷

Em síntese, é possível considerar que os estudos que trataram da produção de diários pessoais ou relatos de viagens pouco se debruçaram sobre os escritos femininos relacionados a experiências pessoais de viagens, transformando-os em objetos privilegiados de estudo. No Brasil, Miriam Lifchitz Moreira Leite e Mônica Raisa Schpun dedicaram estudos nesse sentido, porém o foco era o campo da História da Arte. Jean Michel Carvalho França, por sua vez, quando apresenta as mulheres viajantes do século XIX no Brasil – Jemina Kindersley, Elizabeth Macquarie e Rose Freycinet – enfatiza as impressões femininas e não as minúcias da escrita feminina.⁵⁸ Percebe-se que mesmo aqueles que se interessavam pelos diários pessoais das mulheres viajantes fizeram da vida pessoal dessas mulheres temas mais interessantes do que seus escritos e impressões sobre o cotidiano, o visto e o vivido.

Alain Corbin, no que se refere ao valor histórico atribuído a essas fontes e o interesse dedicado pela historiografia a esse tipo de material – diários pessoais ou memórias – aponta que “muitos indícios, porém, induzem a pensar que o diário

56 LEITE, 2000, p. 129-143.

57 GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia Limitada, 1990.

58 FRANÇA, 2008, p. 8.

íntimo é contraponto de muitas vidas privadas”.⁵⁹ Destiná-los ao domínio e monopólio dos especialistas em literatura suprime do historiador a possibilidade de compreender a escrita de diários como ferramentas de uso social que permitem guardar os vestígios de passados do esquecimento ao fixá-los no tempo. Mikhail Bakhtin, nesse sentido, aponta que um diário é sim um documento de análise histórica, cuja elaboração requer “decisões conjuntas”, o que significa que uma produção textual nunca é algo que se faça isoladamente na medida em que sempre se dirige a alguém que, por se colocar em relação a esse texto mesmo que em uma posição de simples escuta ou leitura, interfere no modo como o texto é produzido. Maria do Carmo por mais que tenha escrito seu diário para “desabafar” ou registrar suas alegrias, suas tristezas ou memórias, ela escreveu sim para alguém, ou seja, para ela mesma, para a posteridade ou para alguém que um dia poderá achá-lo e lê-lo!

A compreensão de uma fala viva, de um enunciado vivo é sempre acompanhada de uma atitude responsiva ativa (conquanto o grau dessa atividade seja muito variável); toda a compreensão é prenhe de resposta e, de uma forma ou de outra, forçosamente a produz; o ouvinte torna-se locutor.⁶⁰

A partir dessas considerações, este artigo visou a apresentar os diários pessoais, as memórias e os relatos de viagens de D. Maria do Carmo como matrizes teórico-metodológicas significativas para a compreensão dos discursos produzidos em relação às práticas culturais, aos modos de ver e de pensar o cotidiano, a cultura, a sociedade e seus movimentos e que, sobretudo, deixaram marcas de um modo subjetivo e particular de ser, de compreender e de dar existência e sentido aos personagens e seus escritores.

Maria do Carmo, em seu diário encontrou um espaço confidencial, reflexivo e sentimental. Fez das suas memórias uma escrita comprometida com suas convicções e retratou suas experiências de forma única permitindo-se expor suas intimidades, sentimentos, pensamentos e lutas. O que permitiu à Maria do Carmo escrever suas memórias foi sua própria condição social e os contatos e as relações que esse meio externo lhe proporcionou de qualquer forma seus questionamentos em relação à condição indígena ora mostrava-se ingênua ora comprometida com a época. Sua escrita apresenta-se carregada pela influência do romantismo, dada a proximidade com o Visconde de Taunay, e seus conhecimentos em relação às comunidades indígenas.

59 CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle (Org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 430.

60 BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 291.

Dessa forma, o ser não é uma figura fixa, constrói-se em sua existência ou na experimentação que vivência no mundo, um devir composto por formas distintas de aparecer é, portanto, uma construção da linguagem e, muitas vezes, está preso em grades de classificações que permitem sua existência ou morte. Cada um, a seu modo, tentou registrar suas memórias, D. Maria do Carmo na escrita e Guido na pintura, porém na tentativa de apresentar suas existências, nesse caminho, buscaram definir-se e construir-se enquanto sujeitos.

Referências

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993. p. 53.

ARTIÈRES, Philippe. *Arquivar a própria vida: estudos históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 1989. p. 32.

BAKHTIN, M. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197.

CATELLI, N. *En la era de la intimidad*. Seguido de: El espacio autobiográfico. Rosário: Beatriz Viterbo Editora, 2007.

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, M. (Org.). *A História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Pantaneais Mato-grossenses: devassamento e ocupação*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. v. 3, p. 81. (Biblioteca Geográfica Brasileiro - Série A "Livros", Publicação).

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais. Territórios abertos para a História. In: PINSKY Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 251-280.

DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 28, n. 55, jan./june 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882008000100007>>.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. p. 352.

FABREUX, D. *Écritures ordinaires*. Paris: P.O.L., 1993.

FOUCAULT, Michel. *Estética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRAISSE, Geneviève. Da destinação ao destino: história filosófica da diferença entre os sexos. In: DUBY, G; PERROT, M. *História das mulheres no ocidente*. São Paulo: Afrontamento, 1995. v. 4, p. 59-96.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *Mulheres viajantes do Brasil (1764-1820)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008. p. 8.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e senzala*. Rio de Janeiro: J.O., 1987.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LCT, 2008. p. 17.

GOMES, Ângela Castro. *Escrita de si: escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 3.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Itatiaia Limitada, 1990.

GUINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Schwarcz LTDA, 2011. p. 20.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1998. p. 82-83.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres Viajantes no Século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 15, p. 129-143, 2000.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo: Siciliano, 1995.

NADAF, Yasmin Jamil. A escrita de Maria do Carmo de Mello Rego, no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Revista do Centro Mattogrossense de Letras, Mato Grosso, n. 145, p. 101-105, 1997.

OLIVEIRA, João Pacheco de. O retrato de um menino Bororo: narrativas sobre o destino dos índios e o horizonte político dos museus séculos XIX e XXI. *Tempo*, v. 12, n. 23 p. 73-99, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a06.pdf>; <www.historia.uff.br/tempo/>. Acesso em: out. 2015.

PERROT, Michelle (Org.) *A história da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012.

_____. Introdução. In: PERROT, Michelle (Org.) *A história da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2012. v. 4, p. 10.

REGO, Maria do Carmo Mello do. *Guido: páginas de dôr*. Rio de Janeiro: Leuzingner, 1895. p. 9-10.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo, Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. *Tempo e narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SCHWARCZ, Lilian M. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SLENES, Robert W. *Na Senzala uma flor*. Campinas: UNICAMP, 2011.

ZOLADZ, Rosza W. Vel. *O impressionismo de Guido, um menino índio Bororo*. Rio de Janeiro: Santa Úrsula, 1990.

AS PRIMEIRAS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS DO INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA-INPA (1954-1955): A CONTRIBUIÇÃO FEMININA E IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Ângela Nascimento dos Santos Panzu¹

Resumo

Esse trabalho foi idealizado com o objetivo de identificar a presença e a contribuição das mulheres que inauguraram as atividades do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), e efetivamente atuaram no processo de construção do conhecimento científico produzido no instituto. E desse modo, tentar divisar o processo de seleção desse contingente feminino, o papel desempenhado, e sua dinâmica de atuação, por meio da análise dos registros fotográficos que permeiam os relatórios administrativos e os relatórios das primeiras expedições científicas promovidas pelo INPA, ao território do Rio Branco (1954-1955).

Palavras-chave: Fotografia. Expedições científicas. Gênero. Ciências.

Abstract

This work evaluates the presence of women who inaugurated the activities of the National Research Institution of Amazonia (INPA), highlighting their contribution to the institutionalization of natural sciences in the Amazonian region, through the first scientific fieldtrips promoted by INPA in the territory of Rio Branco, from 1954 to 1955.

Keywords: Photography. Scientific expeditions. Gender. Science.

Introdução

A intenção aqui, é a de construir uma narrativa, entre tantas outras possíveis, por meio da análise das fotografias produzidas pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA, e publicadas nos relatórios anuais das atividades desenvolvidas no instituto, que se tornaram registros fundamentais dos compromissos do governo, e os dos seus diretores, e também aquelas publicadas nos re-

¹ Mestre em História (PPGH-UFAM); Analista em Ciência e Tecnologia (INPA).

latórios das expedições científicas, posto que envolvem prioritariamente a produção científica desenvolvida pelos pesquisadores.²

Para tal, nos propomos a analisar as séries fotográficas presentes nos primeiros relatórios da instituição, quais sejam: o relatório geral sobre as atividades do INPA, durante o período de 4 de junho de 1954 a 20 de outubro de 1955, e os relatórios das expedições geomorfológicas no território do Rio Branco, primeiras expedições científicas, que tiveram por fim, a coleta de material e dados para estudos geográficos e geológicos, nos campos de Roraima, resumindo dois anos e meio de trabalho que se desenvolveram durante as gestões dos três primeiros diretores do INPA: Olympio Fonseca, Tito Arcoverde Cavalcante e Arthur Cézár Reis.³

Com análise descritiva dos fatos estudados, acrescidos de mapas e fotografias, esses relatórios distinguem-se dos demais porque reúnem em um mesmo trabalho, o dia-a-dia dos expedicionários e os primeiros resultados das investigações geomorfológicas e geológicas da região estudada. As fotografias em P&B intercaladas ao texto impresso desses relatórios apresentam legendas e identificação espacial. Essas fotografias, não apenas surgem à revelia do texto como mera ilustração, ou ainda, como prova ao que foi visto, contudo, também produzem um discurso visual próprio.

Nesse exercício, chamou nossa atenção, as fotografias que indicam a marcante presença de mulheres, atuando nas pesquisas de campo ao lado de seus colegas do sexo masculino, nas atividades científicas, realizadas no início das atividades do INPA (1954-1955), e desse modo, tentamos divisar o processo de seleção desse contingente feminino, o papel desempenhado no instituto, e sua dinâmica de atuação nesses eventos.

2 O INPA foi criado, como resposta do governo brasileiro, sob a presidência de Getúlio Dornelles Vargas, às intenções de alguns organismos exteriores, em internacionalizar a hileia amazônica, em 29 de outubro de 1952, pelo Decreto nº 31.672, subordinado ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq). Foi instalado em 28 de julho de 1954 em Manaus, como braço amazônico do CNPq, passando a gerir também as coleções do Museu Paraense Emílio Goeldi. Para melhor conhecimento sobre o projeto de criação do INPA ver: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA. *Relatório geral sobre as atividades do INPA, durante o período de 4 de junho de 1954 a 20 de outubro de 1955*: apresentado à Presidência do Conselho Nacional de Pesquisas, pelo Professor Dr. Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, então diretor daquela instituição. Rio de Janeiro: INPA, 1958. p. 18-25.

3 O Território Federal do Rio Branco foi criado por meio do Decreto-Lei n.5.812 de 13 de setembro de 1943, desmembrando o então Vale do Rio Branco do Estado do Amazonas. Em 1962 mudou para Território Federal de Roraima. Com a promulgação da Constituição de 05 de outubro de 1988, passou a ser Estado de Roraima, capital Boa Vista. A gestão de Olympio Ribeiro da Fonseca Filho iniciada em 04.06.1954, encerrou-se em 30.10.1955 sendo sucedida pela gestão de Tito Arcoverde de Albuquerque Cavalcante, que dirigiu o INPA de 30.10.1955 a 18.06.1956, e após esse, Arthur Cézár Ferreira Reis esteve à frente do INPA de 19.06.1956 a 31.07.1958.

Os estudos históricos sobre mulheres nas ciências naturais, no Brasil, estão inseridos no contexto dos estudos sobre História das Ciências. Essa área disciplinar caracteriza-se por uma “[...] prática interdisciplinar que tem praticamente levado à invisibilidade as fronteiras entre História, Sociologia, Filosofia das Ciências.” Esse campo de estudos, identificado como Sociologia do conhecimento científico, se propõe a explicar de maneira empírica, a existência de todo tipo de conhecimento de forma simétrica, abandonando categorias de análises como veracidade visando redefinir a natureza das práticas científicas.⁴

As mulheres praticamente não constam da História das Ciências no Brasil, posto que, não dispomos de uma vasta produção sobre o tema. E, se não existe uma documentação vasta sobre o tema, o movimento deve ser o de “[...] recuperar, avançar e criar novas tradições, que nos permitam tornar visíveis as mulheres e as relações de gênero em nossos fazeres científicos.”⁵

Os resultados das pesquisas desenvolvidas, nessas primeiras expedições organizadas pelo instituto, foram divulgados em alguns trabalhos, entre eles, *Expedições geomorfológicas território do Rio Branco*, de Francis Ruellan, e a tese de Yvonne Beigbeder que publicou os resultados de sua pesquisa na obra intitulada *La region moyenne du haut Rio Branco*, além do que, parte das imagens fotográficas que ilustram esses relatórios são também de sua autoria.

Encontramos ainda, um artigo de Aída Osthoff Ferreira de Barros, que participa da expedição, intitulado: *Estudo geomorfológico de uma região do alto Rio Branco*, publicado em 1960, na Revista Brasileira de Geografia. Essas mulheres tiveram a oportunidade de se expressar através da escrita e da fotografia, nos deixando esses documentos como legados para a construção da história das mulheres na institucionalização das ciências naturais na Amazônia.

A Fotografia como fonte de conhecimento histórico

A história se faz com documentos, entretanto, os fundadores da revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, ampliaram a noção de documentos para além do testemunho escrito de um texto, incorporando-se a esse, outros de natureza diversa, compreendendo assim, “Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca e deve informar sobre ele”, levando em conta todas as dimensões do social e da experiência humana sugerindo, desse modo, uma multiplicidade de propostas e temas que despertaram para a valorização de outras formas de se escrever a história onde as relações interdisciplinares assumiram grande importância, ampliando o leque de objetos de pesquisa aproximando-se de outros campos do saber. E nessa perspecti-

4 LOPES, Maria Margaret. Aventureiras nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu*, v. 10, p. 354, 1998.

5 LOPES, 1998, p. 355-366.

va, a fotografia como fonte documental, passou a ter lugar na historiografia, embora os documentos textuais ainda se constituam as fontes históricas por excelência.⁶

A função da imagem apenas como ilustração, deve-se a ideia de que a fotografia reproduz a realidade reforçada pela presença física do referente (pessoa, objeto, tema) por ocasião da produção do registro, o que enfatizou o caráter objetivo da imagem fotográfica, encarada como o processo mais fiel e imparcial de representação da realidade. É necessário, portanto, manter um diálogo com o texto e as imagens para perceber as relações existentes entre a imagem fotográfica e o que ela representa.

A compreensão das mensagens visuais exige a ampliação do conhecimento das linguagens visuais das quais ainda temos o conhecimento reduzido. Donis A. Dondi, diz no seu texto, *Sintaxe da linguagem visual*: “[...] o que vemos é uma parte fundamental do que sabemos [...]”. Neste sentido, o acesso ao conteúdo textual dos relatórios das excursões científicas que fizeram parte das atividades relacionadas no relatório geral, ampliou a nossa visão, no sentido de melhor compreender o fator norteador, que influenciou na seleção de algumas fotografias em detrimento de outras, para serem usadas como ilustração no relatório e, dessa forma, trazer à luz fatos que possam ter relevância para o conhecimento histórico.⁷

A fotografia como documento, antes usada como mera ilustração, ligada à noção positivista de documento como prova, ou seja, como forma de referendar uma afirmação textual, ganha espaço na historiografia como monumento que evoca o passado, perpetuando a recordação. Jacques Le Goff, nos chama atenção, sobre a problematização documental, sua análise crítica quando aponta para o documento como “[...] um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder [...]”. Nessa perspectiva, o “[...] documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-la e ao historiador usá-lo cientificamente [...]”.⁸

A fotografia nos leva a pensar no referente, no objeto que imprimiu seu registro e deixou sua marca, e “nos faz pensar sobre o passado a partir do dado de materialidade que persiste na imagem”. Em que pese a possibilidade de mentir da imagem fotográfica, cada vez mais presente em nossos tempos pelo advento das novas tecnologias, cabe aos historiadores a análise crítica de saber o porquê e como a mentira (ou edição) foi realizada. “Não importa saber se a imagem mente; o importante é saber o porquê e como mentiu.”⁹

6 BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 79.

7 DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

8 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

9 MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 150, jan./jun. 2005.

Contudo, diferentes autores, cada um a seu modo, discutem o estatuto da fotografia como à imagem e à semelhança do objeto do qual é referente, ou ainda, como transformação do real, como Barthes (1984), com seu *punctum* (inscrição do sujeito) e a idéia de “isso foi”, o *noema* (inscrição do referente). Para o autor, o *punctum* é o campo do invisível da imagem, é, portanto, “[...] uma espécie de extracampo sutil como se a imagem lançasse o desejo para além daquilo que ela dá a ver [...]”.¹⁰

Outra reflexão, diz respeito à essência mimética da imagem fotográfica que se encontra em Philippe Dubois, que faz uma abordagem em torno do caráter “indicial da imagem fotográfica” quando observa as implicações dessa condição, que se define por uma relação de conexão com o real, em que há uma interdependência física com seu referente distinta de outras categorias de signos (ícone e símbolo). Desse modo, toda fotografia é índice, visto que, registra a marca da luz num suporte sensível.¹¹

A ideia de que a fotografia decorre de um processo mecânico que captura a realidade descartando-se uma série de interferências, apresenta apenas uma visão da natureza técnica do ato de fotografar. Portanto, “[...] há de se considerar a fotografia como uma determinada escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis [...]”, que leve em consideração a interação do referente (objeto), à máquina, “[...] com à visão de mundo daquele que aperta o botão e faz clique [...]”.¹²

O uso da fotografia como fonte histórica, suscita estas entre outras questões, sobretudo às relativas ao método que assegure a leitura da imagem visual em todos os seus aspectos. O que pretendemos aqui é, tão simplesmente, tomar a fotografia como fonte de pesquisa histórica, e como tal, temos de ter a mesma postura e cuidado que as demais fontes requerem. Tal como as fontes textuais, as imagens fotográficas precisam ser desvendadas para delas se extrair o não dito, as entrelinhas e aquilo que potencialmente permita leituras diferenciadas.

E, nesse processo, as fotografias podem ser utilizadas como ferramentas para ampliar a visão da sociedade em diferentes dimensões (culturais, econômicas, políticas), e “[...] não só aquelas que se expressam sob formas organizadas, como também as formas surdas de resistência, estratégias ocultas de subordinação e controle [...]” que se apresentam como indícios e registros da atividade humana.¹³

Nessa esfera de argumentação, Ulpiano Meneses sublinha, que as fotografias não devem constituir-se tão simplesmente como objetos de investigação em

10 BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. Trad. Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 89.

11 DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1994. p. 61.

12 MAUAD, 2005, p. 136.

13 VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 10.

si, mas plataformas de observação, vetores que ajudem a dar a conhecer os aspectos relevantes presentes na organização, no funcionamento e na transformação de uma sociedade, associadas a qualquer outra fonte documental, e como tal, capaz de fornecer informações às questões do observador.

O autor ainda esclarece, que as imagens não têm sentido em si mesmas, não são imanentes. O que lhes produz sentido é a interação social. É necessário, contudo, “[...] retratar a biografia, a carreira, a trajetória das imagens.”, processo legítimo de reavaliação dos fundos documentais presentes em qualquer projeto de investigação histórica.

O emprego de imagens como fonte de informação é apenas um dentre tantos (inclusive simultaneamente a outros) e não altera a natureza da coisa, mas se realiza efetivamente em situações culturais específicas, entre várias outras. A mesma imagem, portanto, pode reciclar-se, assumir vários papéis, ressemantizar-se e produzir efeitos diversos.¹⁴

Nesse caminho, buscamos tomar as fotografias das primeiras expedições do INPA (1954-1955), como índice, como registros e testemunhos de uma sociedade, e do papel desempenhado pelas mulheres na construção do conhecimento científico praticado no instituto.

Gênero e ciência

A questão da participação das mulheres, em diferentes áreas do conhecimento, é um tema amplamente abordado, ainda hoje em pleno século XXI, no que diz respeito à competência das mulheres em relação aos homens. Contudo, a presença de mulheres na geração de conhecimentos, ainda é tímida, se considerarmos a escassa historiografia, o que lhes confere uma suposta invisibilidade. Essa temática encontra um bom exemplo nas afirmações de Lawrence Summers, ex-reitor da Universidade de Harvard, EUA, sobre a incapacidade de as mulheres serem boas pesquisadoras, e que as diferenças biológicas explicariam o reduzido sucesso de mulheres nas ciências, reforçando estereótipos e alimentando preconceitos.¹⁵

No Brasil, o processo de modernização da sociedade, ensejou mudanças no papel social da mulher, decorrentes da expansão da economia industrial, observada a partir do primeiro pós-guerra, entretanto, não alteraram a hierarquia de

14 MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira e História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 28-29, 2003.

15 COSTA, Maria Conceição da. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. *Cadernos Pagu*, v. 27, p. 455, jul./dez 2006.

gênero presente na sociedade brasileira, alicerçada sobre valores culturais tradicionais do seu sistema patriarcal, concebidos com base em ideias estereotipadas sobre a natureza feminina.

Em larga medida, essa ideologia mantinha afinidade com os pressupostos que orientavam os debates sobre a educação naquele período. A reforma da educação conduzida por Gustavo Capanema em sua gestão no Ministério da Educação e Saúde (1934-1945) – de que resultaria a criação da Universidade do Brasil em 1937(atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) e a reforma do ensino secundário em 1942– constituiu uma importante base de sustentação político-institucional para a redefinição do sistema de gênero.¹⁶

Até a segunda metade do século XX, época em que as mulheres, sobretudo na sociedade brasileira, ainda eram desencorajadas a seguir a carreira acadêmica, a prática científica era exercida por um grupo reduzido extraído das elites, e desse modo, quem desejasse fazer pesquisa contava com o apoio da família, de seus próprios recursos, ou ainda, o prestígio de parentes e amigos para custear suas despesas; fazer pesquisa era um hábito sofisticado, não remunerado, e, portanto, constituía-se em atividade dos “**bem nascidos**”, o que representava mais uma vocação do que propriamente uma profissão.¹⁷

A visão limitada, culturalmente construída do papel feminino, expõe a mulher a certos constrangimentos socialmente criados, que ainda envolvem escolhas difíceis tais como, ou maternidade, ou família, ou a carreira, sobretudo naqueles tempos, se considerarmos que os deslocamentos constantes exigidos no trabalho de campo, entre outros aspectos, ainda fazem com que as ciências naturais continuem sendo “[...] um nicho masculino fechado e, frequentemente, o preço pessoal pago pelas mulheres é muito elevado [...]”.¹⁸

Mariza Corrêa, em seu artigo sobre a vida e a obra da ornitóloga alemã Emília Snethlage, sublinha a estranheza que a presença de Emília evidenciava na sociedade paraense da primeira metade do século XX:

Em sua época, o cientista de campo por definição, o naturalista, era sinônimo de aventureiro e, já que o feminino dessa expressão é quase sempre dúbio em nossa língua, não é de admirar que nossas antepassadas tenham tido de enfrentar essa dubiedade-

16 AZEVEDO, Nara et al. Gênero e ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch. *Cadernos Pagu*, n. 23, p. 358, jul./dez 2004.

17 AZEVEDO et al, 2004, p. 360, grifo nosso.

18 CITELI, Maria Teresa. Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo. *Cadernos Pagu*, v. 15, p. 39-75, 2000, p. 56.

além dos pesados encargos que assumiam ao aventurar-se na pesquisa de campo.¹⁹

Um fato relevante sobre a expansão de oportunidades para a carreira científica, do ponto de vista das mulheres, foi a proliferação pelo país, de faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, inspiradas no modelo estabelecido na Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, e na Universidade do Distrito Federal (UDF), fundada em 1935, e incorporada em 1939 à Universidade do Brasil (UB).²⁰

Inicialmente imaginada para concentrar as atividades de pesquisa científica, e de promover a formação de professores secundários e pesquisadores, o modelo da Faculdade de Filosofia, inaugurado na USP, e que se expandiu pelo país, não atraía aos jovens homens das famílias importantes, que aspiravam uma profissão de prestígio e sustentação econômica, “[...] condizente com os papéis sociais de gênero vigentes [...]”.²¹

O perfil dos estudantes da Faculdade de Filosofia da USP era, notadamente, o de mulheres e filhos de imigrantes, e pessoas do povo, portadores do diploma emitido pela escola normal, que buscavam a instituição “[...] sonhando com pouco mais do que um futuro emprego como professor [...]”, e nessas circunstâncias, “[...] era impossível fazer com que a nova instituição exercesse o esperado papel de liderança na formação da elite [...]”.²²

O curso de História Natural, ali instituído, se tornou uma alternativa aos cursos superiores até então existentes, mas de acesso restrito, como o curso da Faculdade de Medicina, onde o contingente feminino era minoria, para aquelas que desejassem carreiras no âmbito das ciências biológicas e biomédicas. Esse fato, somado às transformações institucionais desencadeadas, pelas novas condições materiais fornecidas pelo CNPq, como órgão de fomento à pesquisa, modularam de certo modo, o processo de expansão da presença de mulheres na carreira científica.²³

19 Emília Snethlage foi a primeira mulher naturalista a ocupar o cargo de diretora de um museu de história natural na América Latina. Esteve à frente do Museu Paraense Emílio Goeldi em dois períodos: (1914-1917; 1918-1921). CORRÊA, Mariza. A doutora Emília e o detalhe etnográfico. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (Coord.). *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 173.

20 FERREIRA, Luiz Otávio. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 51-53, jun. 2008. Suplemento. O artigo destaca o papel das faculdades de filosofia na educação feminina em nível superior, salientando as implicações dessas instituições para a incorporação de mulheres à atividade científica.

A Universidade do Brasil foi criada em 1937 pelo projeto de reforma da educação estabelecida por Gustavo Capanema, ministro da educação e saúde (1934-1945).

21 FERREIRA, 2008, p. 53.

22 SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. p. 177-178.

23 AZEVEDO et al, 2004, p. 355-387.

As Primeiras expedições científicas realizadas no INPA e seu contexto de realização (1954-1955)

Com ênfase na realização de pesquisas básicas, que buscam o conhecimento em si enquanto avanço científico e possível crescimento do acervo cultural, sem prever, no entanto, a aplicabilidade imediata do conhecimento gerado, o INPA investiu na realização de excursões e expedições científicas, para coleta de dados, de material botânico e zoológico, bem como, para a realização de observações diversas com a finalidade de “[...] estudar os problemas amazônicos, sob o ponto de vista científico e de interesse geral para a região [...]”.²⁴

As primeiras expedições realizadas pelo INPA, nos anos de 1954 e 1955, empreendidas pela divisão de Recursos Naturais, ao então território do Rio Branco, hoje estado de Roraima, foram chefiadas pelo geógrafo francês Francis Ruelan, diretor da Escola de Altos Estudos de Paris. Além da cooperação francesa, essas expedições tiveram o apoio do Departamento de Geografia da Faculdade Nacional de Filosofia, do Conselho Nacional de Geografia, e da Força Aérea Brasileira (FAB). A primeira expedição ocorreu no período de 27 de outubro a 02 de dezembro de 1954; enquanto que a segunda expedição realizou-se de 11 de outubro a 13 de novembro de 1955.

Expedições ao território do Rio Branco: as pioneiras do INPA

Nos primeiros tempos do INPA, os seus pesquisadores em grande parte, eram naturais de outras regiões do país, e o instituto também contava com a cooperação científica de profissionais estrangeiros que ainda não conheciam grande parte da flora e da fauna que compunham a região Amazônica, e nessa condição, priorizavam as margens dos rios e igarapés. E assim diziam:

Na imensa Amazônia as explorações científicas em muitas áreas, até o presente momento, têm estado condicionadas aos cursos d'água; isto quer dizer que as margens dos rios e igarapés navegáveis são, de certo modo, as partes mais exploradas, permanecendo ainda praticamente desconhecidas, extensas áreas interiores.²⁵

24 INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA. *Relatório geral sobre as atividades do INPA, durante o período de 4 de junho de 1954 a 20 de outubro de 1955*: apresentado à Presidência do Conselho Nacional de Pesquisas, pelo Professor Dr. Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, então diretor daquela instituição. Rio de Janeiro: INPA, 1958. p. 20.

25 CAVALCANTE, Paulo B. O guaraná (Paullinia Cuypana, Var. Sorbilis) em estado provavelmente espontâneo, no planalto de Santarem. Pará. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Belém, n. 26, p. 1, jan. 1967.

Contudo, para suprir a falta de pessoal habilitado, o INPA investiu na formação de técnicos e de especialistas locais, na tentativa de não ficar a Amazônia na dependência da “[...] importação destes, de outros pontos do país e do estrangeiro para assegurar o seu progresso material e resolver os seus problemas técnicos [...]”, e desse modo, resistiu por algum tempo, em enviar os naturais da Amazônia para se formarem nos centros do sul do Brasil, da Europa ou a América do Norte, para não correr o risco de sua emigração definitiva e fixação permanente fora da região Amazônica, supostamente atraídos que seriam, por melhores condições de vida e de trabalho.²⁶

Os primeiros passos nessa direção foram à organização de cursos intensivos no INPA, de línguas estrangeiras: francês, inglês e alemão; de auxiliares de laboratório, de Biblioteconomia, de Microbiologia geral, de Química, de Estatística e o de Geomorfologia geral. Os candidatos tinham no mínimo parte do curso secundário, para o curso de auxiliares de laboratório, sendo que alguns dos inscritos para os demais cursos oferecidos, eram já diplomados por escolas superiores. O corpo docente reunia eminentes especialistas em suas áreas no Brasil, e também no exterior, e a possibilidade de uma futura contratação para integrar o quadro de pessoal do INPA, atraiu grande número de interessados.

A relação dos 57 estudantes aprovados nos primeiros cursos de Auxiliares de Laboratório e o de Biblioteconomia, promovidos pelo instituto, revela a presença de 28 mulheres, quase metade do grupo, o que de certo modo, justifica a presença feminina nos registros fotográficos que ilustram o primeiro relatório geral do INPA. A fotografia referente aos participantes do curso de Geomorfologia Aplicada também indica a presença feminina, no entanto, não temos a relação discriminada desses participantes.²⁷ (FIGURAS 1 e 2).

Figura 1 – Professores e alunos da primeira turma do curso de Auxiliares de Laboratório, com o diretor do INPA, Olympio da Fonseca, ao centro em pé.



Fonte: INPA (1958). Nota: Fotógrafo Lourival Portela Salgado.

²⁶ INPA, 1958, p. 84.

²⁷ A relação dos 57 estudantes aprovados nos primeiros cursos de auxiliares de laboratório e o de Biblioteconomia promovidos pelo INPA encontra-se nos Anexos 37 e 38 do *Relatório geral sobre as atividades do INPA, durante o período de 4 de junho de 1954 a 20 de outubro de 1955*.

Figura 2 – Alunos de ambos os sexos em sala de aula do curso de Geomorfologia Aplicada. Parte desses alunos participaram das primeiras expedições promovidas pelo INPA.



Fonte: INPA (1958). Nota: Fotografia Lourival Portela Salgado.

O curso de Geomorfologia aplicada foi coordenado pelo Professor Francis Ruellan, diretor de Geomorfologia da Escola de Altos Estudos Paris, e tinha como instrutores a francesa Yvonne Beigbeder, assistente de Ruellan, e contava ainda com os professores auxiliares: o licenciado em Matemática, Linton Ferreira de Barros, e as licenciadas em Geografia, Aída Maria Marques Osthoff e Maria do Socorro Florentino, que já haviam estagiado em várias escolas francesas da especialidade.²⁸

Os estudantes que participaram do processo seletivo de acesso ao curso de Geomorfologia aplicada, oferecido pelo INPA, pertenciam a dois grupos distintos: eram os secundaristas do Amazonas; e os universitários da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (FNFI/UFRJ), como também os estudantes da Faculdade de Filosofia da Universidade Santa Úrsula, ambas situadas no Rio de Janeiro.

Esse curso foi criado para formar técnicos de campo, e de gabinete nesta especialidade, para atuarem no recém-criado Centro de Pesquisas de Geomorfologia Aplicada na Amazônia, que reunia os setores de Geografia, Aerofotogrametria e Aerogeologia do INPA. Foram selecionadas para participarem das primeiras expedições promovidas pelo instituto, 21 mulheres: 5 atuaram na primeira expedição, e 16 no segundo evento.

A participação de estudantes do sexo feminino, provenientes da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, instituição criada em 1939, se devia ao fato de ser uma alternativa aos cursos superiores para as mulheres que desejassem fazer pesquisa no âmbito das Ciências Biológicas e Biomédicas, imprimindo assim, uma decisiva direção ao ingresso de mulheres no mundo acadêmico e científico.²⁹

²⁸ INPA, 1958, p. 89-90.

²⁹ AZEVEDO, 2004, p. 362.

Além disso, com a criação do CNPq, em 1951, teve início uma política de fomento à pesquisa, fruto da mudança de perspectiva do Estado em relação à ciência, bem como, pela expansão do sistema de ensino universitário, em virtude da demanda crescente por parte das famílias urbanas de classe média e alta, que modificariam as expectativas das mulheres em relação à educação superior voltada para a realização de uma carreira científica, muito embora não lhes garantissem sustentação econômica.³⁰

O curso de Geomorfologia aplicada oferecido pelo INPA exigia do candidato títulos escolares e o conhecimento de Geologia. Esse curso de caráter intensivo, compreendia ainda, como critério de seleção em seu regulamento, um mesmo número de vagas para “rapazes e moças”, oferecendo em sua primeira edição, 20 vagas aos primeiros colocados, sendo 10 para homens e 10 para mulheres. Em nossa pesquisa, encontramos no relatório geral apenas o regulamento dos cursos de auxiliares de laboratório e o de geomorfologia aplicada, e ambos bem distintos. Verificamos o pré-requisito do mesmo número de vagas para homens e mulheres, apenas no curso de Geomorfologia aplicada, talvez até, por uma decisão do responsável pelo curso, o Professor francês, Francis Ruellan.

CURSO DE GEOMORFOLOGIA APLICADA À AMAZÔNIA REGULAMENTO

[...] Cada seleção compreenderá duas listas independentes: uma para rapazes, outra para moças.

[...]

1.6 [...] serão feitas duas classificações gerais: uma para rapazes e outra para as moças, estabelecidas pela média de todas as classificações precedentes. Os 10 primeiros rapazes e as 10 primeiras moças, serão nomeadas alunas titulares do curso e receberão a remuneração prevista até fins de dezembro.

[...]

2.3 Em dezembro duas classificações gerais, uma para rapazes e outra para moças sendo estabelecida pela média de todas as classificações precedentes. Os cinco primeiros rapazes e as cinco primeiras moças serão admitidos imediatamente na primeira divisão, setores II, IV e V do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e os outros serão chamados à medida das necessidades do Instituto.³¹

O regulamento do curso de Geomorfologia aplicada, não exigia explicitamente a condição civil de solteira, entretanto, se lê a distinção “rapazes e moças”, na convocação. Além disso, o pronome de tratamento “senhorita” foi utilizado no

30 FERREIRA, 2008, p. 44.

31 INPA, 1958, p. ?, anexo 43.

texto dos relatórios das expedições, em referência às mulheres que atuaram nesses eventos, o que nos leva a considerar, a hipótese de que todas fossem solteiras.

A questão do estado civil e a maternidade, nas esferas do trabalho e da vida privada, estão entre os argumentos que norteiam as discussões, até o presente, sobre os diferentes aspectos que interferem no desempenho das mulheres, nos mais variados campos científicos, não havendo ainda, consenso a respeito dos fatores que o determinam.³²

Esse sistema de “cotas”, quem sabe pioneiro na seleção de pessoal, assim estabelecido em uma instituição pública de pesquisas, certamente contribuiu para dar acesso às mulheres nas primeiras atividades do INPA. Sem dúvida a qualificação também contou como atributo seletivo, considerando os critérios dessa ordem estabelecidos para ambos os sexos, e, além disso, os 83 candidatos inscritos e a seleção desses 20 primeiros após todo o processo seletivo lhes conferem algum mérito.

As expedições ao território do Rio Branco foram de caráter multidisciplinar, e envolveram 57 pessoas em suas duas edições (1954 e 1955), sem contar com o pessoal de apoio local: aproximadamente de 13 a 15 guias tropeiros. William Rodrigues, eminente botânico, participou nesta que seria sua primeira expedição na Amazônia, para o estudo da flora na região.

Tomaram ainda parte nessa expedição, Isaac Bermergy e José Gouvea de Sá Cavalcante, encarregados do recrutamento de tropeiros, e dos animais de cela e carga, bem como, do abastecimento dos grupos. Essas expedições realizaram o levantamento geográfico e geomorfológico da região do território do Rio Branco, não somente para conhecimento do seu relevo e estrutura, mas também, para avaliar suas possibilidades, bem como, orientar a colonização e o traçado das vias de comunicação.

Tiveram ainda como foco, as indicações necessárias para uma melhor prospecção de recursos minerais e energéticos naquele subsolo, matéria de grande valorização no pós-guerra, fundamentais ao processo industrial brasileiro. Os estudos das duas expedições, já apontavam a localização da barragem no “boqueirão do Cotingo próximo a Bem-Querer”, a construir para irrigação e força hidrelétrica, que os estudos de viabilidade energética-econômica do passado, e agora no presente, ainda investem em sua construção.³³

Não menos importante, foi a participação da francesa Yvonne Beigbeder, assistente do Professor Francis Ruellan, da Escola de Altos Estudos de Paris, que o acompanhou durante sua estada no Brasil, assim como, esteve presente nas duas expedições à região do território do Rio Branco. Sob os auspícios do INPA, e com

³² FERREIRA, 2008, p. 46; COSTA, 2006, p. 457.

³³ RUELLAN, Francis. *Expedições geomorfológicas no território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: INPA, 1957.

uma bolsa do CNPq, órgão que incrementou uma política de fomento à pesquisa, Yvonne Beigbeder, foi responsável pela interpretação geomorfológica das fotografias aéreas tiradas pelo exército americano durante a II Guerra Mundial, valendo-se de instrumentos utilizados em laboratório na França, e que serviu de base para a realização das primeiras expedições do instituto.

Vale destacar, que a participação das mulheres nessas expedições, não se restringiu apenas às atividades secundárias, mas também às de liderança dos grupos como podemos observar nas descrições que seguem. A primeira expedição, foi prevista em quatro grupos, que percorreram um itinerário acidentado e montanhoso, de longas caminhadas a pé, a cavalo, a lombo de burro, sob chuvas, transportando equipamentos, e por vezes usando caminhonetes ou avião, para estudar a região ao redor de Normandia, até atingir a serra na região de Socó e Surumu. O transporte de carga devia ser feita por bois, mas a febre aftosa que atingiu a região dificultou a obtenção dos animais; as chuvas e inundações, próprias do período, inviabilizaram alguns percursos limitando o campo de observação e o recebimento de víveres. (FIGURA 3).

Os grupos foram assim denominados: Direção, Norte, Leste e Oeste. Ao grupo Direção, liderado por Francis Ruellan, cabia à responsabilidade de coordenação dos trabalhos dos outros grupos. Esse grupo reunia 3 mulheres e 3 homens: além de Yvonne Beigbeder, e as estudantes de Geomorfologia da Faculdade Nacional de Filosofia, Maria Anita de Carvalho e Ella Grinztzin. Participaram ainda nesse grupo, o médico Euzébio Rodrigues de Cardoso e o terceiranista da Faculdade Nacional de Filosofia, Gelson Rangel Lima.

O grupo Leste foi liderado por Eloísa de Carvalho, geógrafa chefe da seção de Estudos do Conselho Nacional de Geografia, que era composto também, pela estudante Maria Emília de Oliveira, terceiranista da Faculdade Nacional de Filosofia, e ainda por Oscar Domingues, Pedólogo argentino, bolsista do Instituto Pan-Americano de Geografia e História. O grupo Oeste era formado pelos naturalistas do INPA: Mário Ventel e Renato José de Siqueira Jaccoud, e ainda, os licenciados em Geografia e História da Faculdade Nacional de Filosofia, Maurício Silva Santos e Heldio Xavier Lenz César, este último como chefe do grupo.

O grupo Norte, sob a chefia do botânico William Rodrigues, compunha-se também do fotógrafo Lourival Portela Salgado e do Zoólogo Orlando Martins Moraes Rego, todos esses lotados no INPA. Este último, em razão do seu estado de saúde, não prosseguiu na expedição e retornou a Manaus.

Também fizeram parte dessa equipe José Gouveia de Sá Cavalcanti, Joaquim Chagas de Almeida, Firmino Lima de Souza, e Maurice Hart. Esse grupo trabalhou essencialmente na região ao norte do Igarapé Canã, passando pela serra do Cipó. Em razão de sua composição, o grupo Norte, deteve-se, sobretudo, ao estudo da flora da região, sem, contudo, deixar de informar sobre o relevo da região percorrida.

Apesar de os trabalhos de preparação para a primeira expedição terem considerado as fotografias do voo 4.019-13, restituídas que foram por Yvonne Beigbeder, a imprecisão dos dados, devido a um erro de longitude cometido pelos aviadores americanos, dificultaram o acesso do grupo ao lado sul da região, o que ultimou a realização de uma segunda expedição, em que Yvonne Beigbeder, de posse de outras informações que incluíam a área não coberta pelas fotografias, mas que havia sido percorrida por dois grupos na primeira expedição, viabilizou com sucesso a realização do evento.

Somando-se os dados relativos a mais três voos, Yvonne Beigbeder, pode assim dar continuidade a elaboração de um mapa provisório de restituição e interpretação geomorfológica de fotografias aéreas, em outra escala, mas que possibilitou a realização da segunda expedição. A contribuição dessa Geóloga francesa nessas primeiras expedições do INPA incluem ainda fotografias, ilustrações e trabalhos acadêmicos.³⁴

A segunda expedição deu continuidade às pesquisas de ciência pura que pudessem permitir as aplicações de Geomorfologia para produzir valor prático. E para esse fim, contou ainda, com “rapazes” e “moças” selecionados e capacitados tecnicamente no curso de Geomorfologia aplicada, promovido pelo INPA, para formação de pessoal habilitado a atuar no Centro de Pesquisas Geomorfológica Aplicadas na Amazônia. Nessa expedição contavam-se ao todo, 16 mulheres desempenhando atividades significativas para o conhecimento da região, lado a lado com os seus 22 colegas homens.

Os 33 expedicionários organizados em 5 grupos, tinham atividades distintas: os chefes de grupos, assim designados, foram os instrutores Francis Ruelan, Aída Osthoff, Linton Ferreira de Barros, Maria do Socorro Florentino e Heládio Lenz Cezar, substituídos, eventualmente, por Yvonne Beigbeder e Elizabeth Nery Santana, esta última reconhecida como uma das melhores alunas do curso de Geomorfologia aplicada. A médica do INPA, Maria Carmem Virgínia Dupré, instalou-se no posto médico de Surumu, a fim de se achar à disposição para atendimento dos expedicionários, e também, para prestar auxílio à população local, “[...] inteiramente desprovida de assistência médica [...]”.³⁵

Tomaram parte ainda do grupo, Nelly de Mendonça Moulin e Neuza de Castro, estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia, as alunas que se destacaram no curso de Geomorfologia aplicada e, portanto, selecionadas para o evento foram: Dulcimar de Freitas, Clotilde do Amaral Linhares, Ivany Muniz Guimarães, Ivete de Jesus Magalhães de Souza, Cecília de Andrade Ramos, Rosa de Lima Tinoco Guedes, Lindalva de Albuquerque e Marlene Alves de Freitas. As duas últimas, deram seguimento às suas carreiras desempenhando atividades no INPA:

34 Este mapa encontra-se dobrado anexo ao relatório. Ver em: RUELLAN, Francis. *Expedições geomorfológicas no território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: INPA, 1957.

35 RUELLAN, 1957, p. 28.

Lindalva de Albuquerque contribuiu como zoóloga no estudo de insetos (*Diptera-Micropezidae*), com vários trabalhos publicados.

Marlene Alves de Freitas notabilizou-se como botânica, pesquisadora de novas espécies da flora Amazônica, em particular sobre a taxonomia das Leguminosas, e nos deixou um considerável número de trabalhos publicados. William Rodrigues relata no obituário da pesquisadora, sua valiosa contribuição para a ciência, resultado de muito estudo e dedicação ao trabalho. Iniciou suas atividades no INPA, em 1956, como auxiliar de laboratório, mas o ingresso na universidade foi postergado porque recusou a bolsa de estudo fora de Manaus que lhe foi oferecida em 1962, pelo diretor do instituto Djalma Batista. A recusa deveu-se ao fato de “como recém-casada, ausentar-se de Manaus por muito tempo era obviamente muito difícil”. A carreira acadêmica teve de esperar alguns anos.

Em 1967, com a criação da Universidade Federal do Amazonas da especialização em Farmácia e Bioquímica, conseguiu por fim realizar os seus sonhos ao ingressar nesse curso e graduar-se em 1970. Em seguida, com a criação pelo INPA / FUA do primeiro curso de Pós-Graduação em Botânica, em Manaus, em 1973, ingressou nele e obteve o título de Mestre em 1976 com a dissertação intitulada ‘Revisão taxonômica do gênero *Peltogyne* Vogel (*Leguminosae - Caesalpinioideae*)’ sob a orientação do Dr. Ghillean T. Prance. Em 1980, doutorou-se, também no INPA, com a tese intitulada ‘Revisão taxonômica do gênero *Dimorphandra* Schott (*Leguminosae - Caesalpinioideae*)’.³⁶

Uma das barreiras que dificulta o sucesso das mulheres na carreira científica, não se refere apenas ao grau de escolaridade, que uma vez vencida, há outras a vencer, como por exemplo, a profissão do cônjuge, a divisão do trabalho doméstico, o incentivo da família, e até mesmo, como observa Jacqueline Leta, “[...] a influência dos pais [...] determinando o que devem ser atitudes e comportamentos femininos e masculinos [...]”; ou ainda, “[...] a difícil escolha entre família, maternidade e carreira [...]”. Essas, entre outras, seriam algumas das causas de redução das chances de sucesso das mulheres na carreira científica, e que se relacionam diretamente às dificuldades para ocupar postos acadêmicos de maior expressão.³⁷

36 RODRIGUES, William A. Marlene Freitas da Silva (1937-2005): obituário. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 36, n. 1, p. 5-10, 2006.

37 A questão do casamento e a maternidade como fatos da vida das mulheres considerados como obstáculos ao desempenho de sua carreira são analisadas em: LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 272, 2003; HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini *et al.* Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. *TranInformação*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 173, maio/ago. 2007; VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, p. 339, 1998.

Os papéis atribuídos às mulheres e aos homens, em nossa sociedade, são diferenciados e partilhados por ambos. Certamente não seria esperado de um homem a recusa de uma bolsa de estudo em outra cidade, pelo simples fato de ser casado. Haveria outras formas de administrar essa situação aceitas socialmente, como por exemplo, a ida da esposa para acompanhá-lo, ou até mesmo, a ausência do marido por algum tempo. Tais fatos, talvez ajudem a explicar, o número reduzido de mulheres no escalões superiores na ciência e na tecnologia.

Figura 3 – Aspectos do comboio de expedicionários em área montanhosa do território do Rio Branco.



Fonte: INPA (1958). Nota: Fotógrafo Lourival Portela Salgado.

INPA: a contribuição feminina e as imagens fotográficas

As imagens fotográficas que ilustram o primeiro relatório geral sobre as atividades do INPA, são em grande parte produção do instituto, registradas pelo fotógrafo Lourival Portela Salgado, funcionário encarregado de fotografar, não somente os eventos do cotidiano institucional, mas também acompanhava os pesquisadores em suas expedições ao interior da Floresta Amazônica.³⁸

Há fotografias também registradas por Gelson Rangel Lima, e também por Yvonne Beigbeder, que fotografaram as expedições à região do território do Rio Branco em que tomaram parte. Nesse caminho, buscamos tomar as fotografias das primeiras expedições do INPA (1954-1955) como índice, como registros e testemunhos de uma sociedade e do papel desempenhado pelas mulheres na construção do conhecimento científico praticado no instituto.

38 Lourival Portela Salgado, graduado pela segunda turma do curso de Auxiliares de Laboratório promovido pelo instituto; lotado no Gabinete de Fotografia, Fotomicrografia e Cinematografia, chefiava os serviços fotográficos do instituto; Para melhor compreensão da estrutura organizacional do INPA, ver também: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA. *Relatório geral sobre as atividades do INPA, durante o período de 4 de junho de 1954 a 20 de outubro de 1955*: apresentado à Presidência do Conselho Nacional de Pesquisas, pelo Professor Dr. Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, então diretor daquela instituição. Rio de Janeiro: INPA, 1958, p.15; e Anexo 38.

Foram publicadas junto ao primeiro relatório geral, 73 imagens fotográficas, e em 20 desses registros, as mulheres estão presentes desempenhando atividades no instituto: em salas de aula, como estudantes, ou ainda, como profissionais nos laboratórios. Essas fotografias são intercaladas com o texto distribuídas em 24 folhas, em grande parte, em conjuntos de 3 imagens retangulares em P&B, medindo entre 5cm x 8cm de altura, tomadas em ambientes fechados, com iluminação artificial (FIGURAS 4, 5 e 6).

Apenas 18 dessas fotografias, são de tomadas externas com a presença da luz natural, e em ambiente aberto, incluindo-se aí, apenas 1 fotografia da fachada da primeira sede administrativa do INPA, situada à Praça da Saudade, no Centro da cidade de Manaus; uma outra fotografia de aspectos de um prédio em construção, e aquelas referentes a dinâmica das expedições científicas. Constan ainda 2 fotografias medindo 12 cm x 16 cm de altura em P&B, referentes à reunião da grande Comissão Nacional, proposta pelo então presidente do CNPq, Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, em que se discutiu aspectos da futura organização do INPA.

Figura 4 – Alunos de ambos os sexos do curso de Inglês com a professora Marion Richards de Menezes, em pé, de frente para o quadro negro e de costas para a turma



Fonte: INPA (1958). Nota: Fotógrafo Lourival Portela Salgado.

Figura 5 – Mulheres desempenhando suas atividades no INPA



Fonte: INPA (1958). Nota: Fotógrafo Lourival Portela Salgado.

Figura 6 – Mulheres em atividades de pesquisa no Setor de Parasitologia Geral e Médica.



Fonte: INPA (1958). Nota: Fotógrafo Lourival Portela Salgado.

As 58 fotografias que acompanham os relatórios das expedições ao território do Rio Branco, constroem uma narrativa visual das condições geográficas e ambientais, com traços do relevo que integram os diferentes aspectos da região estudada. Observamos ainda, nesse conjunto, que os expedicionários aparecem em apenas 7 registros, em segundo plano, ao longe e de costas; em 3 fotografias a presença feminina pode ser observada em imagens mais definidas e nítidas. Com legendas que incluem data, nome do fotógrafo, e em algumas fotografias, há indicações quanto a longitude e latitude dos aspectos geográficos. No entanto, como ocorre em todas as imagens fotográficas publicadas nos relatórios, não há identificação nominal dos retratados. (FIGURA 7).

Figura 7 – Fazenda na região da Normandia, à nordeste do território do Rio Branco. Local escolhido como base da expedição devido a existência de um aeroporto da FAB. Mulheres expedicionárias ao lado de sacolas e caixas



Fonte: Ruellan (1957). Nota: Fotógrafa Yvone Beigbeder.

A ausência dos nomes nas legendas, somados ao uso do uniforme comum entre os expedicionários mulheres e homens, conferiu mais um obstáculo à identificação do pessoal. O uniforme dos expedicionários era composto de calças compridas folgadas, camisas com mangas compridas, chapéus, meias e sapatos fechados; cabelos curtos, e ainda, em certas ocasiões, os óculos escuros. Esses elementos da indumentária não acentuavam as características sexuais, disfarçando a anatomia feminina, o que tornou a distinção entre os sexos, em alguns casos, inviável. (FIGURAS 8 e 9).

Figura 8 – Não há distinção entre os sexos no que se refere ao uso de uniformes iguais para mulheres e homens em atividades no campo.



Fonte: INPA (1958). Nota: Fotógrafo Lourival Portela Salgado.

Figura 9 – Alunos do curso de Geologia Aplicada em atividades no campo. A fotografia dos alunos tomada de longe, de costas e o uso de uniformes e chapéus para ambos os sexos, os iguala e limita a distinção entre mulheres e homens



Fonte: INPA (1958). Nota: Fotógrafo Lourival Portela Salgado.

Ainda com referência ao traje usado pelas mulheres no exercício de suas atividades no INPA, observamos vestimentas distintas entre os sexos que conferem um “testemunho privilegiado do homem e de sua história”. Nas salas dos

diferentes setores, as mulheres apresentavam-se com vestidos rodados abaixo dos joelhos e cintura marcada, como convinha a moda da década de 1950; no desempenho de funções nos laboratórios portavam jalecos sobre os vestidos, e como expedicionárias no campo, calças compridas folgadas semelhantes àquelas usadas pelos seus colegas homens.³⁹

Em relação às mudanças dos hábitos sociais que se refletem nas vestimentas, Gilda Souza observa, que a partir do momento em que a mulher passou a fazer parte do mercado de trabalho, exercendo uma atividade profissional, “[...] adaptou-se à mentalidade masculina [...]” no que se refere ao despojamento, passando a copiar “[...] os hábitos do grupo dominante, inclusive a sua maneira de vestir [...]”, que sempre distinguiu os dois grupos.⁴⁰

Um traço recorrente característico dessas imagens fotográficas, é que, aquelas que têm as pessoas como referentes, estas foram estampadas em segundo plano: de longe, de lado e de costas; quando de frente, também ao longe, de forma, inviabilizando a identificação do pessoal, privilegiando desse modo, os aspectos ambientais, quando das atividades de pesquisas de campo. Esse padrão de enquadramento, também se verifica nas imagens fotográficas do interior do instituto, que põe em evidência a dinâmica do pessoal no desempenho de suas funções. (FIGURAS 10 e 11).

Figura 10 – Maloca no igarapé Esteves, um dos locais escolhidos para acampamento da expedição no território do Rio Branco. À esquerda, expedicionária caminha.



Fonte: Ruellan (1957). Nota: Fotógrafa Yvone Beigbeder.

39 NACIF, Maria Cristina Volpi. *O vestuário como princípio de leitura do mundo*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais...* São Leopoldo, RS: Associação Nacional de História, 2007. p. 2.

40 SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezanove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 106.

Figura 11 – Setor de Fitopatologia. Mulher desempenha atividade de pesquisa com equipamento ao lado de seu colega.



Fonte: INPA (1958). Nota: Fotógrafo Lourival Portela Salgado.

Desconhecemos o processo de seleção, triagem ou edição dos registros fotográficos escolhidos para ilustrar os relatórios, em detrimento de alguns outros registros que foram deixados de lado. Não raras vezes, essa escolha é feita por pessoas estranhas ao processo de produção, que detêm os critérios de seleção, e desse modo, decidem “o que será salvo do esquecimento”, e “o que poderá ser tornado público”. Tais critérios correspondem aos diversos aspectos das concepções e intenções do encarregado dessa função, dos seus interesses pessoais e institucionais.⁴¹

Entretanto, ao analisarmos 6 fotografias que foram deixadas de lado, e não foram publicadas nos relatórios, podemos fazer algumas considerações. Esses registros fotográficos são também em P&B, e em diferentes dimensões: 23cm x 17cm; 17cm x 11cm; 17cm x 17cm. (FIGURAS 12, 13, 14 e 15). A julgar pelas características dessas fotografias, não selecionadas, observamos um padrão de enquadramento diferente; imagens nítidas de expedicionários mulheres e homens, em primeiro plano, de frente, de perto. Esse padrão também se apresenta na fotografia dos expedicionários que aparece na tese de Yvonne Beigbeder. Assim, podemos inferir o uso da fotografia nos relatórios de prestação de contas, apenas como evidência, para legitimar desse modo, as ações administrativas do INPA, a dinâmica dos funcionários nas instalações do instituto, e dos expedicionários nos campos de Roraima.

41 SILVA, James Roberto. A celebração da imagem: Arnaldo Vieira de Carvalho e o retrato fotográfico. In: DANTES, Maria Amélia Mascarenhas; SILVA, Marcia Regina Barros da (Org.). *Arnaldo Vieira de Carvalho e a história da medicina paulista (1867-1920)*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012. p. 218.

Figura 12 – Mulheres desempenham atividades em laboratório do INPA



Fonte: Acervo da Biblioteca do INPA. Nota: Fotografia desconhecido.

Figura 13 – Aspectos do acampamento das expedições ao território do Rio Branco. Os expedicionários fazem anotações



Fonte: Acervo da Biblioteca do INPA. Nota: Fotografia desconhecido.

Figura 14 – Expedicionária em atividades de campo ao lado de seus colegas.



Fonte: Acervo da Biblioteca do INPA. Nota: Fotografia desconhecido.

Figura 15 – Expedicionários com a população local. Observa-se uma placa com flâmula afixada à frente de uma casa que poderia ser um estabelecimento público, talvez um posto de saúde, a julgar pelo aparelho estetoscópio segurado pela mão da expedicionária à esquerda.



Fonte: Acervo da Biblioteca do INPA. Nota: Fotografia desconhecido.

Considerações finais

As mulheres que inauguraram as atividades do INPA encontraram nessa instituição uma oportunidade de acesso ao campo científico por meio da habilitação profissional, fruto da política de fomento à pesquisa e de expansão do ensino universitário desenvolvido no segundo pós-guerra, contudo, até o presente, as mulheres ainda não alcançaram o cargo máximo de diretoras, à frente da instituição.

Outro aspecto observado diz respeito às informações obtidas com a leitura de outros textos, o que nos permitiu identificar os nomes dos expedicionários, e, sobretudo, o das mulheres que participaram dos primeiros cursos promovidos no INPA, ampliando nossa visão quanto à conjuntura política e social que propiciou a participação feminina nesses eventos.

Por fim, cabe ressaltar a importância dos registros fotográficos na constituição de um retrato da participação feminina no processo de construção do conhecimento científico produzido no INPA, em que se observa não só a atuação da mulher na condição de auxiliares de laboratório, alunas, professoras, geólogas, médicas, mas também atuando nas pesquisas de campo, e desse modo, tal constatação nos leva a considerar a fotografia como recurso importante que contribuiu para caracterizar o ambiente do instituto em seus primeiros tempos.

Referências

AZEVEDO, Nara et al. Gênero e ciência: a carreira científica de Aída Hassón-Voloch. *Cadernos Pagu*, n. 23, p. 358, jul./dez 2004.

BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre fotografia*. Trad. Julio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. p. 89.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 79.

CAVALCANTE, Paulo B. O guaraná (Paullinia Cuypana, Var. Sorbilis) em estado provavelmente espontâneo, no planalto de Santarem. Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 26, p. 1, jan. 1967.

CITELI, Maria Teresa. Mulheres nas ciências: mapeando campos de estudo. *Cadernos Pagu*, v. 15, p. 56, 2000.

CORRÊA, Mariza. A doutora Emília e o detalhe etnográfico. In: FAULHABER, Priscila; TOLEDO, Peter Mann (Coord.). *Conhecimento e fronteira: história da ciência na Amazônia*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. p. 173.

COSTA, Maria Conceição da. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. *Cadernos Pagu*, v. 27, p. 455, jul./dez 2006.

DONDIS, Donis A. *Sintaxe da linguagem visual*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1994. p. 61.

FERREIRA, Luiz Otávio. Institucionalização das ciências, sistema de gênero e produção científica no Brasil (1939-1969). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, p. 51-53, jun. 2008. Suplemento.

HAYASHI, Maria Cristina P. Innocentini *et al.* Indicadores da participação feminina em Ciência e Tecnologia. *TranInformação*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 173, maio/ago. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS DA AMAZÔNIA. *Relatório geral sobre as atividades do INPA, durante o período de 4 de junho de 1954 a 20 de outubro de 1955: apresentado à Presidência do Conselho Nacional de Pesquisas, pelo Professor Dr. Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca, então diretor daquela instituição*. Rio de Janeiro: INPA, 1958.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão et al. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 272, 2003.

LOPES, Maria Margaret. Aventureiras nas ciências: refletindo sobre gênero e história das ciências naturais no Brasil. *Cadernos Pagu*, v. 10, p. 354, 1998.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 150, jan./jun. 2005.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira e História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 28-29, 2003.

NACIF, Maria Cristina Volpi. *O vestuário como princípio de leitura do mundo*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo, RS. *Anais...* São Leopoldo, RS: Associação Nacional de História, 2007. p. 2.

RODRIGUES, William A. Marlene Freitas da Silva (1937-2005): obituário. *Acta Amazônica*, Manaus, v. 36, n. 1, p. 5-10, 2006.

RUELLAN, Francis. *Expedições geomorfológicas no território do Rio Branco*. Rio de Janeiro: INPA, 1957.

SCHWARTZMAN, Simon. *Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil*. Brasília: MCT, Centro de Estudos Estratégicos, 2001. p. 177-178.

SILVA, James Roberto. A celebração da imagem: Arnaldo Vieira de Carvalho e o retrato fotográfico. In: DANTES, Maria Amélia Mascarenhas; SILVA, Marcia Regina Barros da (Org.). *Arnaldo Vieira de Carvalho e a história da medicina paulista (1867-1920)*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012. p. 218.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O espírito das roupas: a moda no século dezenove*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 106.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, p. 339, 1998.

VIEIRA, Maria do Pilar; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Maria Aun. *A pesquisa em história*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005. p. 10.

A TRABALHADORA IMIGRANTE NA CIDADE DE MANAUS, 1880-1920¹

Valdirene Aparecida Pires Porto²

Resumo

O artigo tem o objetivo de pensar a trabalhadora imigrante na cidade de Manaus no final do século XIX e início do XX, buscando nos jornais e revistas do período as representações das imigrantes na cidade dentro de um contexto de grandes transformações que geraram mudanças estruturais e culturais. É possível, apesar do “silenciamento” da historiografia tradicional, vislumbrar a importância destas trabalhadoras na cena urbana, as interações sociais e suas contribuições na construção social e cultural da cidade.

Palavras chaves: Manaus. Trabalho. Representação. Mulheres. Imigrantes.

Abstract

The article has the goal to report the immigrant worker in the city of Manaus in the end of XIX century and beginning of the XX century, was an important time for the Amazon, because the economy got better with the commercialization of the rubber. This product was responsible for structural and cultural transformations in Manaus. Through newspapers or magazines of the period, despite the traditional historiography did not mention, we could see the participation of the immigrant workers in the city, the social interaction and their contribution for the cultural and social construction of the city.

Keywords: Manaus. Work. Representation. Womans. Immigrants.

Articular a temática sobre a mulher imigrante e o universo do trabalho na cidade de Manaus no final do século XIX e início do século XX, é uma tarefa difícil e muito importante, que visa, não apenas trazer a tona o cotidiano de um determinado segmento da sociedade, o estudo tem como objetivo integrar de forma analítica a história destas mulheres a uma historiografia posta, preenchendo

1 Trabalho elaborado para apresentação no III Seminário Internacional Mundos do Trabalho, 26 e 29 de novembro de 2014, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador (Bahia, Brasil).

2 Mestranda em História, Programa de Pós-Graduação em História, curso de Mestrado PPGH/UFAM, 2013/ bolsista FAPEAM.

lacunas e buscando soluções para questões suspensas na história geral. Para tanto devemos lançar mão de uma investigação criteriosa, revisão das fontes disponíveis além de adotar novas metodologias.

A historiografia desenvolvida na região Norte, teve tradicionalmente fortes características narrativa, factual e memorialista, mas nas décadas de 70 e 80, surgiram autores com novas propostas de abordagem acerca do período da *Belle Époque* na região. Estes trabalhos ampliaram o enfoque numa análise para, além do econômico e urbanístico, permitiram vislumbrar outras realidades presentes no contexto e que permaneceram às margens do processo de urbanização e enriquecimento das capitais amazonenses, entraram em cena; os pobres, os trabalhadores e as mulheres, que neste momento estão se inserindo na nova dinâmica social das cidades, desempenhando diversos papéis para além do âmbito privado.

A dificuldade de “alcançar” a presença feminina em determinados contextos não se dá pela sua ausência, ao longo dos tempos a mulher teve sua imagem atrelada à figura do homem como mera coadjuvante, uma auxiliar da nobre missão masculina de prover a família e regular a ordem social. Embora saibamos hoje, que a participação da mulher em sociedade sempre existiu, em maior ou menor escala, variando de contexto histórico ou de uma cultura para outra, as referências dessa participação em sociedades antigas são remotas e as fontes a que se tem acesso geralmente provêm de uma visão masculina, o que muitas vezes minimiza ou excluem totalmente presença e importância da mulher em diversos momentos históricos. No intuito de apresentar toda a complexidade de definição do termo cultura popular, Burke analisa diversos seguimentos da sociedade e fala sobre a lacuna existente com relação à mulher.

Há muito pouco a se dizer sobre as mulheres, por falta de provas. Tanto para os antropólogos sociais como para os historiadores da cultura popular, existe o ‘problema das mulheres’. A dificuldade de reconstruir e interpretar a cultura dos assim chamados inarticulados é aqui ainda mais aguda; a cultura das mulheres está para a cultura popular assim como a cultura popular está para o conjunto da cultura, de modo que é mais fácil dizer o que ela não é do que o que ela é. A cultura das mulheres não era a mesma que a dos seus maridos, pais, filhos ou irmãos, pois ainda que muitas coisas fossem partilhadas, também existiam muitas das quais as mulheres eram excluídas.³

Longe de ser o único exemplo, mas bastante ilustrativo para a atuação das mulheres em grandes momentos, a Revolução Francesa, foi um evento histórico

3 BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Tradução de Denise Bottmsnn. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 76

que contou com grande participação feminina; nos protestos contra fome, incentivando os homens ou mesmo lutando lado a lado as mulheres marcaram sua presença em busca de mudanças políticas e sociais.

Com o fim da Revolução, ficou claro que os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, não se estenderia a todos os seguimentos, e nesse sentido percebe-se um retrocesso com a ressignificação para as esferas pública e privada, o que estabeleceu novo parâmetro para as relações humanas além de definir o que deveriam ser os espaços pertencentes aos gêneros feminino e masculino, “[...] a Revolução acentua a definição das esferas pública e privada, herança das Luzes, valoriza a família e diferencia os papéis sexuais ao opor homens políticos e mulheres domésticas [...]”.⁴

Lugar comum no pensamento ocidental do século XIX, a ideia de espaço social definido por gênero, impôs à mulher o destino do lar, guardiã da moral dos bons costumes dos cuidados com os filhos, e bem estar do marido e família em geral. As moças “de bem” deveriam ser educadas para desempenhar as funções domésticas, restritas ao âmbito privado, enquanto o espaço público reservado à circulação dos homens.

Gilberto Freire, em *Casa Grande & Senzala*, retratou o patriarcado como principal fator na colonização do Brasil, nesse sentido ele definiu a família como “[...] a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política [...]”, de acordo com Freire, “[...] a circunstância econômica da formação patriarcal [...]”⁵ pode explicar a causa da mulher ter sido vítima da dominação masculina no Brasil.

A dinâmica das famílias patriarcais acontecia em meio a um grande número de pessoas, além de pai mãe e filhos incluía; empregados, escravos, parentes, agregados, filhos fora do casamento entre outros, todos, sob a autoridade do chefe de família. O modelo de família patriarcal concentrou-se nas zonas rurais até o século XVIII, mas não foi o único, outros modelos familiares foram registrados à época, variando de acordo com o nível social e a região do país, invariável é a condição da mulher que foi condicionada ao ambiente doméstico e julgo masculino, característica que perdurou por muito tempo.

Ao tratarmos as questões pertinentes à condição da mulher e sua atuação no âmbito público ou privado, devemos levar em consideração as diferentes realidades regionais e sociais, pois estes fatores influenciaram de diferentes maneiras a trajetória feminina assim como a concepção das esferas pública e privada.

4 PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 458

5 FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo Global: 2003, p. 81-114.

Durante a década de 1860, a vida das mulheres de famílias mais abastadas restringia-se a esfera doméstica, antes da industrialização muitos itens de consumo eram produzidos em casa e os momentos de sociabilidade restringiam-se a eventos oficiais ou religiosos. Quanto às mulheres pobres, a necessidade lhes garantia o “direito”, circulavam com frequência pelas ruas exercendo atividades variadas: vendedoras ambulantes de diversos produtos, lavadeiras, prostitutas. Esta realidade retratada por Margareth Rago⁶ refere-se à cidade de São Paulo na década de 60, mas poderia ilustrar a vida de muitas mulheres de outras cidades do Brasil na época, onde a figura feminina está intrinsecamente ligada ao mundo familiar e doméstico.

A partir da segunda metade do século XIX, inúmeras mudanças ocorreram na produção e organização do trabalho, o que também acarretou mudanças às relações de gênero. A inclusão da mulher no mercado de trabalho representa um divisor de águas, mas o processo aconteceu de forma gradual e lenta,

Foi somente a partir de 1880 que o cenário começou a mudar e as cidades passaram aos poucos a adquirir maior importância. A escravidão foi abolida, a industrialização ganhou força e o setor de serviços desenvolveu-se [...].⁷

Novamente é importante ressaltar que esse processo de inclusão assumiu características próprias em cada cidade mas, de modo geral, carregou tradicionalmente a variante social.

Outro fator que marcou profundamente o país nos aspectos profissional, econômico e cultural foi a leva de imigrantes que em meados do século XIX e a metade do século XX chegaram ao Brasil vindos de diversos países. Segundo Lucia Lippi Oliveira “[...] um período de imigração em massa da Europa para a América aconteceu entre 1870 e 1930. Estima-se que 40 milhões tenham atravessado o Atlântico Migrando do Velho para o Novo Mundo.”⁸

Embora se possa dizer que há um bom número de estudos relativos à história da imigração e da industrialização no Brasil, ainda muito pouco foi feito no sentido de se focalizar a presença feminina nesse processo. Sabemos, entretanto, que era significativo o número de mulheres e crianças imigrantes e que essa força de trabalho, abundante e barata, era maioria em nossas primeiras

6 RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

7 AREND, Silvia Fávero. Meninas: trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassazeni; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 66.

8 LIPPI, Oliveira, Lucia. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

fábricas. De acordo com o censo, em 1890, existiam no Brasil 119.581 mulheres estrangeiras contra 231.731 homens.⁹

Assim como ocorreu em outros estados brasileiros, no Amazonas também foi grande o número de imigrantes que chegaram à região em busca de melhores condições de vida ou fugidos da seca. Com o apogeu da borracha o espaço público, antes partilhado por todos, sofre diversas modificações. Na segunda metade do século XIX e início do século XX, Manaus passou por diversas mudanças, a remodelação no espaço urbano promoveu o alargamento de ruas, a demolição de prédios e a construção de outros que atendessem as novas exigências de modernidade e as demandas do comércio da borracha.

As mudanças advindas com a economia da borracha, não ocorreram apenas no âmbito urbano, também impuseram uma postura social que viesse de encontro com a nova realidade de padrões de “civilização” aos moldes europeus adotados pelas elites, era preciso que a cidade estivesse limpa, atraente para os homens de negócios e viajantes que chegavam movidos por diversos objetivos. Neste sentido faziam-se necessárias medidas que viessem a regular as vivências e os costumes, resultando na exclusão de grande parcela da população.

A modernidade em Manaus não só substituiu a madeira pelo ferro, o barro pela alvenaria, a palha pela telha, o igarapé pela avenida, a carroça pelos bondes elétricos, a iluminação a gás pela luz elétrica, mas também transforma a paisagem natural, destrói antigos costumes e tradições, civiliza índios transformando-os em trabalhadores urbanos, dinamiza o comércio, expande a navegação, desenvolve a imigração. É a modernidade que chega ao porto de lenha, com sua visão transformadora arrasando o atrasado e feio e construindo o moderno e belo.¹⁰

O intenso movimento de imigração à cidade de Manaus atraiu um verdadeiro contingente populacional: ingleses, alemães, judeus, portugueses, entre outros, além de um grande número de trabalhadores vindos de diversas partes do Brasil, ocasionou grande aumento populacional da região na época, de acordo com Iraíldes Torres, a partir da segunda metade do século XIX, o número de imigrantes na região Amazônica era tão grande quanto a população nativa.¹¹

Muito além do aumento populacional, a imigração favoreceu a fusão de diferentes povos e culturas. O processo de deslocamento territorial, enquanto expressão de liberdade marca o rompimento com os destinos de origem, e o reco-

9 RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 578-606.

10 DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto: 1890-1920*. Manaus: Valer, 2007. p. 29.

11 TORRES, Iraíldes Caldas. *As novas amazônidas*. Manaus: EDUA, 1995.

meço assinalado por sonhos e desejos de melhores condições de vida, riqueza ou aventura o que contribuiu de forma definitiva para a formação da identidade social da cidade de Manaus.

O certo é que a Amazônia acolheu a todos os gregos e troianos que aqui chegaram para viver e trabalhar. Não se tratou, apenas, de dar e conceder abrigo, refúgio, agasalho e trabalho. Querenciou a todos, prejuízo de suas identidades, memórias, crenças religiosas e valores conceituais neste grande mutirão étnico-cultural nortista.¹²

Desde a década de 70 até os dias atuais observa-se a multiplicidade dos trabalhos que envolvem a temática feminina em diferentes cenários e perspectivas. Muitos estudos apontam para a luta da mulher em busca de liberdade de assumir de maneira independente seu lugar em sociedade.

Apesar dos números sobre a imigração serem relevantes e fundamentais para o entendimento da história regional, os trabalhos que abordam a temática são poucos e raramente fazem referência às mulheres, sejam elas estrangeiras ou brasileiras, o que não significa que elas não tenham participado de todo o processo de formação social, política, econômica e cultural da região Norte, como afirma Cristina Scheibe:

Em praticamente todas as descrições de viagens a que tive acesso, os autores ressaltam a presença de mulheres e crianças nos contingentes de migrantes. Isso nos interessa, pois é voz corrente que esses contingentes seriam formados quase que exclusivamente de homens sozinhos que vinham ‘tentar a sorte’ nos seringais. Por outro lado, reconhecemos que a maioria das pessoas eram provavelmente esses homens sós, mas também havia mulheres e crianças, ou seja, famílias inteiras que se engajavam nas turmas de seringueiros.

Nos trabalhos desenvolvidos sobre imigração no Amazonas, em sua maioria, trazem o homem como personagem principal, atuando em varias frentes de trabalho e principalmente nos seringais, local onde a ausência da mulher se justifica tanto pelo caráter escravista imposto pelos seringalistas, pois a presença feminina ou da família poderia de alguma forma prejudicar o desempenho do seringueiro, quanto pelo ambiente inóspito onde esta não se encaixaria. É fato que nos seringais o homem é figura predominante, porém há relatos de famílias inteiras que migraram para ganhar a vida na extração do látex, como nos mostra Cristina

12 BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. 3 ed. Manaus: Valer, 2009. p. 14-15.

Scheibe Wolff¹³, “Mulheres da Floresta”, por meio de diversos relatos e estudos que nos dão a dimensão da presença de mulheres que, sozinhas ou acompanhadas de suas famílias somaram-se ao grande contingente populacional da Amazônia no período da *Belle Époque*, inclusive nos seringais.

De fato, por meio uma leitura apressada pautada na historiografia tradicional em justaposição com a natureza rústica nos ambientes dos seringais e a rotina de trabalho exaustiva dos seringueiros, pode-se chegar à conclusão equivocada de que, a vida das mulheres nesse meio seria impraticável, mas Scheibe apresenta por meio de análises comparativas nos recenseamentos realizados no Acre, que a presença de mulheres, ainda que menor que a dos homens, foi significativa ao ponto de dar novos significados a papéis e padrões de comportamento definidos tradicionalmente aos gêneros feminino e masculino.

As relações de gênero tinham de ser improvisadas levando em conta seu menor número e, ainda, a falta de espaço para elas no esquema produtivo dos seringais que se formavam. Longe de se poder simplesmente reproduzir papéis e relações vigentes na cultura ocidental como próprios às mulheres e aos homens, numa certa ‘complementaridade’, improvisavam-se novos papéis e estratégias, que só podem ser estudados no cotidiano.¹⁴

Diante do quadro de crescimento populacional, organização urbana e remodelação cultural o papel de instituições como o governo, a polícia, os médicos sanitaristas a escola e a Imprensa, foi fundamental na consolidação de práticas sociais que seguissem as ideias e padrões da Europa Ocidental. Segundo, Dias;

Tudo que significasse ameaça à imagem de uma cidade civilizada, impossibilitando os possíveis investimentos de capitais e o desenvolvimento do trabalho, passa a ser objeto de preocupação, por parte dos setores dominantes.¹⁵

Com a imigração, houve grande desenvolvimento do comércio e da cidade de modo geral, os imigrantes inseriram-se em diversos setores como observa Edneia Mascarenhas:

[...] a chegada desses contingentes de imigrantes nacionais e estrangeiros foi fator decisivo para a ampliação das atividades no comércio, transportes, bancos e outras atividades solicitadas

13 WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história*: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.

14 WOLFF, 1999, p. 43.

15 WOLFF, 1999, p. 120.

pelos setores de serviços urbanos. Isso, sem falar no comércio de ambulantes, ocupados por imigrantes que parecem como vendedores de carvão, frutas e hortaliças, peixes, fósforos, gelo, bilhetes de loteria, vísceras, garapa, sorvete, tecidos, etc.¹⁶

Na vanguarda da imigração, os portugueses se destacaram em diversos setores, como grandes comerciantes, proprietários de pequenos negócios como: padarias, mercearias, quitandas, bares botecos e botequins, ou ainda como carregadores, catraieiros, pescadores e lavradores; muitos se estabeleceram com a ajuda das esposas que exerciam tradicionalmente a função de cuidar da casa e educar os filhos.

Juntamente com os bens sucedidos portugueses, muitos franceses, ingleses, alemães, judeus e sírios, faziam parte da classe dominante no período e, como já mencionado, viviam com a família na cidade de Manaus. O sucesso financeiro não aconteceu para todos os imigrantes, ao contrário, a grande maioria, principalmente os que se direcionaram para os trabalhos no seringal, conviveu com as dificuldades impostas tanto pelo regime de trabalho pesado, quanto pela dificuldade de adaptação ao clima quente e úmido.

Muitas mulheres também se aventuraram sozinhas, enfrentaram enormes desafios e adversidades, contrariando a ordem vigente em busca de sonhos, oportunidades e em muitos casos, a fuga de difíceis realidades de vida. Chegando a Manaus elas, precisavam competir por trabalho com as nativas ou as imigrantes já estabelecidas na cidade, a grande maioria encaminhava-se para trabalhos de baixa remuneração, outras recorreram à prostituição como meio de vida.

As oportunidades de trabalho que inicialmente se abriram às mulheres estavam geralmente associadas a atividades domésticas; muitos jornais divulgavam as vagas nas sessões precisa-se, onde muitas vezes, havia a preferência por imigrantes estrangeiras. Podemos dizer que, para o período estudado, a prática da prostituição, tanto por migrantes brasileiras quanto estrangeiras, foi grande e amplamente noticiada nos jornais da época. Neste contexto inseriram-se as jovens “cocotes” francesas, que atendiam a um público mais “seleto”, as polacas, e mulheres mais experientes que compunham o chamado baixo meretrício atendendo uma variada clientela nas vielas da cidade, casas de tolerância e proximidades do porto. Os jornais da época repercutiam a preocupação da população com o grande número de prostitutas espalhadas pela cidade e a insatisfação em relação às autoridades.

Vezeas repetidas temo-nos ocupado nestas colunas do assumpto prostituição em Manaus, não de todo sem resultado, devemos

16 DIAS, 2007, p. 36.

reconhecer. Temos reclamado contra a forma por que a prostituição pública se acha estabelecida, entre nós invadindo todos os bairros, todas as ruas exibindo-se nas praças, por uma forma revoltante quase pornográfica.¹⁷

Diante do quadro de efervescência populacional e a remodelação urbana e cultural que se queria, foi necessária a adoção de medidas socioeducativas, que transmitissem à população as “regras” e a conduta que deveria vir de encontro com uma cidade moderna e civilizada. Instituições associadas ao governo, como a polícia, os médicos sanitaristas a escola e a Imprensa, atuaram em prol da consolidação de práticas sociais que seguissem as ideias e padrões da Europa Ocidental. Segundo, Dias;

Tudo que significasse ameaça à imagem de uma cidade civilizada, impossibilitando os possíveis investimentos de capitais e o desenvolvimento do trabalho, passa a ser objeto de preocupação, por parte dos setores dominantes.¹⁸

Neste sentido, do grande número de periódicos que surgiu no Amazonas no período de 1880 a 1920, muitos tinham por objetivo, além de trazer informações acerca dos desdobramentos do progresso da cidade, intervir no cotidiano com discursos e ditames normativos que representavam os interesses de grupos dominantes aos quais estavam vinculados. Essa característica de associação com as elites e o discurso favorável a modernização ao estilo europeu eram próprios, principalmente, dos grandes jornais que vinculados a projetos políticos privilegiavam as elites, desconsiderando a grande parcela excluída da população. Assim nas palavras de Pinheiro:

Como característica comum veiculavam uma tediosa apologia do ‘enriquecimento’ e da ‘modernização’ do Estado, silenciando de forma flagrante acerca dos excluídos desse processo. Sua função básica consistia em enaltecer a atuação dos políticos oligarcas que lideravam determinada facção, apresentando-os como as únicas alternativas para a continuidade e ampliação do progresso extrativista.¹⁹

Além de transmitir as imagens da modernidade urbanística e cultural europeia, que a cidade deveria adotar os jornais também tinham a “função” de divul-

17 ECHOS do dia, Prostituição Pública. *Jornal do Commercio*, Manaus, 11 mar. 1904.

18 DIAS, 2007, p. 120.

19 PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História)--PUC-SP, São Paulo, 2001. p. 20.

gar os códigos de posturas, já que estes, por meio de suas restrições e proibições possibilitariam a higienização e a disciplina, aspectos fundamentais de civilização.

Neste sentido, as representações sociais construídas, ainda que busquem universalidade de um discurso em nome da razão, são invariavelmente pautadas nos interesses dos grupos que as produziram.²⁰

A figura feminina passa a estampar as propagandas e fotografias dos jornais que traziam imagens que ajudavam a reforçar o discurso de modernidade, perfumes franceses, tecidos importados, a moda europeia, entre outros, itens quase sempre considerados “futilidades típicas de mulher”, demonstrando, mesmo diante do anseio de modernização uma sociedade essencialmente machista, onde a mulher era vista como objeto, de status quando senhora de família, e de prazer, nos bordéis de luxo.²¹

As mulheres também surgiram na imprensa como figuras centrais em espetáculos artísticos direcionados as classes dominantes, onde novamente, os jornais cumpriram o papel de divulgar o ideal de cultura que deveria ser valorizado, como podemos perceber em nota sobre a artista Maria Falcão no jornal *Correio do Norte*:

O Theatro Amazonas enche-se hoje, de galas, retumbará, hoje, de aplausos, regorgitara de frequentadores que irão levar a essa talentosa e brilhante artisa que se chama Maria Falcão a prova inconcussa do quanto valem os seus altos merecimentos, do quanto esta sociedade sabe aprecia-la como interprete admirável da obra dos grandes mestres da arte dramática [...].²²

A nota acima segue com um número incontável de adjetivos a artista em questão, percebe-se que muito além de informar o objetivo é mostrar a população o tipo de lazer e cultura ideais de uma sociedade civilizada e moderna à moda europeia.

Na contramão da imagem feminina valorizada pela arte e os anúncios de artigos de luxo, perfumes importados e casas de moda, direcionados às senhoras da sociedade, estão as prostitutas que figuravam as páginas policiais sendo descritas de forma pejorativa e agressiva pela imprensa: *infelizes de vida folgada, marafonas, regateiras, mariposas, decantadas*, são algumas das expressões usadas para descrevê-las.²³

20 CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

21 PINHEIRO, 2001, p. 20.

22 MARIA Falcão. *Correio do Norte*, n. 582, 5 jan. 1911.

23 Expressões encontradas no *Jornal do Comércio*, 1904-1905.

Edneia Mascarenhas alude a prostituição como um dos alvos das políticas urbanas, ressaltando que a perseguição acontecia principalmente no baixo merteório, praticado por mulheres pobres, já que os bordéis de luxo onde as prostitutas estrangeiras atuavam, eram frequentados por autoridades e membros da elite, os mesmos que bradavam em nome da família, da moral e dos bons costumes.

Enquanto a imprensa se manifestava solicitando medidas para acabar com o mal que ameaçava tornar Manaus imprópria para o convívio familiar, sugerindo que as prostitutas fossem colocadas em ruas ainda não atendidas pela eletricidade, expulsando-as do centro da cidade e confinando-as em lugares afastados, os coronéis de barranco se divertiam com as polacas e francesas, enquanto as senhoras de respeito ficavam nos palacetes, cercadas de criadas e ocupadas em pequenos afazeres [...].²⁴

De acordo com o código de posturas, qualquer característica que divergisse dos ideais de modernização e das regras que estabeleciam o uso do espaço urbano, deveriam ser combatidos. Assim além da prostituição, atividades de lazer como os banhos de igarapés, os jogos e outras formas de diversão seriam considerados atos de desordem social, passíveis de punição. Essa política resultou no afastamento de grande parcela da população para longe do centro, dando início a formação de bairros improvisados em áreas distantes e tornando essa população cada vez mais desassistida pelo poder público.

Na medida em que ocorre a expansão do comércio e aumentam as oportunidades de acesso à educação, as mulheres que já atuavam no trabalho informal, ganham espaços também na indústria e comércio. Podemos perceber por meio dos anúncios nos jornais a oferta de trabalho nas mais variadas atividades, compondo este corpo de trabalhadoras destacaram-se, negras, mestiças nordestinas e brancas, também é flagrante por meio destes anúncios a presença de grande número de mulheres estrangeiras. Muitos anunciantes optavam, por empregar estrangeiras; portuguesas, francesas, barbadianas, entre outras, para as mais diversas atividades; cozinheiras, camareiras, passadeiras, babás, eram algumas das procuras frequentes.

Com a intensificação da presença feminina no mercado de trabalho, em diversas áreas, parte da sociedade tradicional começa a se sentir ameaçada, temente que esta venha a ocupar o lugar do homem, o que levaria conseqüentemente a inversão da ordem vigente, onde a mulher deveria permanecer no espaço privado, já que o público pertencia ao homem.

²⁴ DIAS, 2007, p. 135.

A imigração feminina em Manaus apesar de pouco discutida, sem dúvida merece ser mais aprofundada como contribuição a história das mulheres e historiografia local. Estudá-la na cidade de Manaus através da Imprensa requer, antes de tudo, a busca do entendimento acerca do papel que esta instituição desempenhou em uma cidade ligada as tradições indígenas, que funcionava até então como entreposto de drogas do sertão, tendo em sua composição um grande número de pessoas pobres e iletradas.

Para isso devemos primeiramente entender as relações de poder estabelecidas pela imprensa, enquanto agente social e, portanto, disponível aos interesses de órgãos públicos ou particulares, para depois buscarmos o entendimento acerca do impacto ou receptividade por parte da sociedade a tais imposições.

Neste sentido Marta Emisia, orienta para os cuidados, enquanto historiadores, ao a imprensa como fonte. A autora considera necessário relacionar as nossas concepções de imprensa às nossas concepções de história, e que a opção de “[...] ler a imprensa como se esta fosse o espelho do mundo [...]”²⁵ certamente resultará em uma análise restrita e equivocada, pois este posicionamento desconsidera as entrelinhas, as intenções, os interesses que se escondem em sua constituição, outra posição segundo a autora seria:

[...] tomar a imprensa como objeto, discutida teórica e metodologicamente, problematizando sua natureza social, suas relações sociais, seus processos de instituição. Esta última posição exige um processo de aprendizagem, porque implica escolhas políticas fundamentais. Impele estabelecer um lugar da crítica social, posicionar-se em relação aos sujeitos que vivem diferentes e desiguais experiências que se confrontam em meio a interesses antagônicos. A depender de nossas escolhas teóricas- metodológicas e políticas, a forma de investigar os diferentes temas e fontes sofrerá modificações, seja para construir visibilidades necessárias das relações sociais, seja para silenciar [...].²⁶

Assim entendemos que trabalhar a imprensa no objetivo de dar visibilidade a personagens esquecidos pela historiografia, requer que façamos uma leitura crítica acerca dos fatos narrados além de uma busca minuciosa nos elementos que não estão colocados de forma visível e sim nas entrelinhas, ou ausências. As opções metodológicas do historiador assim com as perguntas feitas aos jornais, como fonte de pesquisa, podem legitimar o poder mantendo a ordem vigente, ou podem abrir caminhos para uma discussão acerca dos problemas sociais.

25 BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006. p. 267.

26 BARBOSA, 2006, p. 267.

Para que possamos resgatar e dar visibilidade a vivência das imigrantes em Manaus, é necessário que façamos o resgate dos discursos produzidos nos diferentes meios, sobre a mulher, para a mulher e finalmente pela mulher.

Isto expõe o confronto entre o narrado e o vivido, como as vivências são apropriadas por diferentes meios e formas. É preciso pensar os ‘domínios’ que produzem memória. Nesse sentido, não só jornais devem ser pensados como ‘senhores’, que articulam campos de poder e de memória, e que precisam ser tornados visíveis, mas toda a rede midiática que converge força para determinar parâmetros para a vida social.²⁷

É certo que os discursos e representações veiculados através dos jornais, constroem determinado sentido a imagens, tais construções influenciam as atitudes cotidianas e configuram verdades individuais e coletivas. As representações e os discursos dos jornais e revistas lançam ideias que são recebidas de formas diferentes, funcionando como estratégias em torno de determinadas questões como assegura Michel Foucault:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade [...].²⁸

Em virtude do discurso de modernidade alardeado na imprensa da época, a mulher passa a figurar as páginas dos jornais, inicialmente tendo sua imagem associada à propaganda de artigos para casa, beleza, perfumes e outras questões de menor importância, assuntos “típicos de mulher”, que caracterizam mais as demandas do capitalismo que a ampliação dos papéis femininos. Os discursos e representações publicados constroem determinados sentidos, criam imagens, essa construção influencia atitudes cotidianas e configura verdades individuais e coletivas.

Os discursos, em grande maioria, eram escritos por homens e propagavam valores e ideias misóginas criticando certas posturas femininas e ditando regras de comportamento, de modo geral eram destinados às mulheres de condições econômicas mais abastadas enquanto que às de classe social inferior eram reservadas as páginas de emprego ou as colunas policiais que geralmente noticiavam as brigas de rua, as desordens das prostitutas e a outras mulheres que não se enquadravam ao modelo de conduta proposto.

²⁷ BARBOSA, 2006, p. 268.

²⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 8.

Esse cenário vai de encontro ao pensamento de Michel Foucault quando afirma que as formas de exclusão do discurso “[...] tendem a exercer sobre os outros discursos uma espécie de pressão e como que um poder de coerção [...]”.²⁹ As representações e os discursos sobre as mulheres veiculados nos jornais e revistas lançavam ideias que eram recebidas de maneiras diferentes, funcionando como estratégia lançada acerca de um comportamento idealizado, Foucault, em a ordem do discurso lembra que o discurso é um produto e como tal é controlado, selecionado, organizado e redistribuído por uma série de procedimentos.

Após a inserção no mercado de trabalho favorecido pelo desenvolvimento econômico, a mulher também teve a oportunidade, de ingressar no mundo da Imprensa, inicialmente como colaboradora, principalmente nos grandes jornais, e posteriormente como produtora, a partir desse momento tem a possibilidade de elaborar textos direcionados ao sexo feminino em periódicos de pequeno porte.

O primeiro jornal a ser produzido por mulheres na cidade de Manaus surgiu em 1884, idealizado e confeccionado por senhoras da alta sociedade, o jornal, *Abolicionista do Amazonas*, tinha caráter filantrópico, e atuava em nome da libertação dos escravos negros da província, este jornal tinha o objetivo de difundir ideias em defesa dos escravos além de fazer denúncias de maus tratos contra os mesmos.³⁰

A exemplo do *Abolicionista do Amazonas*, outros jornais foram produzidos por mulheres, eles eram, em sua maioria de pequeno porte, alguns manuscritos, apresentavam, em geral, o pensamento feminino ou temas relacionados ao seu universo, e muitos defendiam os direitos da mulher a educação e ao mercado de trabalho. Esse posicionamento inicialmente tímido foi fundamental para, posteriormente, engajar a mulher na luta pela sua emancipação, pois ainda que não fizessem menção, ao menos inicialmente, à emancipação feminina, representaram um grande ao projetar o pensamento feminino para além da esfera privada.

Mesmo diante da demanda por trabalho na cidade de Manaus, a saída da mulher da esfera privada para a pública foi muito questionada. A sociedade dividiu-se no posicionamento quanto à sua presença no espaço público, as camadas mais pobres da sociedade, nativa ou imigrante, aceitavam melhor o trabalho fora de casa, já que na maioria das vezes a renda feminina era fundamental para complementar ou mesmo manter as despesas da casa, mas em geral o discurso era favorável à permanência da mulher na esfera doméstica, para assim, garantir a manutenção moral da família, dos filhos e da ordem social.

A grande Imprensa enquanto difusora de ideais, divulgadora e fiscalizadora de códigos que orientavam a vida na cidade de Manaus, agindo em conjunto com outros órgãos, públicos ou privados, teve a partir de um discurso elitista, o poder

29 FOUCAULT, 1996, p. 9.

30 PINHEIRO, 2001.

de estigmatizar segmentos sociais, não apenas étnicos, mas todos aqueles que não estivessem associados aos seus interesses.

Seria incorreto, afirmar que os ideais da elite tiveram aceitação e foram adotados pela população em geral, estaríamos negando a subjetividade, a memória e a experiência de grande parcela da população, que mesmo diante da tentativa de substituição da cultura tradicional local, pela cultura europeia, manteve seus costumes, suas festas, religiosas ou não, sua moradia, lazer, criando maneiras de se expressar e resistir ao tratamento excludente e depreciativo. Da mesma maneira os imigrantes encontraram formas de preservar e manifestar sua cultura mesmo estando distantes de suas raízes, além disso, a confluência de etnias e trocas culturais contribuiu para a formação da sociedade como a conhecemos hoje.

Segundo Tompson, a cultura é dinâmica e permite trocas entre diferentes setores da sociedade, não é algo que possa ser imposto de cima pra baixo, e aceito em todos os âmbitos sociais.

[...] cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema. E na verdade o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro de um conjunto.³¹

As percepções de Thompson, com relação ao dinamismo cultural e as formas de resistência do povo, podem ser identificadas nas ações autônomas de parte da sociedade excluída, que iam à contramão dos padrões sociais que o poder público em associação com as elites tentavam estabelecer na cidade de Manaus.

Manifestações de protestos, passeatas, organizações sindicais e greves operárias imprimiram suas marcas na história regional, muito embora a memória preservada deste período aponte seletivamente para a recuperação de eventos menos traumáticos.³²

Podemos observar ações de resistência e manifestações de insatisfação, dos segmentos excluídos por meio das queixas registradas nos periódicos de pequeno porte que foram criados por minorias que queriam ser vistas e ouvidas em suas necessidades.

31 THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. p. 17.

32 PINHEIRO, 2001, p. 128.

Segundo Pinheiro, muitos jornais de pequeno porte circulavam entre as camadas mais pobres da população, entre estes os Jornais operários, que denunciavam as contradições de uma cidade que, lançava propostas de desenvolvimento, mas que, ao mesmo tempo proporcionava difíceis condições de vida para seus habitantes, estes jornais tiveram a importante participação de imigrantes, o que pode nos dar uma dimensão de sua participação ativa na sociedade.

A imigração de portugueses, espanhóis e italianos, ao lado das sucessivas levas de nordestinos, ajudou a articular essas insatisfações com o conjunto de idéias de crítica social que estavam sendo mais fortemente divulgadas no seio da classe trabalhadora estrangeira. A presença constante de trabalhadores de origem européia no interior das associações sindicais e das redações dos jornais operários parece suficiente para reforçar a idéia tradicional que recupera esse segmento específico da classe operária como agente dinâmico do processo de organização e conscientização dos trabalhadores no Norte do país, embora, muitas vezes, essa observação possa sugerir, de forma equivocada, certa dose de passividade e acomodação por parte do conjunto dos trabalhadores nacionais.³³

Mais que uma forma de união no sentido único de reivindicar direitos e se fazer ouvir, as associações e os jornais pensados e elaborados para grupos de imigrantes representavam um elo que pretendia manter uma ligação, como uma identidade que os ligassem entre si mantendo-os conectados as suas origens.

As identidades são [...] campo de pesquisa para a História Cultural. Enquanto representação social, a identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou ao nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro.³⁴

Na abordagem da História Cultural, além de identificar as diferenças é importante buscar as bases em que foram construídas essas diferenças.

Para a elaboração identitária, que cria o sentimento partilhado de pertencer a um grupo dado, as identificações se dão a partir do defrontamento com o outro, identificações de reconhecimento estas que podem ou não guardar relações de proximidade

33 PINHEIRO, 2001, p. 129.

34 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 89.

com o real. As representações de identidade são sempre qualificadas em torno de atributos, características e valores socializados em torno daqueles que integram o parâmetro identitário e que se colocam como diferencial em relação à alteridade.³⁵

Assim a experiência desses sujeitos, enquanto agentes ativos do processo histórico, deve ser entendida não de maneira generalizada, mas singular, haja vistas que cada indivíduo respondia de maneira diferente as imposições sociais ou espaciais. Neste esforço consiste o desafio do historiador, a busca constante dos vestígios deixados por homens e mulheres dentro de determinados contextos, que vão contribuir para resgatar suas vivências negligenciadas pela historiografia.

Este artigo não intencionou esgotar os apontamentos acerca da questão da imigrante na cidade de Manaus, haja vista o grande número de jornais e revistas a serem revisitados e que certamente poderão contribuir com diversas possibilidades de análises sobre o tema. A participação de mulheres imigrantes na configuração da sociedade manauara no final século XIX e início do XX é digna de um trabalho de pesquisa amplo e aprofundado que faça emergir um conjunto de símbolos e práticas que possibilitem ampliar o conhecimento acerca de suas histórias além de incentivar novas incursões ao assunto. Tendo consciência da dimensão de abordagens que a temática nos possibilita, podemos concordar com a afirmação de Geertz “[...] por mais que tenha feito, não cheguei nem perto do fundo da questão. Aliás, não cheguei próximo do fundo de qualquer questão sobre a qual tenha escrito [...]. A análise cultural é intrinsecamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, menos completa [...]”.³⁶

Referências

AREND, Silvia Fávero. Meninas: trabalho, escola e lazer. In: PINSKY, Carla Bassazeni; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 66.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. Sobre história: imprensa e memória. In: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006. p. 267.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. 3 ed. Manaus: Valer, 2009. p. 14-15.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. Tradução de Denise Bottmsnn. São Paulo: Cia das Letras, 1995. p. 76

³⁵ PESAVENTO, 2008, p. 90.

³⁶ GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 39.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto: 1890-1920*. Manaus: Valer, 2007. p. 29.

ECHOS do dia, Prostituição Pública. *Jornal do Commercio*, Manaus, 11 mar. 1904.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. p. 8.

FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. rev. São Paulo Global: 2003, p. 81-114.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. p. 39.

LIPPI, Oliveira, Lucia. *O Brasil dos imigrantes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARIA Falcão. *Correio do Norte*, n. 582, 5 jan. 1911.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 458

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 89.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História)--PUC-SP, São Paulo, 2001. p. 20.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 578-606.

_____. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 2010. p. 17.

TORRES, Iraíldes Caldas. *As novas amazônidas*. Manaus: EDUA, 1995.

WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

ENTRE O LABOR E A DOR: TRABALHO FEMININO NA FÁBRICA MINEIRA DE TECELAGEM -1900/1920

Mônica Maria Lopes Lage¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar o cotidiano das mulheres operárias que trabalharam na primeira fábrica de tecido instalada em Minas Gerais em meados do século XIX, a fábrica Cedro e Cachoeira. Pretende-se compreender qual a rotina de trabalho adotadas por elas, quais os horários que deveriam cumprir e como eram pagos seus salários. Pretende-se ainda, discutir sobre os mecanismos reguladores da moral e do bom costume adotados pelos industriários para manter a ordem e a disciplina nos espaços normalizadores da fábrica.

Palavras chaves: Trabalho Feminino. Fábrica Cedro e Cachoeira. Disciplina Fabril.

Abstract

This article aims to analyze the daily lives of workers' women who worked on the first fabric plant in Minas Gerais in the mid-nineteenth century, Cedro and Cachoeira factory. The aim is to understand what the routine of work adopted by them, which schedules to be met and how they were paid their salaries. It is intended to further discuss the regulatory mechanisms of morality and good custom adopted by industrial workers to maintain order and discipline in normalizing spaces of the factory.

Keywords: Women's Work. Cedro and Cachoeira Factory. Factory Discipline.

O século XIX foi marcante para a história da industrialização brasileira. A construção da primeira estrada de ferro, o início da navegação a vapor, a abertura dos portos e a expansão da indústria têxtil, proporcionaram o desenvolvimento industrial nas terras Tupiniquins.

A abundância de matéria prima, neste caso o algodão, o grande número de mão de obra disponível e a crescente demanda por vestuários e sacarias para embalar os produtos agrícolas, fizeram do setor têxtil o motor propulsor da industrialização brasileira. Era o chamado *Boom* da indústria têxtil no Brasil.²

1 Mônica Maria Lopes Lage. Mestre em História Social pela UFAM. Doutoranda em História Social pela UFMG. Membro do Laboratório de Estudo de Gênero.

2 LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção 100 Anos da Abolição 1888-1988).

A literatura econômica indica que o acelerado recrudescimento do setor têxtil brasileiro teve como consequência a exacerbada incorporação de mão de obra infantil e feminina. Estes grupos eram, de maneira geral, arregimentados nas camadas mais pobres da sociedade para compor o quadro de operários das fábricas do ramo.

Segundo Maria Valéria Pena Junho até o ano de 1872, as mulheres juntamente com as crianças, representavam 76% do trabalho assalariado nas fábricas.³ Muitas delas foram retiradas dos orfanatos, das casas de caridade e do meio da população pobre. Para essas mulheres, trabalhar nas fábricas de tecido representava a oportunidade de construir uma vida melhor. A história dessas mulheres operárias revela um momento de abertura e de ampliação do espaço das mulheres no cenário sócio econômico brasileiro. Tal abertura, no entanto não foi sem sofrimento. As mulheres tecelãs sofreram com a exploração, com a excessiva carga de trabalho e com as relações sociais de poder estabelecidas no seio das próprias fábricas.

Neste artigo, pretende-se apresentar parte dos resultados de nossa pesquisa sobre as mulheres operárias da Fábrica de Tecidos Cedro e Cachoeira, localizada na região de Caetanópolis, em Minas Gerais. Os objetivos principais foram: analisar as relações entre as mulheres e a fábrica, as formas de recrutamento, as profissões exercidas por elas, a questão salarial e a rotina diária das operárias. Para a realização da pesquisa, trabalhei com um recorte temporal compreendido entre os anos de 1900 a 1920, período para o qual a referida fábrica possui grande quantidade de documentos sobre sua operação e seu pessoal.

A Fábrica Cedro e Cachoeira

A fábrica Cedro e Cachoeira, fruto da junção entre as fábricas Cedro, criada em 1872, e a fábrica Cachoeira, inaugurada em 1877, está hoje localizada na cidade de Caetanópolis, cujo nome representa uma homenagem a seu criador, Caetano Mascarenhas. A inauguração da fábrica se deu em 1883, a empresa representa até os dias atuais um dos principais estabelecimentos industriais da cidade. A junção das duas fábricas tinha o objetivo de somar forças para responder às ameaças de concorrência.

Tudo era metódico e estava em perfeita ordem e que o som das máquinas e a ótima disciplina mantida nas salas de trabalho constituíam um espetáculo novo para nós do interior de Minas [...], [quanto aos operários], todos pareciam contentes e felizes, estavam decentemente vestidos, mantinham a higiene de suas

3 JUNHO, Maria Valéria Pena. *Mulheres e Trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981. p.14.

casas e de suas próprias pessoas, eram econômicos, trabalhadores, sóbrios e bem comportados.⁴

Após a junção entre as duas fábricas, a Companhia de Tecidos Cedro e Cachoeira iniciou suas atividades com setenta operários, número que aumentou consideravelmente no decorrer dos anos. As condições de trabalho eram penosas, a jornada de trabalho ia diariamente das seis da manhã às seis da tarde, totalizando doze horas de quase ininterrupto trabalho.

A maior parte das operárias ocupava o setor de tecelagem, e recebia seus salários na forma de diárias. As horas de trabalho excessivas e as más condições para a sua realização, muitas vezes ocasionaram doenças às operárias, impossibilitando a continuidade das mesmas no seu ofício dentro da fábrica.

A condição sócio-econômica das mulheres que trabalharam inicialmente na fábrica era paupérrima, de maneira que coube à Companhia abrigá-las, vesti-las e alimentá-las. Para isso, nas redondezas da fábrica foram criados o “convento”, prédio destinado às moças solteiras, e às vilas operárias destinada a aqueles que possuíam famílias.

As mulheres operárias na Cedro e Cachoeira

Ao deparar-me com 60 registros das operárias que trabalharam na fábrica CEDRO entre os anos de 1900 a 1920 foi possível perceber que 80% delas nasceram no interior da área da fábrica, de modo que somos levados a acreditar que essas mulheres eram filhas de outros operários que viviam na vila operária. Os livros de registros contêm muitos casos de gerações inteiras de famílias que compuseram o quadro de funcionários da fábrica. Algumas delas em torno de 20% (de mulheres) não nascidas em Caetanópolis, pode-se concluir que eram oriundas de logradouros próximos à região da fábrica (Curvelo, Paraopeba, Sete Lagoas... etc.). Todas elas passaram a morar nas dependências da empresa. Esse mecanismo facilitava sobremaneira o controle exercido pela Companhia sobre o corpo das funcionárias. Além disso, garantia a assiduidade das mesmas no trabalho.

A modalidade de recrutamento feita pela fábrica no período de 1900-1920 não se distanciou dos modelos então utilizados pelos industriais mineiros. Como o maior número de empregados vinha da própria vila operária, a procura por mão de obra externa era pequena e, quando acontecia, seguia os costumes adotados pelos gerentes, isto é, o recrutamento através de “encomendas”. Este sistema de recrutamento consistia em enviar cartas a conhecidos administradores, ou parentes de outras regiões solicitando o envio de moças para trabalharem na fábrica. É

4 MUSEU DÉCIO MASCARENHAS (Caetanópolis). *Relação de máquinas e pessoal da Cia de Cedro e Cachoeira de 1915*. Caetanópolis, MG, 1915.

o que mostra o documento encontrado na caixa de correspondência da fábrica, datada de 18 de março de 1890, no qual o gerente solicita moças: “Tenho necessidade de tecelonas, e se puder vir cinco, tanto melhor, podem enviar também uns dois ou três meninos, para quem tenho casa e emprego para todos [...]”⁵.

As moças enviadas por encomendas deviam apresentar alguns requisitos básicos para a contratação. Era comum aparecer juntamente com o pedido de envio de moças, recomendações de que deveriam ser moças bonitas, robustas, solteiras, que estivessem dispostas a morar no convento, e ter disposição para o trabalho.

Ressaltamos que ser solteira era condição fundamental para a contratação da moça, primeiro porque se acreditava que moças solteiras tinham uma mente mais voltada para o trabalho, pois não tinham preocupações com casa, marido, filhos etc. Segundo, porque no caso de doença, a fábrica não perderia dois funcionários, pois estando um doente o cônjuge faltaria do serviço para cuidar do convalescente. A este respeito é esclarecedora a carta abaixo:

A não ser para moças do convento, não tenho atualmente cômodos, portanto, não venha a Modestina Lages. Acresce mais além da falta de cômodos, o grande inconveniente que há em contratar operárias casadas, se adoecer a mulher são duas falhas e se adoecer o marido a mesma coisa. É gente inconstante no serviço, o que não convém. Os melhores empregados são os solteiros e moças do convento que não dão falhas, e se adoecer algum é uma falha só.⁶

A análise feita sobre as profissões existentes na fábrica, no período em tela, mostrou que, havia ao todo trinta e duas funções, dentre as quais: tecelã, fiador, ajudador geral, carreteleira, estampador... etc. Mesmo tendo as mulheres representado o maior número da mão de obra existente na fábrica, seu local de atuação resumiu-se basicamente a um único setor: a tecelagem. Os registros de empregados mostraram que 75% das mulheres eram tecelãs. As outras 25% se dividiam entre os setores de urdição, máquina de bobina, sala de panos, filatórios, pavieiro, seção de fios, medideiras, serventes, pesadora de pavo e distribuidoras de canelinhas. A tecelagem era um setor importantíssimo dentro da fábrica, porque determinava a quantidade e a qualidade dos tecidos produzidos na fábrica.

O organograma da fábrica era muito bem definido e com pouca mobilidade. Assim, as mudanças de funções eram raríssimas. Foram encontrados poucos registros nos quais a operária contratada para uma determinada função,

5 MUSEU DÉCIO MASCARENHAS (Caetanópolis). Caixa de correspondência: carta de 18/03/1890. Caetanópolis, MG, 1890.

6 MUSEU DÉCIO MASCARENHAS (Caetanópolis). Caixa de correspondências Recebidas, 1887. Caetanópolis, MG, 1887.

mudava de setor e passava a ocupar outra função. Também foi raríssimo o caso de mulheres em cargos administrativos, das 60 operárias analisadas apenas uma mulher foi encontrada ocupando tal função. Essa mulher era conhecida pelos operários como abadessa, que era a senhora responsável por cuidar das moças do convento.

No que tange aos salários, é correto afirmar que dentro da fábrica havia uma grande diferenciação entre os valores recebidos, os salários variavam de acordo com a pessoa que exercia o cargo e a natureza do cargo. Seu valor dependia, entre outros fatores, da posição social do operário, de sua capacidade de barganha, variando segundo a necessidade ou a qualificação do trabalhador, e das suas boas relações com os chefes de seções, especialmente com o mestre geral ou com o gerente.⁷ Por exemplo, duas pessoas exerciam o mesmo cargo, mas se uma delas tivesse parentesco com a diretoria, seu salário possivelmente era maior⁸.

A forma de pagamento dos salários também variava: podia ser diário, semanal, mensal ou trimestral. Os cálculos da remuneração eram feitos de acordo com os dias trabalhados. Se a fábrica ficasse parada por alguns dias os operários não recebiam por isto. Os registros da empresa mostram que constantemente a fábrica ficava paralisada para limpeza dos açudes. Conforme trecho abaixo: “Funcionou esta fábrica regularmente durante o ano, tendo 6 dias de paralisação dos serviços devido a concertos no açude [...]”⁹.

Até a implantação do salário mínimo, em 1940, estas dificuldades foram mais acentuadas, depois, a questão salarial passou a ser controlada pelo governo, e estes tipos de descontos proibidos.

No caso das tecelãs o salário era pago diariamente, de acordo com a metragem de tecido produzida e com a qualidade do serviço. O valor por metro dependia do tipo de tecido, podia ser algodão grosso, algodão fino, trançado, xadrez, estampado, fantasia etc.

Como as mulheres moravam na fábrica, descontavam-se dos seus salários taxas referentes às despesas de alimentação e moradia, como também as compras feitas no armazém da vila, que era propriedade da fábrica. Este armazém foi implantado em 1896, segundo os industriais, sua implantação foi para evitar que os funcionários contraíssem dívidas em outros lugares.

Para facilitar os meios de subsistência aos operários desta fábrica, evitando ao mesmo tempo inconvenientes havidos de alguns contratarem dívidas que afinal não sendo solvidas redundam em prejuízo para a companhia, estabeleceu-se um pequeno armazém de gêneros de primeira necessidade e de pannos da

7 GIROLETTI, Domingos. *Fábrica Convento e Disciplina*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2002. p. 45.

8 VAZ, Alisson Mascarenhas. Cia. *Cedro e Cachoeira*: história de uma empresa familiar, 1883/1987. Belo Horizonte: Cedro e Cachoeira, 1990. p. 200.

9 MUSEU DÉCIO MASCARENHAS (Caetanópolis). *Relatório anual da Cia de Cedro e Cachoeira de 1896*. Caetanópolis, MG, 1896.

fábrica. Ali vende-se ao operário pelo custo ou com pequena porcentagem, porem exclusivamente a dinheiro, para isto passou-se a fazer os pg^{tos} quinzenalmente no escritório, descontando do salário dos que devem contas velhas 10% mais ou menos p/ amortização das mesmas¹⁰.

Desta forma, o valor que chegava até às mãos das operárias era irrisório, mal cobrindo as despesas pessoais. Havia operárias que não ganhavam o suficiente para manterem-se no convento, apesar de que os custos de estadia nele eram mais baixos do que os do mercado da época. Independente do quanto à operária produzia, ela tinha que permanecer na fábrica dez horas por dia. Sendo assim, existiam aquelas que dentro do horário estipulado produziam o suficiente para seu sustento, entretanto as que eram mais lentas não produziam nem o suficiente para as suas necessidades básicas.

Prezado favor de 11 dos que nos rege,
Cá chegarão felismente as moças que VEX^{cia} recomendou-me incontinente foram recolhidas ao convento, onde são bem zeladas e trabalham satisfeitas, dentre as que vieram, há 3 pequenas que actualmente não ganham nem para comer, o que não é conveniente para elas. Porttando peço que tem de mandar-me mais moças, venham somente aquelas que possam prestar maiores serviços.¹¹

Como o salário era por produção, a diversidade salarial era exacerbada. Nos registros da fábrica encontramos operárias recebendo o dobro de outra que exercia a mesma função, conforme mostra a tabela.

Tabela 1 - Salários das mulheres tecelãs na Cedro 1907-1909.

Nome	Ano	Função	Salário
Hermilda Ribeiro	1915	Tecelã	2\$400
Isabel Freitas	1910	Tecelã	2\$200
Olímpia da Veiga	9900	Tecelã	4\$400
Mercedes Silveira	1914	Tecelã	3\$334
Maria da P. Pereira	1912	Tecelã	2\$865
Vitalina Pereira	1915	Tecelã	2\$433
Heuriqueta gomes	1904	Tecelã	1\$800
Ana de França	1911	Tecelã	2\$500
Felisbina Lima	1914	Tecelã	2\$300
Izabel de Oliveira	1919	Tecelã	2\$000
Maria F. dos santos	1910	Tecelã	2\$900
Virgolina da Conceição	1911	Tecelã	1\$100
Dolores de Espírito Santo	1919	Tecelã	1\$500
Patrícia de Paula	1907	Tecelã	2\$400

Fonte: Museu Décio Mascarenhas (1907-1909). Nota: Livro de registro de empregados 1 e 2 da Cedro e Cachoeira.

10 MUSEU DÉCIO MASCARENHAS (Caetanópolis). *Relatório anual da Cia de Cedro e Cachoeira de 1896*. Caetanópolis, MG, 1896.

11 MUSEU DÉCIO MASCARENHAS (Caetanópolis). *Copiador de Cartas, 1894/95*. Caetanópolis, 1894-1895. Caetanópolis, MG, 1896.

Ao analisar o livro de registros de empregados número 1, foi possível levantar uma média salarial para as operárias da Cedro e Cachoeira. Como mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Média salarial das operárias.

Seção	Salário menor	Salário maior	Média
Tecelagem	1\$300	4\$400	2\$640
Fiação	1\$300	3\$300	1\$100
Urdição	\$400	1\$800	\$988

Fonte: Autor? (ano?).

As tabelas 1 e 2 mostraram claramente quais eram os salários pagos pelos industriais às mulheres operárias, bem como a média salarial das trabalhadoras. Com base em tais informações fizemos uma comparação entre os salários recebidos pelos trabalhadores masculinos e femininos e concluímos que os resultados nos revelaram uma constatação inusitada. Sabe-se que é bastante consensual na historiografia clássica brasileira, aceitar o esquema de que, nas relações de trabalho no interior das fábricas, os homens sempre teriam sido contemplados com uma remuneração superior à recebida pelas mulheres. Porém, um levantamento dos salários pagos para as mulheres operárias da Cedro e Cachoeira, entre os anos 1907 a 1919, mostrou que essa máxima não se verifica, pois, encontraram-se mulheres com salários superiores aos de alguns homens.

Os salários masculinos não eram pagos por dia, mas sim por hora. A média salarial dos homens variava de acordo com o setor de atuação, assim os homens que trabalhavam na fiação recebiam um determinado salário, enquanto os homens que trabalhavam na tinturaria recebiam outro, e assim por diante. Contudo, pode se ver que a média salarial das mulheres não ficava distante dos valores encontrados para os homens, mostrados na tabela III.

Tabela 3 - Salários masculinos pagos em 1915.

Nome	Seção	Função	Salário-Hora	Salário-dia
Francisco R Leite	Fiação	Pavieiro	250	2\$500
José Alberto	Fiação	Fusos	180	1\$800
Antonio Alves A. filho	Fiação	Cardoeiro	50	\$500
Clarindo Pereira Leite	Fiação	Descaroçador	110	1\$100

Fonte: Museu Décio Mascarenhas (1915). Nota: Relação de máquinas e pessoal de 1915.

Vale ressaltar, em primeiro lugar, que os dados sobre salários masculinos e femininos constantes nas tabelas, não são compatíveis com a imagem cristalizada na literatura clássica da história econômica. Mesmo considerando tratar-se de informações relativamente esparsas, porque não cobrem todo período de funcionamento da Cedro, elas colocam em cheque pontos de vista há muito aceitos

naturalmente pelos estudiosos da industrialização brasileira.¹² Em segundo lugar, os dados também sugerem que nas etapas diretamente ligadas à produção de panos, as mulheres predominavam nos postos melhor remunerados.

Por outro lado, os homens que recebiam salários maiores do que as mulheres tecelãs, eram pessoas que trabalhavam na portaria, ferraria, carpintaria, curiosamente setores não diretamente ligados à linha de produção.

Tabela 4 - Salários masculinos pagos aos operários em seções paralelas a produção

Nome	Sessão	Salário-hora	Salário-dia
José Philipe Xavier	Carpintaria	\$500	5\$000
Joaquim B. Santos	Ferraria	\$400	4\$000
Silvestre França	Fundição	\$450	4\$450
João Gomes Abreu	Portaria	\$300	3\$000

Fonte: Autor? (ano?).

Não obstante os dados apresentados terem como base o ano de 1915, conjecturamos que essa superioridade salarial das tecelãs em relação a muitos homens tenha ocorrido em outros períodos, tanto nos anos anteriores como posteriores a 1915. Tal conjectura procede porque a Companhia era marcada por grande tradicionalismo em seus padrões de gestão e operação, bem como pelo esforço para reproduzir as relações sociais que caracterizavam a comunidade fabril e seu entorno.

O Dia a dia das operárias na Cedro

Discutida a questão salarial, passaremos então a analisar a rotina diária das mulheres dentro da fábrica, e foi possível constatar que toda organização da fábrica girava em torno de um rígido sistema de controle e disciplina.

A instalação onde residiam as operárias solteiras que trabalhavam na fábrica recebeu o nome de convento. Este nome surgiu devido ao fato de as moças ficarem enclausuradas no interior dessa instalação, podendo sair somente com autorização ou acompanhadas por uma pessoa responsável. Dentro das instalações do prédio existia uma capela, onde as moças frequentemente faziam suas orações (o que caracterizava ainda mais a substantivação do prédio como convento). Na verdade, o convento não passava de um pensionato feminino, de caráter laico, onde as moças ficavam quando não estavam trabalhando.

A organização interna do convento era toda interligada com a organização da fábrica. Os horários internos obedeciam aos horários da fábrica, assim a vida das moças era organizada entre o convento e a fábrica. O dia a dia das operárias

12 Cf. HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *A história da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

consistia em levantar cedo, por volta das cinco horas da manhã, tomar o café e seguir para a fábrica. O horário de trabalho era constituído por um período diário de 10 horas com pequenas pausas para as refeições. À noite, retornavam para o convento, jantavam, rezavam e dormiam. Vale lembrar que às 22:00 horas o gerador de energia era desligado, deixando toda a vila operária e o convento às escuras. Este mecanismo de controle do tempo era uma forma da fábrica realizar o controle dos corpos.

O convento era administrado pela abadessa, uma senhora de mais idade provavelmente uma viúva de boa reputação, que recebia um salário razoável para cuidar e assessorar as moças. A abadessa geralmente era responsável pelas refeições feitas no convento e pelo cumprimento dos horários de trabalho, de alimentação e descanso, além de estabelecer as normas no local, determinando quem, quando e como faria as tarefas de limpeza da casa, lavagem de roupas, etc. Todo processo interno do convento dependia da administração da abadessa.

O respeito e a admiração para com ela eram imprescindíveis para a permanência ou não das moças no convento. Somente a abadessa podia permitir às moças se ausentarem do convento. O convento era cercado por altos muros, cujo objetivo era separar o mundo interno do mundo externo. Ou seja, as moças não tinham conhecimento de nada que se passava fora dos muros do convento e das instalações da fábrica. Uma vez ou outra aconteciam os passeios: na maioria dos casos se restringiam às missas, quermesses e novenas, porém sempre com a presença da abadessa.

Como a preferência da fábrica era por moças solteiras, não havia nenhuma forma de incentivo ao namoro, muito menos ao casamento.

A não ser para moças de convento, não tenho atualmente cômodos, portanto não venha a Modestina Lages. Acresce mais além da falta de cômodos, o grande inconveniente que há em empregar operários casados, se adoce a mulher são duas falhas e se o marido a mesma coisa. É gente inconstante no serviço, o que não convém. Os melhores empregados são os solteiros e moças do convento que não dão falhas, e se adoce algum é uma falha só.¹³

As moças tinham direito a receberem visitas, porém com hora marcada e na presença da abadessa: Em caso de namoro, os encontros aconteciam no alpendre que dava de frente para a sala de visitas, onde geralmente uma pessoa ficava vigiando, mesmo assim o namoro na varanda era permitido somente aos noivos.¹⁴ Dentre as moças que moravam no convento existiam aquelas que estudaram nas

13 MUSEU DÉCIO MASCARENHAS (Caetanópolis). Caixa de Correspondência Recebida, 1887. Caetanópolis, MG, 1887.

14 GIROLETTI, 2002, p. 249-250.

escolas. Conforme o relatório apresentado à assembleia geral dos acionistas da Companhia Cedro e Cachoeira, em 26 de março de 1896. Funcionavam na empresa quatro escolas, duas públicas e duas a expensas da fábrica, todas com frequência mais ou menos regular.

Todas as noites as moças tinham que fazer o trajeto entre o convento e a escola. Neste trajeto os encontros escondidos, os romances proibidos e até mesmo os sequestros e roubos de mocas aconteciam com frequência. É o que indica o documento encontrado na caixa de correspondência da fábrica, ano 1900, dias 01 a 11.

A final surpresa descobriu o ladrão das moças, o tintureiro segundo dizem está metido nesta história, mas uma das moças era de casamento. Diz a abadessa que ela escapuliu na hora da escola nocturna. O ladrão principal é casado, filho de Thomaz Cesário. Estou tocando o processo [...]. Todos os accionistas daqui foram de opinião que deverão ser processados para exemplo e moralidade do estabelecimento. Ajustei um advogado, estou tocando o processo para adiante [...], noto muita má vontade do tal Sr. delegado daqui, que apesar do juiz substituto requerer o alto de corpo delito, ele negou-se a fazer desobedecendo ao Sr. juiz Antônio Esteves.¹⁵

O documento acima possibilita observar que, apesar de toda estrutura de excessiva vigilância, ocorriam casos que fugiam ao controle do convento, e que nestes casos o castigo era inevitável, pois deveria ser aplicado para servir de exemplo para outros. Desta forma a fábrica procurava manter a ordem e o controle sobre as moças do convento e sobre seus operários.

A preocupação com a disciplina abrangia tanto a fábrica quanto o convento. Apesar do regulamento do convento não ter sido encontrado é possível perceber através do regulamento da fábrica que a questão da disciplina aparecia como pedra fundamental sobre a qual a moral e os bons costumes da época apoiavam-se. A disciplina e a moralidade eram questões que envolviam os assuntos internos da fábrica, como também valiam para as questões externas a ela.

O rígido sistema de disciplina adotado pela fábrica abrangia mecanismos de cercamento dos operários em um determinado espaço, um método que permitia uma observação contínua de todos os passos dos operários dentro da fábrica e nos seus arredores. O outro mecanismo de controle adotado pela fábrica baseava-se no rígido sistema de horários, segundo o qual as tarefas deviam ser cumpridas em um tempo mínimo, levando os operários a tal absorção nas tarefas executadas

15 MUSEU DÉCIO MASCARENHAS (Caetanópolis). Caixa de correspondência da fábrica, 1900. Caetanópolis, MG, 1900.

que perdiam a noção do tempo. O último mecanismo de disciplina adotado pela fábrica era a separação de cada função executada por cada operário. Desta forma, cada um deles ocupava um determinado lugar, sendo-lhes proibido transitarem sem ordem pelas repartições.

Apesar de o convento ter permanecido como parte das estruturas e dos conceitos de boa administração, com o tempo ele entrou em decadência, o que levou a fábrica a repensar os seus processos internos de acomodação das moças e a sua relevância para os processos produtivos.

Dentre os fatores que explicam a decadência dos conventos, está a estrutura do prédio, pois, além do custo de manutenção e de reforma ser muito alto, as acomodações apertadas obrigavam a fábrica a colocar várias moças dentro de um mesmo quarto, o que gerava desconforto, conflitos e problemas de ordem sanitária. Conforme trecho abaixo.

O Estado sanitário aqui infelizmente tem-se cada vez pior, devido a aglomeração de grande pessoal em aria[sic] muito pequena, e talvez aos péssimos encanamentos da fábrica e alguns de fora. Para [obrar?] isto, montamos uma olaria para se poder se forrar todos os encanamentos com tijolos e fazer mesmo outros de notável precisão. Também para o pessoal é urgente a construção de mais 4 a 5 casinhas, pois ainda há falta de tecelonas e não se tem aqui um quarto disponível, além de que seria de vantagem augmentar-se o número de casas para maior numero de famílias supprimindo-se o convento que actualmente só traz encomendas e inconvenientes.¹⁶

A saúde das operárias na Cedro.

Outro fator que contribuiu com o fechamento do convento, foram as constantes evasões de moças. Essas evasões aconteciam por vários motivos, primeiramente devido ao casamento, muitas moças abandonavam o convento para constituírem famílias, outras por insatisfação com o sistema de disciplina e/ou com a administração da abadessa; e, finalmente, o abandono podia ocorrer por motivo de doenças.

A jornada de trabalho excessiva constituía uma das principais causas dos problemas de saúde que as mulheres operárias enfrentavam. Por este motivo, as operárias não tinham tempo suficiente para fazer as refeições. As pequenas pausas que lhes eram reservadas eram extremamente curtas. E o retorno à fábrica deveria ser rápido.

16 MUSEU DÉCIO MASCARENHAS (Caetanópolis). *Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1889*. Caetanópolis, MG, 1889.

Após se alimentarem, as moças voltavam para a fábrica. Com a digestão ainda por fazer e numa única posição elas tinham que dar continuidade ao processo produtivo. A correria e a repetição diariamente desta situação traziam para as operárias problemas de saúde.

Entretanto, este não foi o único motivo de muitas mulheres terem a saúde debilitada. Era comum acontecer na fábrica surtos de doenças, que atacavam os trabalhadores, em alguns casos chegava a dizimar vidas. O jornal Gazeta de Paraopeba, do ano de 1921, trouxe um levantamento das principais epidemias que surgiram na cidade naquele período e alcançaram o operariado da Cedro.

As epidemias que mais traziam problemas para a comunidade e para a empresa foram: sífilis, reumatismo, flores brancas e tuberculose. A tuberculose era muito encontrada sob o registro de tísica.

Após cruéis padecimentos, sucumbiu na vizinha fábrica da Cedro, a Exma. Sra. D. Selvina Bhering, digna de nosso velho e venerando amigo Gil Correa de Freitas [...], para salvar a inditosa finada que se achava a um anno presa no leito devido a tísica, não valeram os cuidados médicos de seu sobrinho e nosso ilustre amigo Dr. Sebastião Ribeiro Viana.¹⁷

As doenças e as epidemias se alastraram facilmente pela fábrica, devido à falta de informação sobre as formas de contágio, também por questões higiênicas. O estado sanitário da fábrica foi um dos grandes responsáveis pelos surtos de doenças que ocorriam. As instalações sanitárias eram precárias tanto nos locais de trabalho, quanto no convento onde viviam as moças operárias.

As faltas ao trabalho por motivo de doenças deveriam ser comunicadas através de cartas ao gerente do setor, somente ele poderia aboná-las. Por prejudicar o funcionamento, as doenças tornaram-se preocupação constante. O problema é que muitas vezes esses surtos de epidemias fugiam ao controle dos diretores, e em alguns casos eles próprios eram atingidos.

Ao concluir podemos dizer que, a pesquisa realizada sobre a história das mulheres operárias da Fábrica de Tecidos Cedro e Cachoeira, nas Minas Gerais, no período de 1900 a 1920, levou-nos a compreender melhor qual foi o tratamento dispensado às operárias no início do processo de industrialização no Brasil. Distante da arte e da poesia, que tendem a enaltecer a figura feminina, a mulher operária sofreu agruras e carregou frustrações. Correu para a fábrica envaidecida pela oportunidade de construir uma vida melhor, mas acabou por encontrar exploração e discriminação. E diante da documentação analisada percebeu-se também em leitura subjacente que as operárias para além da exploração e discrimina-

17 GAZETA DE PARAPEBA. Villa Paraopeba, MG: anno 5, 23 maio 1915.

ção foram submetidas a códigos de disciplinas imposta a sua jornada de trabalho e a sua vida social e afetiva.

Referências

GAZETA DE PARAÓPEBA. Villa Paraopeba, Minas: anno 5, 23 maio 1915.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica Convento e Disciplina*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2002. p. 45.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *A história da indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

JUNHO, Maria Valéria Pena. *Mulheres e Trabalhadoras*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981. p.14.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção 100 Anos da Abolição 1888-1988).

MUSEU DÉCIO MASCARENHAS (Caetanópolis). Relatório anual da Cia de Cedro e Cachoeira de 1896. Caetanópolis, MG, 1896.

_____. Caixa de Correspondência Recebida, 1887. Caetanópolis, MG, 1887.

_____. Caixa de correspondência da fábrica, 1900. Caetanópolis, MG, 1900.

_____. Caixa de correspondência: carta de 18/03/1890. Caetanópolis, MG, 1890.

_____. Copiador de Cartas, 1894/95. Caetanópolis, MG, 1894-1895.

_____. *Relação de máquinas e pessoal da Cia de Cedro e Cachoeira de 1915*. Caetanópolis, MG, 1915.

_____. *Relatório Anual da Cia Cedro e Cachoeira de 1889*. Caetanópolis, MG, 1889.

_____. *Relatório anual da Cia de Cedro e Cachoeira de 1896*. Caetanópolis, MG, 1896.

VAZ, Alisson Mascarenhas. *Cia. Cedro e Cachoeira: história de uma empresa familiar, 1883/1987*. Belo Horizonte: Cedro e Cachoeira, 1990. p. 200.

Dossiê
Poder e Cultura Política

MANUEL DA GAMA LOBO D'ALMADA E A DEFESA MILITAR NOS CONFINES DA AMAZÔNIA PORTUGUESA¹

Francisco Jorge dos Santos²

Resumo

Neste artigo analiso brevemente, a trajetória político-administrativa e as atitudes militares de Manuel da Gama Lobo d'Almada nos Confins Ocidentais da Amazônia Portuguesa. Lobo d'Almada como governador da Capitania do Rio Negro (1788-1799) atuou, sobretudo, na defesa militar dessa unidade colonial; pois, segundo o próprio, tal território estaria sob ameaça de invasão protagonizada pelas tropas militares da Coroa espanhola. Para defendê-lo projetou estratégias militares com objetivos, não só de combater tais forças inimigas, mas também de possibilitar o aumento dos domínios territoriais da Coroa portuguesa na região. No entanto, as atitudes de Lobo d'Almada entraram em rota de colisão com as do governo central da Colônia, no último quartel do século XVIII.

Palavras-chave: Colônia. Confins Ocidentais. Defesa Militar.

Abstract

In this paper I briefly analyze the political and administrative history as well as military attitudes of Sir Manuel da Gama Lobo d'Almada in the Western Borders of the Portuguese Amazon. Sir Lobo d'Almada as governor of Rio Negro Captaincy (1788-1799) worked mainly on military defense of this colonial unit; because, according to him, such territory would be under threat of invasion carried out by troops of the Spanish Crown. In order to defend it, he designed military strategies aiming not only to combat such enemy forces, but also to allow more territorial domains of the Portuguese Crown in the region. However, Sir Lobo d'Almada attitudes entered on a collision way with the ones of the central Colonial government, in the last quarter of the eighteenth century.

Keywords: Colony. Western Borders. Military Defense.

1 Este artigo tem como base a minha tese de doutorado, intitulada *Nos Confins Ocidentais da Amazônia Portuguesa: mando metropolitano e prática do poder régio na Capitania do Rio Negro no século XVIII*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2012. Uma versão deste foi apresentada sob a forma palestra no Realizado pelo Comando Militar da Amazônia-CMA, em Manaus, no período de 21 e 23 de novembro de 2012.

2 Professor Doutor do Departamento de História da Universidade do Federal do Amazonas / UFAM.

O modo de governar colonial implica no estudo da ação de alguns indivíduos que estiveram de posse do governo nas diversas instâncias do poder régio: metropolitano, central e periférico. Assim sendo, tais personagens surgem na esteira da resolução de problemas. Como assegura Laura de Mello e Souza: os problemas norteiam a escolha das personagens, as trajetórias fazem sentido pelas questões – quase sempre estruturais – que suscitam: a reflexão política sobre os limites do mando em conquistas ultramarinas; a teoria e a prática da concessão de dons ou mercês; a promiscuidade entre governo, poder e ganhos ilícitos; a tensão entre o âmbito público e o privado das carreiras imperiais.³ Assim sendo, neste trabalho analiso brevemente a trajetória político-administrativa e as atitudes militares do coronel Manuel da Gama Lobo d'Almada, governador da Capitania do Rio Negro, sobretudo, em relação à defesa dos Confins Ocidentais da Amazônia Portuguesa; pois, segundo o próprio, esse território estaria sob a ameaça das forças militares da Coroa espanhola, no último quartel do século XVIII.

Os primeiros desenhos políticos das fronteiras

Os primeiros desenhos das fronteiras da Amazônia Portuguesa foram traçados no Tratado de Madri, em 1750, cujo processo de demarcação dos limites, que seria iniciado três anos mais tarde, não iniciou. Foi anulado em 1761. As razões políticas e práticas há muito já foram tratadas na historiografia das demarcações, sobretudo, por Arthur Cezar Ferreira Reis.⁴

Contudo, os limites dos domínios da Coroa portuguesa foram estabelecidos, ainda que de forma unilateral; pois não havia nenhum tratado em vigor, tampouco havia a aquiescência pelo lado espanhol para essa definição. As referidas fronteiras foram na verdade, “conquistadas” e “demarcadas”, por conta das atitudes dos agentes régios do centro e da periferia da Colônia que estavam envolvidos, na prática, com a defesa do território pretendido pela Coroa portuguesa. Os acontecimentos para a definição dos limites, através de subterfúgios, “[...] foram se tecendo ao sabor de conjunturas e de atuações individuais [...]”, como diria Laura de Mello e Souza.⁵

3 SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração do América Portuguesa no Século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. p. 19-20.

4 REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Lobo d'Almada, um estadista colonial*. 3. ed. Manaus: Valer, 2006; _____. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: a fronteira com as colônias espanholas*. Belém: Secult, 1993. v. 2; _____. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989; _____. Os Tratados de Limites. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*: I. A época colonial: 1. Do descobrimento à expansão territorial. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 364-379.

5 SOUZA, 2006, p. 14.

A partir da anulação do Tratado de Madri, em 1761, até o Tratado Preliminar de Santo Ildefonso (1777), a Amazônia viveu uma verdadeira *paz armada*: Nesse período, muitas “recomendações” foram feitas por ambas as potências colonizadoras ibéricas acerca de três *fronts*, que tinha como referência o território da Capitania do Rio Negro: a Noroeste, ao sistema fluvial do alto rio Negro; ao Oeste, o alto rio Solimões; e ao Norte, sistema fluvial do rio Branco.

No entanto, entre os anos de 1760 e 1780, procedeu-se, nesta região, um alastramento da área de soberania lusa e as repetidas tentativas para frustrar os planos espanhóis de ocupação das cabeceiras daqueles rios.⁶

Nesse processo de consolidação do território luso-amazônico participaram, além dos índios e dos soldados (praças e oficiais), os governantes centrais, tais como os capitães-generais Manuel Bernardo de Melo e Castro, Fernando da Costa de Ataíde Teive e João Pereira Caldas; na periferia os coronéis governadores da Capitania do Rio Negro, Joaquim de Mello e Póvoas, Gabriel de Souza Filgueira, Nuno de Ataíde Verona, Valério Correia Botelho de Andrade, com destaque para Joaquim Tinoco Valente, pois, foi durante o seu longo governo que durou, dezesesseis anos (1763-1779), que a maior parte da “conquista” e da “demarcação” das fronteiras dos Confins Ocidentais da Amazônia Portuguesa, na prática, se efetivaram. Não obstante os tratados de limites subsequentes, os marcos virtuais se mantiveram.

Joaquim Nabuco sintetizou esses feitos do governo de Joaquim Tinoco Valente com o seguinte comentário:

Na sua longa administração Tinoco Valente expeliu os espanhóis do rio Branco, fortificou e povoou este rio, renovou as fortalezas do Rio Negro, e pôs a Capitania em pé de resistir a quaisquer represálias por parte da Espanha.⁷

Portanto, a eficácia dessa política sub-reptícia praticada no contexto, da já aludida *paz armada* na Amazônia Colonial, coube aos portugueses, a qual produziu sólidos efeitos em favor da Coroa Portuguesa. Pois, no final do período em foco, conta-se com o seguinte desenho da fronteira: no primeiro *front* – na baliza, a fortaleza de Marabitanas, imediatamente seguida por seis novos aldeamentos; na zona intermediária, a Fortaleza de São Gabriel da Cachoeira, imediatamente seguida por sete novos aldeamentos; no segundo *front* – na baliza, a Fortaleza de Tabatinga, seguida de seis aldeamentos; no terceiro *front* – na baliza, a Fortaleza de São Joaquim, imediatamente seguida por sete aldeamentos indígenas.

⁶ Cf. DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos*: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. p. 218.

⁷ NABUCO, Joaquim. *O Direito do Brasil*. Paris: A. Lahure Editor, 1903. p. 85.

Por esse desenho geopolítico, a Capitania do Rio Negro consolidou a conquista territorial, além de se tornar a grande responsável pela proteção e segurança da porção oeste da Amazônia Portuguesa. Ai foi que encontramos a importância do coronel Manuel da Gama Loba d'Almada.

Lobo d'Almada: da África para a Amazônia

O início da histórica trajetória de Lobo d'Almada deve ser visto num contexto longe da América Portuguesa, na África. Em 1768, os mouros impuseram um cerco à praça-forte de Mazagão; e a Coroa portuguesa sem quaisquer condições para defendê-la, decidiu por abandoná-la. Assim sendo, em 11 de março de 1769, uma população de 2.092 pessoas fogem para Lisboa, e lá permaneceu por cerca de seis meses, antes de rumarem para Amazônia. Em 15 de setembro, de Lisboa partiram em duas esquadras para Belém do Pará, 1.642 pessoas. Entre elas se encontrava Manuel da Gama Lobo d'Almada, cuja esquadra teria chegado, depois da primeira, em 20 de novembro de 1769.⁸

Manuel da Gama Lobo d'Almada nasceu em 1745; ingressou na Armada Real Portuguesa aos dezessete anos de idade e, “[...] com pouco mais de vinte anos já se encontrava em Mazagão, em África cumprindo um degredo [...]”. Sem perder o vínculo militar, exerceu a função de ajudante de sala do comandante local. Contudo, quando retornou a Lisboa – por conta da fuga de Mazagão –, Lobo d'Almada, aos 24 anos de idade foi agraciado com três mercês: o perdão real do degredo, o posto de sargento-mor e o governo da Praça de São José de Macapá, na Amazônia.⁹

Já na Amazônia Portuguesa com suas mercês, Manuel da Gama Lobo d'Almada prestou juramento de homenagem pelo cargo de governador da Praça de Macapá, nas mãos do capitão-general Fernando da Costa de Ataíde Teive.¹⁰

Ali começou a sua grande aventura político-administrativa na Amazônia, a qual duraria cerca de trinta anos. Permaneceu na parte oriental da Amazônia Portuguesa por quatorze anos, até 1784, quando foi destacado para os Confins Ocidentais, onde assumiu os seguintes cargos régios: comandante da Parte Superior do Rio Negro; governador da Capitania do Rio Negro, e comissário chefe das Demarcações de Limites.

8 Cf. VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o atlântico: do Marrocos à Amazônia* (1769-1783). São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 51- 67.

9 Cf. TORRES. Simeia Maria de Sousa. *O cárcere dos indesejáveis: degredados na Amazônia Portuguesa* (1750-1780). Dissertação (Mestrado)-- PUC-SP, São Paulo, 2006. p. 164. Silvano da Cruz Curado, entretanto, afirma que a pena de “degredo” de Lobo d'Almada foi comutada em “servir no Presídio de Mazagão”. Ver CURADO, Silvano da Cruz. *Manuel da Gama Lobo de Almada, Militar, Sertanista e Governante na Amazônia*. Comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História. Lisboa, 6 de outubro de 2004.

10 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Ofício de Fernando da Costa de Ataíde Teive para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 12 de janeiro 1770. Pará, cx. 65, Doc. 5588.

Lobo d'Almada nos Confins Ocidentais

O coronel Manuel da Gama Lobo d'Almada chegou aos Confins Ocidentais em 1784, para ser o comandante da parte superior do rio Negro (distrito compreendido entre a povoação de Santa Isabel e as fronteiras castelhanas). Sua primeira aventura nos Confins Ocidentais foi a exploração do alto rio Negro, durante os meses de maio e julho de 1784: penetrando pelo rio Ixié atingiu o rio Thomon – afluente do rio Negro no domínio espanhol –, de onde desceu, pelo rio Negro, ao seu ponto de partida.¹¹ Depois comandou a expedição ao rio Uaupés nos anos de 1784 e 1785, quando encontrou as passagens do rio Negro para o rio Japurá; e em 1786 e 1787, explorou a bacia do rio Branco

Em 25 de agosto de 1786, Manuel da Gama Lobo d'Almada foi nomeado pela rainha D. Maria I, governador da Capitania do Rio Negro; tomou posse no governo em 9 de fevereiro de 1788. Governou por onze anos, até a sua morte, em 27 de outubro de 1799. E mais, em novembro do ano de sua posse, Lobo d'Almada substituiu o general João Pereira Caldas na chefia das demarcações limites. Portanto, Almada tornou-se um homem muito experimentado sobre as coisas dos Confins Ocidentais da Amazônia Portuguesa.

O primeiro revés político-administrativo de Lobo d'Almada se conta quando assumiu os negócios das demarcações, pois João Pereira Caldas teria se comportado de má-fé, quando omitiu ao novo demarcador a documentação necessária para o bom andamento das demarcações. Pereira Caldas também teria provocado a saída de alguns funcionários, com funções-chave, que faziam parte da tropa de demarcadores.¹²

Em 1790, assumiu o governo do Estado do Grão-Pará e Rio Negro o capitão-general Francisco Maurício de Souza Coutinho. Ao assumir poder régio central esse governador se deparou com uma situação de governabilidade nada favorável, pois os cofres da Fazenda Real estavam completamente vazios, havia carência de mão de obra indígena e africana. E mais, as tensões nas fronteiras com os domínios coloniais franceses e espanhóis. Então, em busca de solução para tais problemas, o novo governador articulou uma grande intervenção em todos os setores da Colônia, sobretudo militar.¹³

A tensão nas fronteiras confinantes com o domínio colonial francês era o problema mais preocupante; pois devido aos acontecimentos políticos na Europa, sobretudo os da *França Revolucionária*, havia uma grande expectativa, por parte

11 Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Lobo d'Almada, um estadista colonial*. 3. ed. Manaus: Valer, 2006. p. 20-21; 64-69.

12 REIS, 2006, p. 31.

13 Cf. SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Administração Colonial e Legislação Indigenista na Amazônia Portuguesa. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (Orgs.). *Senhores dos Rios: Amazônia margem e história*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 123-139.

do poder central, de uma invasão francesa via Caiena. Desse modo, urgia necessidade de se reforçar a defesa militar do Estado: essa atitude política permeou quase toda a governação de D. Francisco Maurício de Souza Coutinho, e por extensão a de Manuel da Gama Lobo d'Almada. Por exemplo, em fins de 1798, o governo central ainda enviava emissários para sondagem das intenções dos franceses nas fronteiras com a Capitania do Pará.¹⁴

A situação militar da Capitania do Rio Negro

No início de 1790, Lobo d'Almada desenhou um quadro da precária situação da defesa militar da Capitania do Rio Negro, e o enviou para o chefe do poder central do Grão-Pará, o então governador e capitão-general Martinho de Souza e Albuquerque. De acordo com Lobo d'Almada, essa Capitania contava com uma subtração de mais 46 elementos do seu contingente militar.¹⁵ Portanto, a Capitania do Rio Negro se encontrava quase desguarnecida.

Lobo d'Almada continuou desenhando a situação militar da Capitania:

Eu me vejo em grande embaraço para conservar em respeito os Postos Fronteiros desta Capitania, não tendo absolutamente nem gente, com que render os Destacamentos dos ditos postos, nem mesmo tropa com que os guarneça; achando-se finalmente a guarnição da Capitania reduzida ao mais pequeno **número, que nunca teve, ainda mesmo quando nela havia serviços menos complicados do que o da atual Demarcação.**¹⁶

O governador da Capitania do Rio Negro deu exemplos dos problemas que estava enfrentando nos três principais *fronts* (no rio Branco, alto rio Negro e alto rio Solimões) em face do diminuto contingente militar a sua disposição.

No *rio Branco* – A sublevação dos índios das povoações do rio Branco, segundo Lobo d'Almada, talvez não tivesse sucedido com tão funesta consequência, se na Fortaleza de São Joaquim tivesse pelo menos quarenta praças militares, para intimidar aqueles indígenas que se sublevaram, ou para persegui-los e prendê-los logo. Mas muito pelo contrário, aquela fronteira se achava com um insignificante número de praças, os quais “nenhum caso fizeram os tapuias”, ou seja, para os

14 AHU. Ofício de Francisco Maurício de Souza Coutinho para Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 9 de setembro de 1798. Pará, cx.113, Doc. 8781.

15 24 praças tinham morrido ou desertados; 6 oficiais e mais “alguns praças” foram levados por João Pereira Caldas, quando se retirou daquela Capitania; 2 oficiais e 14 soldados que foram guarnecendo a expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, pelo rio Madeira até a Capitania do Mato Grosso. Cf. Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada para Martinho de Souza e Albuquerque, Barcelos, 6 de março de 1790 (REIS, 2006, doc. 68, p. 150-152).

16 Cf. Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada para Martinho de Souza e Albuquerque. Barcelos, 6 de março de 1790 (REIS, 2006, doc. 68, p. 150-152).

índios, essa quantidade de soldados e nada seria mesma coisa. Para reprimi-los Lobo d'Almada teve de catar uns e outros das tropas de auxiliares.

No *alto rio Negro* – Quando o comandante da Parte Superior do Rio Negro teve que se ausentar, para ir a Barcelos, ocorreram várias deserções de índios das povoações da parte de cima. Uma vez na sede da Capitania, o comandante da Fortaleza de São Gabriel, o capitão Marcelino José Cordeiro, pediu ao governador que lhe desse mais soldados para reforçar a guarnição, assim como para recapturar os desertores. O pedido lhe foi negado, pois não podia lhe dar nem sequer um soldado.

No *alto rio Solimões* – Na fronteira de Tabatinga, os postos militares dos rios Içá e Javari e o quartel de Ega se encontravam bem desguarnecidos. Seria então, segundo Lobo d'Almada, necessário que esse *front* tivesse pelo menos as forças militares que tinha no tempo em que o general João Pereira Caldas era o comissário das Demarcações.

E isso sem falar na similar carência no Registro de Borba, no rio Madeira; e para outros serviços no interior da Capitania, que demandassem tropas. O coronel Manuel da Gama Lobo d'Almada, depois de expor algumas alternativas ao governador do Grão-Pará, capitão-general Martinho de Souza e Albuquerque, foi peremptório: “À vista de tudo que tenho exposto suplico a V. Exa. que me socorra com alguma Tropa [...]”.¹⁷

Heloísa Liberalli Belloto, ao analisar o Estado português no Brasil, considerou que a distância paralisa, retarda e dificulta a ação administrativa. Erros e distorções, tanto administrativos como estratégico-militares, foram cometidos em razão do chamado *tempo administrativo*, tempo que transcorre entre a emanação de uma ordem real e o seu conhecimento pelos súditos ou autoridades a quem é destinada.¹⁸

Na Amazônia Portuguesa, neste episódio, o governador da Capitania do Rio Negro, guardadas as devidas proporções, foi tragado pelo *tempo administrativo*, pois à distância a ser percorrida, de ida e volta entre as duas capitais (Barcelos e Belém), levava cerca de três meses. No entanto, neste caso, a situação teria se agravado um pouco mais, pois o *tempo* entre o ato da escrita da carta do governador da periferia e o ato da resposta do governo colonial central levou nada menos que cem dias. E neste período, o governo central mudou mão: Martinho de Souza e Albuquerque foi sucedido por Francisco de Souza Coutinho.

17 Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada para Martinho de Souza e Albuquerque. Barcelos, 6 de março de 1790 (REIS, 2006, doc. 68, p. 150-152). As tropas pagas que guarneciam a Capitania do Rio Negro saíam do Regimento de Macapá e o Regimento da Cidade de Belém.

18 BELLOTO, Heloísa Liberalli. O Estado Português no Brasil: o sistema administrativo e fiscal. In: SILVA, M. B. Nizza da (Coord.). *O Império Luso-Brasileiro, 1500-1822*. Lisboa: Editora Estampa, 1986. v. 3, p. 265.

O novo governo detinha outras prioridades, e a situação da Capitania do Rio Negro, pelo que tudo indica, não era uma delas. A resposta do novo governador do Estado ao governo da Capitania do Negro, também foi peremptória: “Eu mandaria o socorro que me pede, se me não tivesse sido recomendado toda a moderação nas despesas dessa Repartição [...]”, ou seja, dessa Capitania.¹⁹

Em seguida, desqualificou quase todos os argumentos produzidos por Lobo d’Almada, como por exemplo, o do caso da falta de soldados para evitar e para reprimir a rebelião dos índios das povoações do rio Branco. Disse Souza Coutinho: “Não me persuado que a falta de tropa se deva atribuir essa desordem talvez antes ao excesso dessa mesma que ali estava [...]”.²⁰

Contudo, Lobo d’Almada voltou à carga no final de 1790, dizendo que tinha 305 praças, contando com os inválidos (cegos, aleijados, velhos e estropiados) e precisava de mais 200, para atender a Capitania, os negócios das reais demarcações e para as diversas diligências internas. Desta vez, fez demonstração dos perigos que o domínio português corria em seus diversos *fronts*: era preciso defendê-lo, dos holandeses e espanhóis pelo rio Branco; pelos rios Negro, Solimões e Madeira, também dos espanhóis.

Sempre categórico Lobo d’Almada disse ao governador do Grão-Pará e Rio Negro que não tinha nesse pedido a pretensão nada mais que as do Serviço Real, na conservação e segurança da Capitania do Rio Negro, que Sua Majestade lhe honrou em confiá-lo; e mais, que o governador deveria saber que ele não queria tropa para ostentação, pois, a sua guarda constava unicamente de uma só sentinela em sua porta, e que só a mantinha porque em sua casa havia “[...] papéis de maior importância [...]”. Em seguida responsabilizou também o governador Souza Coutinho pela defesa da Capitania do Rio Negro, quando lhe disse: “Parece-me que V. Exa. deve estimar que eu lhe fale com esta precisão; pois que V. Exa. como governador e capitão-general também desta Capitania responde pela segurança e defesa dela [...]”.²¹

Pelo visto, um cabo de guerra entre esses governadores estava estabelecido. Os pontos de vista se estabeleciam por prismas diferentes, daí a metáfora do “cabo de guerra”.

Em resposta no início do ano seguinte, Francisco de Souza Coutinho, novamente, desqualificou quase todos os argumentos de Manuel da Gama Lobo d’Almada, afirmando, por exemplo, que o “perigo espanhol” seria uma falácia,

19 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (doravante APEP). Carta de Francisco de Souza Coutinho para Manuel da Gama Lobo d’Almada. Pará, 23 de junho de 1790. *Correspondência do Governador com Diversos*, Códice 335, Doc. 260, 1778-1791.

20 APEP. Carta de Francisco de Souza Coutinho para Manuel da Gama Lobo d’Almada. Pará, 23 de junho de 1790. *Correspondência do Governador com Diversos*, Códice 335, Doc. 260, 1778-1791.

21 Cf. Carta de Manuel da Gama Lobo d’Almada para Francisco de Souza Coutinho. Barcelos, 22 de dezembro de 1790 (REIS, 2006, doc. 82, p. 171-173).

pois não haveria motivo para se desconfiar da boa-fé da Corte de Madri. Entretanto, externou a sua preocupação acerca do “perigo francês”, quando ponderava que em todo o Estado do Grão-Pará e Rio Negro estava faltando quinhentas praças militares para sua defesa.²²

Souza Coutinho teria inculcado o espectro de uma iminente invasão francesa, via Caiena. A defesa daquela parte do domínio colonial portuguesa – Capitania do Pará – que se limitava com o domínio colonial francês, se tornou a sua grande obsessão. Ao que parece o restante da América Portuguesa não teria a menor importância para o seu governo.

Quanto à quantidade de soldados requerida pelo governador da Capitania do Rio Negro, Souza Coutinho achou que, para ali, faltavam apenas 75, e dessa vez permitiu que tais soldados fossem recrutados ali mesmo, nos Confins Ocidentais; e que iria manter uma tropa com o mesmo número de soldados de 1784, no tempo de João Pereira Caldas, que era de 382.²³

Esse viés da governação desses dois detentores do poder régio colonial foi constante até a morte de Lobo d’Almada, em 1799.

Em meados de 1793, o governador do Pará recebeu notícias vindas de Lisboa de que, a qualquer momento, a França estaria declarando guerra a Portugal, porquanto os franceses já haviam apresado quatro embarcações portuguesas. Ato contínuo, Souza Coutinho mandou descer para Belém, toda a tropa que estava destacada na Capitania do Rio Negro e ordenou ao desembargador e intendente geral do Estado que avisasse todos os diretores de índios das povoações da Capitania Pará que, com toda urgência, produzissem farinhas; fazendo não só grandes roçados por conta do comum de cada povoação, mas também incentivar e obrigar os índios a produzirem em suas roças particulares.²⁴ Evidentemente, esse mando também foi estendido à Capitania do Rio Negro, quando Souza Coutinho recomendou a Lobo d’Almada o mesmo procedimento.²⁵

Manuel da Gama Lobo d’Almada, imediatamente cumpriu o mando do poder régio central, enviando-lhe 120 praças da guarnição da Capitania do Rio Negro. Mas, questionou a legalidade dessa prática, pois por Carta régia firmada pela “Real Mão de Sua Majestade” detinha o comando, o governo e a autoridade régia

22 Cf. Carta Francisco de Souza Coutinho para Manuel da Gama Lobo d’Almada, Pará, 23 de fevereiro de 1791. (REIS, 2006, doc. 87, p. 177-183).

23 Anteriormente Souza Coutinho não permitiu o recrutamento local proposto por Lobo d’Almada: “Não convenho na proposta de V. Sa. de recrutar, nessa Capitania, visto o pouco número de habitantes, que tem, que se deve antes cuidar em aumentar, de que diminuir [...]” Cf APEP. Carta de Francisco de Souza Coutinho para Manuel da Gama Lobo d’Almada. Pará, 23 de junho de 1790. *Correspondência do Governador com Diversos*, Códice 335, Doc. 260, 1778-1791.

24 Cf. Carta de Francisco de Souza Coutinho para Manuel da Gama Lobo d’Almada. Pará, 26 de junho de 1793 (REIS, 2006, doc. 108, p. 217-219).

25 Cf. Carta de Francisco de Souza Coutinho para Manuel da Gama Lobo d’Almada. Pará, 26 de junho de 1793 (REIS, 2006, doc. 108, p. 217-219).

sobre os oficiais militares, as tropas e todas as pessoas envolvidas nos negócios das demarcações. E disse mais, que não lhe contava que “[...] S. Alteza o Príncipe Nosso Senhor tenha ainda revogado esta Real Ordem de Sua Augusta Mãe [...]”²⁶ Em seguida, demonstrou a sua obediência régia; a deslealdade implícita nas atitudes do capitão-general, assim como uma intervenção do poder central no governo local:

[...] pela prontidão com que de minha parte executo assim quanto V. Exa. tem mandado, já V. Exa. não poderá duvidar da minha condescendência e tudo que V. Exa. me determina; ainda que V. Exa. (suposto me insinua que poderemos ser atacados) me não faz a honra de me comunicar que a guerra nos ameaça, e nos obriga a desgovernar esta Capitania.²⁷

A invasão francesa na Capitania do Pará jamais aconteceu, mas as querelas político-administrativas continuaram, sobretudo, no âmbito pessoal, até o ponto de Lobo d’Almada ser acusado de enriquecimento ilícito à custa da Fazenda Real, cujos detalhes já foram aludidos por Arthur Cezar Ferreira Reis.²⁸

Plano para defender a Capitania do Rio Negro da invasão dos espanhóis

Em todo o período em que Lobo d’Almada esteve no governo da Capitania do Rio Negro, jamais abriu mão do desenvolvimento econômico e da defesa dos Confins Ocidentais da América Portuguesa. Sempre instando o governo central da Colônia para esta última questão, assim como lhe co-responsabilizando pelo que viesse acontecer nesse sentido, ou seja, caso a região fosse invadida pelas forças bélicas confinantes aos domínios territoriais da Coroa portuguesa. Incansável nessa lida e preocupado com o que poderia acontecer aos Confins Ocidentais, o coronel Manuel da Gama Lobo d’Almada elaborou um *Plano para defender a Capitania do Rio Negro da invasão dos espanhóis*, o qual enviou ao capitão-general Francisco de Souza Coutinho, em 1797.

Para a execução do dito *Plano* Lobo d’Almada²⁹ precisaria de 800 homens em armas, e pelo menos 23,5 toneladas de pólvoras (400 quintais) e balas corres-

26 Carta de Manuel da Gama Lobo d’Almada para Francisco de Souza Coutinho. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 29 de junho de 1793 e Carta de Francisco de Souza Coutinho para Manuel da Gama Lobo d’Almada. Pará, 26 de junho de 1793 (REIS, 2006, doc. 109, p. 219-222; doc. 108, p. 217-219).

27 Cf. Carta de Manuel da Gama Lobo d’Almada para Francisco de Souza Coutinho. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 29 de junho de 1793 (REIS, 2006, doc. 109, p. 219-222).

28 REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989; REIS, 2006.

29 Cf. Carta de Manuel da Gama Lobo d’Almada para Francisco de Souza Coutinho. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 8 de agosto de 1797 (REIS, 2006, doc. 131, p. 256-260).

pondentes. A estratégia de conquista militar começaria pela parte superior do rio Negro: 50 homens através do rio Ixié alcançariam o rio Thomon, onde tomariam de assalto a povoação de Santo Antônio; daí ao rio Negro, onde tomariam São Miguel; continuariam descendo o rio Negro para alcançar o Forte de Santo Agostinho e a povoação de São Carlos. Ao mesmo tempo em que, sairia da Fortaleza de Marabitanas uma tropa de 200 homens, sob o comando do próprio coronel Lobo d'Almada, que se encontraria como a tropa que estaria descendo rio Negro, para juntas tomarem aquelas duas posições espanholas.

Durante a conquista, o Forte de Santo Agostinho seria arrasado, pois os portugueses pretendiam fortificar a boca do canal de Cassiquari (via de comunicação entre os rios Negro e Orenoco). Assim sendo, segundo o plano de Lobo d'Almada, a fronteira espanhola ficaria recuada naquela área: “[...] e nós senhoreado de todo o rio Negro que temos direitos por muitos títulos [...]”.³⁰

Para execução do referido plano, neste *front*, Lobo d'Almada faria uso de todo arsenal de conhecimento adquirido *in loco* na década de 1780, quando explorou aquelas artérias fluviais e seus respectivos terrenos.

Em seguida, Lobo d'Almada detalhou a estratégia para tomar de assalto as posições no rio Solimões, onde pretendiam recuar as fronteiras castelhanas até a foz do rio Napo. Quanto ao *front* do rio Branco, pelo plano se manteria como estava, mas com ordem para “sustentar aquele Posto com todo o vigor possível”. E se fosse preciso o próprio governador da Capitania iria cuidar pessoalmente de sua defesa.

O plano de defesa da Capitania do Rio Negro era na realidade um eufemismo para a pretensão imperialista do governador português, pois o plano tinha mesmo como objetivo invadir e conquistar as porções territoriais espanholas confinantes às portuguesas em nome da Coroa portuguesa.

Apesar das “pretensões imperialistas”, novamente os argumentos de Lobo d'Almada foram desqualificados por Souza Coutinho e os embates recrudesceram: o poder régio central passou a efetuar muitas cobranças de prestações de contas; acusações de enriquecimento por meio do Serviço Real; negociatas etc.³¹

Proposta de transformação da Capitania do Rio Negro em Governo Geral

Em meio a uma tempestade de desqualificação dos seus mandos e de uma enxurrada de acusações e denúncias, Lobo d'Almada teve participação no processo de reorganização da político-administrativa na América Portuguesa, quando produziu um *Plano* para a saída da Capitania do Rio Negro da subalternidade

30 Cf. Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada para Francisco de Souza Coutinho. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 8 de agosto de 1797 (REIS, 2006, doc. 131, p. 256-260).

31 Ver REIS, 2006.

em que se encontrava em relação à Capitania do Pará. Pelejou pela criação de um *Governo Geral* na Capitania do Rio Negro, ou seja, pela autonomia político-administrativa daquela unidade colonial da Amazônia Portuguesa.³²

Eis as linhas gerais do Governo Geral da Capitania:

Os comandantes das fortalezas e registros; os diretores das povoações dos índios aldeados; os principais e oficiais dos mesmos índios seria conveniente que fossem nomeação do Governo desta Capitania. E que lhe pertencesse também conceder ou negar (ouvido o parecer das respectivas Câmaras) licenças para se estabelecer contatos, engenho de açúcar, e outros estabelecimentos que lembram, não somente úteis, mas necessários, e que de nenhuma sorte são contra as leis de Vossa Majestade: Assim como também erigir Vilas, e outras povoações, que façam mais comunicáveis de uma parte as outras estes domínios de Vossa Majestade.³³

Porquanto, de acordo com Lobo d'Almada, com a autoridade do Governo Geral se poderia executar o seu *Plano*, o qual faria aumentar as rendas reais da Capitania do Rio Negro, logo no terceiro para o quarto ano, de cem mil cruzados para cima. Daí em diante, os aumentos seriam progressivos.

O plano de mudança de *status* da Capitania do Rio Negro, formulado por Manuel da Gama Lobo d'Almada, foi enviado para a rainha de Portugal, D. Maria I, em 2 de agosto de 1797. No entanto, não se sabe até agora que fim levou o referido plano.

De qualquer modo, Joaquim Nabuco garantiu que o governo de Manuel da Gama Lobo d'Almada “[...] **é a época de maior florescimento do Rio Negro sob o regime colonial** [...]”.³⁴

Fortaleza da Barra do Rio Negro, a nova Capital

O general João Pereira Caldas e o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, na década de 1780, concluíram que a Fortaleza da Barra do Rio Negro (sítio primordial da Cidade de Manaus) era um estabelecimento militar inócuo, sem qualquer relevância para a defesa dos domínios territoriais de Sua Majestade, inclusive propuseram a mudança da sua localidade.³⁵ Contudo, se não tinha tal ser-

32 Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada para D. Maria I. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 2 de agosto de 1797 (REIS, 2006, doc. 129, p. 252-255).

33 Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada para D. Maria I. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 2 de agosto de 1797 (REIS, 2006, doc. 129, p. 252-255).

34 NABUCO, 1903, p. 80.

35 Carta de João Pereira Caldas para Martinho Melo e Castro. Barcelos, 26 de setembro de 1783;

ventia, a sua posição geográfica era estratégica para tornar-se a sede da Comissão de Demarcação de Limites, cujo comissário chefe também era chefe do governo da Capitania do Rio Negro.

Não se sabe exatamente quando a Fortaleza da Barra do Rio Negro tornou-se a Capital, no entanto, sugiro que foi algo entre 31 de maio a 22 de julho de 1791.³⁶ Manuel da Gama Lobo d'Almada teve duas razões principais para efetuar a mudança da capital, de Barcelos para a Fortaleza da Barra: a) ficava mais perto para socorrer a Partida da Demarcação portuguesa sediada em Tabatinga, no alto rio Solimões, sobretudo, porque a Partida da Demarcação espanhola foi obrigada a se retirar para Maynas, e receava uma reação bélica por parte dos espanhóis; b) que a Carta régia que criou a Comissão das Demarcações permitia que ela fosse estabelecida onde o comissário chefe entendesse ser o lugar mais adequado para seus fins, que poderia ser em Barcelos ou em qualquer outro sítio.³⁷

Por conseguinte, o comissário chefe das demarcações e governador da Capitania do Rio Negro passou a residir naquela Fortaleza, juntamente com a Provedoria das Demarcações; as secretarias das Demarcações e da Capitania; a tropa e o cirurgião.

Mesmo que a referida transferência estivesse aludida dentro do mando régio metropolitano e sendo praticada em nome do serviço real, não obteve a aprovação governo central. Mesmo assim, a contragosto de Souza Coutinho, a Fortaleza da Barra do Rio Negro permaneceu por sete anos como sede da Comissão das Demarcações e da Capitania do Rio Negro, até quando em 2 de agosto de 1798, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho ordenou que Manuel da Gama Lobo d'Almada voltasse a residir em Barcelos.³⁸ Devido ao *tempo administrativo*, esse mando deve ter sido cumprido por volta do início de 1799.

Carta do engenheiro Euzébio de Queiroz para João Pereira Caldas. Tefé [Ega], 30 de setembro de 1784; Carta de João Pereira Caldas para Martinho de Melo e Castro. Barcelos, 19 de fevereiro de 1785 (*Boletim de pesquisa da CEDEAM*, Manaus, n. 1, p. 35-41, 1982); FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. 2. ed. Organização, atualização, anotação e ampliação de Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte e Mateus Coimbra de Oliveira. Manaus: Edua; Inpa, 2007. p. 322.

36 Arthur Cezar Ferreira Reis, no seu *Manaós e outras Vilas*, afirmou que “Lobo d'Almada instalou-se na nova sede da administração em 1791. É o que nos resta sobre data [...]” (REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Manaus e outras vilas*. 2. ed. Manaus: Edua, 1999. p. 45). Noutra obra Arthur Reis disse: “Nos primeiros dias de março de 1792, instalava-se com seus auxiliares a nova capital [...]” (REIS, 2006, p. 41). A minha sugestão decorre das datas de dois ofícios assinados por Lobo d'Almada: um em Barcelos e o outro na Fortaleza da Barra do Rio Negro, em 21 de maio de 1791 e 22 de julho de 1791, respectivamente. (AHU, Rio Negro, cx. 16, Doc. 606-607).

37 Cf. Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada Francisco de Souza Coutinho. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 4 de abril de 1793 (REIS, 2006, doc. 107, p. 215-217).

38 Cf. Carta de Rodrigo de Souza Coutinho para Francisco de Souza Coutinho. Palácio de Queluz, 2 de agosto de 1798 (REIS, 2006, doc. 143, p. 289).

A medida tomada por Lobo d'Almada, não deixou de ser um tanto curiosa, porque, pela Carta régia da criação da Capitania do Rio Negro, a sede do Governo tinha que ser instalada na Aldeia de Javari que seria elevada à categoria de *Vila*. Por razões já analisadas anteriormente, a referida sede não ficou em Javari, mas na Vila de Barcelos. Não se conhece nenhum ato da Coroa portuguesa tirando essa qualidade de Barcelos, tampouco algum ato régio elevando à categoria de *Vila* a povoação do entorno da Fortaleza da Barra do Rio Negro. Esta, por sua vez, ostentava e continuou ostentando o predicamento de *Lugar*.

Na correspondência oficial do tempo de Lobo d'Almada, o local assinalado era “Fortaleza da Barra do Rio Negro”, mesmo não mais existindo ali, uma fortaleza, pois, como tal fora desativada 1783, por determinação de João Pereira Caldas, então comissário chefe das Demarcações de Limites. O que restava ali era apenas um quartel que abrigava uma pequena guarnição militar.³⁹ Quando esse sítio voltou a ser sede do Governo da Capitania do Rio Negro, por determinação do governador e capitão-general D. Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos (1803-1806),⁴⁰ os seus governadores passaram a lhe assinalar apenas como “Barra” ou “Barra do Rio Negro”. A povoação que surgiu em torno da Fortaleza de São José da Barra do Rio Negro, no período colonial nunca foi elevada à categoria de Vila. Esse evento só veio ocorrer em 1833, quando o *Lugar Barra* passou ser a *Vila de Manaus*.⁴¹

Portanto, a mudança da sede da Capitania do Rio Negro da Vila de Barcelos para a Fortaleza da Barra do Rio Negro, feita por Lobo d'Almada, deve ser entendida como uma necessidade político-administrativa e militar da Comissão das Demarcações de Limites, cujo comissário chefe também ocupava o cargo de governador da Capitania. Novamente, as atividades demarcatórias estavam ditando as regras nos Confins Ocidentais da Amazônia Portuguesa.

Manuel da Gama Lobo d'Almada, um “vassalo útil” nos Confins Ocidentais

Lobo d'Almada, de ajudante-de-ordem degredado em Mazagão, na África⁴² a brigadeiro e governador da Capitania do Rio Negro foi tido como “modelo” de

39 Cf. FERREIRA, 2007, p. 320-321.

40 O governador interino da Capitania do Rio Negro, tenente-coronel José Antônio Salgado, em ofício ao governador e capitão-general do Grão-Pará e Rio Negro D. Marcos de Noronha e Brito, o conde dos Arcos, no local e data do referido ofício, assinala o seguinte: “Barra, 14 de fevereiro de 1806” (AHU, Rio Negro, cx. 18, Doc. 716). Entretanto, segundo Arthur Cezar Ferreira Reis, foi só em 29 de março de 1808, no governo de José Joaquim Vitório da Costa, que Barcelos deixou, definitivamente, de ser capital, quando foi reinstalada no Lugar da Barra. Cf. REIS, 1999, p. 50.

41 Pelo Ato de 25 de junho de 1833, do Conselho Provincial do Pará a Província paraense foi dividida em três comarcas: Grão-Pará, Baixo Amazonas e Alto Amazonas. Por conta dessa reforma, o *Lugar* da Barra do Rio Negro foi elevado de categoria de *Vila*, com o nome de Manaus, tornado-se então a *Vila de Manaus*, pois se tornou sede da Comarca do Alto Amazonas onde funcionaria um juizado de direito, um de órfãos e uma promotoria pública, além da Câmara Municipal (REIS, 1989, p. 167).

42 Ver TORRES, 2006, p. 161-184.

agente régio na América Portuguesa. No entanto, não pode usufruir pessoalmente dessa qualidade, pois pelo menos três vezes pediu para voltar ao Reino de Portugal (1783, 1793 e 1797), porém não teve a devida atenção da rainha D. Maria I ou do príncipe regente D. João. As razões dos pleitos eram diferentes: os quais iam do entusiasmo à degradação política pessoal.

De acordo com Simei Torres, em dezembro de 1783, Lobo d'Almada encaminhou um relatório à Metrópole no qual descrevia todas as ações que desenvolveu durante a gestão como governador da Praça de Macapá. Utilizou-se destas, como moeda de troca, para obter mais uma deferência real: a sua transferência para a Europa. Contudo, a Coroa portuguesa não lhe concedeu essa mercê, porque tinha outros planos para ele, principalmente naqueles tempos de demarcações, em que se necessitava de “vassalos úteis”. Lobo d'Amada foi promovido ao posto de coronel e, junto a isso uma nova missão, ser o comandante da Parte Superior do Rio Negro.⁴³ Depois executou a exploração do sistema fluvial do rio Branco; foi nomeado governador da Capitania do Rio Negro e, um pouco depois, foi nomeado comissário chefe das demarcações de limites, em substituição ao general João Pereira Caldas.

Como governador e comissário chefe das demarcações de limites, trombou com o governo central da Colônia. Tal colisão implicou em mais um pedido para voltar ao Reino de Portugal, em 1793. Esse pedido foi mais dramático.

Como já expus na minha primeira súplica não peço a Sua Alteza acrescentamento, nem tão grande soldo como tenho, basta que Sua Alteza me dê muito menos, aonde eu sirva mais. Em pedir ser removido, eu não me demito do Serviço Real, no qual eu quero viver e morrer. Mas Senhor 31 anos de serviço [...]: A metade de toda minha idade no serviço deste Estado, que vem a ser 24 anos sucessivamente empregados sempre no Real Serviço pelos sertões do Pará e Rio Negro: [...]. E se me é lícito adiantar a minha súplica, rogo a V. Exa. que interpondo a sua justiça com que sempre me tem abrigado haja V. Exa. de me fazer recolher à Europa e continuar em qualquer Regimento do Exército, pois se esta graça se tem concebido a muitos oficiais que se tem recolhido do Real Serviço do Ultramar [...].⁴⁴

O contexto desse pedido era o de expectativa da França declarar guerra a Portugal. Quando Francisco de Souza Coutinho ordenou que a tropa da guarnição da Capitania do Rio Negro fosse entregue ao tenente-coronel José Antônio Salgado, em Santarém, na Capitania do Pará, ficando no Rio Negro apenas um

43 Cf. TORRES, 2006, p. 169.

44 Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada para Martinho de Melo e Castro. Barra do Rio Negro, 27 de agosto de 1793 (REIS, 2006, doc. 112, p. 227-228).

diminuto contingente de 80 militares da tropa paga. Lobo d'Almada sentiu que havia perdido a sua autoridade de governador daquela unidade colonial, assim sendo e, acabrunhado, preferiu pedir para ser removido daquela governação para servir em algum regimento em Portugal, que, aliás, ali pairava um clima de guerra de verdade.

O “perigo espanhol”

Lobo d'Almada vivia sobressaltado pela possibilidade de os Confins Ocidentais serem invadidos por forças militares castelhanas sediadas em suas fronteiras e que para contê-las, necessitaria de nada menos que 500 homens em armas. Com apenas 80, ficou totalmente fragilizado ao ver os confins com as fronteiras escancaradas a mercê dos espanhóis. Lobo d'Almada não admitia perder território dos domínios da Coroa portuguesa, que estivesse sob a sua responsabilidade. Tanto que, acerca dessa incondicional defesa, proclamou certa vez: “[...] não hei de sobreviver a perda de um palmo de terra desta Capitania [...]”.⁴⁵ Em outra ocasião, mas no mesmo contexto, vociferou também, que estava resolvido em “[...] combater o inimigo, ainda que seja senão a murro e a pedradas [...]”.⁴⁶

Além da drástica redução do contingente militar da Capitania do Rio Negro, em 1793, Francisco de Souza Coutinho continuava com a suspensão dos subsídios e provimentos, que a Fazenda Real do Pará repassava a sua congênere do Rio Negro, tendo em vista o embolso dos dízimos de gêneros desta Capitania. Lobo d'Almada se “[...] achou não menos vacilante que apertado por se ver privado dos ditos socorros [...]”.⁴⁷

Talvez o último pedido de Lobo d'Almada para retornar ao Reino tenha sido o que foi feito através da carta ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, em outubro de 1797. Novamente, expôs a sua folha de serviço a Coroa portuguesa para obtenção daquela mercê, destacando os seus 36 anos de serviço real, sendo quase 28 servindo pelos sertões da Amazônia Portuguesa. Fez referência, ainda, às batalhas que participou em Mazagão, na África: de onde, segundo ele, saiu com os créditos que foram notórios, e autorizados pela Real Patente que o rei D. José I que lhe deu de governador da Praça de Macapá, datada de 17 de setembro de 1772.⁴⁸

45 Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada para Francisco de Souza Coutinho. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 20 de novembro de 1796 (REIS, 2006, doc. 123, p. 243-248).

46 Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada para Francisco de Souza Coutinho. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 31 de agosto de 1797 (REIS, 2006, doc. 134, p. 262-268).

47 Cf. SOUZA, Padre André Fernandes. Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no grande rio das Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 472, 1848.

48 Cf. Carta de Manuel da Gama Lobo d'Almada para Rodrigo de Souza Coutinho. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 15 de outubro de 1797 (REIS, 2006, doc. 136, p. 268-271).

Fato interessante é que em nenhum dos pedidos de remoção para o Reino tenha alegado veementemente a rivalidade e as ditas perseguições empreendidas por Francisco de Souza Coutinho. As razões alegadas foram sempre a de servir melhor a Coroa portuguesa; por exemplo, nesta carta disse o seguinte: finalmente suplico “[...] ser removido deste sertão, aonde os perigos da guerra presentemente parecem estar muito remoto do que na Europa, não é eximir-me do Serviço Real, no qual eu devo viver e morrer [...]”.⁴⁹

O remoto perigo de guerra no sertão, aludido nesta carta, não passaria de um subterfúgio de Lobo d’Almada, para conseguir a mercê, pois, há menos de dois meses tinha colocado cinquenta homens de prontidão na Fortaleza de Marabitanas, no alto rio Negro, em face de notícia de manobras militares espanholas alhures. E mais, pedia suprimento bélico ao governo central: tenho rogado “[...] e ainda outra vez lhe suplico instantemente, que me socorra com pólvora, bala para cartuchos, e um bom número de pederneira bem escolhidas [...]”. Ainda que aqui estejamos “na resolução de combater o inimigo, ainda que seja senão a murros e a pedradas”.⁵⁰

Contudo, Manuel da Gama Lobo d’Almada, não foi atendido em nenhum de seus pedidos para ser removido ao Reino de Portugal. E o seu último embate com D. Francisco Maurício de Souza Coutinho foi o episódio da transferência de sua residência do Lugar da Barra para a Vila de Barcelos, onde foi acometido de uma de moléstia de “má qualidade”, ainda no primeiro semestre de 1799. Em 31 de agosto deste mesmo ano, Souza Coutinho informou a Metrópole que estava enviando para Barcelos o tenente-coronel José Antônio Salgado para ser o comandante militar do destacamento da Capitania e também, se for preciso, em virtude o estado de saúde do governador, para fazer parte do *governo interino*, dentro dos conformes do Alvará de 12 de dezembro 1770.⁵¹ O brigadeiro Manuel da Gama Lobo d’Almada faleceu em Barcelos, em 27 de outubro de 1799.⁵²

49 Carta de Manuel da Gama Lobo d’Almada para Rodrigo de Souza Coutinho. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 15 de outubro de 1797 (REIS, 2006, doc. 136, p. 268-271). Não obstante, a perseguição política fosse uma realidade, o seu rival – como se referia o cônego André Fernandes –, pertencia a uma família com influência política poderosa junto a Coroa portuguesa. Por exemplo, o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, era seu irmão.

50 Carta de Manuel da Gama Lobo d’Almada para Francisco de Souza Coutinho. Fortaleza da Barra do Rio Negro, 131 de agosto de 1797 (REIS, 2006, doc. 134, p. 262-265).

51 Cf. Carta de Francisco de Souza Coutinho para Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 31 de agosto de 1799 (REIS, 2006, doc. 149, p. 289).

52 O tenente José Joaquim Cordeiro teria dito ao tenente-coronel José Antônio Salgado, que quando Lobo d’Almada adoeceu, deixou de tomar remédios e de comer. Estaria irado porque os seus auxiliares, logo informaram da sua moléstia ao governador do Pará. Os chamou de traidores, porque parecia que eles queriam que Francisco de Souza Coutinho “[...] mandasse quem governasse ainda ele estando vivo [...]”. Carta de José Antônio Salgado para Francisco de Souza Coutinho. [Barcelos], 8 de outubro de 1800 (REIS, 2006, doc. 154, p. 293).

Na hierarquia militar portuguesa chegou ao posto de brigadeiro. Entretanto, mesmo com toda uma carreira dedicada exclusivamente ao Serviço Real; mesmo, ainda que *a posteriori*, ter sido apontado como um modelo para todos os “[...] servidores de S.A.R. na América [...]”, nunca lhe foi permitido voltar ao Reino.⁵³ Uma explicação possível para essa questão seria o fato, de ele ser muito mais útil no ultramar do que no Reino. A “utilidade” de Lobo d’Almada na Colônia foi interpretada por Simei Torres, como uma comutação do local da sua pena de degredo: como não foi possível cumpri-la em África, veio cumpri-la na América, na Amazônia Portuguesa, não obstante ter sido perdoado pela Coroa portuguesa.⁵⁴

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Ofício de Fernando da Costa de Ataíde Teive para Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Pará, 12 de janeiro 1770. Pará, cx. 65, Doc. 5588.

_____. Ofício de Francisco Maurício de Souza Coutinho para Rodrigo de Souza Coutinho. Pará, 9 de setembro de 1798. Pará, cx.113, Doc. 8781.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (doravante APEP). Carta de Francisco de Souza Coutinho para Manuel da Gama Lobo d’Almada. Pará, 23 de junho de 1790. *Correspondência do Governador com Diversos*, Códice 335, Doc. 260, 1778-1791.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. O Estado Português no Brasil: o sistema administrativo e fiscal. In: SILVA, M. B. Nizza da (Coord.). *O Império Luso-Brasileiro, 1500-1822*. Lisboa: Editora Estampa, 1986. v. 3, p. 265.

BOLETIM DE PESQUISA DA CEDEAM. Manaus: 1982. n. 1, p. 35-41.

CURADO, Silvino da Cruz. *Manuel da Gama Lobo de Almada, Militar, Sertanista e Governante na Amazônia*. Comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História. Lisboa, 6 de outubro de 2004.

53 Cf. REIS, 2006, p. 19-57.

54 “Nas mercês concedidas a Lobo d’Almada, tanto nas três de 1769 quanto em todas recebidas no decorrer de sua vida, podemos perceber muito mais a racionalidade do Estado do que a benignidade real. A princípio, o perdão do degredo em África configurou-se mais como uma comutação do local da pena que propriamente uma absolvição; a promoção ao posto de sargento-mor fazia-se necessária para que um ajudante de ordens pudesse ocupar o cargo de governador e, por fim, a nomeação para exercer o governo da Praça de São José do Macapá, reconhecidamente uma região de fronteira constantemente ameaçada pelos franceses de Caiena.” (TORRES, 2006, p. 164).

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 218.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. 2. ed. Organização, atualização, anotação e ampliação de Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte e Mateus Coimbra de Oliveira. Manaus: Edua; Inpa, 2007. p. 322.

NABUCO, Joaquim. *O Direito do Brazil*. Paris: A. Lahure Editor, 1903. p. 85.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

_____. *Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: a fronteira com as colônias espanholas*. Belém: Secult, 1993. v. 2.

_____. *Lobo d'Almada, um estadista colonial*. 3. ed. Manaus: Valer, 2006.

_____. Os Tratados de Limites. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Dir.). *História geral da civilização brasileira*: I. A época colonial: 1. Do descobrimento à expansão territorial. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 364-379.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. Administração Colonial e Legislação Indigenista na Amazônia Portuguesa. In: DEL PRIORE, Mary e GOMES, Flávio (Orgs.). *Senhores dos Rios: Amazônia margem e história*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 123-139.

SOUZA, Laura de Mello e. *O sol e a sombra: política e administração do América Portuguesa no Século XVIII*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. p. 19-20.

SOUZA, Pe. André Fernandes. Notícias Geográficas da Capitania do Rio Negro no grande rio das Amazonas. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 12, p. 472, 1848.

TORRES, Simeia Maria de Sousa. *O cárcere dos indesejáveis: degredados na Amazônia Portuguesa (1750-1780)*. Dissertação (Mestrado)-- PUC-SP, São Paulo, 2006. p. 164.

VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o atlântico: do Marrocos à Amazônia (1769-1783)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 51- 67.

HOMENS DE “QUALIDADE”: A NOMEAÇÃO DOS OFICIAIS DA TROPA REGULAR DO ESTADO DO MARANHÃO E GRÃO-PARÁ NO SÉCULO XVII (1640-1684)

Rafael Ale Rocha¹

Resumo

O presente artigo analisa os oficiais das tropas regulares (capitães-mores, sargentos-mores e capitães) que serviram no Estado do Maranhão e Grão-Pará entre os anos de 1640 e 1684. Analisaremos a relação entre a “qualidade” (graus de nobreza), um princípio geral para a escolha de um oficial, e a hierarquização dos espaços do império (as praças possuíam valor desigual para as políticas da monarquia) nas nomeações dos oficiais das tropas pagas do Estado.

Palavras-chave: Instituição Militar. Elite Colonial. Amazônia Colonial.

Abstract

This article analyzes the officers of regular troops (capitães-mores, sargentos-mores e capitães) who served in the Estado do Maranhão e Grão-Pará between the years 1640 and 1684. We will analyze the relationship between the “quality” (grades of nobility), a general principle for the choice of an official, and the hierarchy of the empire spaces (the spaces had unequal value to the policies of the monarchy) in the appointments of officials of the regular troops of the Estado.

Keywords: Military Institution. Colonial Elite. Colonial Amazon.

Introdução

No que se refere à segunda metade do século XVII (1640-1684), se quisermos entender o oficialato da tropa regular² do Estado do Maranhão e Grão-Pará,

1 Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

2 No reino e na América Portuguesa eram três os modelos de tropa: as tropas regulares, tropas pagas ou tropas de 1ª linha eram compostas por oficiais e soldados profissionais que, assim sendo, recebiam um pagamento (o soldo); as tropas auxiliares ou tropas de 2ª linha comportavam indivíduos arrolados nas mais diversas regiões, poderiam ser mobilizadas para apoiar as tropas regulares em qualquer localidade quando necessário e não recebiam pagamentos por esses serviços; e, por fim, as tropas de ordenanças ou tropas de 3ª linha eram compostas por todos os moradores de uma dada região, deveriam defender as localidades nas quais residiam (não eram deslocadas) e não recebiam pagamentos.

devemos, por um lado, conhecer o conceito de nobreza vigente durante o Antigo Regime português e a política monárquica de distribuição de cargos que lhe era inerente e, por outro, ter em mente o conflituoso contexto que envolvia o império português durante o século XVII e a valoração desigual dos seus diversos territórios ultramarinos.

Em primeiro lugar, quanto ao conceito de nobreza, sabe-se que a sociedade era representada através da imagem dos três estados ou ordens, que, grosso modo, ilustrava a naturalidade da hierarquia social (ou seja, esta independia de uma vontade) e relacionava essa hierarquia às funções sociais de cada estado ou ordem e aos seus respectivos privilégios (ou à ausência dos mesmos) – nobreza/guerra, clero/sacerdócio e povo/trabalho. Entre os séculos XVI e XIX, em função da multiplicação das funções sociais e dos privilégios, o conceito de nobreza sofreu mutações diversas. De forma bastante generalizada, a literatura (tratadistas, juristas, canonistas, entre outros) tendeu a diferenciar diversos graus de nobreza: a chamada nobreza “natural” – hereditária ou generativa, mas confirmada pela monarquia; a nobreza “política” ou “civil” – estabelecida pela tradição, pela ocupação de determinados cargos e pelas mercês régias; o “estado do meio” – os intermediários entre os “vis”, aqueles que executavam trabalhos manuais e por isso estavam relacionados ao estado ou ordem do povo, e os “limpos”; a “primeira nobreza da corte” – distintos, portanto, da nobreza provinciana pelo local de residência; e os “grandes” – a aristocracia superior que, também estabelecida na corte, era identificada pelos títulos de nobreza mais distintos (duques, marqueses e condes). O resultado, característica particular da sociedade portuguesa, fora a diferenciação entre os termos nobreza – os não “vis” – e fidalguia – associada à nobreza natural. Estudos sobre a nobreza portuguesa demonstram que esses graus de nobreza estavam relacionados às diversas instituições da monarquia e/ou às mercês régias (signos de distinção que normalmente conferiam renda ou pensão aos seus detentores). Nesse sentido: a nobreza natural era composta por aqueles que possuíam os nomes inscritos nos livros de matrículas da Casa Real (foros de fidalguia específicos), integravam o braço da nobreza nas assembleias de cortes³, possuíam senhorios (donatários de territórios) e títulos de nobreza (barões, viscondes, condes, marqueses e duques); a nobreza civil comportava os oficiais das câmaras dos principais municípios, os oficiais das tropas pagas (os capitães e os postos superiores a este), os cavaleiros de ordem militar (ordens de Cristo, Santiago e Avis) e aqueles que atuavam em diversos outros cargos.⁴ Cabe informar que, no decorrer da era moderna, as “provas de nobreza” – como,

3 Reuniões que envolviam o rei e os representantes dos três estados para deliberar sobre medidas excepcionais.

4 XAVIER, Ângela; HESPAÑA, Antônio. A representação da sociedade e do Poder. In: MATOSO, José. *História de Portugal: o Antigo Regime*. Edição Académica. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4; e MONTEIRO, Nuno. *O crepúsculo dos grandes*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. cap. 1.

por exemplo, não descender de raças infectas (relacionadas a qualquer religião não cristã) e/ou de mecânicos (o trabalho manual) – que legitimavam a “qualidade” de um indivíduo (uma condição, conforme tais provas, adquirida antes de nascer) se tornaram cada vez mais comuns na península ibérica.⁵

É notório que, entre os séculos XVII e XIX, a fidalguia, cada vez mais concentrada na corte, passou a ocupar prioritariamente os principais cargos da monarquia – a presidência dos conselhos ou tribunais, a chefia das missões diplomáticas importantes, os mais altos cargos da igreja, os comandos dos exércitos do reino, os governos das principais praças do ultramar, entre outros – e, com isso, a concentrar em suas mãos as mais distintas e/ou rendosas mercês – os títulos de nobreza, os senhorios e as comendas.⁶ Além da antiquíssima ideia de que nas principais “casas” (famílias nobres) eram encontrados os mais capazes servidores, isso foi possível a partir das ações da monarquia – restringindo a concessão de títulos de nobreza e instrumentalizando a Lei Mental⁷ – e dos grupos sociais – através da adoção de um *ethos* específico, qual seja, servir visando a obtenção de novas mercês para a casa, estabelecer bons casamentos aos membros da família (endogamia matrimonial) ou o celibato e concentrar os patrimônios da casa nas mãos do seu primogênito. Em síntese, essa aristocracia era pouco numerosa e bem delimitada, enquanto que a nobreza civil ou política era difusa e crescera cada vez mais em número de membros.⁸

Em segundo lugar, tendo em mente a delimitação cronológica estipulada (1640-1684), é importante informar que, durante o século XVII, o reino e/ou o seu império, por um lado, estava em guerra contra Castela por sua independência (a Guerra da Restauração de Portugal, ocorrida entre 1640 e 1668) e combatera os holandeses em variadas porções do Atlântico Sul (em partes consideráveis da América Portuguesa, entre os anos de 1630 e 1654, e do Reino de Angola) e, por outro, hierarquizava as suas diversas praças. Nesse sentido, como pretendemos demonstrar nas páginas que se seguem, a importância dos cargos de uma praça possuía íntima relação com a posição da mesma na hierarquização dos territórios do império. Além do mais, deveria haver uma correlação ideal entre a hierarquização dos homens (definido pelos diversos graus de nobreza mencionados) e a hierarquização dos cargos.

5 MONTEIRO, Nuno. O Ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanak brasileiro*, São Paulo, n. 2, nov. 2005.

6 As comendas representavam bens (normalmente terras) que geravam rendas a serem administradas por servidores do monarca. Conforme Nuno Monteiro, no século XVIII as rendas provenientes dessas mercês correspondiam a quase metade do rendimento das casas dos grandes – o que demonstra a importância do serviço e dessa doação régia para as casas aristocráticas (MONTEIRO, 2003).

7 A Lei Mental, instituída em fins da Idade Média, regularizava a sucessão das doações régias (títulos, senhorios, comendas, etc.) pelos princípios de varonia e primogenitura. Essas doações eram usualmente concedidas em uma vida. Por isso, normalmente dependiam de novos serviços para a efetiva transmissão hereditária.

8 MONTEIRO, 2003.

Observaremos que o Estado do Maranhão e Grão-Pará não estava bem localizado nessa hierarquização dos espaços, pois os conflitos existentes no reino (a Guerra da Restauração) e no Atlântico Sul (Estado do Brasil e Reino de Angola) pareciam mais importantes do que os ocorridos no Estado do Maranhão e Grão-Pará. Nosso principal objetivo, por um lado, é analisar o caso do oficialato da tropa regular desse Estado – durante a conjuntura mencionada – diante desses pressupostos (a hierarquização dos homens, dos cargos e dos territórios e a baixa cotação do Estado) e, por outro, destacar a região enquanto espaço de oportunidades para os vassallos que habitavam as mais diversas partes do império. A hipótese que apresentamos afirma que, apesar da baixa cotação, o Estado do Maranhão e Grão-Pará representou uma oportunidade para aqueles que queriam continuar servindo e garantir, assim, a ascensão social.

A Hierarquia dos Territórios do Império

Pontuamos que entre os cargos monopolizados pela aristocracia de corte constavam os governos dos principais espaços do império. Estudos recentes sobre os governantes ultramarinos destacam a progressiva elitização dos cargos de governo das partes do império entre os séculos XVII e XVIII. Esses estudos relacionam a “qualidade” de um nomeado à importância dada pela coroa à conquista na qual esse indivíduo deveria servir como governante. Ou seja, os territórios possuíam desigual valor para a monarquia.

A valoração hierarquizada dos territórios do império, por exemplo, surgia diretamente em um documento de meados do século XVII. Conforme este, encabeçava a lista o vice-reinado da Índia e, em seguida, as presidências dos conselhos ou tribunais e os principais postos de governo das províncias do reino. Posteriormente, em ordem hierárquica decrescente, eram apresentados o governo geral do Brasil, os governos do norte da África, os postos militares do reino, o governo da Madeira, os dois governos dos Açores e, por fim, a capitania mor de Pernambuco. Uma reordenação, conforme o mesmo documento, foi elaborada em seguida. Nessa nova lista, os governadores de armas das províncias apareciam em primeiro lugar. No que se refere especificamente às praças do Atlântico sul, o governo geral do Brasil ainda encabeçava a lista. Em seguida, surgiam os governos de Angola, de Cabo Verde, de São Tomé, do Maranhão, do Rio de Janeiro e, por fim, do Pará e de Cachéu. Os demais, informava o documento, eram muito pequenos e não mereciam ser enumerados.⁹

⁹ Cf CUNHA, Mafalda da; MONTEIRO, Nuno. Governadores e capitães mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (Orgs.). *Optima Pars: elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005. p. 208; CUNHA, Mafalda da. Governo e governantes do Império Português do Atlântico (século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia. *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005.

Essa hierarquização dos espaços, conforme Nuno Monteiro e Mafalda da Cunha, também era observada na designação dos cargos de governo, nos ordenados ou soldos pagos aos ocupantes desses postos e nas remunerações em mercês devidas pelos serviços nos mesmos. Quanto à designação dos cargos, em ordem hierarquicamente decrescente, para o século XVII, o vice-rei era o governante do Estado da Índia, o governador geral e capitão general era o do Estado do Brasil, o capitão mor e governador era o governante das principais capitanias e, por fim, o capitão mor governava as demais capitanias. Em relação aos soldos, cabe informar que os ordenados respectivamente conferidos aos espaços dos dois extremos da cadeia hierárquica, o Estado da Índia e a capitania mor do Rio de Janeiro, correspondiam a 3 200\$000 réis (ordenado concedido a d. Antão de Noronha em 1564) e 200\$000 réis (a partir de 1640).¹⁰ No que se refere à remuneração por mercês, os dados apresentados por Nuno Monteiro sobre os governos da Índia e do Brasil são elucidativos: dos 25 vice-reis nomeados para o Estado da Índia, entre 1630 e 1810, sete nasceram em casas com grandeza (duques, marqueses e condes) e apenas quatro eram grandes, mas, contudo, 19 ascenderam à grandeza ou a legaram a seus sucessores após as respectivas atuações no governo referido; e, por fim, pelo mesmo serviço três casas foram elevadas ao marquesado. Os eleitos no século XVII para o governo geral do Brasil eram menos seletos, pois, se a maioria dos nomeados ao vice-reinado da Índia eram os primogênitos de casas da primeira nobreza do reino, os nomeados para o governo geral do Brasil eram majoritariamente secundogênitos também pertencentes a essas casas. Além do mais, comparado com o governo do Estado da Índia, menor número de nomeados foram posteriormente elevados à grandeza.¹¹ Contudo, entre 1611 e 1790, mais de 1/3 do total de títulos de nobreza existentes foram concedidos aos governantes dos estados da Índia e do Brasil, e, durante o período no qual as concessões se tornaram ainda mais raras (entre 1670 e 1760), metade dos títulos criados foram parar nas mãos dos vice-reis e governadores-gerais desses espaços.¹² Assim, conforme Monteiro, “[...] existiu ao longo de todo o período considerado [grosso modo, os séculos XVII e XVIII] uma estreita ligação entre a nomeação para os governos supremos da Índia e do Brasil e a titulação [...]” e, da mesma forma, “[...] a coincidência entre o vice-reinado indiano e o título condal era claramente assumida na época. E o mesmo [posteriormente] se verificará com o Brasil [...]”¹³ (Estado que, a partir de fins do século XVII, foi progressivamente adquirindo a condição de vice-reinado). Na maior parte dos casos, esses governantes partiam para o ultramar com o essencial da remuneração

10 CUNHA; MONTEIRO, 2005, p. 203-207; CUNHA, 2005.

11 MONTEIRO, Nuno. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João. *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 259-260; 264; 271.

12 MONTEIRO, 2001, p. 270-271.

13 MONTEIRO, 2001, p. 270; 271.

já garantida pelos despachos régios. Remuneração que por vezes incluía a administração de comendas.¹⁴ Conforme os autores, se para os estratos superiores os governos dos estados da Índia e do Brasil representavam o acrescentamento em doações régias de suas casas (principalmente títulos de grandeza e comendas), a garantia da sucessão dessas doações em uma família ou um dos únicos meios de acesso à titulação, para os demais servidores o serviço nos governos do ultramar significava a conquista de um hábito de cavaleiro.¹⁵ Os autores destacam que, no decorrer do século XVIII, a tendência era o aumento da qualidade dos nomeados para todas as partes do império.

É importante informar que, a partir do século XVII, a atuação em um governo ultramarino adquiriu maior destaque. Se antes de 1620 eram os serviços na corte, na administração central e/ou no norte da África que possibilitavam o acrescentamento de doações régias às casas (especialmente novas comendas ou, mesmo, um título de grandeza) ou a confirmação dessas doações em uma nova vida a cada casa (a sucessão, de fato, desses bens), a partir de então o serviço no ultramar, considerado um pesado sacrifício, tornava-se o principal vetor de remuneração. Nesse sentido, caso único no contexto europeu, quase todas as casas tituladas enviaram um de seus membros a um governo do ultramar (entre fins do século XVI e o início do século XIX). E não só aos governos gerais ou vice-reinados da Índia e do Brasil, mas, também, às diversas outras praças do império. Por isso, para a generalidade dos territórios do império, a maioria dos governantes do ultramar não eram sucessores (primogênitos) de casas nobres tituladas, mas sucessores de casas da primeira nobreza da corte, secundogênitos de casas nobres tituladas ou fidalgos de província.¹⁶

No que se refere especificamente ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, as nomenclaturas dos cargos de comando e governo indicam a sua, desfavorável, posição hierárquica: governador geral e capitão general do Estado, capitão mor de capitania (Maranhão e Pará) e capitão.¹⁷

Em relação aos soldos, alguns indícios demonstram que o rendimento dos capitães mores – 200 mil reis por ano – das capitanias do Pará e do Maranhão, da

14 MONTEIRO, 2001, p. 273.

15 CUNHA; MONTEIRO, 2005, p. 210.

16 CUNHA, MONTEIRO, 2005, p. 108-110. Sobre a recusa dos nomeados em servir no governo do Estado da Índia na primeira metade do século XVII, mostrando a preferência dos fidalgos pelo serviço na administração central nesse período, Ver CUNHA, Mafalda da. *Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1680-1640*. In: FRAGOS, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Concluindo esse texto, a autora afirma: a “[...] questão do recrutamento das elites aristocráticas só foi resolvida de forma eficaz após 1640, melhor dizendo após as pazes de 1668 com a monarquia hispânica, quando o monarca português fez aliar a renovação de mercês em vidas à apresentação de serviços ultramarinos e desapareceram as necessidade de desempenhos militares no reino” (CUNHA, 2010, p. 147).
17 ROCHA, Rafael. *A elite militar no Estado do Maranhão*. Tese (Doutorado em História Social)--Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2013. anexos I-VII.

mesma forma, indicam a baixa localização desses espaços na cadeia hierárquica dos territórios do império. Conforme uma consulta do Conselho Ultramarino de 1652, Manuel Pacheco de Melo, nomeado pelo rei sem que houvesse concurso¹⁸, recusava-se a servir como capitão mor do Maranhão, justamente, por causa do posto, considerado “diminuto”, e do baixo soldo que lhe era devido pelo serviço no mesmo. O fato é que, nesse ano de 1652, o Estado do Maranhão e Grão-Pará e o cargo governativo correspondente – governador geral e capitão general – foram abolidos, e, assim sendo, essa enorme porção territorial passou a ser representado pelas capitânias mores independentes do Maranhão e Pará. Conforme o conselho, Pacheco de Melo, a quem o monarca havia prometido um cargo, considerava a capitania mor do Maranhão “diminuta”, no que se refere a titularia dos cargos e aos rendimentos dos mesmos, em relação ao antigo governo do Estado e à capitania mor do Pará. Portanto, Pacheco de Melo solicitava, intento posteriormente negado pelo Conselho Ultramarino, acumular as patentes de mestre de campo, capitão mor do Maranhão e capitão de uma companhia – que também rendia 200 mil reis de soldo – então comandada por um alferes. A argumentação do solicitante destacava claramente a relação entre os soldos, a titularia dos cargos e a hierarquia política dos territórios ultramarinos.¹⁹ Da mesma forma, relacionava a “qualidade” dos homens à importância dos cargos. O soldo, como se vê, suscitava um interesse material, mas, também, possuía um valor simbólico expressivo, pois exprimia respeito às hierarquias existentes:

Manuel Pacheco de Melo fez petição à V. Maj^{de}. neste conselho, em que diz que V. Maj^{de}. foi servido fazer-lhe mercê do cargo de capitão mor da capitania do Maranhão, em que espera proceder com zelo e limpeza com que até agora há procedido, e que as pessoas que governarão aquela capitania, se lhe passaram patentes de governadores e capitães gerais, e venciam três mil cruzados de soldo cada ano, e hoje a respeito do limitado [soldo] que há de vencer, se lhe não será possível sustentar-se com a autoridade que convém àquele posto com que o serviam seus antecessores, e que indo ele tão diminuto no posto e no soldo, o ficara também no respeito que se deve ter à sua pessoa e demais disso com a divisão da capitania do Pará (donde os governadores tiravam algum lucro) ainda fica mais impossibilitado para poder servir como convém, razões que devem ser presentes a V. Maj^{de}., para se considerar a limitação em que ficam os capitães do Maranhão, não se lhe havendo de dar mais que duzentos mil réis de ordenado, os quais ainda não são bastantes para quatro mezes, e que não convém ao serviço de V. Maj^{de}. nomear-se

18 Os capitães mores, sargentos mores e capitães eram escolhidos por concursos coordenados pelo Conselho Ultramarino. Assim, lançava-se um edital quinzenal, os interessados apresentavam os papéis dos seus serviços, o conselho sugeria um nome e, por fim, o rei escolhia o oficial, que, em seguida, conquistava a patente régia.

19 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (doravante AHU). *Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de fevereiro de 1652*. Maranhão, cx. 3, doc. 302.

tão limitado soldo aquele posto, a respeito de não ficar apetecido de homens de valor e práticos na guerra que saibam defender a dita capitania, na ocasião de ser acometida de inimigos.²⁰

Destaca-se a importância da capitania do Pará para a extração de lucros extras. Em consulta de 1654, na qual o Conselho Ultramarino debatia o caso de um ex-capitão mor do Maranhão chamado Baltazar de Sousa Pereira, o conselho reconhece essa prerrogativa da capitania do Pará. Visto que Pereira solicitava o posto de capitão mor do Pará após a restauração do governo geral do Estado e a extinção do seu cargo de capitão mor do Maranhão, fato ocorrido (no mesmo ano de 1654) antes da conclusão do seu triênio no comando dessa capitania,²¹ o conselho informava que a capitania do Maranhão gerava poucos rendimentos, pois “[...] ficou tão diminuta, na divisão, que por falta de distrito lhe não foi de lucro algum como é notório [...]”. Além do mais, continuava o conselho, o soldo correspondente, 200 mil réis, não bastaria para o sustento da “casa” e da família de Sousa Pereira.²² Contudo, após ser nomeado capitão mor do Pará, a resposta à sua solicitação por esse mesmo posto, Sousa Pereira desistira do cargo e passou a requerer um posto equivalente à sua pretensa qualidade: o governo do Estado.²³

Alguns indícios demonstram que mesmo a capitania do Pará poderia ser considerada de pouco estima na hierarquia política dos territórios do império. Conforme um exemplo de fins do século XVII, o baixo soldo também explicava a dificuldade de enviar governantes destacados à região. Novamente, a relação entre os soldos, os cargos e a posição dos territórios na hierarquia dos espaços ultramarinos era explicitada. Em 1690, após o falecimento do capitão mor Hilário de Sousa e Azevedo, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho solicitava do monarca o envio de “[...] pessoas deste reino para ocupar este posto [...]” porque os que aqui habitavam não possuíam “os serviços” e nem a “capacidade” necessários a tal provimento. Citava ainda o agravante que representava os embates constantes contra os franceses na região.²⁴ Contudo, lançou-se o edital quinzenal respectivo, mas, segundo uma consulta do Conselho Ultramarino de 1698, não apareceram sujeitos com a “graduação” e com as “partes necessárias”. Novo edital foi lançado, mas, entretanto, as mesmas pessoas se apresentaram, isto é, sujeitos sem “merecimento” e “capacidade”. Segundo o conselho, a razão para essa falta de postulantes residia no baixo soldo correspondente ao posto (200 mil réis anuais), pois, dessa forma, os capitães mores não conseguiam viver “[...] muito desacomodados por não terem com que se possam sustentar decentemente, a au-

20 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de fevereiro de 1652*. Maranhão, cx. 3, doc. 302.

21 Os postos de capitão mor e sargento mor eram trienais.

22 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 29 de agosto de 1654*. Maranhão, cx. 3, doc. 343.

23 ROCHA, 2013, cap. 2.

24 Sobre a ameaça francesa nesse período, ver REIS, Arthur. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*. A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa. Belém: SECULT, 1993, pp. 71-101.

toridade desta ocupação [...]”. O conselho, enfim, sugeria o aumento do soldo em 200 mil réis (totalizando mil cruzados anuais).²⁵

A criação de novos cargos militares, em fins do século XVII, e a procura por indivíduos aptos a ocupá-los reiterava a relação entre o soldo e a atratividade do cargo. Nesse período, o governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho enviou carta ao rei para informá-lo sobre as nomeações de cabos para os quatro fortes recém-construídos – as casas fortes do Peria e do Icatú e as fortalezas da Ponta de João Dias e do Cabo Norte. Afirmava que aumentou os ordenados desses cabos, que passavam a receber o mesmo valor dos pagamentos dados aos ajudantes, porque “[...] com o de soldado não achava pessoa que ocupasse aqueles postos [...]”. O Conselho Ultramarino, em consulta de 1692, julgou acertada a atitude do governador e reiterou o argumento do mesmo: “[...] só dando-se soldos para os postos que insinua se acharão sujeitos capazes de quem se possam confiar [...]”.²⁶ Conforme uma consulta do Conselho Ultramarino elaborada no ano anterior (1691), abordando o mesmo assunto, Coelho de Carvalho reconhecia que o provimento realizado contrariava o regimento dos governadores, mas, contudo, o fez porque não encontrou sujeitos dispostos a servir nesses fortes com o ordenado de soldado e os cabos providos se recusavam a atuar com esse mesmo soldo.²⁷

Por fim, o tema da remuneração em mercês dos capitães mores e sargentos mores que atuaram nas capitânicas do Maranhão e Pará, entre 1640 e 1684, foi abordado em outro estudo. Naquela ocasião, observamos que todos os nomeados para o posto de capitão mor já possuíam ou conquistaram um hábito de cavaleiro de uma das três ordens militares (Cristo, Santiago e Avis). Pontuamos que essas mercês possuíam declarada relação com os cargos referidos. Essa relação era observável através da proximidade temporal entre a concessão da mercê e a nomeação para o cargo ou, por vezes, era claramente explicitada pelos próprios contemporâneos. No caso dos sargentos mores, notamos que tal posto significava um momento da progressão às mercês ou cargos superiores, pois alguns deles

25 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 27 de novembro de 1698*. Maranhão, códice 274, f. 124v.; 125.

26 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de agosto de 1692*. Maranhão, códice 274, f. 78v.

27 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de novembro de 1691*. Maranhão, códice 274, f. 81v.; 82. Outro exemplo é o caso do morador e cidadão de Belém José da Cunha d’Eça, que, em 1698, recebeu do mesmo governador o comando do fortim que construíra “à sua custa” em uma ilha fronteira à barra da capitania do Pará – a fortaleza da Lagem. O governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho proveu Cunha d’Eça no posto de capitão do fortim, mas, contudo, o cargo deveria vencer o soldo de soldado somente. Coelho de Carvalho, enfim, solicitava do monarca a conservação do posto criado e o aumento do ordenado relativo ao mesmo, ou seja, a tal cargo deveria corresponder o soldo dos tenentes e capitães das casas fortes. O ex-governador Gomes Freire de Andrade (requisitado para dar o seu parecer sobre o assunto) e o Conselho Ultramarino consideraram pertinente a solicitação do governador. E ainda sugeriram confirmar o posto na pessoa de Cunha d’Eça (AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de novembro de 1691*. Maranhão, códice 274, f. 126).

receberam a mesma mercê (hábito de cavaleiro de ordem militar) muitos anos após o serviço no Estado do Maranhão e Grão-Pará.²⁸ Enfim, sem dúvida, a concessão dessas mercês régias, em relação aos postos e às praças mais destacadas, demonstrava o baixo grau das capitânicas do Estado do Maranhão e Grão-Pará (Maranhão e Pará), pois, por exemplo, eram inferiores aos títulos de grandeza usualmente relacionados aos vice-reinados e/ou governos gerais dos estados da Índia e do Brasil.

Os Principais Espaços de Honra do Império

Quanto às carreiras dos governantes do século XVII, Ross Bardwell afirma que a concessão de um governo representava a remuneração dos serviços daqueles que atuaram na Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668). Em particular, daqueles que também possuíam alargada experiência em campanhas que incluíam o Brasil.²⁹ Na verdade, segundo o estudo de Cunha e Monteiro, a circulação entre os diversos espaços do império era uma característica daqueles governantes que, nos séculos XVII e XVIII, atuaram nos principais governos ou ascenderam de uma capitania "secundária" a uma "principal" (excetuando os governantes das praças do oriente e aqueles que circularam somente por capitânicas "secundárias"). Ou seja, especialmente para o século XVIII, "não predominava um padrão de implantação regional" e "a elite mais especializada e recorrente dos governadores do império era verdadeiramente uma elite imperial".³⁰ Isso se explicava, segundo os autores, em função da necessidade de evitar a integração entre as ações dos oficiais régios – externos às comunidades – e os interesses – possivelmente contrários aos da coroa – dos diversos grupos locais.

Em outro estudo, no que se refere ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, pontuamos que a maioria dos nomeados para os cargos de capitão mor, sargento mor e capitão da tropa regular não integravam uma elite que se possa chamar de local, isto é, não pertenciam à uma prestigiada família local ou não construíram sólidas carreiras militares na região (mais de 9 ou 10 anos). Mais da metade desses homens nunca haviam pisado no Estado (do total de 58 nomeações, era o caso de 32). Além do mais, as reincidências e as promoções não eram comuns. Num universo de 53 nomes, somente 4 com certeza integram esse grupo: quanto às reincidências, somente Marçal Nunes da Costa ocupou em dois momentos um mesmo cargo (capitão mor do Pará); quanto às promoções, contamos Manuel Fernandes Ferreira, Antônio Ferreira Galão e Baltazar Fernandes (os três foram

28 ROCHA, 2013, cap. 1.

29 CUNHA; MONTEIRO, 2005, p. 226; CUNHA, 2005.

30 CUNHA; MONTEIRO, 2005, p. 228-231. (citações na última página).

capitães e sargentos mores).³¹ Se alongarmos a data estipulada até o início do século XVIII, acrescentaríamos somente mais três nomes a essa lista.³² Esse fato parecia estar relacionado à necessidade de evitar a mencionada integração entre as ações dos oficiais régios e os interesses das comunidades. Sobre o assunto, observe a opinião do conde de Odemira, presidente do Conselho Ultramarino, sobre o retorno do ex-capitão mor do Maranhão Baltazar de Sousa ao Estado (quando esse se propôs a ocupar o posto de capitão mor do Pará se, em seguida, lhe fosse concedido o cargo de governador do Estado): julgava inconveniente tal retorno porque visava evitar a existência de “bandos e parcialidades naquela conquista” e sugeria a concessão à Sousa Pereira de um posto equivalente ao de capitão mor do Pará.³³ A circulação pelo império era comum, pois, tendo em mente que a atuação nesses postos (com exceção do cargo de capitão) eram trienais, pouco mais que a metade serviram em uma só praça (28 dos 53). Alguns possuíam impressionantes carreiras imperiais, como, por exemplo, os capitães Francisco Pinto (atuou na Índia, em Flandres, na Catalunha, na França, numa armada que rumou ao Brasil e na Guerra da Restauração de Portugal) e Gregório da Costa (esteve em armadas que foram ao Brasil, em armadas que protegeram a costa do reino, na Guerra da Restauração de Portugal, na França, na Ilha da Madeira e em Mazagão).

Nesse sentido, no que se refere aos postos do Estado do Maranhão e Grão-Pará, para as 58 nomeações aos cargos de capitão mor, sargento mor e capitão, encontramos três espaços majoritários de atuação: 29 nomeados serviram no Estado do Brasil, 26 no Estado do Maranhão e Grão-Pará e 24 na Guerra da Restauração de Portugal. Por fim, se pensarmos em todos os postulantes aos cargos mencionados, e não somente nos escolhidos pelos concursos que eram realizados para tal, observaremos que o Estado do Maranhão era um vetor para aqueles que atuaram nas mais diversas partes globo (Europa, Estado da Índia, norte da África, Açores e Madeira...)³⁴

Os três espaços majoritários acima mencionados, na verdade, refletiam as principais ocasiões de guerra vividas pelo reino e por seu império ultramarino no ocidente. Pretendemos destacar, a seguir, a importância das guerras contra os holandeses no Estado do Brasil – espaço intimamente relacionado ao Reino de Angola – e da Guerra da Restauração de Portugal para as políticas da coroa. Essa importância, como veremos, possuía um termo identificador que, dentre outras

31 ROCHA, 2013, anexos I-VII.

32 Pedro da Costa Rayol foi capitão e sargento mor do Pará (ARQUIVOS NACIONAIS DA TORRE DO TOMBO [doravante ANTT], Chancelaria de D. Pedro II, liv. 21, f. 282v.; e ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, liv. 27, f. 155); João Duarte Franco foi sargento mor do Pará e capitão mor do Maranhão (ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, liv. 48, f. 13; e ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, liv. 21, f. 294); e Pedro Mendes Tomás foi sargento mor e capitão mor do Pará (ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, liv. 52, f. 27v.; e ANTT, Chancelaria de D. Pedro II, liv. 30, f. 348).

33 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de junho de 1657*. Maranhão, cx. 4, doc. 407.

34 ROCHA, 2013. Ver anexos.

questões, instituía-se como um argumento (explicitamente ou implicitamente revelado) para aqueles que pretendiam pleitear, junto à monarquia, cargos e mercês: a “guerra viva”.

A guerra contra os flamengos no Brasil, excluindo-se o episódio da ocupação de Salvador em 1624-25, usualmente é dividida em três fases: a resistência, entre 1630 e 1637, cujas balizas são a queda de Olinda (1630) e a retirada do exército hispano-luso-brasileiro de Pernambuco (1637); os anos de 1637-1645, isto é, o período estabelecido entre o governo de João Maurício de Nassau e o início da rebelião luso-brasileira; e, por fim, a guerra da restauração, ocorrida entre os anos de 1645 e 1654.³⁵

Estudos recentes destacam a ligação, no que se refere ao trato de negros e à circulação de oficiais, entre o reino de Angola e o Estado do Brasil. Na verdade, como destaca Luís Felipe de Alencastro, “[...] na estratégia holandesa, os portos comerciais do Atlântico português se apresentavam como alvos conjugados [...]”. Assim sendo, as praças portuguesas localizadas nos dois lados do Atlântico, entre as quais o Maranhão, foram estrategicamente e sucessivamente ocupadas pelos holandeses.³⁶ A conquista de Angola pelos holandeses, nas palavras do próprio Nassau, deveu-se à importância dessa praça para o envio de escravos ao Brasil holandês. Esse território sem o trato negreiro e os portos de Angola, dizia-se, era inútil para a Companhia das Índias Ocidentais holandesa, pois sem os negros o cultivo do açúcar era inviável. A retomada de Angola, ocorrida no ano de 1648 através de uma armada financiada pelos moradores do Rio de Janeiro (arcaram com 70% dos custos), representava a terceira tentativa de reconquistar a região a partir do Brasil (outras duas frotas foram enviadas em 1645). Foi uma empresa solicitada pelo governador do Rio de Janeiro, Salvador Correa de Sá e Benevides (neto e filho de governadores do Rio de Janeiro), discutida no Conselho de Guerra, sugerida pelo Conselho Ultramarino e comandada pelo mesmo Salvador Correa de Sá. Interessava aos portugueses (conforme os pareceres apresentados no Conselho da Fazenda e no Conselho de Guerra), além de tornar insustentável o Brasil holandês com a retomada de Angola, a captação da prata espanhola – a partir de Buenos Aires – através do tráfico negreiro. Além do mais, conforme uma

35 MELO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007 [1975]. p. 13.

36 ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 209. A campanha de 1624-1625 correspondeu à tomada da Bahia e ao bloqueio naval de Benguela e Luanda. No ano de 1625 os holandeses também empreenderam um frustrado desembarque nas praias de São Jorge da Mina. Tal região foi dominada pelos flamengos, a partir do Recife (conquistado em 1630), somente em 1637 (permaneceram nessa localidade até 1872). Como a trégua acordada entre lusos e holandeses em 1641 demorou a ser assinada por D. João IV, nesse mesmo ano, por ordem de Nassau, os flamengos tomaram Luanda, Benguela, os “portos satélites” de São Tomé e Ano Bom e o Maranhão (ALENCASTRO, 2000, p. 209 et seq.).

afirmação do Conselho de Guerra, o Brasil era descrito como essencial ao sustento do reino de Portugal.³⁷ Dada essas ligações entre o Brasil e Angola, indivíduos que se destacaram na guerra contra os holandeses no Brasil, posteriormente, ocuparam cargos de destaque em Angola, como, por exemplo, Salvador Correa de Sá e Benevides,³⁸ João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros.³⁹

Alencastro destaca que, a exemplo desses indivíduos, outros apresentavam os serviços realizados nas guerras contra os holandeses no Brasil para pleitear cargos vagos na África portuguesa (cargos militares, administrativos ou eclesiásticos). Isso porque, conforme o autor, a guerra contra os flamengos no Brasil era considerada, ao lado da Guerra da Restauração de Portugal, uma “guerra viva”.⁴⁰

37 A reconquista não foi oficialmente ordenada. Tratava-se de uma operação “semiclandestina”, adotando-se uma política de guerra dissimulada nas conquistas e a paz e a aliança na Europa, pois tropas holandesas ajudaram os lusos em combates contra Castela nas fronteiras do Alentejo. Assim, a restauração de Pernambuco e de outros territórios do Brasil, bem como a posterior ação de Salvador Correa de Sá em Angola, era encarada (diante dos diplomatas holandeses) como uma desobediência dos moradores ao monarca português (ALENCASTRO, 2000, p. 209-214; 222-236). Em outra passagem, o autor destaca que a família de Salvador Correa de Sá possuía bens na região do Prata e ligações parentais com autoridades de Buenos Aires (ALENCASTRO, 2000, p. 199-203). O governador do Estado do Brasil Antônio Telles, em carta ao rei, destacava a importância dos negros angolanos para os engenhos dos Brasil: “Angola, senhor, está de toda perdida, e sem ela não tem V. M. o Brasil, porque desanimados os moradores de não terem escravos para os engenhos, os desfabricarão e virão a perder as alfândegas de V. M. os direitos que tinham em seus açúcares [...]”. Sobre a importância de Angola para os holandeses estabelecidos no Brasil, o procurador da fazenda (em parecer ao Conselho da Fazenda) destacava: “[...] sem a saca dos negros de Angola, não podem os holandeses sustentar e conservar Pernambuco e os mais lugares que ocupam no Brasil [...]”. Por fim, o Conselho de Guerra estabelecia a importância do Brasil para o reino e a de Angola para o Brasil: “Porque sem Angola não se pode sustentar o Brasil, e menos Portugal sem aquele Estado [...]” (ALENCASTRO, 2000, p. 222-223). Sobre as solicitações de Salvador Correa de Sá em relação a Angola, o custeio da expedição à mesma região e o investimento de Benevides no tráfico de escravos para Buenos Aires, Ver também BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1973 [1952]. p. 260-272; 291 et seq.

38 Logo após a reconquista, acumulou os governos do Rio de Janeiro e de Angola (antes dele, o governador provisório do Rio, Francisco de Souto Maior, tentara uma expedição a Angola para assumir o governo desse reino) (ALENCASTRO, 2000, p. 228-232).

39 Em 1650, João Fernandes Vieira, um dos comandantes que atuaram na guerra contra os holandeses no Brasil, solicitou o governo vitalício de Pernambuco, o do Maranhão por nove anos ou o de Angola por seis, e, após a rendição holandesa no Recife (1654), serviu no governo da Paraíba (concedido até vagar o de Angola) e em seguida assumiu o comando de Angola; e, por fim, André Vidal de Negreiros, após levar ao reino a notícia da restauração de Pernambuco, recebeu o prometido governo do Maranhão (1655-56), a patente para suceder Fernandes Vieira no comando da Paraíba (governo que ocupou em 1661) e, no dia seguinte, granjeou o governo de Pernambuco (governou essa região entre 1657-60) até vagar o comando de Angola. Os sucessores de Benevides e antecessores de Fernandes Vieira no governo desse último espaço, Rodrigo de Miranda Henriques e Luís Martins de Sousa Chichorro, atuaram incisivamente no tráfico negreiro: Henriques (1652-53) era próximo de Salvador Correa, já havia exercido o governo do Rio de Janeiro, interessava-lhe a prata peruana comerciada em Buenos Aires e obteve permissão para reabrir a carreira Luanda-Rio-Buenos Aires; e, quanto à Sousa Chichorro (1654-1658), estava na Bahia quando os holandeses se renderam no Recife e atuou no negócio negreiro e na carreira de Angola (ALENCASTRO, 2000, p. 271-273).

40 ALENCASTRO, 2000, p. 303.

Destacando o aumento da importância do Brasil para as políticas da coroa, Maria de Fátima Gouvêa demonstra que as relações entre Brasil e Angola, especialmente no que se refere aos indivíduos que ocuparam sucessivamente postos nos dois espaços (sejam eles governativos, administrativos ou eclesiásticos), também era uma tendência no século XVIII.⁴¹

Tendo em mente essa importância do Brasil para as políticas da coroa, e do serviço na guerra contra os holandeses nessa região para pleitear cargos, concorrer a postos e solicitar mercês, entende-se porque muitos indivíduos que, posteriormente, serviriam no Estado do Maranhão e/ou suas capitanias atuaram nos conflitos contra os holandeses na região atualmente chamada de nordeste brasileiro. Assim sendo, dos 29 acima mencionados, 8 participaram da resistência, 20 participaram das duas fases seguintes da guerra (governo de Nassau e restauração) e pelos menos 4 indivíduos também serviram no Reino de Angola.⁴²

Em relação aos que atuaram na Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668) – conflito que, como pontuamos, também era considerado uma “guerra viva” – antes de ocupar um cargo no Estado do Maranhão e/ou em suas capitanias, cabe explicitar a importância dos combates travados no Alentejo e arredores. Como destaca Fernando Dores Costa, o plano de campanha do exército castelhano durante a Guerra da Restauração de Portugal era bem definido: recuperava o plano do duque de Alba de 1580 (quando D. Sebastião morreu e o monarca castelhano exigiu o trono português), qual seja, uma operação conjunta por mar e por terra na qual, por um lado, o exército castelhano penetraria por Elvas e Ayamonte até chegar à Lisboa e, por outro, uma armada bloquearia a foz do Tejo. Tal projeto, como pontua o autor, permaneceu no planejamento da coroa castelhana até na fase final da Guerra da Restauração (conforme um parecer do Conselho de Estado de 1662). Dessa forma, “[...] o espaço principal da guerra será o Alentejo, aquele onde desde o início se antevê que ocorra uma maior concentração de tropas permanentes e onde efetivamente sucederão os combates decisivos [...]”⁴³ Por outro lado, era “[...] o palco onde os chefes dos exércitos podem ganhar a glória

41 GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português. In: FRAGOSO, João. *O Antigo Regime nos tópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 303-308. Sobre as ligações familiares e/ou de amizade tecidas entre homens que ocupavam cargos diversos nas várias partes do império – inclusive no Brasil e em Angola, mas, também, na Índia – em fins do XVII e no XVIII, Ver GOUVÊA, Maria de Fátima. *Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português*. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

42 Destacavam-se os conflitos na Bahia (especialmente o cerco de Salvador comandado por Nassau em 1638 e a tomada da Ilha de Itaparica em 1646, que, em 1648, foi abandonada pelos holandeses), no seu recôncavo (em 1648), em Pernambuco (principalmente as duas batalhas dos Guararapes em 1648 e 1649) e/ou em alguma das capitanias circunvizinhas durante o período correspondente à estadia de Nassau no Recife e a restauração (1638-1654). ROCHA, 2013, Ver anexos, quadro I-VII.

43 COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 47.

que procuram e onde competem por ela [...]”⁴⁴ Tanto que, em 1643, o próprio monarca estabeleceu-se em Évora para mobilizar os vassallos à região.⁴⁵

Nesse sentido, dos 24 indivíduos que combateram na Guerra da Restauração de Portugal antes de ocupar um posto militar superior (capitão mor, sargento mor e capitão) no Estado do Maranhão e Grão-Pará, nada menos do que 21 atuaram no Alentejo e/ou em regiões adjacentes, como a Estremadura e o Algarve, durante as três fases da guerra (1641-1646, 1647-1656 e 1657-1665). Mas é importante informar que muitos desses homens também participaram de campanhas na Beira e na fronteira norte com a Galícia.⁴⁶

É claro que uma abordagem completa (referente a todos os oficiais militares superiores que serviram no Estado do Maranhão e/ou em suas capitânias) exigiria melhor conhecimento das conjunturas vividas pelo império no norte da África, no Estado da Índia, na Ilha da Madeira e nos Açores. Contudo, julgamos nossa abordagem o suficiente para mostrar o quão integrado, através desses homens, estavam as partes do império e a importância das conjunturas de guerras no Brasil e no reino, além da experiência no próprio Estado do Maranhão, para a nomeação dos oficiais militares em estudo. As informações contidas nas consultas (sobre os serviços dos postulantes aos cargos em estudo) explanam a importância destes três espaços – o Estado do Maranhão, o Atlântico sul, especialmente o norte do Estado do Brasil e o reino, principalmente o Alentejo e arredores – para a eleição desses oficiais militares superiores. Enfim, para a coroa, que remunerava os serviços dos vassallos com cargos e mercês, o Estado do Maranhão era parte integrante do império; e é assim que devemos observar essa praça. Alguns oficiais nomeados a esse Estado, por seu turno, expressavam claramente essa relação, pois alcançavam postos importantes nesse espaço porque serviram em outras paragens. Essas

44 COSTA, 2004, p. 48.

45 COSTA, 2004, p. 52-53.

46 Sobre as fases da guerra, Ver COSTA, 2004, p. 55; 65; 67-70; 81-86; 96-99. Destacam-se as participações desses indivíduos, durante a primeira fase da guerra, no fracassado cerco à Badajós (1643), na batalha de Montijo (1644), no sítio de Olivença (1645) e na tomada do forte da Codiceira (1646) – além da invasão, ainda em 1643, às praças de Valverde, Telena, Albofeira, Almendral, La Torre, Alconchel, Figueira de Vargas, Cheles, Vila Nueva del Fresno e outras. Durante a terceira fase, já que a segunda caracterizou-se pelos saques nas fronteiras (por parte de ambos os lados), pela guerra defensiva e pela ausência de campanhas de vulto, batalhas decisivas foram travadas nos mesmos espaços: a perda de Olivença (1657); a retomada de Mourão (1657); um novo e também fracassado cerco à Badajós (1658), iniciativa ofensiva considerada danosa ao próprio exército sitiante; o ataque castelhano à Elvas (1658), cidade avaliada como uma “povoação-chave” do Alentejo ou “[...] a mais importante praça militar da fronteira terrestre do reino [...]”; o combate nas linhas de Elvas (1659) e, após cerca de 80 dias de cerco, a restauração dessa praça; a tomada de Borba, de Jerumenha e de outras povoações alentejanas menores (1662); o cerco de Évora pelos castelhanos e a posterior retomada dessa cidade pelos portugueses (1663); a batalha do Canal ou do Ameixial; e, por fim, a batalha de Montes Claros (1665). O ano de 1663, vale informar, pode ser considerado “[...] o ano determinante da Guerra da Restauração [...]”. E o de 1664, por seu turno, correspondeu ao período de maior mobilização do exército português (ROCHA, 2013, Ver anexos, quadro I-VII).

últimas, enfim, eram consideradas importantes para as políticas da coroa e, conforme certas opiniões, para o sustento do reino. Por fim, cabe lembrar que, apesar de contar com poucas carreiras enraizadas localmente, a experiência no Estado também era considerável entre os oficiais superiores dessa região. Explica esse fato as especificidades da região abordadas em outro estudo.⁴⁷

“Territórios Limitados” e a Carreira dos Nobres

A promoção dos nobres, não raro, era bastante rápida. Pelo menos três questões ajudam a entender esse fato: a referida ideia de que o estado da nobreza comportava os melhores servidores; a concepção de “autoridade natural”; e o estatuto dos soldados, que igualava nobres e plebeus.

Na verdade, a promoção militar rápida dos nobres, como mostra Fernando Dores Costa, era uma prática corrente no reino. Assim, durante a Guerra da Restauração de Portugal (1640-1668) e no decorrer do século XVIII, por vezes, muitos fidalgos eram promovidos com dispensas do regimento das fronteiras.⁴⁸ É importante destacar que esse regulamento, promulgado em 1645, pressupunha 9 ou 10 anos de serviço efetivos para a promoção à capitão (10 anos como soldado ou 6 anos como soldado somados a 3 anos como alferes), mas os indivíduos de “muita qualidade” “em que concorra virtude ânimo e prudência” poderiam ser eleitos capitães se servissem 6 ou 5 anos (§ 14). A explicação para isso era a já mencionada ideia de que a nobreza representava o segmento que reunia os melhores servidores:

[...] porque desde logo é minha vontade excluí-lo em uns e outros todo o gênero de suplemento, e maior moderação, e a que se faz com as tais pessoas se funda, em que com razão se deve pressupor neles maior capacidade, mais antecipadas notícias, e indubitável valor, e por este respeito é bem não dilatar neles tanto como nos mais (§14).⁴⁹

Deveriam ascender rapidamente porque a nobreza possuía certa “autoridade natural”, pois, conforme o regimento das levas de 1647 (republicado em 1659), o comissário responsável pelos recrutamentos deveria ser pessoa de “qualidade e respeito”. Assim sendo, tal agente, externo às comunidades, era recrutado no seio da “primeiríssima nobreza” titulada.⁵⁰ Essa autoridade, enquanto natural, não era

47 ROCHA, Rafael Ale. A aliança com os indígenas e a nomeação dos oficiais da tropa regular (Estado do Maranhão e Grão-Pará – séc. XVII). *Revista Ultramares*, Maceió, v. 1, n. 5, jan./jul. 2014.

48 COSTA, Fernando Dores. *Insubmissão*. Lisboa: ICS, 2010. p. 257-259.

49 MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB/Conselho Federal de Cultura, 1972. p. 634.

50 COSTA, 2004, p. 28-30.

algo que foi adquirido. Nesse sentido, a capacidade técnica militar não possuía tanta importância.⁵¹

Outra questão ajuda a entender o anseio por promoção rápida por parte dos nobres: o estatuto dos soldados. Segundo os textos normativos, o estatuto do soldado era peculiar: o serviço militar era considerado uma atividade sazonal, pois os soldados não eram sustentados pela monarquia porque não viviam exclusivamente dos soldos, visto que eram recorrentes as reclamações referentes aos atrasos de pagamentos; a condição militar era separada do restante da sociedade (com foros particulares);⁵² os recrutamentos causavam enorme impacto socioeconômico, pois os recrutáveis (homens com idades a partir dos 18 anos) representavam a mão-de-obra disponível;⁵³ e, por fim, as deserções eram registradas como endêmicas.⁵⁴ Portanto, como informa Dores Costa, a condição militar estava “[...] sempre ameaçada pela cedência à pressão da vida comum [...]”, e, até a criação dos estatutos dos cadetes em 1757, “[...] não existe diferença estatutária entre soldados nobres e não nobres [...]”. Contudo, é bom informar, existiam outras estratégias de distinção, como, por exemplo, a adoção do termo “soldado prático” (conforme um texto, de meados do século XVIII, do visconde André Ribeiro Coutinho).⁵⁵

Os nobres, inversamente, procuravam afastar os plebeus (o estado ou ordem do povo) até dos postos oficiais menores. Segundo Dores Costa, em função do costume de nomear criados nos cargos intermédios por parte dos oficiais superiores, muitos postos eram ocupados por plebeus. O que era um problema porque, por um lado, os fidalgos se recusavam a obedecer aos oficiais que foram enobrecidos pela carreira militar – os “soldados da fortuna” – e, por outro, a presença de plebeus e criados de fidalgos em cargos de comando era apresentada pelos autores da época em tons de denúncia – já que, além da baixa qualidade dos nomeados, os nobres de segunda linha eram afastados desses postos.⁵⁶ O conde Shomberg, comandante de origem alemã que chegara à Lisboa em novembro de

51 COSTA, 2010, p. 252-253; e COSTA, Fernando Dores. A nobreza é uma arte militar? In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (Orgs.). *Optima Pars: elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

52 COSTA, 2010, p. 86-87.

53 COSTA, 2010, p. 83-85. O autor apresenta dados relativos, grosso modo, ao século XVIII. O recrutamento, obviamente, dependia das situações de paz ou guerra na qual se encontrava o reino. Em 1791, os recrutados correspondiam à praticamente 1/5 dos homens aptos ao trabalho (COSTA, 2010, p. 85).

54 COSTA, 2010, p. 63-82. Os dados apresentados pelo autor também abordam somente o século XVIII. Nesse, os cálculos de Dores Costa demonstram que o número de desertores irreversíveis (aqueles que não foram restituídos às suas respectivas tropas) era praticamente igual ao número da força permanente (p. 72). Esse número era próximo ao dos contingentes mobilizados para o Alentejo, principal palco dos conflitos, durante a Guerra da Restauração de Portugal: o teto era 20.000 homens (p. 82). Sobre a dificuldade de recrutar e o regimento das levas de 1659, Ver COSTA, 2004, p. 28-32.

55 COSTA, 2010, p. 89.

56 COSTA, 2010, p. 242-243; 246-252.

1660, foi solidário a essas denúncias, pois destacava a importância dos serviços para a concessão dos cargos e o costume praticado pelos “qualificados” de negar o seu serviço nos postos de alferes ou outros.⁵⁷

As próprias consultas do Conselho Ultramarino, tribunal responsável pelos concursos que escolhiam os oficiais em estudo, demonstram que, por um lado, muitos se aproveitaram da baixa cotação do Estado do Maranhão e Grão-Pará – na hierarquia política dos territórios do império – para galgar postos na região e, por outro, a “qualidade” atribuída a determinados postulantes desses cargos embasava a rápida ascensão ao oficialato da tropa regular do mesmo Estado. Por vezes, os dois elementos (a baixa cotação e a qualidade) eram conjugados.

Sobre a mencionada baixa cotação, os exemplos são muitos. O sargento mor do Pará Manuel da Silva da Cunha, nomeado por patente régia de 1661⁵⁸, foi o único postulante a esse cargo que se apresentou durante os 15 dias de prazo para as candidaturas. O conselho, em consulta de 1661, considerava o postulante apto por dois motivos: o posto era “coisa limitada”; e, comparado com a capitania mor do Pará antes solicitada pelo próprio Silva da Cunha, era “[...] cargo mui inferior (em tanto que não houve para ela outro opositor, havendo precedido editos) será mui justo que V. Maj^{de}. lhe faça mercê dela [...]”.⁵⁹ Cabe destacar que o postulante serviu entre 1637 e 1649 (11 anos “interpolados”), era fidalgo da casa do rei (mercê que recebera antes de embarcar para a Índia) e não serviu como capitão. Algo semelhante ocorreu com Salvador da Costa de Macedo, indivíduo que o substituiu cerca de três anos depois. Conforme uma consulta de 1664 sobre a nomeação de um sargento mor para o Pará, Costa de Macedo foi o único postulante que apresentou a sua candidatura após o lançamento do edital quinzenal. Assim, as justificativas do conselho para a nomeação de Macedo consistiam: a “sargentia mor” do Pará era “[...] coisa muito limitada [...]” e cabia “[...] suprir-lhe o não haver ocupado o posto de capitão na forma que dispõem as ordens de V. Maj^{de}.” (isso foi reiterado no decorrer da consulta quando o conselho afirmava que “[...] lhe deve V. Maj^{de}. fazer mercê dela [da ‘sargentia mor’] por tempo de três anos suprimindo-lhe juntamente, o não ter ocupado o posto de capitão que é requisito necessário [...]”). Além do mais, prosseguia a consulta, não havia outro pretendente “[...] mais do que este sujeito [...]” porque “[...] este posto é de tão pouca consideração que por sua tenuidade não houve pessoa que o pedisse [...]”.⁶⁰

As solicitações pelo posto de capitão de companhia também elucidavam a facilidade de ascensão por falta de postulantes e a evasão desses em função da

57 COSTA, 2004, p. 91-93.

58 ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, liv. 24, f. 173v-174; e Registro Geral de Mercês (doravante RGM). *Carta patente de 22/06/1661 a Manuel da Silva da Cunha*. Mercês de D. Afonso VI, liv. 5, f. 260v.-262.

59 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de junho de 1661*. Pará, cx. 2, doc. 110.

60 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 3 de abril de 1664*. Pará, cx. 2, doc. 117.

baixa cotação das companhias da região. Sobre esse último ponto, destacamos o caso do capitão Francisco Pinto. Este, que serviu por 18 anos contínuos e atuou como alferes e ajudante, foi eleito capitão de uma companhia vaga da cidade de São Luís, por resolução régia, após concorrer ao cargo em concurso de 1654. Além de Francisco Pinto, somente Francisco Sá havia solicitado a mesma companhia. Sá, que serviu por 12 anos contínuos, foi preterido por Francisco Pinto em função dos serviços desse último, do tempo que o mesmo gastou neles (18 anos, isto é, 6 anos a mais do que o seu “opositor”) e das feridas que recebera durante o serviço prestado à monarquia.⁶¹ Porém, no ano seguinte, o conselho elaborava nova consulta para o provimento do mesmo posto porque Francisco Pinto também foi nomeado capitão de uma companhia do reino e, assim sendo, preferiu servir em Portugal. Conforme a nova consulta, Francisco de Sá, pela segunda vez, e um alferes recém-nomeado para ir ao Estado do Maranhão com Francisco Pinto, Aleixo Freire Coelho, solicitaram o cargo em questão. A posição do conselho, quando apontava Francisco de Sá como o seu preferido, destacava a falta de postulantes ao cargo e, por tal motivo, a necessidade de sondar até os que não possuíam uma carreira extensa (conforme a exigência do regimento das fronteiras): o preterido Aleixo Freire Coelho, recentemente nomeado como alferes, não teve tempo de servir “[...] a bandeira em que foi nomeado, e tratasse dele por não haver outro pretendente [...]”.⁶² A falta de postulantes e a baixa cotação do posto de capitão facilitou a nomeação de Baltazar Fernandes – embora esse possuísse os requisitos necessários, conforme o regimento das fronteiras, para ser escolhido. Baltazar Fernandes havia servido por mais de 10 anos como soldado, alferes e ajudante e solicitava, em 1660, o posto de capitão de uma das duas companhias que estavam vagas no Estado do Maranhão e Grão-Pará. O Conselho Ultramarino, em consulta de maio de 1660, considerava pertinente a solicitação de Baltazar Fernandes “[...] por não haver oferecido mais opositores [postulantes], para se poder propor mais sujeitos a V. Maj^{de}. na forma de suas ordens [...]”. O conselho completava afirmando que a causa dessa evasão era o soldo “[...] mui diminuto, por falta de rendimento [...]”, a ser pago ao ocupante do posto. Era essa, afirmava o conselho, a “[...] causa porque são pouco apetecidas [...]” as companhias referidas.⁶³ Por tal motivo (o pouco apreço), em uma contradição aparente, esses postos facilitavam a ascensão e eram requisitados por alguns.

61 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de abril de 1654*. Maranhão, cx. 3, doc. 332.

62 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de junho de 1655*. Maranhão, cx. 3, doc. 366. Francisco Pinto, na verdade, trocou sua companhia com o capitão de uma companhia do reino chamado Simão Monteiro. O Conselho de Guerra aprovou a troca, e o rei também, mas o Conselho Ultramarino sugeriu ao monarca que castigasse Francisco Pinto porque a troca havia sido feita sem a intervenção do mesmo Conselho Ultramarino. Sobre isso, Ver AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de dezembro de 1654*. Maranhão, cx. 3, doc. 356.

63 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de maio de 1660*. Maranhão, cx. 4, doc. 422.

Além do mais, os concursos também poderiam se adequar à oferta de candidatos e à baixa capacidade de atração suscitada por determinados postos. Era o caso, por exemplo, do posto de capitão das casas fortes criadas na década de 90 dos seiscentos. Assim, em carta régia de 1693 ao governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, o monarca reconhecia a necessidade de enviar um capitão reinol à nova fortaleza da ponta de João Dias (localizada na Ilha do Maranhão), mas, visto que no reino não apareceram interessados após o lançamento do edital respectivo, ordenou a fixação do mesmo edital no Estado do Maranhão e solicitou a opinião do governador sobre os postulantes “[...] porque nesse Estado não faltarão sujeitos que pretendam [o posto em questão] [...]”.⁶⁴ Já em 1699, o mesmo governador informava que, tal como na ponta de João Dias, provera tenentes nas fortalezas do Bom Jesus do Parú (localizada no Pará) e Jesus Maria José do Rio Negro (localizada na boca do rio de mesmo nome) em função da inexistência de capitães para o comando das mesmas (por falecimento dos nomeados pelo rei). Ouviu-se o parecer do ex-governador Gomes Freire de Andrade. Assim sendo, o conselho sugeriu a nomeação dos tenentes escolhidos por Coelho de Carvalho, já que “[...] para estes postos se não puseram aqui [no reino] editais; respeitando a que como são de tão pouca importância, não haveria quem se opusesse a eles [...]”. A resolução régia escrita à margem da consulta, por fim, concordava com o conselho.⁶⁵

Os ditos “qualificados” também se aproveitavam dessa sua condição e da baixa cotação do Estado para, com dispensas do regimento das fronteiras, galgar postos mais rapidamente. Ou seja, como pretendemos mostrar nas páginas que se seguem, procurava-se equiparar a “qualidade” do nomeado à “qualidade” do cargo. Era o caso do capitão de companhia do Pará Baltazar de Seixas Coutinho. Em 1662, após o lançamento de um único edital quinzenal para escolher dois capitães (de companhias, respectivamente, do Maranhão e do Pará), Coutinho, apesar de possuir menos anos de serviço do que os demais postulantes, foi sugerido em 1º lugar pelo Conselho Ultramarino por ser filho do então capitão mor do Pará, Francisco de Seixas Pinto. Esse solicitou do próprio conselho a patente de capitão para o filho, pois desejava que o mesmo o “acompanhasse” no serviço régio. Um segundo motivo para a nomeação de Baltazar de Seixas era o fato de que “[...] sua qualidade o faz benemérito e V. Maj^{de}. tem mandado se tenha respeito aos semelhantes [...]”.⁶⁶ O postulante havia servido como soldado e alferes por sete anos somente, isto é, não se enquadrava no tempo de serviço exigido pelo regimento

64 AHU. *Carta régia ao governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho de 16 de fevereiro de 1693*. [S.l.], códice 268, f. 112v-113.

65 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de setembro de 1699*. [S.l.], códice 274, f. 134v-135.

66 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de setembro de 1662*. Maranhão, cx. 4, doc. 458.

das fronteiras para a concessão desse posto (embora esse fato não tenha sido mencionado na consulta), mas, de qualquer forma, o monarca corroborou a opinião do conselho.⁶⁷

Postos menores, como o de alferes, também eram entendidos sob esse prisma. Em 1662, Manuel Luís de Matos reputava-se com “qualidade” suficiente para solicitar do monarca a dispensa do ano de serviço que lhe faltava para se tornar um alferes. Matos foi nomeado alferes por um capitão de companhia, Manuel da Fonte Velho, que se preparava para servir no Estado Maranhão. Manuel Pinto de Matos havia servido como soldado entre os anos de 1656 e 1660 (mas com intervalos). O Conselho Ultramarino, sobre o seu requerimento, considerava pertinente a solicitação de Matos porque, além dos serviços apresentados (armadas da Companhia Geral e combates no Alentejo), “[...] é pessoa de qualidade, e seu pai perdeu a vida nas fronteiras em serviço de V. Maj^{de}”. Justificando o requerimento do suplicante, a sugestão do conselho, acatada pelo monarca, citava um capítulo do regimento das fronteiras segundo o qual os alferes deveriam ser “[...] pessoas de qualidade, como Manuel Luis de Matos é [...]”. Um segundo motivo apresentado pelo conselho era o serviço na conquista. No que se refere à hierarquização política dos territórios ultramarinos, o conselho não explicitava se o território em questão (o Estado do Maranhão) era considerado de baixa qualificação, mas, em relação ao “suprimento” do tempo de serviço solicitado por Matos, destacava claramente que “[...] ir servir às conquistas [...] também é razão, que se tenha respeito [...]”.⁶⁸ É importante lembrar que o posto de alferes também era regulado pelo regimento das fronteiras. Conforme esse, provido por nomeação dos capitães, exigia-se para a concessão do posto pelo menos 3 anos de serviço. Contudo, a julgar pela ação do provedor mor D. Fernando Ramirez em 1681, por exemplo, a capacidade de prover o posto por parte dos capitães não significava que os mesmos pudessem gerir o cargo de alferes a seu bel prazer.⁶⁹

67 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de setembro de 1662*. Maranhão, cx. 4, doc. 458.

68 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de janeiro de 1662*. Maranhão, cx. 4, doc. 447. O capítulo do regimento citado no documento era o 16, mas, na verdade, tratava-se do capítulo 15. Conforme as informações contidas em duas outras consultas do Conselho Ultramarino (AHU. *Consulta de 6 de junho de 1647*. Maranhão, cx. 2, doc. 214; e AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 4 de setembro de 1666*. Pará, cx. 2, doc. 129.), o pai de Luís Pinto de Matos era Diogo Pinto de Matos. Esse último era filho de Luís Pinto de Matos (avô de mesmo nome do nosso alferes) e irmão de Antônio Pinto da Gaia, que, em 1665, já era cavaleiro do hábito de Cristo quando foi nomeado capitão mor do Pará (ANTT, Chancelaria de D. Afonso VI, liv. 26, f. 24v.-25; e ANTT. RGM. *Carta patente de 22 de novembro de 1665*. Mercês de D. Afonso VI, liv. 10, f. 17v.-18v.). Antônio afirmava que Diogo havia morrido “nas guerras do Brasil” e, em 1666, solicitava para o seu sobrinho Luís, que já servia há 4 anos como alferes no Pará, o posto de capitão de uma companhia vaga (especificamente, a companhia de Baltasar de Seixas, que, na mesma época, obteve licença para ir ao reino).

69 Em 1681, o provedor da fazenda D. Fernando Ramirez enviava carta ao monarca para denunciar as práticas do capitão de uma companhia do Pará chamado Luís Lopes. Esse, segundo Ramirez, teria incitado uma revolta contra o provedor porque foi repreendido pelo mesmo por nomear um alferes, que servira por somente 25 dias como soldado, no lugar de um outro. O sargento mor e o capitão

Em outro exemplo, do ano de 1664, Francisco Girão Cardoso solicitou do monarca a dispensa do tempo de serviço necessário, conforme o regimento das fronteiras, para se tornar alferes. Segundo a consulta do Conselho Ultramarino sobre o seu requerimento, Cardoso foi eleito alferes de uma companhia que rumaria ao Estado do Maranhão por “numbramento” do seu capitão, Luís de Sousa. Girão Cardoso, então, pedia a confirmação régia do posto para o qual foi nomeado. O problema era que Cardoso nunca havia servido à V. Maj^{de}., mas, justificando a sua solicitação, citava a sua “qualidade” e a “limitação” da região à qual seria enviado: “[...] pede a V. Maj^{de}. [...]”, descrevia o conselho, que “[...] lhe faça mercê de o aprovar para o dito posto suprimindo se lhe não ter serviços pessoais, visto não haver quem queira hir servir o dito posto por [ser] terra tão limitada e ser pessoa nobre [...]”.⁷⁰ A sugestão do conselho, acatada pelo rei, falava por si só:

Ao conselho parece que por se não oferecer outro sujeito mais que Francisco Girão Cardoso para ir com este capitão para o Maranhão, a respeito da limitação da terra, que V. Maj^{de}. lhe deve fazer mercê (sendo servido) suprir-lhe, não ter os anos do regimento [das fronteiras] que lhe faltam, por constar que é pessoa de qualidade, e benemérito.⁷¹

Mas os homens valorizavam determinados cargos em detrimento de outros. Jerônimo de Abreu do Vale, por exemplo, reputava-se com tanta qualidade que desprezou o posto de capitão de companhia do Pará porque, se fosse para servir no Estado do Maranhão, um cargo inferior ao de capitão da capitania-fortaleza do Gurupá ou sargento mor não lhe interessava. Em 1652, segundo uma consulta do Conselho Ultramarino, Abreu do Vale solicitava pela segunda vez o posto de capitão do Gurupá “na vagante” de Paulo Soares do Avelar. Conforme a descrição do conselho, Vale assegurava que havia servido por 11 anos no Estado e informava que Avelar deveria comandar a capitania do Gurupá por nove anos, mas, contudo, Paulo Soares abandonou a fortaleza, foi para o Maranhão cuidar de um engenho e deixou um irmão, João do Avelar, no governo do Gurupá. Segundo a denúncia de Abreu do Vale, a partir do Gurupá João do Avelar costumava enviar índios aldeados (livres) como cativos ao engenho do irmão. Esse último, aliás, acabava de embarcar para o reino. A posição do conselho destacava a im-

mor do Pará confirmaram o eleito; e Ramirez lembrava a Lopes que, para se tornar um alferes, um indivíduo deveria sentar praça por pelo menos 3 anos. A situação resultou em um motim cujo pretexto era a falta de pagamento dos soldos. AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 30 de julho de 1682*. Códice 274, f. 26-27. O rei, por fim, ordenou a elaboração de uma devassa sobre o assunto porque, em relação ao alferes substituído por Lopes, se “[...] não podia tirar o seu posto sem culpa [...]” (AHU. *Carta régia ao ouvidor geral de 26 de setembro de 1682*. Códice 268, f. 33).

70 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 29 de maio de 1664*. Maranhão, cx. 4, doc. 485.

71 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 29 de maio de 1664*. Maranhão, cx. 4, doc. 485.

portância da aliança e do bom tratamento a ser dispensado aos índios (em nome da “conservação” e “aumento” do Estado), mas, contudo, não discutia a solicitação de Jerônimo de Abreu do Vale.⁷² Sobre a posse do cargo de capitão do Gurupá por esse último, não encontramos nenhuma evidência.

Em novembro de 1653, uma consulta do Conselho Ultramarino discutia outra solicitação de Abreu do Vale. Esse, conforme o conselho, já era cavaleiro da Ordem de Avis pelos serviços realizados no Maranhão e solicitava o posto de capitão da companhia que Aires de Sousa Chichorro havia comandado no Pará (a companhia foi abandonada quando Chichorro se tornou capitão mor interino do Pará) ou de uma das duas companhias que estavam vagas no Maranhão. O conselho, por fim, sugeria a concessão de uma companhia ao suplicante porque o mesmo era “[...] pessoa de serviço e prática na guerra e do Maranhão [...]”, pois, entre 1637 e 1648, atuou na expulsão dos holandeses da região, participou de entradas ao sertão e chegou a ocupar o posto de capitão. Portanto, a concessão do posto mencionado era um incentivo para o retorno de um bom servidor ao Estado. Era, portanto, um “[...] meio de obrigar a Jerônimo de Abreu a tornar ao Pará, donde sua pessoa se entende que será de muito préstimo [...]”.⁷³ O conselho concordou com o pedido⁷⁴ e Jerônimo obteve a patente régia respectiva em janeiro de 1654⁷⁵, mas tornou a solicitar um novo posto. Seu requerimento destacava os seus 13 anos de serviço em “ocasiões de guerra viva” (referia-se, provavelmente, à expulsão dos holandeses do Maranhão), realçava a sua condição de “homem muito nobre” e solicitava para si o posto vago (por morte do antigo ocupante) de sargento mor do Pará. Uma informação anexada em seu requerimento, contudo, informava que a companhia concedida à Abreu do Vale foi abandonada pelo mesmo, pois preferiu servir na ilha de São Miguel com o posto de juiz da alfândega. “Por cuja causa se lhe tirou a companhia [...]”, completava a informação. Ou seja, nas palavras do conselho, Jerônimo “[...] desestimara a patente de capitão [...]”.⁷⁶ Em dezembro de 1654, Pascoal da Fonseca Muniz solicitava o posto de capitão da companhia abandonada por Abreu do Vale – pelo menos até esse último retornar da ilha de São Miguel. E o fazia criticando a atitude do titular da companhia, postura tão “[...] contra as leis da milícia [...]”.⁷⁷

Em 1655, Jerônimo de Abreu do Vale tentava novamente ocupar o posto de sargento mor do Pará. Desta vez, ao invés de solicitar o cargo vago, participou do concurso relativo ao posto mencionado (após a publicação do edital respectivo).

72 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de junho de 1652*. Maranhão, cx. 3, doc. 309.

73 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 27 de novembro de 1653*. Pará, cx. 1, doc. 85.

74 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 27 de novembro de 1653*. Pará, cx. 1, doc. 85.

75 ANTT. *Carta patente a Jerônimo de Abreu do Vale de 4 de janeiro de 1654*. Chancelaria de D. João IV, liv. 26, f. 76.

76 AHU. *Requerimento do capitão Jerônimo de Abreu do Vale*. Pará, cx. 1, doc. 77.

77 AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino*. [S.l.], cx. 3, doc. 355.

O edital não ficou aberto durante os usuais 15 dias, mas por meses – o que revelava a pouca procura pelo cargo, como, conforme já expusemos, aconteceu em outros momentos. A sugestão do conselho, então, consistiu: em 1º lugar a Manuel Guedes Aranha, em 2º a Gaspar Gonçalves Cardoso e em 3º a Simão de Faria Machado. Jerônimo de Abreu do Vale não foi contemplado porque, nas palavras do conselho, o mesmo postulante estava “[...] servindo de juiz da alfândega da Ilha de São Miguel, e haver para o mesmo efeito haver largado uma Capitania [companhia] de infantaria no Pará que lhe estava dada [...]”⁷⁸ Parece que, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, um posto inferior ao de capitão da capitania do Gurupá ou de sargento mor – nesse momento, quando já gozava do hábito da Ordem de Avis – não interessava a Jerônimo de Abreu do Vale. Em outras palavras, parece que, em sua visão, um posto inferior ao de sargento mor não estava à altura da sua condição de cavaleiro.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (doravante AHU). *Carta régia ao governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho de 16 de fevereiro de 1693*. [S.l.], códice 268, f. 112v-113.

_____. *Carta régia ao ouvidor geral de 26 de setembro de 1682*. [S.l.], códice 268, f. 33.

_____. *Consulta de 6 de junho de 1647*. Maranhão, cx. 2, doc. 214.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de fevereiro de 1652*. Maranhão, cx. 3, doc. 302.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 19 de junho de 1652*. Maranhão, cx. 3, doc. 309.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de dezembro de 1654*. Maranhão, cx. 3, doc. 356.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 29 de agosto de 1654*. Maranhão, cx. 3, doc. 343.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 20 de abril de 1654*. Maranhão, cx. 3, doc. 332.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de junho de 1655*. Maranhão, cx. 3, doc. 366.

⁷⁸ AHU. *Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de abril de 1655*. Maranhão, cx. 2, doc. 92.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 26 de abril de 1655*. Maranhão, cx. 2, doc. 92.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de junho de 1657*. Maranhão, cx. 4, doc. 407.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de maio de 1660*. Maranhão, cx. 4, doc. 422.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 14 de janeiro de 1662*. Maranhão, cx. 4, doc. 447.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 6 de setembro de 1662*. Maranhão, cx. 4, doc. 458.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 29 de maio de 1664*. Maranhão, cx. 4, doc. 485.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de novembro de 1691*. Maranhão, códice 274, f. 81v; 82.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 24 de novembro de 1691*. Maranhão, códice 274, f. 126.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 18 de agosto de 1692*. Maranhão, códice 274, f. 78v.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 27 de novembro de 1698*. Maranhão, códice 274, f. 124v; 125.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 27 de novembro de 1653*. Pará, cx. 1, doc. 85.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 10 de junho de 1661*. Pará, cx. 2, doc. 110.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 3 de abril de 1664*. Pará, cx. 2, doc. 117.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 4 de setembro de 1666*. Pará, cx. 2, doc. 129.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 30 de julho de 1682*. [S.l.], códice 274, f. 26-27.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino de 17 de setembro de 1699*. [S.l.], códice 274, f. 134v -135.

_____. *Consulta do Conselho Ultramarino*. [S.l.], cx. 3, doc. 355.

_____. *Requerimento do capitão Jerônimo de Abreu do Vale*. Pará, cx. 1, doc. 77.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 209.

ARQUIVOS NACIONAIS DA TORRE DO TOMBO [doravante ANTT]. *Carta patente a Jerônimo de Abreu do Vale de 4 de janeiro de 1654*. Chancelaria de D. João IV, liv. 26, f. 76.

_____. Chancelaria de D. Afonso VI, liv. 24, f. 173v-174.

_____. Chancelaria de D. Afonso VI, liv. 26, f. 24v.-25.

_____. Chancelaria de D. Afonso VI, liv. 52, f. 27v.

_____. Chancelaria de D. Pedro II, liv. 21.

_____. Chancelaria de D. Pedro II, liv. 27, f. 155.

_____. Chancelaria de D. Pedro II, liv. 30, f. 348.

_____. Chancelaria de D. Pedro II, liv. 48, f. 13.

_____. Registro Geral de Mercês (doravante RGM). *Carta patente de 22 de junho de 661 a Manuel da Silva da Cunha*. Mercês de D. Afonso VI, liv. 5, f. 260v.-262.

_____. _____. *Carta patente de 22 de novembro de 1665*. Mercês de D. Afonso VI, liv. 10, f. 17v.-18v.

BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Companhia da Editora Nacional, 1973 [1952]. p. 260-272; 291 et seq.

COSTA, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 47.

_____. A nobreza é uma arte militar? In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (Orgs.). *Optima Pars: elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

_____. *Insubmissão*. Lisboa: ICS, 2010. p. 257-259.

CUNHA, Mafalda da. Governo e governantes do Império Português do Atlântico (sécu-

lo XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lúcia. *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005.

_____. Redes sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1680-1640. In: FRAGOS, João; GOUVÊA, Maria de Fátima. *Na trama das redes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____; MONTEIRO, Nuno. Governadores e capitães mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (Orgs.). *Optima Pars: elites Ibero-Americanas do Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005. p. 208.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português. In: FRAGOSO, João. *O Antigo Regime nos tópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 303-308.

_____. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português. In: FRAGOSO, João; _____. *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MELO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007 [1975]. p. 13.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *Raízes da formação administrativa do Brasil*. Rio de Janeiro: IHGB/Conselho Federal de Cultura, 1972. p. 634.

MONTEIRO, Nuno. *O crepúsculo dos grandes*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003. cap. 1.

_____. O Ethos nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanak braziliense*, São Paulo, n. 2, nov. 2005.

_____. Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII. In: FRAGOSO, João. *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 259-260; 264; 271.

REIS, Arthur. *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*. A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa. Belém: SECULT, 1993, pp. 71-101.

ROCHA, Rafael Ale. A aliança com os indígenas e a nomeação dos oficiais da tropa regular (Estado do Maranhão e Grão-Pará – séc. XVII). *Revista Ultramares*, Maceió, v. 1, n. 5, jan./jul. 2014.

ROCHA, Rafael. *A elite militar no Estado do Maranhão*. Tese (Doutorado em História Social)--Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, 2013. anexos I-VII.

XAVIER, Ângela; HESPANHA, Antônio. A representação da sociedade e do Poder. In: MATTOSO, José. *História de Portugal: o Antigo Regime*. Edição Académica. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. v. 4.

ENTRE PROCEDIMENTOS: OS ESPAÇOS DE PODER DO GOVERNADOR E DO OUVIDOR

Stephanie Lopes do Vale¹

Resumo

O presente texto tem como objetivo discutir os encontros administrativos entre o governador da capitania do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente, e o ouvidor geral na mesma região, António José Pestana e Silva. Ao lermos cartas que trocaram estas duas autoridades coloniais observamos as questões comuns a estes dois cargos e como isto era indicador de conflitos e indefinições, em meio ao qual as antipatias surgiam e se demonstravam. Sobre o procedimento de diligência feita pelo Tenente Chrispim de Souza, realizou o ouvidor uma acareação dos procedimentos do militar e como resultado concluiu que as prisões que foram feitas não possuíam razão. São breves momentos na documentação em pesquisa que nós permitimos notar espaços de autonomia entre as duas esferas, nas interpretações dos agentes do rei eram tomadas as providências “para quando me parecer, as dar como entender”.

Palavras-chave: Autoridade. Conflitos. Capitania do Rio Negro.

Abstract

This paper aims to discuss the administrative meetings between the governor of Rio Negro captancy, Joaquim Tinoco Valente, and the general ombudsman in the same region, António José Pestana e Silva. As we read letters they exchanged these two colonial authorities observed the issues common to these two positions and how this was indicator of conflicts and uncertainties, among which, the antipathies emerged and demonstrated. About diligence procedure made by Lieutenant Chrispim de Souza, the ombudsman held a confrontation of military procedures and as a result found that the arrests that were made had no reason. Are brief moments in the documentation that we allow research note spaces of autonomy between the two spheres, the king's agents' interpretations were made arrangements “for when I seem, as to understand”.

Keywords: Authority. Conflict. Captancy of Rio Negro.

¹ Mestre em História Social pelo do Programa de Pós-graduação Universidade Federal do Amazonas. Pesquisa financiada pela Capes.

Um ouvidor no Rio Negro

A capitania era em grande parte sertão habitado por índios bravios, a movimentação era uma constante não apenas dos nativos, mas dos processos de descimentos e das fugas e deserções. Nas andanças dos ouvidores são vários os problemas que eles foram envolvidos durante a execução de suas atribuições. Entre uma vila e outra havia um sertão de distâncias, mas neste sertão português também estavam os vassallos do rei.

De acordo com as exigências para os cargos na Justiça do rei, os ouvidores deveriam ser formados em Coimbra - leis ou cânones, habilitados a exercer o ofício² fariam para onde fossem nomeados, representando o poder e a figura régia nos vários pontos do Império colonial português.³ A autonomia de ser uma comarca geral no estado do Grão-Pará e Maranhão na segunda metade do século XVIII significava que os ouvidores da capitania de São José do Rio Negro se reportariam à Casa de Suplicação ou as Secretarias e Conselho Ultramarino, em seu sentido oposto, exprimia um grande encargo ao patenteado nesse ofício.

Acreditamos que os letrados nomeados para a capitania de São José do Rio Negro vivenciaram um padrão em seus ofícios. No período pombalino foram três os bacharéis nomeados para a região: Lourenço Pereira da Costa (1760-1767), António José Pestana e Silva (1767-1774) e Francisco Xavier de Ribeiro Sampaio (1774-1781), todos ficaram no posto quase 7 anos; tinham em suas cartas patentes a nomeação conjunta (ou agregada) com a de Intendente da Agricultura, Comércio e Manufatura e atuaram como Provedores da Fazenda Real da capitania. Entretanto, a capitania do Rio Negro era um espaço de indefinições e de movimento, por via de todos estes letrados a ouvidoria significava um esforço cotidiano de implementação. No intento de tornar a justiça régia prática comum no cotidiano dos moradores.

A capitania havia sido criada em 1755, dentro dos planos de centralização e organização do poder e no contexto do Tratado de Limites de Madri, representava a demarcação da posição por parte da coroa lusitana na região. A questão da fronteira perpassa essas décadas, pois ainda que anulado o tratado de limites (1762) as ações para a ocupação de pontos considerados estratégicos com as vilas e os fortes permaneceram⁴. Assim, ocupar e manter a região eram prioridades dos agentes

2 Deveriam ser considerados habilitados tanto pela preparação do curso quanto moralmente: cristãos de boa ascendência, bons hábitos e costumes, por meio da residência de suas habilitações para as leituras eram levantadas a trajetória da família e a deles.

3 CAMARINHAS, Nuno. *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime: Portugal e o Império Colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010. p. 234-249.

4 Existem algumas questões que devem ser esclarecidas. O Tratado de Madri é de 1750, anteriormente ao ministério de Sebastião José de Carvalho e Mello, por uma série de acontecimentos - desde desencontros a conflitos armados, o tratado foi anulado pelo Tratado de El Pardo (1762). Porém, novo tratado foi celebrado em 1777, o Tratado de Santo Idelfonso que retomou vários termos e o esforço demarca-

coloniais, de forma diversa, todos eram responsáveis por esse projeto colonizador. Entender este contexto de habitação é necessário para a compreensão dessa ouvidoria, permeada pelos projetos de aporuguesamento dos confins amazônicos o órgão assumiu uma postura de continua instrução e de adequação na aplicação da justiça.

Ao assumir o posto o primeiro ouvidor encontrou um grande território que deveria se fazer uma comarca em sua atividade. Ainda que possuísse a partir de 30 de junho de 1760 ouvidor nomeado, é na atuação que encontramos a comarca, expliquemos⁵. Como principal atividade deveria este funcionário régio proceder nas viagens de correição a visitas às vilas e suas câmaras, apurando e inquirindo sobre as práticas locais e a obediência e observação das ordens régias, também avaliar os livros das câmaras e a atuação das demais autoridades locais. Todavia, estava em ação na capitania a criação das várias vilas e povoações que eram o alvo da correição, assim entendemos que, mais do que observar a vila, deveria o ouvidor geral do Rio Negro aplicar-se na avaliação da realização desse projeto: a formação e crescimento da vila.

Administrativamente os espaços da comarca e da capitania não se dependem, podendo compreender tamanhos e áreas totalmente diversas⁶, no oeste da Amazônia os limites norte e oeste estavam em disputa, havia tensão. Nesta porção da América Portuguesa não chegaram a acontecer combates abertos entre portugueses e espanhóis, porém, ocorreram várias revoltas de índios e deserções em massa das povoações.⁷ Diligências sobre estas revoltas e as deserções de índios, e também militares, foram alguns dos temas que couberam à ouvidoria, não apenas em um sentido punitivo, mas apurativo das motivações da saída desses nativos da povoação.⁸ Os problemas que passam por este órgão são os acordos para descimentos, os termos do Diretório dos Índios e a correta execução da justiça do rei.

tório. O período entre os dois tratados ficou conhecido na historiografia como “paz armada”, pois as duas nações vivenciaram um momento de desconfiança mútua e preparação para o conflito já que se encontravam em posições contrárias na disputa pelo trono espanhol. DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

5 O decreto que nomeava Lourenço Pereira da Costa e constituiu o lugar de ouvidor e intendente é de 30 de junho de 1760. Tomou posse no Pará em 20 de setembro de 1760 e logo embarcaria para o Rio Negro. Respectivamente: Arquivo Histórico Ultramarino (AHU). *Conselho Ultramarino*. Decreto, 30/06/1760. Rio Negro, caixa 01, documento 69; AHU. *Ofício*. Gabriel de Souza Felgueiras, governador do Rio Negro, 18/09/1760. Rio Negro, caixa 01, documento 78.

6 Veja-se o caso da capitania de Minas Gerais que chegou a possuir 05 comarcas: Rio das Mortes, Rio das Velhas, Vila Rica, Paracatu e Serro Frio.

7 FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

8 Por exemplo, citemos o caso da prisão de Esuma, da nação Juri e de Malhaberu e do principal Maqcae, ambos da nação Chumana, que haviam se retirado da vila para a qual tinham descido a menos de 02 anos e estavam presos por isso. O ouvidor Pestana e Silva estava preocupado com a razão que os levou a “deserção”, observava a importância de mantê-los satisfeitos, e solicitava a apuração alegando a necessidade da soltura deles. Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). *Antônio José Pestana e Silva, correspondência 15/01/1771*. Enviada para o governador da capitania do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente. Códice 233. Indexação não definida.

Na Atribuição da Ouvidoria: acordos, regimentos e leis

Dando prosseguimento à reflexão, acreditamos que existiam três pontos basilares a se considerar nesta instituição: os acordos para descimento das populações indígenas para formarem vila de vassalos portugueses; a realização dos parágrafos do Diretório dos Índios pela população e a implantação dos sentidos administrativos e das leis do rei português. Começemos por uma situação anterior ao próprio período analisado: o descimento.

Este procedimento foi uma atividade comum na região como um todo, as viagens de descimento foram expedições que tinham por meta trazer população indígena ainda fora do mundo colonial para aldeias e vilas missionárias ou brancas (isto variou conforme o período histórico). Constituíam-se de expedições organizadas pela Fazenda Real ou por particulares para os sertões, aonde faziam contato com os povos que lá estivessem, de forma a “seduzi-los” para o convívio em comunidades lusas, nesse procedimento eram realizados acordos entre um militar ou o chefe da expedição com um índio chamado pelos europeus de Principal, que era o intermediário nesse contato. A partir daí, se iniciaria todo um processo de retirada dessa população do sertão para uma povoação ou, em vários casos no Rio Negro Pombalino, para a formação de nova localidade.⁹

Foram muitos os aspectos que estavam implicados nos descimentos, mas destacamos a negociação que ocorreu em muitos desses. Não é negligenciado o caráter violento que a atividade tomava com um elemento estranho interferindo nas dinâmicas de comércio, contato e expansão de várias nações, o português (o europeu) representou uma nova peça na América, mexendo no equilíbrio das forças ao também constituir alianças com nações pressionando o movimento e a submissão de povos inteiros. Pode-se então ver como cada descimento era envolvido por motivações estratégicas diversas para estes povos, descer poderia representar a sobrevivência frente a um inimigo comum ou o fortalecimento para a expansão nativa em processo¹⁰.

Ao aceitarem o contato e conversarem com os negociadores, os chefes indígenas (ou os Principais, às vezes não se tratavam do mesmo indivíduo) apresentavam seus termos e ouviam as ofertas. Com o Diretório dos Índios algumas das “ofertas” já estavam postas: a liberdade de não terem que trabalhar no serviço dos sertões ou do rei tendo apenas que fazê-lo para si e de receberem ajuda nas roças e moradia com o provimento de farinhas nos primeiros 2 anos em que estivessem

9 CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1760)*. Tese (Doutorado em História)--Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação em História, Campinas, 2005.

10 Ver os casos dos Muras e dos Mundurucus. SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista, guerras e rebeliões na Amazônia Pombalina*. Manaus: EDUA, 2002.

nas povoações¹¹. A não realização dos termos do pacto foi uma constante queixa e um motivo argumentado para o abandono das povoações e das roças, para além do fato de isto representar um atraso em todo o trabalho de edificação da ocupação por vassallos portugueses, feria o sentido português de justo e do direito.¹²

O pacto é uma das pilastras do régio poder e da formação do reino, é por meio dele que foram estabelecidas as relações e que definiram as articulações e trocas entre as partes do corpo social¹³. No século XVIII o acordo representava um contrato de legítimo valor e mesmo que alterações na burocracia promovidas na segunda metade tenham atingido aspectos do direito, o respeito aos contratos não chegaram a ser substancialmente modificados, atuava sobre ele o princípio de *pacta sunt servanda*, as condições nele definidas valiam para as partes.¹⁴ Principalmente posteriormente a Lei da Boa Razão (18/08/1769) os contratos deveriam ser celebrados dentro dos termos da legislação moderna, na qual a “[...] razão e a vontade do monarca são as fontes do direito [...]”, tendo o direito comum como subsidiário.¹⁵

A particularidade do pacto o detinha de valor substancial, nesses sentidos, o descumprimento dos acordos representava uma dupla desobediência, primeiramente ao contrato em si e em segundo aos princípios do direito. Ao averiguar as razões das deserções e dos levantes estava em jogo a manutenção do Império na região tanto com a existência física de marcas lusitanas como as vilas e o respeito à lei que definia aquele Império, à ouvidoria cabia esta apuração. Executar tal encaminhamento envolvia aplicar estes princípios de forma a torná-los correntes e a legislação reconhecida, muito nesse momento significou transformar em usual determinados formatos, os próprios contratos deveriam ser celebrados sobre certos parâmetros e com determinadas formas.

Cabe aqui levantarmos o segundo ponto: o Diretório dos Índios. Esta legislação específica foi constituída no contexto amazônico pelo então governador do estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, portando instruções e com as particularidades locais construiu esse aparelho legal que orienta a atuação de um novo funcionário, o diretor dos índios. O documento deveria completar uma série de alterações das formas como a região estava

11 FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. O Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios. In: ALMEIDA, Rita Heloisa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

12 APEP. *Correspondência*: António José Pestana e Silva. 15/01/1771. Enviada para o governador da capitania do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente. Códice 233.

13 XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 339-349.

14 WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 542

15 WEHLING; WEHLING, 2004, p. 466-467.

organizada, havia uma clara intenção transformadora nas ordens e alvarás encaminhados para a região, dois deles estabeleceram a liberdade dos índios sobre si e suas coisas e bens.¹⁶

O Diretório como legislação apresentava uma série de situações nas quais o diretor dos índios deveria orientar e tomar parte como incentivador. Em seus primeiros parágrafos o regimento cita a articulação entre o diretor e as demais autoridades, dando a ver como estava inserido na administração régia¹⁷. Hierarquicamente não respondia ou acatava ordens do ouvidor (o dito cargo em si não tinha este caráter), era nomeado pelo governador e somente para ele deveria ser reportar, mas tão pouco tinha jurisdição punitiva ou coativa sobre os indígenas, somente os ministros da justiça podiam realizar tal perfil de procedimentos contra os índios. No entanto, isto não necessariamente reflete a realidade, ampliando-se o olhar sobre os descaminhos dos parágrafos do Diretório, o que se observa é uma variedade de deformações feitas desta legislação.

Não ocorria apenas a direta desobediência dos parágrafos, mas a má interpretação dos mesmos, também pelos demais agentes coloniais, este é um dos pontos aqui explorado: a relativa autonomia do diretor frente ao ouvidor. Isto não criava uma isenção da apuração ou crítica dos ministros, o encaminhamento das denúncias formalizava o pedido de punição ia do ouvidor para o governador, mas este poderia não o fazer ou não fazia caso julgasse improcedente. Entrava neste campo um problema de hierarquias e obrigações, questão posteriormente presente no texto. Surge aqui que ainda que denunciados, aos ouvidores, por práticas não condizentes com as ordens régias, os diretores não eram punidos.¹⁸

16 Alvarás de 06 e 07 de junho de 1757 e o “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão, enquanto Sua Majestade não mandar o contrário” foi implantado em 03 de maio de 1757. Em referências futuras o nomearemos apenas por Diretório.

17 Parágrafo 2 do Diretório: “Como só ao Alto, e Soberano arbítrio do dito Senhor compete o dar jurisdição ampliando-a, ou limitando-a como lhe parecer justo, não poderão os sobreditos Diretores em caso algum exercitar jurisdição coativa nos Índios, mas unicamente a que pertence ao seu ministério, que é a diretiva; advertindo aos Juizes Ordinários, e aos Principais, no caso de haver neles alguma negligência, ou descuido, a indispensável obrigação, que tem por conta dos seus empregos, de castigar os delitos públicos com a severidade, que pedir a deformidade do insulto, e a circunstância do escândalo; [...]. Vendo porém os Diretores, que são infrutíferas as suas advertências, e que não basta a eficácia da sua direção para que os ditos Juizes Ordinários, Principais, castiguem exemplarmente os culpados; para que não aconteça, como regularmente sucede, que a difamação dos delitos pequenos seja a causa de se cometerem culpas maiores, o participarão logo aos Governador do Estado, Ministros da Justiça, que procederão nesta matéria na forma das Reais Leis de Sua Majestade, nas quais recomenda o mesmo Senhor, que nos castigos das referidas culpas se pratique toda aquela suavidade, e brandura, que as mesmas Leis permitirem, para que o horror do castigo os não obrigue a desamparar as suas Povoações, tornando para os escandalosos erros da Gentilidade.” (FURTADO, 1997, p. ?).

18 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Caminhos e “descaminhos” da colonização portuguesa em São José do Rio Negro no governo de Joaquim Tinoco Valente (1763-1779). *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 2, n. 1, p. 205-228, 2008.

Mesmo que não devessem inovar ou interpretar as leis e as ordens, os bacharéis do rei exerceram uma atuação que avaliava as possibilidades. Em alguns casos eram consideradas as dificuldades de aplicação plena dos projetos: “[...] a dirige, mais do que procura ampara-la, e adianta-la a proporção das forças, e dos com que é influído [...]”.¹⁹ Ser pouco habitada ou edificada não resultava em uma má atuação da diretoria, isto decorria em muitos aspectos do esvaziamento da vila e este era o ponto problemático da implantação do Diretório. Havia uma relação entre a insatisfação dos índios e o esvaziamento, manter as pessoas na povoação parecia ser um ponto essencial no exercício dos diretores, a felicidade dos povos.

Assim, o Diretório era também interpretado como um mecanismo de efetivar promover a satisfação entre os moradores, a própria diretoria era vista como uma forma de proteção e defesa para os índios já que eram gente ignorante ou mal instruída da vivência “civilizada”. A legislação então assume o aspecto de ordenador da organização do espaço urbano ao definir o que deveria ser feito e promovido nos locais de habitação para tornarem-se vilas portuguesas. Uma deliberada negligência na realização disto resultaria na insatisfação, esvaziamento e fome da vila e prejuízo ao crescimento da capitania.

Estava em jogo a fundamentação da coroa portuguesa no oeste da Amazônia de modo a defender as fronteiras e tornar a capitania autossustentável e produtiva. Estes aspectos eram de grande interesse para a Fazenda Real e a Intendência, os parágrafos do Diretório seriam o meio para se realizar este crescimento. São as más execuções que atingiam a Ouvidoria, os descaminhos da lei eram o alvo das devassas gerais, apurando as práticas normais, as atividades rotineiras, ficava expressa as deformações das ordens.

Seriam as leis e a justiça a principal obrigação e função dos ouvidores em todas as comarcas, participando dos processos e ações judiciais, todavia, a justiça no Antigo Regime não era apenas o mundo dos autos dos processos. Implementar a justiça se diferenciava de executar porque se tratava de uma atividade cotidiana e constante, podemos dizer que mais do que ser um braço implacável da justiça do rei estes bacharéis eram na região a instrução sobre o que era este poder real e o papel que ocupava na definição dos povos. A representação do rei nas vilas da capitania do Rio Negro adquiria outro tom por ser a figuração de uma centralidade distante e nova. A burocracia lusitana esta em desenvolvimento inédito de seus patenteados com a vassalização dos índios, este passaram a ser nomeados nos cargos da república, eleitores e eleitos para as câmaras.

O poder dos funcionários régios era derivado do Rei, somente existia porque este o detinha e delegava por meio da graça a um indivíduo considerado dig-

19 APEP. *Correspondência*: António José Pestana e Silva, intendente geral da comarca do Rio Negro. 25/04/1769. Enviada para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Códice 206.

no de tal benesse. Os ministros do rei recebiam o encargo de realizar a justiça, ou seja, “fazer justiça” dando a cada qual o que lhe cabe. Nesse sentido, era um árbitro de uma situação, não alterando as precedências em prol de um novo equilíbrio, mas assegurando a cada parte seu direito e privilégio. Esta sociedade era interpretada como um todo comum, aonde cada um tinha uma função para a manutenção dela, e é justamente “manutenção” a palavra-chave.

Ao solicitar ao ouvidor que seu privilégio de não ser enviado ao sertão, o vereador índio esta aparado em sua reclamação pela legislação.²⁰ Sua condição de distinção era derivada do próprio processo colonizador²¹, fazendo sentido nesse mundo, ao apoiar a reclamação das autoridades coloniais promoviam o aporuguesamento dos significados e das relações entre os nativos. Não negligenciamos que existam sentidos desconhecidos adotados pelos índios sobre tais postos e distinções, era um processo dialético em que nenhuma das partes saia inocula em seus significados, mas este não é o foco aqui. Importa observar como a “manutenção” poderia representar outros sentidos e novos elementos, para manter a conexão do Império ultramarino português eram adequados e aglutinados novos mecanismos.

Fazer justiça na Amazônia portuguesa assumia a forma de transferir para a ouvidoria a resolução de impasses, mais do que controle ou centralização implicava em instalar procedimentos, tornar “natural” as devassas, as correições, inquirições e todas as ações desta instituição. Para tal efeito era necessária a instrumentação de caminhos para estas práticas, o que incluía a nomeação de juizes, escrivães, vereadores e demais funcionários e o entendimento entre os agentes coloniais das ordens e instruções régias.

Governador, capitão, ouvidor, auditor: a capitania como espaço de conflitos

Entre o governador da capitania e o ouvidor ocorriam desentendimentos sobre os limites de jurisdições e a hierarquia dos cargos²². Mesmo que detendo um amplo poder o governador não podia interferir em matérias próprias de outros cargos, o que poderia fazer era o que estava previsto no regimento. Ao ouvidor encontramos limites justamente nessa intromissão, podendo averiguar as atuações e as práticas, não tinha liberdade para despachar ordens.

No caso em estudo, o governador Joaquim Tinoco Valente e o ouvidor Antônio José Pestana e Silva discordaram sobre a diligência militar realizada pelo

²⁰ Parágrafos de 50 ao 54. FURTADO, 1997.

²¹ CARVALHO JÚNIOR, 2005.

²² Quando tratamos dos cargos em estudo nos referimos a capitania de São José do Rio Negro. Dado ao contexto atual da historiografia sobre justiça interpretamos que generalizar ou dá-la como caso único seria precipitado devido ao corrente estado da pesquisa, sendo esta uma área de estudo em crescimento ainda.

Tenente Chrispim de Souza, sobre esta fez o ouvidor acareação do procedimento adotado e dos resultados dela. Mas neste particular havia o problema de serem matérias em que estavam incluídos militares. Um ponto que não encontramos clareza para a capitania é se a jurisdição do ouvidor incluía os soldados e oficiais militares. Ainda que como ouvidor geral e dada a falta de letrados passasse a ser também Auditor da Guerra²³, o limite em dúvida aqui é: caberia ao funcionário as situações de descaminhos feitos pelos “subalternos” do governo? Acima disso: seria o ouvidor geral da comarca submetido às ordens do governador da capitania?

Em termos burocráticos uma capitania era um patamar da administração do Império português e no século XVIII era composta de um leque de estruturas e funcionários. A organização do corpo administrativo régio como um todo pode ser expressa em três setores: Defesa, Fazenda e Justiça, que tomavam forma nas instituições das capitanias como: “governo”, provedoria e ouvidoria, respectivamente. As conexões entre estes setores eram ocasionais e até demonstradas nas atribuições dos cargos, mas causavam conflitos entre as partes. O contato entre os setores do poder régio era normal ao funcionamento da administração e uma forma de balizar os poderes periféricos mantendo o rei com o árbitro maior e final.²⁴

O governador de capitania é o cargo máximo neste patamar do governo, dirigindo a capitania, e o posto de maior graduação local na Defesa, tendo o comando das armas. Poderia como representante do poder do rei passar ordens e direções aos vassallos, era quem nomeava e dava posse local – ainda que precisassem da confirmação real, era a principal figura de comando e de decisão dos rumos da capitania, “governava” a capitania. De outra maneira seu poder também adivinha da rede de comandos e associações, pois poderia se cercar de oficiais de sua confiança.²⁵

A dimensão da força dos funcionários régios nas colônias amplificava-se a medida das distâncias e possibilidades. Na verdade, a extensão dos espaços de manobra e de desvio aumentava bastante quanto mais longes do centro, uma vigi-

23 APEP. *Correspondência*: António José Pestana e Silva, o ouvidor do Rio Negro. 31/01/1772. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233; APEP. *Correspondência*: Joaquim Tinoco Valente, o governador da capitania. 08/08/1772. Enviado para António José Pestana e Silva, ouvidor e auditor da gente e guerra da capitania. Códice 233; Também podemos citar: APEP. *Correspondência*: António José Pestana e Silva, ouvidor, auditor, intendente geral e provedor. 28/11/1771. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233; Mas existem outros documentos que se apresenta no cargo e aborda a auditoria. Cf. CAMARINHAS, Nuno. O aparelho judicial ultramarino português. O caso do Brasil (1620-1800). *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 9, p. 84-102, 2009.

24 XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. Representação da Sociedade e Poder. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 113-130.

25 ROCHA, Rafael Ale. *Os oficiais índios na Amazônia Pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. Dissertação (Mestrado em História)--Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História, Niterói, RJ, 2009.

lância mais distante e as próprias dificuldades locais tornavam o formato de uma maior tolerância com os envolvimento nos negócios ou nas famílias locais. Afinal esta podia tomar a forma de redes clientelares que ligavam os poderosos locais com o poder régio, servindo em via dupla: como um atalho as benesses do rei – preferidos para as nomeações e/ou contratos e como um poder que se constituiu paralelo ao do rei, mas que associado passa a lhe dever reconhecimento com força econômica e de controle – sem que a coroa tenha que dispendir mais gastos.²⁶

Afastar-se da corte poderia representar uma exclusão dos círculos de poder e influência, provar-se um bom funcionário também significava deixar uma boa impressão. Cercar-se de aliados era uma forma de controle e de garantir boas e leais testemunhas de sua “boa e limpa” atuação. Muitas das disputas entre os agentes coloniais era em vista a defesa das suas atuações, de modo a provar-se um bom vassalo, leal aos projetos do rei. O favorecimento a determinados grupos também envolvia garantir um rol de pessoas dispostas a bancar seus projetos pessoais e atitudes na colônia, Joaquim Tinoco Valente foi acusado de preferir determinado grupo de indivíduos para postos, especialmente para a diretoria dos índios.

Precisamente, o governo de Joaquim Tinoco Valente não comporta um momento de paz nem mesmo entre a burocracia colonial. De fato, foi marcante seu desentendimento com todos os ouvidores que atuaram enquanto foi governador do Rio Negro. A maior crítica a Tinoco Valente era como extrapolava suas atribuições interferindo em assuntos que não tinha atuação, procurando centralizar sobre si todo o comando da capitania.²⁷

Passo a dizer a Vossa Mercê, como muitas vezes o tenho feito, que o regime, e Governo desta Capitania só a mim me pertence, devendo-se executar em tudo, por tudo as minhas ordens; ficando reservado a Vossa Mercê dar conta a Sua Majestade de tudo o que lhe parecer contrário ao Seu Real Serviço; porque só ao mesmo Senhor, a quem sou responsável, pertence, o que Vossa Mercê que tomar a sua conta com menos atenção ao meu emprego.²⁸

26 SOUZA, Laura de Mello. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

27 SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese (Doutorado em História)--Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, 2008.

28 Todas as citações estão com a ortografia atualizada. APEP. *Correspondência*: Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania do Rio Negro. 14/10/1771. Enviado para Antônio José Pestana Silva, Intendente e Provedor da Real Fazenda. Códice 233; APEP. *Correspondência*: Antônio José Pestana e Silva, intendente geral da capitania. 01/10/1771. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

Esta carta de Tinoco Valente responde a uma enviada por Pestana e Silva dias antes, em que o letrado afirmou que o governador não deveria saber de diligência ocorrida por ferir o segredo da justiça, que isto não tinha motivo para ser feito e o que ele (ouvidor) era determinado pelas leis, assim o Cabo de Esquadra Thomé Francisco Pantoja deveria obedecer à convocação para depor para a formulação do auto.²⁹

A maneira como eram compreendida as instruções e os regimentos pesavam sobre as atuações dos funcionários, e a própria indefinição era um elemento que fazia pesar os gostos das autoridades sobre determinadas ordens. O que responde o governador são afirmações de que o bacharel procede e entende errado o Diretório e o seu serviço, parecia a Tinoco Valente que nenhum assunto deveria sair de seu conhecimento ou direção, chegando a expressar que o ouvidor deveria agir segundo suas ordens, como todos mais na capitania

[...] e prática estabelecida, e na certeza de que o dito Senhor foi servido encarregar-me o governo dela, ficando por tudo responsável debaixo de um juramento que nas suas muito poderosas e reais mãos foi servido dar-me; bem parece que para todos os movimentos devem proceder as minhas ordens, e não as de Vossa Mercê, ficando-lhe reservado o representar-me tudo quanto for a bem do real serviço, e conservação dos reais domínios, para que parecendo-me a propósito, e não encontrando as reais determinações, possa mandar expedir as ordens, que fizerem a bem do regime desta capitania, e serem registradas aonde pertencerem na forma que eu ordenar [...].³⁰

Encontra-se aí um aspecto recorrente nos exercícios dos ministros da justiça: o passar ordens. Pela compreensão dos termos das instruções e regimentos dados para as ouvidorias, o ouvidor não podia passar ordens expressas, mas tinha ação efetiva sobre o cotidiano das comarcas, sendo representativa a distinção entre comarca e capitania. É possível entender essa outra definição como um mecanismo de instituir exercícios paralelos entre o governo e a justiça, aonde esta possuía autonomia.³¹ Todas as práticas do corpo burocrático oficial da administração

29 APEP. *Correspondência*: António José Pestana e Silva, intendente geral da comarca. 01/10/1771. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

30 Prossegue no argumento: “Persuadindo também, a vista dos ofícios que ficam em meu poder dirigidos ao Inspetor, e Diretor desta Capital, se terão remetido outras semelhantes aos Diretores das mais vilas, e lugares, e assim mais outras quaisquer ordens de que não foram lavradas de ordem minha [...]” (APEP. *Correspondência*: Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania do Rio Negro. 07/01/1771. Enviada para António José Pestana e Silva, ouvidor e intendente geral da capitania. Códice 233; APEP. *Correspondência*: António José Pestana e Silva, provedor da Real Fazenda. 01/01/1771. Códice 233).

31 SCHWARTZ, Stuart B.. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

era dependente das ordens do rei, o qual nas necessidades e possibilidades realocava funções. Uma atitude mal vista em um governo poderia ser cabível em outra conjuntura e ser aprovada em outro exercício.

Porém, para a Justiça era dada liberdade de realização frente às demais autoridades coloniais, em decorrência as residências, devassas e inquirições nenhum outro agente tinha a prerrogativa de lhe impedir a ação. O problema da indefinição de jurisdições está presente desde a primeira ouvidoria, logo ao chegar a capitania Lourenço Pereira da Costa solicita que isto seja esclarecido: qual era sua competência como ouvidor e intendente geral da comarca do Rio Negro.³² Aparentemente isto permaneceu, nos regimentos não havia expressada uma subordinação ou que as ações da Justiça deveriam passar pelas autorizações do governador ou mesmo que este deveria ter conhecimento do teor dos processos e das devassas. Nesse sentido, a queixa de Pestana ganha outro sentido tom, o que Tinoco pretende é interferir e relegar a ação da ouvidoria às suas ordens, como se fosse parte de seu gabinete.³³

Denúncia bastante comum era sobre a diretoria dos índios, no Diretório estava estipulado que a nomeação era encargo do governador, pretensamente os diretores agiriam segundo as suas ordens. O problema principal é que com esta responsabilidade acabou por ser formada uma rede de diretores próximos ao governador, favorecidos e favorecedores deles, e esta era uma situação de queixa dos demais moradores da capitania. Ficou marcada na historiografia uma péssima impressão das diretorias de índios, vistas como arbitrárias e violentas, além de soberanas sobre os tutelados e os demais habitantes.³⁴ Ficou expresso nas avaliações dos ouvidores uma grande ineficiência do Diretório devido aos particularismos dos diretores, que antes de defenderem os interesses dos indígenas procuravam enriquecer por meio da função.³⁵

Como já dito, são correntes as citações das ações dos diretores nas vilas e com os índios, e de que forma isto pesava na sua avaliação. Estavam postas as elementares obrigações do ouvidor: proceder nas devassas, inquirir os povos e ouvir

32 AHU. *Ofício*: Lourenço Pereira da Costa. 03/03/1761. Rio Negro, caixa 01, documento 89; AHU. *Ofício*: Lourenço Pereira da Costa. 05/04/1761. Rio Negro, caixa 01, documento 99.

33 Citamos correspondência na que está expresso a discussão de subordinação diretamente, em que o governador crer que seja o ouvidor seu subordinado: APEP. *Correspondência*: Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. 26/01/1772. Enviada para Antônio José Pestana e Silva, ouvidor, intendente geral e provedor da Real Fazenda. Códice 233; APEP. *Correspondência*: Antônio José Pestana e Silva. 06/02/1772. Enviada para Joaquim Tinoco Valente, governador. Códice 233.

34 Grande demonstração disso são os “Meios para dirigir o governo temporal dos Índios” no qual Pestana deixa uma má impressão da realidade amazônica com o Diretório, mas também seu sucessor faz várias acusações sobre a Diretoria dos índios. Devemos, todavia, considerar que Pestana pretendeu com esse texto e mais outras solicitações ser administrador de uma empresa que substituiria o Diretório.

35 SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos*: etnia, legislação e desigualdade na Colônia. Manaus: EDUA, 2012.

as denúncias. Algumas delas iam contra “protegidos” do governador ou contra o mesmo, estava assim posto, um campo de conflitos entre os dois maiores níveis da administração régia da capitania. Ainda se somava a isso as prisões, eram os ministros da justiça que julgavam, chegando mesmo a realizar inquirição apurativas sobre as diligências feitas por militares e dar parecer solicitando a soltura dos condenados por considerá-las improcedentes, a situação se agravava quando envolvia indígenas.

Principais e Militares: a diligência do Tenente Chrispim de Souza

O sertão amazônico escapava ao controle régio de diversas formas, uma delas era simplesmente a existência paralela. O mocambo é uma comunidade que vive independentemente da organização portuguesa, fora de suas ordens, de seus oficiais, de seus impostos ou de qualquer outro mecanismo de controle e comando externo. No entanto, esse isolamento é tão relativo como irreal, é marcante na documentação colonial como estes locais estabeleciam contatos, trocas e comércio, sendo muitas vezes recursos para deserções temporárias individuais ou de pequenos grupos.³⁶

Por volta do ano de 1771, dois homens são denunciados e presos por terem cooperado com o mocambo de Pararaquaquara, são eles o Principal Mathias e o sogro e cunhado dele, o índio João Bernardo Gomes, comandante de fortaleza. Foi realizada uma diligência militar que resultou na prisão de ambos, condenados pela cooperação que davam, os dois presos aparentavam estar bem, mas o ouvidor procede em uma correição para “[...] em execução da ordem de Vossa Senhoria para obstar os danos do militar procedimento [...]”. Não temos o texto da correição, mas temos as cartas entre os dois e a cópia de um testemunho feito para o governador. Na resposta enviada ao ouvidor, Tinoco Valente defende o procedimento realizado pelo Tenente Chrispim de Souza, afirmando que o militar não merecia as calúnias que o letrado teria proferido - não sabemos que calúnia teria sido.³⁷

Pode-se entender que a correição do bacharel resultou em mau julgamento da diligência feita pelo tenente, ao ponto, de talvez orientar a soltura dos dois presos. A falta de provas ou a pouca consistência da apuração realizada seriam mo-

36 DOMINGUÊS, Ângela. Régulos e absolutos: episódios de multiculturalismo e intermediação no Norte do Brasil (meados do século XIX). In: VAINFAS, Ronaldo e MONTEIRO, Rodrigo Bentes (Orgs.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 119-138; SAMPAIO, 2012.

37 São duas correspondências: APEP. *Correspondência*: António José Pestana e Silva, ouvidor da capitania. 22/03/1771. Enviada para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233; APEP. *Correspondência*: Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. 22/03/1771. Enviada para António José Pestana e Silva, ouvidor geral da capitania. Códice 233; Ainda estando as duas cópias do depoimento da índia Angela Maria que foi com o tenente ao governador.

tivos para retirar-lhe a validade, ou outra possibilidade: os danos. Teria a prisão dificultado a vivência nesse local? São estes os danos que eram referidos na ordem passada pelo governador ao ouvidor?

Espaços no poder local

Uma parte de nosso argumento baseou-se na independência do ouvidor frente ao governador, uma condição de paralelismo, de forma que ele não atuava segundo as ordens do governador, tão pouco, dependendo de sua permissão ou ordem. Entretanto, na carta enviada por António José Pestana e Silva ele afirma que agiu segundo ordens de Tinoco Valente, a razão pode ser apenas uma, a matéria era sobre diligência militar. Como oficial militar, Chrispim de Souza estaria prioritariamente sobre comando do chefe de armas da capitania, ou seja, o governador.

No grupo documental encontra-se o testemunho da índia Angela Maria, feito duas vezes ao governador, na ocasião em que o tenente foi a presença do governador, ele teria levado a índia junto a si. O procedimento foi o seguinte: o tenente teria feito perguntas para a índia perante o governador, com a presença de um soldado – Joaquim José de Iriate – que teria servido de língua e do secretário do governador, Manoel Gomes da Costa, na mesma data de 22 de março de 1771. No argumento do governador, se adicionava ao testemunho de Victoria Dias, na diligência militar, o depoimento da índia de que as prisões estavam corretas. A inquirição que foi enviada ao ouvidor não aborda as atitudes do militar, mas sim as suspeitas sobre os dois presos, confirmando que havia comunicação com o mocambo e inclusive relação de parentesco. Seria Bernardo Gomes, tratado por avô, o cabeça dos amocambados.

Não havia problema dos relatos das testemunhas remetessem ao “ouvi dizer”, na realidade, isto era bem comum dos depoimentos, assim ia-se criando uma rede de testemunhos que se autocitavam e confirmavam – era o método das inquirições, também usado pela Inquisição.³⁸ De igual maneira, o relato ser intermediado por uma língua não era novidade na própria comunicação, no caso das inquirições era posto mais um filtro além do escrivão. Ao historiador, isto representa um problema: buscar o eco distante da “real” fala do depoente; Angela Maria estava frente ao governador, dois militares e um secretário, talvez sua posição não fosse nada confortável. O tenente Chripim de Souza foi enviado ao governador por ordens de Pestana, e nestes anos, como já dizemos, ocorreram vários desentendimentos entre o governador e o ouvidor sobre seus espaços de poder e a hierarquia dos cargos na capitania.

38 GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras/Companhia de Bolso, Tradução: Jônatas Batista Neto, 2010.

As palavras de Angela Maria adquiriam a importância da confirmação ela, uma índia, deporiam favoravelmente ao tenente, tal efeito invalidaria as conclusões do letrado. No entanto, até onde houve interferência na sua fala? Segundo a inquirição a testemunha teria ouvido do próprio Bernardo Gomes que ele mantinha comunicação com os amocambados, e que no dia em o governador foi à fortaleza eles estavam assistindo a dança dos Passei na porta do Principal Mathias, a presença deles seria natural e reconhecida por todos, pois até em dia de visita do governador lá iam. Então, por que José Bernardo Gomes e o Principal Mathias foram presos? Não consta nas correspondências a diligência feita pelo tenente, no entanto, o governador cita uma testemunha, seria esta a única testemunha (Victoria Dias) e por isto Angela Maria foi depor?

Infelizmente não temos a averiguação feita pelo ouvidor, de forma que não podemos detalhar quais foram suas palavras sobre o procedimento de Chrispim de Souza. Porém, as palavras de Tinoco Valente permitem compreender que não foram positivas ou pelo menos invalidaram as prisões. Pois, é curioso que o argumento de defesa para o militar seja um depoimento como forma de confirmar outro, que era parte do processo que foi formulado pelo tenente. O que é possível concluir é que enquanto o militar deu por culpa aos índios e teve a concordância do governador, que passou as ordens de prisão, o ouvidor talvez tenha compreendido falta de consistência no processo realizado e solicitou a soltura dos dois homens.

As inquirições formavam um rol de testemunhos que compunham os autos dos processos, e isto era parte das atuações dos ministros da justiça, em termos gerais um sumário de depoimentos apresentava pelo menos 10 testemunhos de diferentes figuras consideradas de bons costumes e honestidade. A falta deste aspecto talvez seja o principal motivo para a posição do bacharel, e as suspeitas levariam ao pedido de liberdade, Pestana não teria assim afirmado que os índios eram inocentes das suspeitas, mas sim, de erros na diligência de Chrispim de Souza. Ao manter a ordem de prisão o governador estaria afirmando seu comando e poder sobre todos na capitania e que a libertação ou não dependeria de sua decisão e não do ouvidor.

Manter os dois presos era mais do que confirmar as atitudes do tenente, representava desautorizar a fala de Pestana, ainda que ministro do rei as ordens derivavam da vontade do governador – era o entendimento de Tinoco. Por trata-se do envolvimento de um militar a questão toma outro agravante, como dito, em dados momentos era corrente o ouvidor assumir como auditor da guerra, o que significava que detinha interferência e verificação sobre os oficiais militares. Este espaço permaneceu problemático, pois entendia o governador que as questões

militares somente a ele cabiam³⁹. Desse modo, a posição adotada pelo bacharel no caso em estudo representa a Tinoco uma intromissão maior em um setor que ele compreende como exclusivamente seu, em dados momento é possível ver com a situação se adensa. Em janeiro de 1771, teria ao ouvidor Pestana afirmado:

[...] que a minha jurisdição só é para disciplinar os Militares, e que tudo o mais que diz respeito aos Paisanos, toca a Vossa Mercê, fazendo-me unicamente a graça de protestar, que se algum Paisano me desatender, Vossa Mercê o há de castigar; querendo a mim impedir, e embarcar-me o Governo da Capitania, sem reparar nas revoluções, que poderão causar no Povo estas disputas, e duvidas, que Vossa Mercê põe a minha jurisdição [...].⁴⁰

Na leitura de Tinoco Valente estava em risco seu poder, ao ter sobre seu posto levantada a suspeita que não teria todas as máximas de comando, enxergava rebeliões!

Correto ou não, os desentendimentos de ambos atravancaram a implementação da Justiça na comarca. Não sabemos se Mathias e Bernardo Gomes foram soltos, tiveram duas diligências sobre suas acusações com resultados apostos, ambos ainda que índios, logo em estado de tutela, são vassalos do rei, poderiam também por si recorrer ao juiz de fora ou a ouvidor, mas é notável com o diretor não aparece em nenhuma das cartas. E talvez por serem índios também a posição do ouvidor tenha sido esta, Mathias era principal e sua prisão causaria um desequilíbrio local.

O contato com os mocambos representaria uma dupla possibilidade: a aproximação com esta população para um retorno ou descimento deles e o comércio dos produtos produzidos nos dois locais, a prisão quebraria um elo nessa relação. Como dito, essa circulação aparentava ser comum e de conhecimento geral, o que teria mudado? Mantê-los presos seria perder duas lideranças locais, que talvez tenham se tornando incomodadas, mas a quem? A maior questão seriam os

39 “E tratando alguma coisa mais, que possa fazer a bem do Real Serviço, me deve Vossa Mercê representar, para passar as ordens necessárias, parecendo-me conveniente, sem que sobre esta matéria possa deliberar, por lhe não pertencer sendo aquela Inspeção da Ordem Militar, e ainda não o sendo; porque as providências da minha Capitania só a mim pertencem, e assim mesmo passar as ordens como Governador, ficando responsável a Sua Majestade e ao meu General, a quem só o dito Senhor me subordinou, e não a Vossa Mercê que deve cumprir, e fazer cumprir as minhas ordens, dando de tudo conta [...]” (APEP. *Correspondência*: Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. 26/02/1772. Enviado para Antônio José Pestana e Silva, ouvidor, intendente geral e provedor da real fazenda. Códice 233; APEP. *Correspondência*: Antônio José Pestana e Silva. 06/02/1772. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233).

40 APEP. *Correspondência*: Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. 31/01/1771. Enviada para Antônio José Pestana e Silva, ouvidor e provedor da capitania. Códice 233; APEP. *Correspondência*: Antônio José Pestana e Silva, provedor da comarca do Rio Negro. 25/01/1771. Enviada para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

danos que o procedimento militar resultou na localidade, mesmo não se referindo a eles, o ouvidor deixa claro que existiam ao menos como fonte de preocupação do governador.

Ter seguido a ordem do governador não indicava de modo algum ao ouvidor Pestana uma condição de subordinação ou dependência, mesmo reconhecendo que do governador cabia a ordem de soltura o letrado apresenta sua avaliação e não temos qualquer indicação que a tenha alterado. A medida da documentação, encontramos Tinoco Valente mais irritado com a “teimosia” de Pestana e Silva, onde a prática que se refere o governador é a que promove na capitania:

O ofício que escrevi a Vossa Mercê em doze do corrente, não derroga o de dois de janeiro de 1768 que Vossa Mercê acusa, antes pode Vossa Mercê continuar todas aquelas providências nos termos da prática que tenho ordenado, em quanto eu não determinar o contrário [...].⁴¹

A diligência e correição na vila que apurou a diligência militar anulou seu resultado, ou seja, as prisões? Cremos que não, expliquemos, no final de sua carta o governador afirma a posição de que a soltura ou não depende da decisão dele. Na realização dos projetos coloniais as duas autoridades observaram o que consideravam o melhor para se por em efeito. Em suas consciências julgaram qual era o maior dano, por vezes eram os procedimentos dos demais agentes coloniais.

Quem governa a capitania...

Uma última carta consta no grupo de correspondências agrupadas a primeira enviada do ouvidor para o governador. É uma cópia de uma original que foi remetida em 17 de abril de 1771, e não trata da diligência feita por Chrispim de Souza, porém aborda a posição de Joaquim Tinoco Valente frente à função da ouvidoria. Prosseguindo no seu último argumento da carta que enviou ao ouvidor em 22 de março do mesmo ano: de que as ordens saem do governo. A cópia é precedida de outra que o mesmo governador dirige para a Provedoria sobre o desembarque de fazendas.

Não temos as cartas de Pestana que intercambiam estes argumentos, dessa forma, não sabemos o que motiva a carta de 17 de abril. No entanto, este documento expressa diretamente como Tinoco Valente entendia a dinâmica da capitania e do governo:

41 APEP. *Correspondência*: Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. 22/03/1771. Enviado para Antônio José Pestana e Silva, provedor da real fazenda. Códice 233; APEP. *Correspondência*: Antônio José Pestana e Silva, ouvidor da capitania. 22/03/1771. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

As ordens que me são dirigidas por Sua Majestade, ou pelo Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General do Estado, para eu as executar, ou mandar executar por Vossa Mercê, ou por outras pessoas conforme pedirem as circunstâncias da matéria, devem conservar-se nesta Secretária sem dependência de outros registros; ficando só a conta de Vossa Mercê dar cumprimento as que eu lhe ordenar em virtude das mesmas ordens, ou por entender, que são necessárias para o Governo desta Capitania. E achando Vossa Mercê que elas encontram o Regimento em que me fala, ou outras quais quer ordens Régias, ou do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor General do Estado que Vossa Mercê tiver, me proporá para a vista delas eu deliberar o que for de razão, sendo este o único, e verdadeiro meio de evitar as dúvidas, e desordens, que costumam proceder da falta de sujeição, e devida obediência aos Governadores.⁴²

Este parágrafo detalha o que via o governador como o motivo e a forma de solucionar os conflitos entre as autoridades coloniais na capitania: centralizar sobre si o despacho de qualquer ordem estabelecer-se como intermediário das comunicações entre o ouvidor e as autoridades coloniais acima (rei, governador do estado, secretário de marinha e ultramar, conselho ultramarino) e colocar a sua secretária como único registro e guarda dos documentos e registro.

Executadas estas “instruções” o poder seria centralizado no governador da capitania, como que lhe exclusivo, corpo da administração lusitana seria composto apenas de sua cabeça. A correspondência é de 1771, o que demonstra o oposto: a persistência neste tipo de afirmação expõe que apesar de desejada e procurada pelo governador esta centralidade não foi aplicada, nem considerada na atuação da ouvidoria. Apesar de ter limites em sua realização a ouvidoria manteve um espaço de independência, e era contra esta “liberdade” que reagia o governador. Das afirmações de Joaquim Tinoco Valente é possível observar que mesmo sem uma ação decisória e sem poder de ordens, a ouvidoria não se portava como subalterna ao governador da capitania.

A falta de sujeição dos ouvidores não é ao rei, mas aos governadores de capitania, então devemos reler as queixas de Tinoco Valente como desejo de maior poder. Nesse sentido, ainda que representante maior do governo não tinha ele domínio sobre a justiça, tendo vivenciado três exercícios de ouvidores manteve com todos eles difícil relacionamento, no qual os limites entre as jurisdições e uma teórica subordinação entravam em jogo. Em vários momentos, remetiam os bacharéis às leis e regimentos como forma de defesa de suas posições e alçadas. Ao

42 APEP. Correspondência: Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. 22/03/1771. Enviado para António José Pestana e Silva, provedor da real fazenda. Códice 233. Documento não indexado; APEP. Correspondência: António José Pestana e Silva, ouvidor da capitania. 22/03/1771. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

ter em sua secretária todas as correspondências e registros, incluídas as dirigidas ao ouvidor, o governo teria vasto controle sobre a existência na capitania.

Ao ter a ouvidoria sobre suas ordens o governador decidiria sobre o início de processos, as ações realizadas pelos ministros da justiça dependeriam do ritmo do governo, além dos assuntos que considerasse necessário de serem averiguados e inquiridos. Dependente da deliberação do governador a comarca estaria submetida à capitania.

Considerações finais

A implementação da Justiça na comarca do Rio Negro era um projeto contínuo que esbarrava nas necessidades e possibilidades locais, uma delas limitava a quantidade de agentes aptos ao serviço régio na ouvidoria. O uso de outras autoridades coloniais na aplicação e em procedimentos como inquirições e correição não se tratava de uma novidade ou um descumprimento dos regimentos, acima disso, tal exercício era de posse dos ministros da justiça.

Tendo realizado diligência o tenente Chrispim de Souza prendeu dois índios, o Principal Mathias e José Bernardo Gomes, segundo ordem do governador, no entanto, com a perspectiva de verificar o dano gerado na vila por esse procedimento o ouvidor Antônio José Pestana e Silva não encontrou bases para a medida, em resposta o governador manteve as prisões e resguardou a si a decisão. Esta exclusividade de decisão não representaria um poder de contradizer os pareceres do ouvidor ou externaria uma condição de submissão, mas apenas a divisão entre poderes, que eram derogados pelo rei. Em exercício ideal, deveriam os dois oficiais trabalhar juntos de forma a não constituírem poderes paralelos aos definidos pelo rei. Porém, a falta de clareza das atribuições tornava possível tais contradições e disputas retornando ao rei a função de “decisor” final, de modo a promover a centralidade do Império Ultramarino Português.

Expomos aqui duas situações que se alimentam e limitam: o governo e a justiça. A ouvidoria foi uma instituição atuante no cotidiano do oeste da Amazônia colonial, no entanto, o exercício de seus ouvidores transfigurou-se no um processo de implementação da justiça. A comarca e a capitania rivalizaram nas figuras de seus oficiais de maiores graus – cada qual com sua proposta e interpretação da colonização.

Referências

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). *Conselho Ultramarino*. Decreto, 30/06/1760. Rio Negro, caixa 01, documento 69.

_____. *Ofício*. Gabriel de Souza Felgueiras, governador do Rio Negro, 18/09/1760. Rio Negro, caixa 01, documento 78.

_____. _____. Lourenço Pereira da Costa. 03/03/1761. Rio Negro, caixa 01, documento 89.

_____. _____. _____. 05/04/1761. Rio Negro, caixa 01, documento 99.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). *António José Pestana e Silva, correspondência 15/01/1771*. Enviada para o governador da capitania do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente. Códice 233. Indexação não definida.

_____. *Correspondência*: António José Pestana e Silva, intendente geral da comarca do Rio Negro. 25/04/1769. Enviada para o governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Fernando da Costa de Ataíde Teive. Códice 206.

_____. _____. António José Pestana e Silva, intendente geral da capitania. 01/10/1771. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

_____. _____. António José Pestana e Silva, intendente geral da comarca. 01/10/1771. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

_____. _____. António José Pestana e Silva, o ouvidor do Rio Negro. 31/01/1772. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

_____. _____. António José Pestana e Silva, ouvidor da capitania. 22/03/1771. Enviada para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

_____. _____. António José Pestana e Silva, ouvidor, auditor, intendente geral e provedor. 28/11/1771. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

_____. _____. António José Pestana e Silva, provedor da comarca do Rio Negro. 25/01/1771. Enviada para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

_____. _____. António José Pestana e Silva. 06/02/1772. Enviado para Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. Códice 233.

_____. _____. António José Pestana e Silva. 15/01/1771. Enviada para o governador da capitania do Rio Negro, Joaquim Tinoco Valente. Códice 233.

_____. _____. Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania do Rio Negro. 14/10/1771. Enviado para António José Pestana Silva, Intendente e Provedor da Real Fazenda. Códice 233.

_____. _____. Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania do Rio Negro. 07/01/1771. Enviada para António José Pestana e Silva, ouvidor e intendente geral da capitania. Códice 233.

_____. _____. Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. 26/01/1772. Enviada para António José Pestana e Silva, ouvidor, intendente geral e provedor da Real Fazenda. Códice 233.

_____. _____. Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. 22/03/1771. Enviada para António José Pestana e Silva, ouvidor geral da capitania. Códice 233.

_____. _____. Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. 26/02/1772. Enviado para António José Pestana e Silva, ouvidor, intendente geral e provedor da real fazenda. Códice 233.

_____. _____. Joaquim Tinoco Valente, governador da capitania. 31/01/1771. Enviada para António José Pestana e Silva, ouvidor e provedor da capitania. Códice 233.

_____. _____. Joaquim Tinoco Valente, o governador da capitania. 08/08/1772. Enviado para António José Pestana e Silva, ouvidor e auditor da gente e guerra da capitania. Códice 233.

CAMARINHAS, Nuno. *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime: Portugal e o Império Colonial, séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2010. p. 234-249.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1760)*. Tese (Doutorado em História)--Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-graduação em História, Campinas, 2005.

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

DOMINGUÊS, Ângela. Régulos e absolutos: episódios de multiculturalismo e intermediação no Norte do Brasil (meados do século XIX). In: VAINFAS, Ronaldo; MONTEIRO,

Rodrigo Bentes (Orgs.). *Império de várias faces: relações de poder no mundo ibérico da Época Moderna*. São Paulo: Alameda, 2009. p. 119-138;

FARAGE, Nádia. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FURTADO, Francisco Xavier de Mendonça. O Diretório que se deve observar nas Povoações dos Índios. In: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

GINZBURG, Carlo. *Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras/Companhia de Bolso, Tradução: Jônatas Batista Neto, 2010.

ROCHA, Rafael Ale. *Os oficiais índios na Amazônia Pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. Dissertação (Mestrado em História)--Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História, Niterói, RJ, 2009.

SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia*. Manaus: EDUA, 2012.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Caminhos e “descaminhos” da colonização portuguesa em São José do Rio Negro no governo de Joaquim Tinoco Valente (1763-1779). *Canoa do Tempo*, Manaus, v. 2, n. 1, p. 205-228, 2008.

SANTOS, Fabiano Vilaça dos. *O governo das conquistas do Norte: trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780)*. Tese (Doutorado em História)--Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História, São Paulo, 2008.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista, guerras e rebeliões na Amazônia Pombalina*. Manaus: EDUA, 2002.

SCHWARTZ, Stuart B. *Burocracia e sociedade no Brasil colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SOUZA, Laura de Mello. *O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Direito e justiça no Brasil Colonial: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808)*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 542

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 339-349.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. Representação da Sociedade e Poder. In: HESPANHA, António Manuel (Coord.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4, p. 113-130.

DE CHEFES TRIBAIS A ÍNDIOS PRINCIPAIS: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE AS LIDERANÇAS INDÍGENAS NO ESTADO DO MARANHÃO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII¹

Fernando Roque Fernandes²

Resumo

As sociedades indígenas não foram receptoras passivas do processo de colonização. Muitos índios se posicionaram estrategicamente, para que também pudessem defender seus interesses. A proposta dessa pesquisa é deslizar pelos meandros da construção da Amazônia Portuguesa. Especificamente o processo de efetivação da colonização no Estado do Maranhão, a partir da guerra contra os holandeses (1637-1644). Foi na luta contra os holandeses, que houve uma transformação na identidade dos índios Principais. Estes passaram de chefias simbólicas e representantes de guerra, para articuladores políticos que defendiam interesses coletivos e particulares. Os Principais foram se constituindo como importantes conexões entre os colonizadores e as diversas etnias nativas que habitavam o Estado do Maranhão e redondezas em meados do século XVII.

Palavras-chave: Amazônia Colonial. Estado do Maranhão. Índios Principais.

Abstract

Indigenous peoples Were not passive recipients of the colonization process. Many Indians Themselves Strategically positioned so que They Could Also defend Their interests. The purpose of this research is to slide the intricacies of construction of the Portuguese Amazon. Specifically the effective colonization process in the state of Maranhão, from the war against the Dutch (1637-1644). Was in the fight against the Dutch, que there was a change in the identity of Top Indians. These went from symbolic heads and 'representative of war, to political organizers who held collective and individual interests. The Main Were Becoming an important connections between the settlers and the various native ethnic groups que inhabited the State of Maranhão Area in the mid XVII.

¹ Este artigo é parte de minha Dissertação de Mestrado, sob o título: *O Teatro da Guerra: índios principais na conquista do Maranhão (1637-1667)*. Manaus: UFAM, 2015.

² Mestre em História pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Keywords: Amazon Colonial. State of Maranhão. Indian Key.

As chefias indígenas tradicionais

As representações sobre os índios que ora destacamos neste artigo, denominados de *Índios Principais*, tomaram forma no decorrer do processo de colonização. No entanto, as lideranças indígenas já faziam parte do cotidiano das aldeias na *Época do contato*. Alguns autores como Pierre Clastres³, Florestan Fernandes⁴, Rafael Ale Rocha⁵ e Mauro César Coelho⁶, denominaram essas lideranças de *chefias tradicionais* ou *chefias indígenas*. Os franceses, Claude d'Abbeville⁷ e Yves d'Evreux⁸ os chamariam de *morubixabas*.

Essas chefias tradicionais tinham funções peculiares em suas aldeias. Apesar da diferenciação do papel de liderança exercido em etnias diversas, os autores mencionados anteriormente, sugerem um paralelo em relação ao significado prático e o papel desempenhado por essas lideranças antes da chegada dos europeus. Nossos olhares se direcionam principalmente, àquelas lideranças provenientes de grupos indígenas de base Tupi que habitavam a região litorânea do Nordeste. Entretanto, quando possível, lançaremos nosso olhar sobre chefias indígenas de outros grupos étnicos. Passemos então aos aspectos mais significativos que podem nos auxiliar na ilustração da figura destes indivíduos à chegada dos europeus.

Pierre Clastres, ao considerar o aspecto das relações de poder entre as chefias tradicionais e o grupo a que pertenciam, evidencia o primeiro obstáculo à compreensão das atribuições dessas lideranças. Clastres nos orienta a perceber que as análises lançadas sobre as relações de poder das sociedades indígenas, partem de pressupostos das relações de poder de nossa cultura que está, por sua vez, fundamentada no modelo ocidental de sociedade baseada no Estado. Clastres também nos remete à ideia de que pelo modelo ocidental de sociedade só é possível a

3 CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência*: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

4 FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

5 ROCHA, Rafael Ale. O morubixaba tupinambá: o poder e o prestígio dos chefes indígenas do Maranhão seiscentista nas obras de Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 4., 2012, Belém. *Anais...* Belém: Açai, 2014. v. 11, p. 275-290.

6 COELHO, Mauro Cezar. De guerreiro a principal: integração das chefias à estrutura de poder colonial, sob o Diretório dos Índios (1758-1798). In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa. *Actas...* Lisboa: [s.n.], 2005.

7 D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002.

8 D'EVREUX, Yves. *Viagem ao norte do Brasil*: feita nos anos de 1613 e 1614. São Paulo: Siciliano, 2002 [1615].

manutenção de relações sociais, baseadas nas relações de força estabelecidas pela divisão social. Portanto, para Clastres, o que diferencia as sociedades indígenas, consideradas como sociedades sem Estado e as sociedades com Estado é, principalmente, a divisão social entre dominantes e dominados, característica esta que está presente nas sociedades com Estado. Ainda para Clastres, as sociedades sem estado ignoram tal divisão. Por conta disso, o poder nas sociedades indígenas não estaria separado da sociedade, por que em sua essência a sociedade seria homogênea e indivisa. Nesse sentido, de acordo com Clastres, as sociedades primitivas, seriam sociedades cujo corpo não possuía órgão separado do poder político.⁹

Ao projetar um modelo político em que não se poderia separar poder e sociedade, Clastres concluiu que, os primeiros julgamentos que os europeus tiveram em relação aos “chefes” indígenas foram de que “[...] estes não possuíam nenhum poder sobre as tribos, que ninguém mandava e ninguém obedecia [...]”¹⁰. Mas, para Clastres, apesar de estes chefes indígenas não deterem o poder de mando em sua aldeia, isso não significaria que para nada serviam. Havia outras atribuições a serem desempenhadas por estes chefes índios. Atribuições, dessa natureza poderiam ser assumir a vontade da coletividade, ou seja, “[...] falar em nome da sociedade quando circunstâncias e acontecimentos o colocassem na relação com os outros [...]” (AUTOR?, ano?, p.?). Esses acontecimentos estariam ligados, de acordo com Clastres, a capacidade de fazer alianças com grupos considerados amigos ou empreender guerras contra os grupos étnicos considerados inimigos. A intenção era manter a autonomia e especificidade da comunidade em relação às outras comunidades indígenas.

Para que as *chefias indígenas* pudessem cumprir suas funções, fazia-se necessário que estivessem investidos de “atributos básicos”, tais como: “[...] habilidade, talento diplomático para consolidar as redes de aliança que garantiriam a segurança da comunidade; coragem, disposição guerreira, capaz de assegurar uma defesa eficaz contra os ataques dos inimigos ou investidas contra estes [...]”. Esses atributos, portanto, lhes permitiriam adquirir *prestígio* na comunidade. Vale observar que, para Clastres, o *prestígio* adquirido por estes chefes indígenas, era diferente da ideia de poder presente nas sociedades com Estado. O *prestígio* era a confiança garantida pelas qualidades que utilizava em serviço de sua comunidade. Todavia, não se poderia considerar que o *prestígio* que permitia a estes chefes indígenas influenciar os demais, através dos discursos, caracterizasse um discurso baseado no poder, pois não se caracterizava pela coerção para alcançar seus objetivos.¹¹

9 CLASTRES, 2004, p. 101.

10 CLASTRES, 2004, p. 102.

11 CLASTRES, 2004, p. 103.

Ao analisar fontes quinhentistas e seiscentistas, Antônio Porro observou que, na região do Vale Amazônico, havia chefes locais submetidos a chefias regionais e linhagens arranjadas hierarquicamente. Havia inclusive, sacrifícios de concubinas quando um destes chefes morria.¹² Porro observou ainda, que na região do Alto Amazonas, na Província de *Aparia Grande*, que se estendia por mais de seiscentos quilômetros desde o Baixo Napo até a região de São Paulo de Olivença, entre os rios Javari e Içá, “[...] o poder político parecia estar centralizado na figura do “grande senhor Aparia”, chefe do povoado principal: sua autoridade era reconhecida rio acima, até os confins ocidentais da província [...]”.¹³

Ao considerar o aspecto antropológico da organização política da sociedade tupinambá que ocupava a costa da América Portuguesa, através dos relatos dos franceses: Claude d’Abbeville e Yves d’Evreux, Rafael Ale Rocha observou que a autoridade e o prestígio dos chefes indígenas eram consolidados através de formas específicas de relações familiares e ações guerreiras tradicionalmente reconhecidas, a saber: a poligamia e a vingança ritual, materializada através do canibalismo. Rocha observou ainda, que a chefia era instável e limitada pela tradição e pelo conselho dos velhos. Nas palavras do pesquisador, “[...] tratava-se de uma organização política diferente das ideias de estamento e nobreza própria das sociedades europeias [...]”.¹⁴

Rocha também observou o aspecto do *prestígio* dos chefes indígenas na sociedade tupinambá. No entanto, diferente do que defende Pierre Clastres e, concordando com as análises de Florestan Fernandes, Rocha observou que não era diretamente através da guerra que se conseguiria o *carisma* ou *prestígio* e sim através dessas atividades guerreiras aliadas ao sistema mágico-religioso Tupinambá. Portanto, “[...] era a ligação com o sobrenatural que possibilitava a aquisição de carisma [...]”.¹⁵

Ao analisar a função social da guerra na sociedade tupinambá, Florestan Fernandes considerou que o prestígio dos chefes indígenas era reflexo da quantidade de nomes que estes chefes tinham e que eram adquiridos através dos *rituais de renomação* e pela quantidade de mulheres que possuíam e que adquiriam a partir de seus feitos. De acordo com Fernandes, o valor religioso da guerra ocultava a competição por mulheres.¹⁶ Ou seja, o prestígio social dos chefes indígenas estava baseado na quantidade de proezas e atos empreendidos nas guerras contra os inimigos da comunidade, demonstrando sua coragem, valor e bravura. Entre-

12 PORRO, Antônio. História indígena do Alto e Médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneira da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. p. 176.

13 PORRO, 1992, p. 181.

14 ROCHA, 2014, p. 2.

15 ROCHA, 2014, p. 3.

16 FERNANDES, 2006, p. 268.

tanto, tais atitudes dos chefes indígenas, de acordo com Fernandes, se relacionavam à busca pelo acesso a um número cada vez maior de mulheres, pois, conforme o número de mulheres de um chefe, maior seria o seu prestígio. O número de filhas também seria importante, porque lhe permitiria criar vínculos familiares, através de uniões com outras famílias de prestígio. Fernandes, ainda apontou seis características fundamentais para a manutenção do posto de chefia indígena.¹⁷

A primeira delas dizia respeito a sua *aceitação* na função que alcançava, não pela imposição, mas através da demonstração de suas qualificações para desempenhar a função, evidenciadas pelo *prestígio* social alcançado. A transmissão do cargo pela hereditariedade ou através dos laços de parentesco facilitava o acesso à função. A segunda dizia respeito à *autoridade* possuída pelos candidatos à função de principais. Essa *autoridade*, no entanto, não deveria ser utilizada de modo ostensivo, mas apenas uma característica que serviria como inerência à superioridade natural das pessoas ocupantes da função. Nas palavras de Fernandes, “[...] a liderança implicava uma combinação dos princípios de autoridade e de prestígio [...]”.¹⁸ A terceira estava baseada na relação existente entre o *chefe indígena* e a coletividade. Este *chefe indígena* deveria estar profundamente integrado à vida comunitária e ter, por base, “[...] o convívio direto, íntimo e contínuo [...]” com os companheiros. A quarta característica dizia respeito ao cumprimento das tradições transmitidas aos demais, através da presença e do exemplo dos *chefes indígenas*. Tanto para a guerra quanto para assuntos internos à comunidade, os chefes indígenas deveriam dialogar com sobriedade, mantendo o foco nas tradições de seus antecessores. Sua capacidade, nesse sentido, relacionava-se profundamente com as questões cotidianas e seu controle social direto e imparcial. Baseava-se na capacidade de desenvolver o maior número de tarefas possíveis.

A quinta característica dizia respeito à capacidade representativa do chefe indígena. Essa representatividade se apresentava de duas maneiras: através dos laços de liderança paternal, onde representava os indivíduos ligados a ele pelos laços de parentesco nas reuniões dos chefes indígenas ou nos conselhos dos velhos; e a liderança comunitária, em que o chefe indígena, atuava como representante de sua comunidade nas reuniões de grupos locais, quando deveriam discutir sobre questões guerreiras e as possíveis alianças com outros grupos. Nos dois casos, a representatividade dessas lideranças os permitia destacar-se à medida que fossem competentes para convencer os demais pelo discurso. Somente pelo discurso era possível aos chefes indígenas, se utilizarem das tradições em defesa de interesses novos, pois, do contrário, ficavam dependentes das decisões tomadas com base somente na tradição.

17 FERNANDES, 2006, p. 262-264.

18 FERNANDES, 2006, p. 263.

Por fim, a sexta característica necessária à manutenção do chefe na função, dizia respeito à competência desses chefes indígenas na condução de seus iguais na arte da guerra. Deveria, portanto, saber conduzir os companheiros em combate. Por conta desses aspectos os traços que mais identificavam as lideranças indígenas estavam relacionados ao seu êxito na condução da guerra.¹⁹ Apesar dessas características, apontadas por Fernandes, para que um membro se tornasse chefe indígena em sua comunidade, o autor demonstra opinião semelhante à de Clastres quando observa que:

Todavia, os cargos de Principal, como os de pajé, eram destituídos de significação política. A dominação não só se realizava de modo impessoal, em nome das tradições. Nas situações em que a exerciam, os principais agiam literalmente como membros de um grupo: o dos velhos.²⁰

Conforme observou Mauro César Coelho, ao analisar o trabalho do padre João Daniel (1722-1776), além das relações existentes entre a valentia e a coragem, ambos indicativos de honra e do lugar de prestígio que era ocupado pelos chefes indígenas, ainda se pressupunha uma *hierarquia etária*, baseada na relação de jovens e velhos. Esses fatores, de acordo com Coelho, poderiam ser tomados como indicativos da existência de uma diferenciação social neste espaço, mesmo que esta fosse baseada na idade. Nesse sentido, conforme observou Yves d'Evreux, a tradição, que deveria ser seguida pelos principais, para que pudessem permanecer na função, também se relacionava aos “honrosos exemplos” deixados por seus antecessores.²¹ Ou seja, o prestígio hereditário, além de se ligar aos laços de consanguinidade, também se ligava ao *prestígio hereditário* baseado nas tradições.

De acordo com outra observação de Coelho, as chefias indígenas possuíam signos que as diferenciavam dos demais membros da comunidade: “[...] conduziam os homens à guerra, lideravam os rituais antropofágicos e teriam direitos a mais de uma esposa [...]”²² Esses signos poderiam ser tomados como indicativos de distinção social. Na descrição apresentada por Claude d’Abbeville, em 1614, a chefia indígena deveria seguir uma ordem de sucessão pela função desempenhada na guerra, que poderiam ser:

[...] o capitão mais valente ou o velho mais experimentado, que mais proezas fez na guerra, destruindo e matando muitos inimigos, que tem o maior número de mulheres e escravos adquiridos por seu valor, e família grande [...].²³

19 FERNANDES, 2006, p. 262-266.

20 FERNANDES, 2006, p. 268.

21 D’EVREUX, 2002, p. 121. Cf. ROCHA, 2014, p. 11.

22 COELHO, 2005, p. ?.

23 D’ABBEVILLE, 2002, p. 276.

De acordo com Rocha, o francês Yves d'Evreux (1615), ao analisar os morubixabas tupinambás do litoral maranhense, observou que os chefes indígenas não usavam imponência ou palavra altiva e de comando, “[...] não desprezavam os inferiores, escutavam a opinião de todos os anciãos e não tapavam os ouvidos à ninguém [...]”.²⁴

Ronald Raminelli, ao considerar as representações atribuídas aos índios tupinambás, no período colonial, observou que a sociedade que os franceses haviam encontrado nos trópicos, era carente de artificialismos.²⁵ De acordo com Raminelli, Michel de Montaigne em “*Des cannibales*”, havia observado que nas sociedades indígenas:

Inexistiam tráficos, escritas, ciência, magistrados, nem mesmo havia a hierarquia política, tão arraigada entre os povos europeus. A pobreza e a riqueza, as marcas da diferenciação social, eram desconhecidas desta gente. Do mesmo modo, palavras como mentira, traição, dissimulação, avareza, inveja, detração e perdão soariam estranhas aos habitantes do Novo Mundo. Nem mesmo a república imaginada por Platão chegaria a tanta perfeição. Os tupinambás saíram das mãos dos deuses, pois se organizavam segundo as leis da natureza.²⁶

Para Ângela Domingues, o contato entre índios e luso-brasileiros criou novas atitudes em relação às estruturas de poder. Entretanto, quando os portugueses constataram a ausência de comando coercitivo nessas comunidades, procuraram identificar nesses grupos, os indivíduos que detivessem algum *prestígio* social. De acordo com Domingues, os portugueses “[...] encontraram, na maior parte dos casos, etnias chefiadas por um indivíduo que sobre elas exercia um poder político e social persuasivo e pouco coercitivo, denominado de Principal [...]”.²⁷

Conforme observado, a função desempenhada pelas chefias tradicionais poderia mudar dependendo do grupo étnico. Já que o ambiente pluriétnico da Amazônia possibilitava diversas manifestações dessas lideranças, podemos considerar que os valores pessoais destes indivíduos e aqueles adquiridos por hereditariedade, lhes possibilitava a aquisição do *prestígio*, característica tão necessária à manutenção da função de *chefe indígena*.

24 D'EVREUX, Yves. *História das coisas mais memoráveis, ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009 [1615]. Cf. ROCHA, 2014, p. 10.

25 RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 38.

26 MONTAIGNE, Michel de. *Des cannibales. Essais*; (1580). Paris: Societé Les Belles Lettres, 1946. v. II, cap. I, p. 89-106. Cf. RAMINELLI, 1996, p. 38.

27 DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. p. 169.

A partir das observações destes autores, podemos ter uma ideia do papel desempenhado pelas lideranças indígenas tradicionais e a influência política da função que desempenhavam em suas comunidades. Vale ressaltar que, conforme observações anteriores, ainda que baseados nas tradições que deveria seguir a risca, essas chefias indígenas ainda poderiam influenciar os seus iguais a partir da habilidade em articular discursos tradicionais e novas ideias, propondo mudanças a partir de sua influência. Entretanto, a habilidade necessária a essas chefias indígenas, tanto para sua ascensão à função de chefe, quanto para a sua afirmação e reafirmação, estava relacionada aos eventos de guerra, pois como observou Coelho, “[...] as guerras – frequentes – seriam não somente momentos de confirmação da coragem e da valentia, já demonstrada em um conjunto de situações, mas de afirmação das chefias [...]”.²⁸ Nesse sentido, através das guerras, aliadas à capacidade de convencimento dos demais, pela retórica, esses indivíduos destacavam-se em suas comunidades, alcançando *prestígio* e oportunidades inerentes à sua posição de destaque, consolidando a responsabilidade que a função de chefe indígena lhe imputava.

As lideranças indígenas coloniais

A iminência dos conflitos que envolveram portugueses e holandeses pela posse do Estado do Maranhão, entre 1637 e 1644²⁹, possibilitou aos índios do Maranhão obterem vantagens de ambas as nações em conflito. Conforme observou Hemming, “[...] as tribos do nordeste foram inevitavelmente envolvidas nos combates e a capacidade de seus membros como guerreiros e mateiros foi valorizada pelos dois lados [...]”.³⁰ Interessantes mudanças passaram a ocorrer com as representações que se atribuíam aos *índios Principais*. Líderes indígenas de grupos étnicos como os tupinambás, potiguares e tabajaras, passaram a negociar o seu apoio militar tanto com portugueses, quanto com os holandeses.³¹

28 COELHO, 2005, p. ?.

29 Optamos em nosso trabalho por considerar a opinião de Mário Martins Meireles no que diz respeito ao período em que os holandeses empreenderam o projeto de conquista do Maranhão, nesse caso, o marco de 1637, quando os holandeses tomaram a Capitania Real do Ceará, já que esta capitania estava subordinada ao Estado do Maranhão entre os anos de 1621 e 1652. Por outro lado, considera-se que somente após a tomada da capital do Estado do Maranhão (São Luís, em 1641), é que se pode considerar que este Estado (Maranhão) tenha sido tomado pelos holandeses e somente pela reconquista de sua capital pelos portugueses em 1644, é que se pode considerar o fim da hegemonia holandesa nesta região. Visto em sua totalidade, esse espaço foi local de intensas relações, entre diversos grupos, que o compartilhavam. Ver MEIRELES, Mário Martins. *Holandeses no Maranhão: 1641 – 1644*. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991. p. 75.

30 HEMMING, John. *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. Tradução de Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. p. 420.

31 HEMMING, 2007, p. 245.

Ângela Domingues observou que o poder colonial acentuou as diferenças sociais entre as sociedades ameríndias de duas formas: “[...] pela concessão de prestígio social e político aos chefes e às suas famílias e pela introdução de categorias profissionais especializadas, com a acumulação de bens e valores.”³² Ao formarem alianças com os colonizadores europeus, estes *índios Principais* passariam a ser prestigiados com honras e benesses concedidas por holandeses e portugueses. Ao lutarem nesses conflitos, também ganhavam projeção em suas próprias aldeias e a importância que passaram a ter, a partir dessa nova conjuntura, baseada também no êxito da guerra e no conseqüente reconhecimento de seus valores, permitiram a possibilidade de inserção de um novo agente político na administração colonial, que passou também a ser baseada nas relações de poder estabelecidas pelos próprios *índios Principais*.

Não foram raros os casos em que os índios se beneficiaram dos mecanismos criados pela Coroa Portuguesa com o intuito de regular suas ações. Um bom exemplo do consumo de elementos exteriores, indicado por Almir Diniz de Carvalho Júnior, foi justamente a solicitação de mercês em forma de benesses e concessões de patentes das ordens militares do Reino aos índios que haviam lutado na reconquista do Maranhão ao lado dos portugueses.³³ É provável que os acontecimentos que envolveram portugueses e holandeses nas conquistas e ocupações do Estado do Maranhão, entre 1637 e 1644, tenham levado ao reconhecimento da grande necessidade de um contingente militar que logo passou a ser corporificado pelos índios da região. Por conta disso, mais do que a arregimentação para o trabalho, os índios, foram indispensáveis na defesa das possessões destes colonizadores.

Parte do processo de reconquista e colonização efetiva da Amazônia Portuguesa, a política de valorização das lideranças nativas por parte dos portugueses mostrou-se, no decorrer daquele período, uma ferramenta fundamental de representação de interesses indígenas no cotidiano colonial. De acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, ao analisar os aldeamentos missionários no Rio de Janeiro Colonial, a concessão de patentes e mercês, feita pela Coroa portuguesa às lideranças indígenas, no início do século XVII, ocorria pela necessidade de se cooptar essas lideranças e adequá-las ao novo regime colonial, utilizando-as como mecanismo de convencimento dos demais e como modelo de sucesso, que teriam aqueles que seguissem as ordens portuguesas.³⁴

32 DOMINGUES, 2000, p. 170.

33 CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado)--Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

34 Sobre doações de mercês por parte da Coroa Cf. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. Sobre solicitação de mercês por parte dos indígenas Cf. CARVALHO JÚNIOR, Almir

Conforme Carvalho Júnior, os serviços prestados pelos índios em defesa do território português logo tiveram seu preço. Mais do que isso, valorizaram as lideranças que lutaram em defesa das possessões lusas, formando e administrando o contingente constituído por índios de diversas etnias. As solicitações de oficialização das funções militares que tais lideranças indígenas desempenhavam, não tardariam a se transformar em petições enviadas à Lisboa.³⁵ Vale observar que essas solicitações de reconhecimento pelos serviços prestados pelos índios, não ocorreria apenas por um pequeno espaço de tempo após a expulsão dos holandeses, ao contrário, parece que mesmo depois de alguns anos, essas solicitações ainda faziam parte do cotidiano dos *índios Principais* do Estado do Maranhão.

Em uma Consulta do Conselho Ultramarino enviada ao rei de Portugal, D. João IV, no dia 22 de Março de 1646, consta que os *Índios Principais* do Maranhão, através do Procurador dos índios, o padre Francisco da Costa de Araújo, solicitaram a mercê do Hábito de Cristo para cada um e algum vestuário para dividirem entre eles e suas mulheres. Como pressuposto, o padre Francisco de Araújo declarou que os Principais haviam servido a Coroa portuguesa “[...] como valorosos guerreiros e que moveram guerras contra os holandeses e os índios rebeldes que a eles se aliaram, sendo sempre bem sucedidos nas empreitadas em defesa das possessões lusitanas [...]”. Comentava ainda que estes principais e os índios à eles subordinados, sempre lutaram em nome do rei e dos governadores do Estado do Maranhão, não deixando que os holandeses desenvolvessem relações comerciais com os índios tidos como rebeldes e que eles, ao contrário, foram fiéis vassalos, nunca tendo se rebelado, nem traído aos seus superiores, antes se lançaram aos maiores perigos, sendo sempre os primeiros a lutarem contra os inimigos, vencendo todas as batalhas. Destacavam que mesmo que muitos destes índios tivessem morrido em combate, isso não lhes enfraquecia o ânimo, na verdade, ficavam ainda mais “acesos” contra os inimigos, expulsando-os com grande esforço. Para finalizar os argumentos, o padre Francisco da Costa observou ainda que se a expulsão dos holandeses tinha sido possível “[...] devia-se aos esforços e valores dos principais [...]”.³⁶

O que se mostra interessante na leitura dessa Consulta, pelo menos nesse primeiro momento, é o uso dos mecanismos utilizados pelos *índios Principais* do

Diniz. Líderes Indígenas no mundo cristão colonial. *Canoa do Tempo*, Revista do Programa de Pós-Graduação de História, Manaus, v. 1, n. 1, p. 123-150, jan./dez. 2007. Sobre solicitações de mercês por parte da elite colonial Cf. ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: poder hierarquia e comunidades indígenas (1640-1684)*. Tese (Doutorado)--Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, RJ, 2013.

35 CARVALHO JÚNIOR, 2007, passim.

36 ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João IV] de 22 de março de 1646, sobre o pedido de mercês do Hábito de Cristo e de algum vestuário pelos principais índios das Aldeias do Maranhão. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 2, doc. 191, 1646.

Maranhão para alcançarem seus objetivos. Fato relevante na Consulta citada é o uso de um representante da Igreja como *Procurador dos índios*³⁷ para solicitar as mercês que os tais índios entendiam ser merecedores. Os feitos de guerra e atos de bravura desempenhados pelos *principais*, no conflito entre portugueses e holandeses, eram motivo para requerer algum tipo de recompensa. No caso em questão, os argumentos utilizados pelos Principais do Maranhão para receberem suas mercês, se desenvolveu por um discurso direcionado:

[...] conhecendo que Vossa Majestade pensa na conservação daquele Estado [Maranhão]³⁸ pedem [os principais] que lhes gratifique com algumas mercês, os serviços que realizaram, para que à vista delas se encaminhem cada vez mais e sejam mais servos verdadeiros. Pedem a Vossa Majestade por todos os seus servos, pois como humildes vassalos, lhes faça mercê do Hábito de Cristo para cada um e algumas roupas para dividirem entre eles e suas mulheres.³⁹

O trecho acima descrito carrega certo jogo de interesses. É provável que o Procurador de índios, padre Francisco da Costa, tenha escrito da forma mais aproximada possível daquilo que era ditado pelos *índios Principais* do Maranhão. A Consulta deixa transparecer que os ditos índios eram de grande importância para a defesa do Estado do Maranhão e dá mostra da possibilidade de estes indivíduos lutarem ao lado dos inimigos holandeses⁴⁰. Obviamente, isto não está claramente posto, mas em alguns casos, o jogo de palavras poderia sugerir muito daquilo que não se escrevia.

Podemos considerar isto na passagem que diz que o Rei de Portugal “[...] se preocupa com a conservação daquele Estado [...]” (AUTOR?, ano?, p. ?) e, por isso, não deixaria seus “leais vassalos” sem o reconhecimento que mereciam. Os *principais*, através do *Procurador de índios*, ainda observaram que deveriam ser reconhecidos pelos serviços que prestaram, não somente para se verem gratifica-

37 Conforme observa Marcia Mello, apesar de o cargo de Procurador de índios, para o Estado do Maranhão, ter sido legitimado somente a partir da lei de 09 de abril de 1655, esta função já era uma realidade na Colônia. Sempre que havia necessidades de se julgar os casos de cativeiros dos índios e de encaminhar as solicitações feitas pelos índios, estes procuradores atuavam como advogados e auxiliares. Eram, no geral, os responsáveis por assumir os interesses indígenas perante as autoridades coloniais. Para saber mais sobre o Procurador de índios, Cf. MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento do Procurador dos índios do Estado do Maranhão. *Revista Outros Tempos*, São Luís, v. 9, n. 14, p. 222-231, 2012.

38 Grifo nosso.

39 AHU, Avulsos Maranhão, cx. 2, doc. 191. Consulta de 22 de março de 1646.

40 Apesar de terem sido expulsos do Estado do Maranhão, os holandeses ainda detinham domínio sobre as capitanias do Rio Grande do Norte, Paraíba e governavam a cidade de Recife na Capitania de Pernambuco. Cf. NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

dos, mas para que os seus subordinados continuassem a preservar as possessões portuguesas, dando continuidade aos serviços desempenhados por aqueles *principais*, ao verificar o reconhecimento da Coroa.

É provável também que o jogo de interesses não estivesse relacionado somente às alianças em prol da defesa das possessões da Coroa ou das articulações com o governador que legitimava, na Colônia, os casos de guerra⁴¹. Ao considerarmos que o Procurador se tratava de um Padre, neste caso o padre Francisco da Costa de Araújo, identificamos outros interesses que estavam relacionados aos acordos feitos com os missionários para o estabelecimento de espaços de influência. Podemos considerar que aos missionários era interessante negociar com as Lideranças indígenas para que o processo de missão nos aldeamentos pudesse ser materializado. Conforme observou Almeida, não foram raros os casos em que os missionários mantiveram alianças com as lideranças indígenas para que o processo de catequese fosse possível.⁴²

De acordo com Carvalho Júnior, Fernanda Olival observou que a solicitação de mercês e patentes militares, principalmente as do Hábito de Cristo, estavam ligadas ao status social no Antigo Regime.⁴³ Ao reconhecer a importância das alianças com as lideranças indígenas, através destas concessões, a política portuguesa refletia o caráter agregador da colonização e demonstrava que as próprias lideranças indígenas entendiam o prestígio que tais benesses poderiam trazer a elas dentro deste novo espaço. Para Carvalho Júnior, “[...] a consciência do papel que os Principais desempenhavam na ordem colonial não era desconhecida mesmo daqueles que, num primeiro momento, estabeleciam alianças com os portugueses [...]”.⁴⁴

Apesar de esse tipo de solicitação nem sempre ser atendida, o desfecho da Consulta de 22 de março de 1646, feita pelos *Índios Principais* do Estado do Maranhão, teve retorno positivo, pelo menos foi o que pudemos constatar no Parecer do Conselho Ultramarino que reproduzimos a seguir:

41 De acordo com a *Lei de 9 de abril de 1655*, os Governadores não tinham autonomia para empreender guerras contra os índios, salvo se esta guerra fosse defensiva e não houvesse tempo de receber confirmação expressa e assinada pelas mãos do rei autorizando a guerra. Ainda assim, o governador deveria tomar conselho com os moradores. Cf. ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Divisão de Obras Raras, 1948. v. 66, p. 19-27.

42 ALMEIDA, 2013.

43 De acordo com Carvalho Júnior “[...] entre os séculos XVI e XVIII, segundo Fernanda Olival, a Ordem de Cristo era a insígnia mais procurada das ordens militares que estavam sob o controle da Coroa Portuguesa. Em 1551, D. João III, rei de Portugal, conseguiu do Papa a incorporação perpétua das Ordens de Cristo, Avis e Santiago à Coroa Portuguesa. Ao anexar os mestrados dessas ordens, D. João III conseguiu para a Coroa recursos políticos e econômicos enormes [...]” (CARVALHO JÚNIOR, 2007, p. 219-220).

44 CARVALHO JÚNIOR, 2007, p. 146.

Parece ao Conselho dizer à Vossa Majestade que quando for enviar Governador [ao Maranhão] se lhe dê ordem para que leves quatro Hábitos das três Ordens Militares e os forneça aos índios mais beneméritos sem nenhuma outra ordem, nem cerimônia, como se faz no Brasil há algum tempo.⁴⁵

Mesmo que as concessões desses doze Hábitos das Ordens Militares não tenham sido acompanhadas pelas cerimônias que era de costume acontecer quando eles eram concedidos às pessoas da nobreza, a decisão de conceder essas mercês, distribuindo-as entre os principais “mais beneméritos”, refletia a importância das lideranças indígenas na conjuntura colonial do Estado do Maranhão, na primeira metade do século XVII.

As alianças formadas com os índios dessa região foi condição necessária ao estabelecimento da administração colonial portuguesa neste Estado. E considerar esta necessidade foi uma das primeiras saídas encontrados pelos portugueses para efetivar a conquista deste espaço. Entender, portanto, esta necessidade e reconhecê-la, foi provavelmente dispendioso, pois, em suas possessões coloniais na América, pelo menos para os mercadores portugueses, o que importava era tão somente a exploração dos recursos naturais. Porém, a preservação e a manutenção das relações econômicas e militares, requeria uma inevitável aproximação com as forças nativas locais.

Por outro lado, conceder honras e mercês aos índios “mais beneméritos” não era uma atitude resultante somente da necessidade de se manter aliados na luta contra os invasores holandeses no Maranhão ou recompensar àqueles que haviam lutado com fidelidade neste conflito. Deve-se também considerar a necessidade da própria Coroa Portuguesa de formar uma nova elite nobiliárquica no período pós-restauração portuguesa (1640). Não queremos aqui afirmar que Portugal intencionava transformar os *índios Principais* do Maranhão em nobres, mas considerar que a conjuntura em questão, requeria uma aproximação com os vassalos. Provavelmente, a experiência ibérica deve ter levado os portugueses a perceberem que era de grande préstimo, para a manutenção do domínio mais estável das possessões portuguesas na América, criar uma rede de laços de fidelidade, baseados em um sistema que Fernanda Olival denominou de “economia das mercês”.⁴⁶

Esses laços de fidelidade fortalecidos pela concessão de honras e mercês pelo Monarca aos seus súditos detinha um duplo significado. Para além do reconhecimento pelos serviços prestados à Coroa, a concessão dessas benesses também permitiria a manutenção da fidelidade do vassalo ao Império Português.

45 AHU, Avulsos Maranhão, cx. 2, doc. 191. Consulta de 22 de março de 1646.

46 OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)* Lisboa: Estar, 2001. p. 570.

Nesse sentido, à medida que era reconhecido, tornava-se também obrigado a continuar sendo fiel à sua Real Majestade.

É provável que o reconhecimento destas lideranças por parte da Coroa portuguesa, legitimasse o índio Principal também em seu grupo étnico e consolidasse o seu estatuto de chefia indígena. Por outro lado, quando os Principais não atendiam aos interesses pelos quais estavam nesta posição de *prestígio* eram, logo que possível, depostos de suas funções e substituídos por outros. Conforme observou Carvalho Júnior, “[...] muitos foram forjados pelas autoridades coloniais, mas somente conseguiriam vingar no grupo se, de alguma forma, cumprissem seu papel tradicional de liderança. Se não fosse assim não teriam razão de existir [...]”.⁴⁷

Vale observar que cada liderança indígena era escolhida para desempenhar uma função específica. É provável que muitas dessas lideranças tenham sido escolhidas a partir do *prestígio* que já tinham alcançado em seus grupos, ao defender os interesses da comunidade frente aos europeus. A partir de sua inserção no jogo político-militar colonial, os *índios principais* também passariam a adquirir cada vez mais *prestígio* no desenvolvimento de alianças com outras lideranças presentes na Colônia como: governadores, capitães-mores e missionários. Porém, na maioria dos casos, eles desempenhariam a função de representar e defender os interesses de seus iguais.

Ao que parece, essa *responsabilidade* era ainda uma permanência de característica das chefias indígenas tradicionais. Conforme observação anterior, de acordo com Pierre Clastres, a chefia tradicional “[...] dispunha apenas de um direito ou, melhor, de um dever de porta-voz: dizer aos outros o desejo e a vontade da sociedade [...]”.⁴⁸ No entanto, o caráter limitado de “porta-voz” já não refletia mais a função desempenhada pelo *Principal*. Suas atribuições haviam se ampliado e sua importância política e social na estratificação da sociedade colonial passou a render-lhe *prestígio político*, e este *prestígio* lhe possibilitaria, também, articular-se em defesa de interesses particulares.

Colonos portugueses e *índios Principais*

Os chefes indígenas também observaram a necessidade de se transformar para que pudessem continuar desempenhando os papéis de lideranças de suas nações. Diria John Manuel Monteiro que “[...] tratava-se da apropriação por algumas lideranças nativas, dos símbolos e dos discursos dos brancos para buscar um espaço próprio no Novo Mundo, que pouco a pouco se esboçava [...]”.⁴⁹ Ao per-

47 CARVALHO JÚNIOR, 2007, p. 150.

48 CLASTRES, 2004, p. 103.

49 MONTEIRO, John Manuel. Espada de madeira. In: PINTO, Zélio Alves (Org.). *Cadernos Paulistas: História e personagens*. São Paulo: Ed. Imprensa Oficial SENAC, 2002. p. 30.

ceberem, no organismo político que se estabelecia nesse espaço cotidiano, uma possibilidade de permanecer como lideranças de seus grupos e, ao mesmo tempo, a possibilidade de intervir nas questões políticas, os chefes indígenas acabaram por se apropriar das funções que lhes eram oferecidas e, muitas vezes, reivindicaram direitos políticos que eram antes privilégios apenas dos portugueses. Nesse sentido, é possível considerar que, a transformação de representação das lideranças indígenas não caracterizou um processo de perda de sua identidade e, sim, uma adaptação necessária para que pudessem se inserir nesse novo espaço em construção. Essa forma de inserção caracterizaria o processo nomeado por alguns estudiosos como *etnogênese*.⁵⁰

Por outro lado, a questão não era simplesmente inserir-se na lógica política e defender os interesses de seus iguais. Por vezes, essas lideranças indígenas deveriam articular-se com outras *lideranças coloniais*⁵¹ para que pudessem influenciar esse espaço. De acordo com John Manuel Monteiro, esses índios, além de ingressarem de forma criativa no mundo colonial, o faziam a partir das normas de comportamento regulamentadas pela legislação indigenista, mas, nem por isso, deixavam de influenciar o cotidiano das relações sociais.⁵²

Ao analisar os *índios coloniais*⁵³, Carvalho Júnior considerou uma subcategoria de indivíduos que se apropriavam de elementos cristãos e que, a partir dos espaços de liberdade, oportunizados por esta inserção, acabavam por atuar de forma autêntica nos espaços coloniais. A esta categoria identitária, Carvalho Júnior denominou de *índios cristão*.⁵⁴ Ser cristão, para os índios, nesse caso, significaria uma oportunidade de inserção no novo mundo que se apresentava a sua frente e

50 Para autores como John Monteiro e Carvalho Júnior, a ideia de que as sociedades nativas estavam em inevitável extinção, conhecida como *etnocídio*, passou a perder lugar para a ideia de que essas populações estavam, na verdade, em processo de *transformação*. Além desta característica, o termo também quer significar uma ação consciente de resistência e estratégia indígena. Ângela Domingues chamaria esta última característica de *resistência passiva* (DOMINGUES, 2000, p. 189).

51 Denominados aqui de *lideranças coloniais* aquela que detinham alguma influência política na Colônia, portanto seriam, governadores, capitães-mores, missionários e alguns *Índios Principais*. Em síntese para que exercessem o papel de liderança colonial, deveriam ser legitimadas por provisão régia. Daí o fato de nem todos os *Índios Principais*, serem considerados lideranças coloniais.

52 MONTEIRO, John Manuel. *Tupi, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e Indigenismo*. Campinas: Unicamp, 2001. Tese de Livre Docência.

53 De acordo com John Manuel Monteiro, foi a historiadora norte-americana Karen Spalding (1972) quem chamou a atenção pela primeira vez à questão do denominado “índio colonial” (MONTEIRO, 2001, p. 1). De acordo com Carvalho Júnior “[...] índio colonial era o nativo em processo de integração à sociedade colonial, distanciado física e culturalmente de sua comunidade de origem, mas que ainda mantinha traços, tradições e práticas que o diferenciavam do mundo branco e negro com o qual convivia, marcando fronteiras para a sua auto identificação [...]” (CARVALHO JÚNIOR, 2007, p. 4).

54 Para Carvalho Júnior “Índio cristão era o índio que se convertia ao cristianismo católico em benefício de sua coexistência com os colonizadores. Os índios cristãos compunham-se de etnias diversas em sua origem, mas que definiam um tipo de inserção social particular [...]” (CARVALHO JÚNIOR, 2007, p. 6).

uma possibilidade de atuarem como agentes desse novo processo que os reduzia a identidade “índios”. Tornar-se cristão significava, nas palavras de Carvalho Júnior, “[...] uma forma de estes indivíduos se apropriarem de seu próprio destino [...]”. O estatuto de índio Principal, proporcionava aos *chefes indígenas* a oportunidade de se tornarem agentes políticos indispensáveis na estrutura administrativa da Colônia que passaria a ser implantada após a reconquista do Maranhão (1644). Muitas vezes, os índios conversos se aproveitavam da condição de cristãos em que se encontravam para defenderem interesses particulares.⁵⁵ No caso dos índios que desempenhavam a função de *Principal*, havia um aproveitamento não somente dos eventos de guerra, mas da própria condição de índios cristãos para se envolverem de forma autêntica nas questões políticas e religiosas da colônia. Ser *Principal* também possibilitava a esses indivíduos uma espécie de *resistência política*.

Na metrópole portuguesa foram criados diversos mecanismos na tentativa de controlar as lideranças indígenas através de políticas indigenistas. No entanto, conforme observou Beatriz Perrone-Moisés:

A política indigenista não é mera aplicação de um projeto a uma massa indiferenciada de habitantes da terra. É, como toda política, um processo vivo formado por uma interação entre vários atores, inclusive indígenas, várias situações criadas por essa interação e um constante diálogo com valores culturais. A legislação que a define, do mesmo modo, é muito mais do que mero projeto de dominação mascarado em discussão jurídica, e merece ser olhada com outros olhos, para que dela se possa tirar toda a informação que ela pode nos fornecer.⁵⁶

Dessa forma, a criação das políticas que definiriam os rumos tomados na relação cotidiana com os indígenas seria também influenciada pelos próprios indivíduos aos quais ela se direcionava. As iminentes situações de guerras e mudanças econômicas que ocorriam no Estado do Maranhão, em meados do século XVII, levariam a constantes mudanças na legislação indigenista no que dizia respeito às relações de trabalho e às condições de vida dos índios daquela região. Conforme observou João Renôr F. de Carvalho, em menos de um século já haviam sido elaboradas cerca de oito leis régias acerca a administração dos índios do Estado do

55 CARVALHO JÚNIOR, **Almir** Diniz de. *A magia do novo. Índios cristãos nas fronteiras da Amazônia colonial*. ANO?, P. ? *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 30 novembre 2011, consulté le 12 septembre 2014. URL: <http://nuevomundo.revues.org/62258>; DOI: 10.4000/nuevomundo.62258 É REVISTA? ANO? P?

56 PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 129.

Brasil e do Estado do Maranhão.⁵⁷ Para Carvalho, “[...] os clamores dos defensores dos índios, por um lado, e os dos escravocratas, por outro, se revezavam na Corte, e esta sempre foi muito pródiga na formulação de leis que nunca foram cumpridas [...]”.⁵⁸ É provável que *o vai e vem* das transformações na política indigenista portuguesa também refletisse a consciência da necessidade de se manterem alianças com as populações nativas. A pretensão talvez fosse concretizar diversos interesses colonizadores que se revezavam, dependendo das especificidades locais. Para Perrone-Moisés, as mudanças na legislação indigenista, também dependiam das relações com os próprios índios, quer fossem elas de paz ou de guerra.⁵⁹

Ao analisar a missão franciscana junto aos Omáguas, através dos relatos do espanhol, frei Laureano de La Cruz, que chefiou a missão empreendida entre 1647 e 1650, no alto Amazonas, Auxiliomar Silva Ugarte observou pelo menos três interesses dos colonizadores, relacionados ao contingente ameríndio: 1- O auxílio na defesa das possessões coloniais; 2- A utilização do contingente populacional indígena da região como mão de obra na exploração das riquezas naturais e 3- O êxito no processo de evangelização que, provavelmente, aliado aos interesses mercantis, poderia ser tomado como um dos principais objetivos das Coroas Ibéricas.⁶⁰

Para Maria Regina Celestino de Almeida, além do aspecto da defesa das possessões lusas, outras questões devem ser consideradas para pensarmos a situação social dos índios na colônia. Concordando com Schwartz, desde o início da colonização e dependendo da região, a estratificação social em que se encontravam os índios era menor por conta da necessidade que deles se tinha e pela raridade da população branca, sobretudo no que dizia respeito às mulheres. Ainda para Almeida, a tolerância social e religiosa era inevitável e a transferência das discriminações sociais e religiosas da metrópole acabaria tornando-se um grande empecilho para as relações sociais nas colônias portuguesas na América.⁶¹

Para fazer acréscimos à teia de interesses em voga, observa-se que durante as invasões holandesas no Estado do Maranhão (1637-1644), a arregimentação de um contingente militar indígena capaz de auxiliar na defesa das possessões portuguesas, tornou-se necessidade de primeira ordem levando, inclusive, algumas autoridades coloniais a solicitarem pessoalmente da Corte portuguesa honras e

57 A legislação sobre o trabalho indígena no século XVII apresenta-se pela seguinte cronologia: *Lei de 10.09.1611*; *Decisão de 29.09.1626*; *Alvará de 10.11.1647*; *Lei de 17.10.1653*; *Lei de 09.04.1655*; *Lei de 12.09.1663*; *Lei de 01.04.1680* e *Lei de 21.12.1686*.

58 CARVALHO, João Renôr F. de. A Lei dos índios do Maranhão de 1680 e o Regimento das Missões de 1686. *Boletim de Pesquisa do CEDEAM*, Manaus, v. 2, n. 3, p. 87, jul./dez. 1983.

59 PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 129.

60 UGARTE, Auxiliomar Silva. Alvores da conquista espiritual do alto Amazonas (século XVI-XVII). In: SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006. p. 28-29.

61 ALMEIDA, 2013, p. 179.

mercês para distribuir às lideranças indígenas que haviam lutado na guerra de reconquista do Estado do Maranhão.⁶²

Por outro lado, havia razões indígenas que levariam portugueses e alguns nativos a fortalecerem a política das alianças, com a finalidade de adquirir um número cada maior de aliados. Luiz Felipe Baêta Neves observou que as alianças desenvolvidas por portugueses e grupos nativos de língua Tupi tiveram, em muitos casos, articulações dos grupos nativos que viam nos portugueses potenciais aliados na luta contra seus inimigos milenares, que também eram da terra⁶³. Aliar-se a portugueses ou holandeses era também uma estratégia de combate que deveria criar vínculos simbólicos para que a política das alianças tivesse êxito na Colônia.

Conforme outra observação de Almeida, o que estava em jogo nessa teia de relações sociais, não era somente o grau de permanências e mudanças dos costumes indígenas nos espaços coloniais, mas também os possíveis significados de novos elementos inseridos no cotidiano daqueles índios. Almeida também observou que em se tratando de grupos étnicos em posição subalterna, a cultura deveria ser entendida como uma luta constante para não compartilhar significados.⁶⁴ Entretanto, é preciso observar que dependendo do objetivo a ser alcançado, o compartilhamento de significados poderia tornar-se algo necessário à manutenção dos espaços de atuação política das diversas etnias presentes no cotidiano compartilhado por elas e pelos colonizadores.

O papel simbólico atribuído às lideranças guerreiras antes da chegada dos europeus e que só eram, na maioria das vezes, valorizadas a partir da iminência de guerras intertribais, conforme observou Florestan Fernandes⁶⁵, passaram por uma transformação a partir da função guerreira que desempenhavam, começando também a exercer funções de destaque na Colônia. Algumas vezes, havia por parte de missionários, governadores e capitães-mores a menção a influência dos Principais no processo de arregimentação de mão de obra para o trabalho na Colônia e para servirem de exemplo para a conversão dos demais, bem como contingente militar para a defesa das possessões lusas.⁶⁶

Em 1637, Bento Maciel Parente, antes de se tornar governador do Estado do Maranhão (1638-1641), já chamava a atenção ao rei Filipe III, para que

62 Sobre autoridades coloniais que solicitaram honras e mercês aos índios podemos citar o capitão João Vasco que lutou na guerra contra os holandeses, o capitão Paulo Soares de Avelar, O governador Antônio Teixeira, ambos também lutaram na guerra de reconquista e o padre Francisco da Costa de Araújo que solicitou mercês aos índios do Maranhão em 1646.

63 NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

64 ALMEIDA, 2013, p. 168.

65 FERNANDES, 2006, p. 267-268.

66 Conforme observou Rafael Ale Rocha, uma das características dos requerimentos de solicitação de honras e mercês ao monarca era a evocação a importância do requerente para o processo da colonização e os serviços prestados por ele em defesa dos interesses lusos (ROCHA, 2013, p. 67).

permitisse o desenvolvimento de alianças com os índios através da concessão de patentes militares para que

[...] defendam os ditos índios, o que a Vossa Majestade lhe pareça conforme o seu serviço, assim os teremos obrigados à nossa amizade e a conservação que Vossa Majestade ordenara, o que no mais queiram-lhe seu serviço [...].⁶⁷

Mesmo quando as solicitações eram feitas por iniciativa dos próprios Principais, através de seus procuradores, as menções às consequências que tais reconhecimentos, dados a estas lideranças, poderiam proporcionar ao projeto colonizador, não passavam despercebidas. Em uma Consulta do Conselho Ultramarino enviada ao rei de Portugal, D. João IV datada do dia 2 de outubro de 1648, referente às mercês pedidas pelo índio Principal da nação Tabajara, Antônio da Costa, da Aldeia de Cojupe, no Estado do Maranhão, o Conselho Ultramarino, para além das observações pelos serviços prestados por este Principal destacava “[...] haver servido no mesmo Estado, na Guerra e expulsão dos holandeses com muito zelo e fidelidade, servindo de exemplo aos de sua nação para o imitarem, obrigando-os também com suas práticas e procedimentos [...]”.⁶⁸

Na Consulta do Conselho Ultramarino de 22 de março de 1646, registrou-se que para a conservação do Estado do Maranhão, era fundamental que o rei D. João IV gratificasse os Principais daquele Estado para “[...] que à vista deles, os outros índios se encaminhem cada vez mais e sejam servos verdadeiros [...]”.⁶⁹ Em outra Consulta de 12 de setembro de 1648, constava que a mercê, feita aos Principais da Aldeia de Tapuitapera, serviria para que os demais índios vissem que “Vossa Majestade vê os seus serviços e que com isso traria a si outros de que resultaria grande serviço a Deus e às fazendas de Vossa Majestade e defesa daquele Estado e para o bem dos moradores dele [...]”.⁷⁰

Declarar a influência dos Principais sobre seus subordinados fazia parte também do esclarecimento dado pelo Conselho Ultramarino que antecederia o seu parecer. No caso da Consulta de 2 de outubro de 1648:

67 AHU. Requerimento do governador do Maranhão Bento Maciel Parente, ao rei Filipe III, anterior a 9 de outubro de 1637. Sobre a conveniência de se fazerem ofertas aos *índios Principais*, no sentido de se obterem aliados. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 1, doc. 116, [s.d.].

68 AHU. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João IV] de 3 de outubro de 1648. Sobre as mercês pedidas pelo índio Principal da nação Tabajara, Antônio da Costa, da Aldeia de Cojupe, no Estado do Maranhão. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 3, doc. 268, 1648. Cf. Carvalho Júnior, *Índios cristãos*, p. 222-223.

69 AHU, *Avulsos Maranhão*, cx. 2, doc. 191. Consulta de 22 de março de 1646.

70 AHU. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João IV] de 12 de setembro 1648. Sobre o pedido de Hábito de Cristo para os dois *índios Principais* das aldeias de Tapuitapera e Sergipe. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 3, doc. 266, 1648. Esta fonte já havia sido analisada por Carvalho Júnior. O autor desenvolveu uma breve análise sobre os aspectos relacionados aos índios principais e suas articulações políticas com as lideranças portuguesas (CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 221; 2007, p. 123-150).

[...] é de parecer que Vossa Majestade como Rei e Senhor, faça mercê ao dito Antônio da Costa por seus serviços e de seu pai. De mandar que no vestido se lhe dê aqui o Hábito de Cristo; e de lhe mandar passar provisão da Aldeia de Cojupe, para si e seus descendentes e de Principal de toda a Nação Tabajara; e que se lhe dê um vestido para que vá luzido diante de seus naturais, pois vai da Real presença de Vossa Majestade, porque será de grande utilidade à Fazenda Real animar, com isso, ao gentio do sertão a que desça e se empregue no serviço de Vossa Majestade, o que virá a ser de muito proveito aos moradores.⁷¹

Conforme observou Carvalho Júnior “[...] ser Principal era constituir-se como fronteira e como ponte entre dois mundos [...]”⁷² Portanto, as lideranças indígenas atuaram como importantes mediadores das relações que se estabeleciam entre índios livres (aliados ou inimigos) e os colonizadores portugueses, nesse vasto mundo colonial que era o Estado do Maranhão, na primeira metade do século XVII.

Observamos que, para a Metrópole, a elevação do status de determinadas lideranças indígenas, através de benesses, foi motivada por, pelo menos, duas necessidades fundamentais que surgiram em momentos específicos. A primeira delas estava relacionada ao firme propósito de consolidar alianças militares com diversas etnias indígenas para que estas lutassem ao lado dos portugueses contra as nações europeias que tentavam estabelecer feitorias nas regiões do Estado do Maranhão, desde o início do século XVII. Essa política de valorização das lideranças indígenas passou a ser implantada a partir da criação deste Estado, em 1621, e se acentuou no período entre 1637 e 1644, quando a invasão holandesa no Maranhão se tornou realidade. A segunda esteve ligada, à necessidade de se consolidar a posse do Maranhão pela Coroa portuguesa, a partir de uma política de efetivação da conquista deste território, através da implantação de uma administração colonial neste Estado. Essa necessidade mostrou-se real, assim que ocorreu a invasão holandesa (1637) e se acentuou nos primeiros anos após a guerra (1644).

Além de estar relacionada à defesa vigilante dessas possessões, contra uma provável segunda investida holandesa, havia também a necessidade de uma constante militância contra os índios que não aceitavam o processo de efetivação da conquista portuguesa no Estado do Maranhão, a saber, as nações inimigas que resistiram ao processo de colonização da região, os chamados *índios de corso*. Para cooptar estes índios, tidos como arredios, mostrou-se fundamental o desenvolvimento de uma política de apaziguamento de conflitos, desenvolvida por parte dos

71 AHU, *Avulsos Maranhão*, cx. 3, doc. 268; CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 222-223.

72 CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Principais indígenas na Amazônia Portuguesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 23., 2005, Londrina. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ihb/Reuniões.htm>.

portugueses que reconheciam a necessidade de se aliarem com os índios que estavam localizados mais acima do Estado do Maranhão e que, conforme observamos no primeiro capítulo, já desenvolviam relações econômicas com os holandeses desde o início do século XVII. Todavia, é importante perceber que essas relações entre os índios da região do delta amazônico e os holandeses, eram de cunho econômico e não militar. Por conta disso, era necessário, aos portugueses, se anteciparem no desenvolvimento de alianças militares com os índios dessa região. Caso contrário, os holandeses as desenvolveriam.

Em Consulta do Conselho da Fazenda, datada de 25 de junho de 1642, enviada ao rei D. João IV, sobre a petição do capitão do rio Amazonas, distrito do Maranhão, João Pereira de Cárceres, relativa à exploração do território que estava de posse dos holandeses, contendo sugestões para o impedimento do avanço dos holandeses pelo Grão-Pará; consta que era fundamental que se permitisse ao capitão João Pereira de Cárceres, partir o mais brevemente possível para aquelas regiões, pelo que este território já estava em posse dos holandeses e para que não partissem para o norte a tomar o Grão-Pará, justamente, a capitania em que o capitão João Pereira de Cárceres estava provido. Dizia ainda que esse capitão havia oferecido seus serviços juntamente com mais dez soldados à sua custa e solicitando apenas que o rei D. João IV lhe prouvesse de embarcações e vestimentas para que, ao vê-los preparados, os índios moradores do rio Amazonas, Grão-Pará e demais localidades, reconhecessem que o rei enviava-lhes socorro, podendo assim os animar com sua providência.⁷³

Continuava a Consulta no sentido de esclarecer que a principal intenção deste empreendimento era convencer os índios a não “intentarem alguma rebelião que como índios e de sua inconstância se pode temer à vista dos holandeses, o que não farão, vendo Vossa Majestade os socorrer”. Dessa forma, ficaria a região do rio Amazonas segura de qualquer rebelião ou investida holandesa.⁷⁴ Tal atitude por parte do capitão do rio Amazonas João Pereira de Cárceres era, provavelmente, parte de uma estratégia de se manterem os índios desta região, aliados aos portugueses. Se não para mantê-los como aliados, ao menos para dificultar o desenvolvimento de alianças entre esses índios e os holandeses. A região do rio Amazonas ainda era um lugar um tanto desconhecido pelos portugueses, e não havia muito tempo que Pedro Teixeira havia navegado por aquelas águas (1637-1639). Mas antes que o capitão João Pereira de Cárceres tomasse a iniciativa de desenvolver alianças militares com os índios moradores daquele rio, Jácome Rai-

73 AHU. Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. João IV] de 25 de junho de 1642. Sobre a petição do capitão do Rio Amazonas, João Pereira de Cárceres, relativa à exploração do território que estava de posse dos holandeses, a fim de impedir o avanço destes através do Grão-Pará. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 2, doc. 133, 1642. Anexo 1, Requerimento.

74 AHU, *Avulsos Maranhão*, cx. 2, doc. 133.

mundo de Noronha, ainda em 1637, já havia se manifestado no sentido de alertar a Pedro Teixeira, acerca das relações a serem desenvolvidas pelos acordos de paz com os índios daquelas águas, quando este empreendeu sua expedição a cidade de Quito, no Peru.

Em Regimento do Governador do Estado do Maranhão Jácome Raimundo de Noronha (1636-1638), dado ao capitão-mor do Grão-Pará Pedro Teixeira, em 1637, sobre a jornada de descobrimento do território do rio Amazonas, até a cidade de Quito, no Reino do Peru, foram dispostos dez parágrafos que discorriam sobre as medidas a serem tomadas por Pedro Teixeira em sua jornada pelo rio Amazonas. A primeira medida a ser tomada pelo capitão-mor dizia respeito aos produtos e pessoas necessárias à expedição. No segundo parágrafo do Regimento, o primeiro assunto a ser posto em evidência estava, justamente, relacionado à forma como seriam desenvolvidos os contatos com as aldeias de índios que Pedro Teixeira encontrasse pelo caminho até a cidade de Quito.⁷⁵

Recomendava Jácome Raimundo de Noronha que toda aquela expedição fosse desenvolvida de forma pacífica e que o dito capitão-mor tivesse muito cuidado e vigilância para que se não fizesse agravo nenhum nas aldeias que encontrasse e que qualquer pessoa da expedição que intentasse contra os índios, fosse castigada. Sugeria, ainda, o dito Governador que não se fizesse qualquer espécie de resgate de escravos dos índios. Deveria tão somente, Pedro Teixeira, de acordo com aquele Regimento, distribuir dádivas aos *índios Principais* para que pudessem ficar contentes e pacíficos com os portugueses por todo o rio Amazonas.⁷⁶

Ao considerar as observações de Jácome Raimundo de Noronha feitas a Pedro Teixeira, observamos que a preocupação mais imediata do Governador do Maranhão estava relacionada a uma política de "boa vizinhança" com os índios do rio Amazonas. De acordo com as instruções deste Regimento, dever-se-ia, sempre que possível, dar dádivas tiradas da Fazenda Real aos *índios Principais* de cada aldeia que encontrasse pelo caminho, evitando assim, qualquer resistência contra a expedição, ao mesmo tempo em que passaria uma boa imagem dos portugueses aos índios.

Os intentos e observações de Jácome Raimundo de Noronha faziam parte da política de alianças empreendida pelos portugueses nesta conjuntura de necessário desenvolvimento de alianças militares. A expedição de Pedro Teixeira, oficialmente ligava-se ao levantamento e reconhecimento das potencialidades do rio Amazonas. Poderia, também, relacionar-se ao levantamento das potencialida-

75 AHU. Regimento do Governador do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, para o capitão-mor do Pará, Pedro Teixeira, Posterior a 1636. Sobre a jornada de descobrimento do território do rio Amazonas até a cidade de Quito, no Reino do Peru. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 1, doc. 110, [s.d.].

76 AHU, *Avulsos Maranhão*, cx. 1, doc. 110.

des demográficas da região, principalmente, para aquela conjuntura, no que dizia respeito ao um contingente militar, que poderia ser utilizado para a manutenção das possessões portuguesas naquela região e para a reconquista do território que estava, aos poucos, sendo conquistado pelos holandeses.

Em síntese, agradecer os *índios Principais* das nações que encontrasse pelo caminho, possibilitaria aos portugueses a chance de tê-los como aliados nas futuras guerras que seriam travadas contra outras nações europeias, principalmente a Holanda, mas também contra as nações indígenas que se aliassem aos inimigos dos portugueses ou que simplesmente impedissem a implantação do empreendimento colonial luso no Estado do Maranhão.

Conclusão

A partir desta pequena análise sobre as representações dos *índios principais*, pudemos observar como o processo de colonização impactou diretamente nas relações cotidianas das sociedades indígenas e que mais do que tentar anular aspectos políticos das sociedades nativas, o processo de colonização também auxiliou na transformação do significado e da função exercida pelas lideranças indígenas à época do contato. Importante observação deve ser feita quando identificamos que a mudança na identidade dos *índios principais*, também deveu-se a uma conjuntura de guerra que possibilitou uma valorização das *chefias tradicionais* que, além de perceberem uma oportunidade de inserção na lógica social da colonização, também foram capazes de se articularem em defesa de interesses particulares e coletivos das comunidades nativas.

Nesse sentido, as lideranças indígenas coloniais souberam se apropriar dos mecanismos disponibilizados a elas e se posicionaram estrategicamente na sociedade colonial. Chegaram inclusive, muitas vezes, a solicitar honras e mercês como reconhecimento pelos serviços prestados em defesa das possessões portuguesas. Esse aspecto do *protagonismo indígena*, no período colonial, deve ser levado em consideração, justamente pela necessidade cada vez mais inevitável de se reconhecer que as populações indígenas da Amazônia Colonial, sobretudo nos primeiros trezentos anos da Conquista, não foram sujeitos passivos no processo de dominação portuguesa. Pelo contrário, souberam articular-se com nações europeias, desenvolvendo alianças e resistindo politicamente através dos espaços de atuação políticas oportunizados pelo jogo de interesses em voga.

Considerar a agencia desses indivíduos torna-se necessidade de primeira ordem, na tentativa de resgatar aspectos do cotidiano de agentes sociais de grande importância no processo de construção de uma Amazônia, não somente portuguesa, mas também indígena.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional – Divisão de Obras Raras, 1948. v. 66, p. 19-27.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (AHU). Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. João IV] de 25 de junho de 1642. Sobre a petição do capitão do Rio Amazonas, João Pereira de Cárceres, relativa à exploração do território que estava de posse dos holandeses, a fim de impedir o avanço destes através do Grão-Pará. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 2, doc. 133, 1642. Anexo 1, Requerimento.

_____. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João IV] de 22 de março de 1646, sobre o pedido de mercês do Hábito de Cristo e de algum vestuário pelos principais índios das Aldeias do Maranhão. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 2, doc. 191, 1646.

_____. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João IV] de 12 de setembro 1648. Sobre o pedido de Hábito de Cristo para os dois *índios Principais* das aldeias de Tapuitapera e Sergipe. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 3, doc. 266, 1648.

_____. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. João IV] de 3 de outubro de 1648. Sobre as mercês pedidas pelo índio Principal da nação Tabajara, Antônio da Costa, da Aldeia de Cojupe, no Estado do Maranhão. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 3, doc. 268, 1648.

_____. Requerimento do governador do Maranhão Bento Maciel Parente, ao rei Filipe III, anterior a 9 de outubro de 1637. Sobre a conveniência de se fazerem ofertas aos *índios Principais*, no sentido de se obterem aliados. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 1, doc. 116, [s.d.].

_____. Regimento do Governador do Maranhão, Jácome Raimundo de Noronha, para o capitão-mor do Pará, Pedro Teixeira, Posterior a 1636. Sobre a jornada de descobrimento do território do rio Amazonas até a cidade de Quito, no Reino do Peru. *Avulsos Maranhão*, Maranhão, cx. 1, doc. 110, [s.d.].

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado)--Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2005.

_____. Principais indígenas na Amazônia Portuguesa. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 23., 2005, Londrina. Disponível em: <www.ifch.unicamp.br/ihb/Reuniões.htm>.

_____. Líderes Indígenas no mundo cristão colonial. *Canoa do Tempo*, Revista do Programa de Pós-Graduação de História, Manaus, v. 1, n. 1, p. 123-150, jan./dez. 2007.

CARVALHO, João Renôr F. de. A Lei dos índios do Maranhão de 1680 e o Regimento das Missões de 1686. *Boletim de Pesquisa do CEDEAM*, Manaus, v. 2, n. 3, p. 87, jul./dez. 1983.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COELHO, Mauro Cezar. De guerreiro a principal: integração das chefias à estrutura de poder colonial, sob o Diretório dos Índios (1758-1798). In: CONGRESSO INTERNACIONAL O ESPAÇO ATLÂNTICO DE ANTIGO REGIME: PODERES E SOCIEDADES, 2005, Lisboa. *Actas...* Lisboa: [s.n.], 2005.

D'ABBEVILLE, Claude. *História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças*. São Paulo: Siciliano, 2002.

D'EVREUX, Yves. *História das coisas mais memoráveis, ocorridas no Maranhão nos anos de 1613 e 1614*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2009 [1615]. Cf. ROCHA, 2014, p. 10.

D'EVREUX, Yves. *Viagem ao norte do Brasil: feita nos anos de 1613 e 1614*. São Paulo: Siciliano, 2002 [1615].

DOMINGUES, Ângela. *Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000. p. 169.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2006.

HEMMING, John. *Ouro vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. Tradução de Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. p. 420.

MEIRELES, Mário Martins. *Holandeses no Maranhão: 1641 – 1644*. São Luís: PPPG, Ed. Universidade Federal do Maranhão, 1991. p. 75.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento do Procurador dos índios do Estado do Maranhão. *Revista Outros Tempos*, São Luís, v. 9, n. 14, p. 222-231, 2012.

MONTAIGNE, Michel de. *Des cannibales. Essais*; (1580). Paris: Societé Les Belles Lettres, 1946. v. II, cap. I, p. 89-106. Cf. RAMINELLI, 1996, p. 38.

MONTEIRO, John Manuel. Espada de madeira. In: PINTO, Zélio Alves (Org.). *Cadernos Paulistas: História e personagens*. São Paulo: Ed. Imprensa Oficial SENAC, 2002. p. 30.

_____. *Tupi, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e Indigenismo*. Campinas: Unicamp, 2001. Tese de Livre Docência.

NEME, Mário. *Fórmulas políticas no Brasil holandês*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O combate dos soldados de Cristo na terra dos papagaios: colonialismo e repressão cultural*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e vena- lidade em Portugal (1641-1789)* Lisboa: Estar, 2001. p. 570.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992. p. 129.

PORRO, Antônio. História indígena do Alto e Médio Amazonas: séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneira da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. p. 176.

RAMINELLI, Ronald. *Imagens da colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996. p. 38.

ROCHA, Rafael Ale. *A elite militar no Estado do Maranhão: poder hierarquia e comunidades indígenas (1640-1684)*. Tese (Doutorado)--Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói, RJ, 2013.

_____. O morubixaba tupinambá: o poder e o prestígio dos chefes indígenas do Maranhão seiscentista nas obras de Claude d'Abbeville e Yves d'Evreux. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 4., 2012, Belém. *Anais...* Belém: Açai, 2014. v. 11, p. 275-290.

UGARTE, Auxiliomar Silva. Alvares da conquista espiritual do alto Amazonas (século XVI-XVII). In: SAMPAIO, Patrícia Melo (Org.). *Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2006. p. 28-29.

Artigos Livres

TRABALHADORES DO COMÉRCIO EM MANAUS: UMA VOZ NA MULTIDÃO (1906-1929)

Kleber Barbosa de Moura¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo trazer à cena histórica a formação da identidade de uma categoria de trabalhadores que atuou de forma marcante na cidade de Manaus nas primeiras décadas do século XX: os caixeiros, como eram chamados os trabalhadores do comércio. Pretende ainda discutir a formação da classe para se compreender melhor as especificidades dessa categoria que atuou nos diversos setores ligados ao comércio manauara.

Palavras-chaves: Caixeiros. Classe. Historiografia.

Abstract

The present article aims to bring out to History scenario the identity's formation of a category of workers that acted profoundly in the city of Manaus in early XX's: the salespersons, as were called the commerce sellers. It aims also to discuss the working class formation so as to comprehend the specific characters of this category that performed inside the diverse sectors of Manaus trades.

Keywords: Salespersons. Working Class. Historiography.

A cidade de Manaus, já desde o início da instalação da Província do Amazonas em 1852, vinha sofrendo alterações significativas de ordem arquitetônica e urbana. No início do período provincial a cidade passou por transformações que variavam de intensidade ao longo das décadas seguintes.² Os governadores da Província não deixavam de insistir na necessidade de reformas e construções dos prédios que dessem uma nova feição à capital da Província e mudasse o panorama negativo descrito nos relatos dos viajantes e naturalistas que passavam pela região.

1 Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Este artigo é parte integrante do seguinte trabalho: MOURA, Kleber Barbosa de. *Caixeiros: organização e vivências em Manaus (1906-1929)*. Dissertação (Mestrado em História)--Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2013.

2 MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura (1852-1910)*. 3. ed. Manaus: Valer, 2006. p. 32-40.

Nesse sentido algumas mudanças consideráveis se materializaram ao longo da década de 1850, como reconstruções de pontes, nivelamento e calçamento de ruas, remodelação do cemitério público, etc..³

No setor econômico, em meados do século XIX a região amazônica possuía uma estrutura econômica peculiar em relação ao resto do Brasil que remontava aos tempos coloniais. Enquanto nas outras regiões predominava o latifúndio com uma produção específica voltada para a exportação, na Amazônia não havia algo como uma produção latifundiária como ocorreu no Maranhão, Pernambuco e Bahia com o algodão, ou o açúcar no nordeste do Brasil e a mineração no centro-oeste.⁴ De um modo geral a produção agrícola teve mais presente no delta, no ponto mais acessível do vale e nas áreas próximas ao Rio Negro. Nestes locais, teria havido uma produção significativa de salsaparrilha, cravo, baunilha, coca (ipadu). Além desses, havia os gêneros clássicos, como o cacau e o peixe salgado, sendo este último uma das maiores exportações da Capitania do Rio Negro (atual estado do Amazonas).⁵

Este cenário econômico sofreu mudanças significativas ainda na segunda metade do século XIX com a crescente valorização no mercado externo de um de seus produtos extrativos: a borracha. A economia agroexportadora regional adquiria um dinamismo que proporcionava lucros vultosos graças às exportações da borracha. Outros produtos regionais também estavam na pauta de comercialização, como a farinha, óleo de copaíba, manteiga de tartaruga, piaçava, castanha e cacau. Em fins de 1880, o látex extraído da hevea brasiliensis havia atingido o valor anual das exportações em 800%, representando aproximadamente 10% do comércio exterior do Brasil, apesar da acentuada expansão da economia cafeeira no Sudeste.⁶

Esse surto de crescimento enriqueceu os grandes investidores ligados ao comércio exportador e proporcionou investimentos na infraestrutura da cidade de Manaus. Tais investimentos foram se tornando cada vez mais visíveis, tanto que na última década do século XIX a capital do Estado do Amazonas já apresentava mudanças significativas em relação às décadas anteriores, com calçamentos, alargamento e aterro de ruas, além de prédios suntuosos.⁷ Uma nova dinâmica de produção e socialização foi imposta na cidade, principalmente na área central.

Com o crescimento urbano e a diversificação produtiva, Manaus também recebeu um elevado número de imigrantes. Essa massa de trabalhadores era composta de indivíduos de várias nacionalidades, como portugueses, espanhóis, italianos, turcos, sírios, libaneses, chilenos, etc. Em 1900 a cidade contava com

3 MESQUITA, 2006, p. 40.

4 PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: colônia. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 129-149.

5 PRADO JÚNIOR, 1997, p. 212.

6 WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993. p. 90. (Estudos Históricos).

7 DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto (1890-1920)*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007. p. 33.

61.211 habitantes e em 1912 o censo apontava 80.093 habitantes.⁸ A historiografia regional recente afirma que no período entre 1877 e 1917 o fluxo de imigrantes nordestinos para Manaus foi intenso, principalmente de cearenses, muitos dos quais chegavam com algum recurso e trabalhavam no setor comercial.⁹

A cidade de Manaus também recebeu um grande fluxo de imigrantes estrangeiros atraídos pelos lucros do comércio da borracha, como turcos, espanhóis, etc. A partir de 1850, quando as províncias passaram a ser responsáveis pela imigração, com a intenção de “vender” o Brasil, a vinda de portugueses para a Amazônia tornou-se mais frequente e a grande maioria dos lusos aqui chegados trabalhava no ramo comercial, seja como patrão ou como caixeiro, como é o caso de Belém, que recebeu uma grande leva de lusos entre a passagem do século XIX para o XX.¹⁰ Muitos vinham à Amazônia através de uma rede de solidariedade que facilitava a inserção destes na sociedade brasileira.¹¹ Para nossos propósitos, torna-se difícil relacionarmos diretamente os portugueses aos caixeiros em Manaus, devido à ausência de dados documentais concretos.¹²

A ausência de dados não impediu, contudo, que fizéssemos um cruzamento de informações: analisando os relatórios da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA), constatamos nas listas nominiais dos associados os nomes de alguns sócios de origem portuguesa, após cruzamento com os jornais, por exemplo, no jornal *Tribuna do Caixeiro*, em que aparecem referências que dão pistas sobre a origem lusitana de alguns desses trabalhadores, como é o caso de um caixeiro chamado Manoel Bazílio, funcionário da loja Jacintho, “[...] que seguiu para seu país (Portugal) por motivo de doença [...]”¹³ ou mesmo do presidente da Assembleia Geral da AECA, Manoel Ribeiro da Cunha, de origem lusitana.

Há, na historiografia regional, um exemplo clássico da rede de solidariedade que ilustra a participação concreta de portugueses no comércio manauara. Trata-se da trajetória do comendador português Joaquim Gonçalves Araújo, mais conhecido como J.G. Araújo. Era um empreendedor cuja carreira começou com

8 ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1908 A 1912. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1916. p. 260-261.

9 OLIVEIRA, Erivonaldo Nunes de. *A imigração nordestina na imprensa manauara (1877-1917)*. Dissertação (Mestrado em História)--Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 124.

10 CARVALHO, Marcos Antônio. *Bebendo açaí, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX*. Dissertação (Mestrado)--Universidade do Porto, Portugal, 2011. p. 47.

11 CARVALHO, 2011, p. 16-17. A rede de solidariedade incluía a vinda de parentes já com local e trabalho determinado.

12 Infelizmente, houve um incêndio em novembro de 1995 na sede antiga da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA), situado à Rua Luiz Antony, em que grande parte da documentação foi perdida. Essas informações foram confirmadas pela secretaria do Sindicato dos Empregados no Comércio de Manaus, situado em um prédio alugado à Rua Saldanha Marinho.

13 TRIBUNA DO CAIXERO. Manaus: n. 51, 25 abr. 1909.

a vinda do irmão Bernardo Gonçalves de Araújo em 1863, com 17 anos, trabalhando para outro português. Posteriormente, Bernardo aprendeu a lidar com o comércio de panificação. Em 1865, Bernardo Gonçalves tornou-se dono de seu próprio negócio e o crescimento do empreendimento o fez chamar seu irmão José Gonçalves de Araújo para auxiliá-lo nos negócios. Este último trouxe consigo seu primo José, que por ser homônimo e para se diferenciar dos nomes passou a se chamar José Gonçalves de Araújo Rozas¹⁴.

J. G. Araújo ampliou seus negócios para além do ramo comercial, investindo no ramo imobiliário e em seringais, além de atividades de embarcação, fazendas de gado e usinas para beneficiamento da borracha e castanha, entre outros. O caso de J.G. Araújo em Manaus corrobora o fato da grande inserção de portugueses na Amazônia, principalmente durante o crescimento do comércio exportador oriundo dos lucros da economia gumífera.

O exemplo de J. G. Araújo também reforça o fato de que, analisando os relatórios dos caixeiros desde 1910 a 1928, encontramos uma grande quantidade de nomes que apontam para a grande possibilidade de serem os caixeiros de origem portuguesa. Assim, baseados na historiografia sobre a imigração nordestina e portuguesa, além dos dados indiretos das fontes disponíveis sobre a origem dos caixeiros e a diversidade comercial atrativa em Manaus no início do século XX, concluímos que havia uma grande possibilidade de os caixeiros terem sido portugueses e nordestinos de modo geral. Isso não exclui a possibilidade de outros grupos exógenos que contribuíram com o “fazer-se” dos empregados do comércio. Ainda hoje, no centro comercial da cidade, muitos lojistas são descendentes de antigos comerciantes portugueses ou nordestinos, principalmente cearenses, pernambucanos e maranhenses, além de uma minoria de origem árabe, judia e indiana. Além do trabalho, esses grupos colaboram até hoje com interações culturais trazidos de suas terras.

O crescimento urbano de Manaus proporcionou uma diversificação dos setores produtivos e de serviços ligados principalmente ao comércio, como estivadores, ligados às operações de exportação da borracha no Porto; botequins e bares, espalhados pelo centro e adjacências; mercearias de secos e molhados (bebidas e estivas), lojas de pequenos portes ligados ao pequeno comércio, além de grandes armazéns, casas comerciais e escritórios pertencentes ao grande comércio. A chegada de imigrantes nacionais e estrangeiros a Manaus contribuiu para a diversificação e ampliação desses setores, como por exemplo, vendedores ambulantes de sorvete, carvão, frutas e hortaliças, bilhetes de loterias, além de condutores de bondes, carroceiros, etc..¹⁵ Na indústria, havia algumas fábricas

14 MELLO, Márcia Eliane A. de Souza. *O Império comercial de J. G. Araújo e seu legado para a Amazônia*. (1879-1989). Manaus: FIEAM, 2010. p. 8. (Monografia premiada. Distinção Produtiva Amazônica no Prêmio Samuel Benchimol- 2010).

15 DIAS, 2007, p. 36-37.

de pequeno porte, como a indústria de bebida, de água potável, serrarias, etc.¹⁶ Manaus já possuía uma vida urbana diversificada, que ia se intensificando cada vez mais com o crescimento das atividades do comércio exportador. Todos esses sujeitos compuseram o perfil multifacetado dos atores sociais que residiram na capital da borracha.

O aumento das exportações da borracha exigia por parte das elites comerciais uma maior organização estrutural das funções ligadas ao setor exportador para garantir segurança e infraestrutura adequada. Por isso, em 1871 surgiu a Associação Comercial do Amazonas (ACA), uma instituição burguesa “[...] a serviço da uniformização do discurso patronal frente às exigências comerciais da produção e exportação de borracha [...]”¹⁷. Nesse sentido, a ACA passou a representar os interesses dos comerciantes, principalmente daqueles oriundos do setor extrativista da borracha e também no comércio citadino. Seu quadro era formado principalmente por comerciantes portugueses ligados às casas aviadoras e ao ramo imobiliário. Em 1913, a sede da ACA se localizava à Rua Marechal Deodoro em um edifício majestoso e imponente, que bem simbolizava a sua crescente importância no setor comercial (FIGURA1).

Figura 1 - Antiga sede da Associação Comercial do Amazonas, Rua Marechal Deodoro n. 22.



Fonte: Anuário estatístico de Manaus (1913-1914).

16 AVELINO, Alexandre Nogueira. *O patronato amazonense e o mundo do trabalho: a Revista da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1917)*. Dissertação (Mestrado em História)--Universidade Federal do Amazonas, 2008. p. 30.

17 AVELINO, 2008, p. 27.

No final de 1908, foi criada a Revista da ACA, com o intuito de ser uma voz dos comerciantes perante a sociedade. Além disso, a revista pretendia ainda criar um jornal “sem intervenção política”.¹⁸ A revista relatava os movimentos financeiros relativos aos negócios da borracha, artigos sobre a conjuntura socioeconômica, boletins comerciais, etc. A Revista fazia propaganda das grandes casas comerciais ligadas à exportação da borracha e ao ramo imobiliário, além de bancos e outras firmas de empreendedores burgueses. Dessa forma, os comerciantes buscavam fortalecer seus vínculos patronais para então assegurar sua influência política e social numa cidade marcada pelo crescimento urbano e comercial.

A ACA elaborou um discurso progressista pautado na imagem do patrão benfeitor, aquele que zelava pelo futuro do trabalhador. E a imagem do trabalhador construída pelo patronato era de um indivíduo de natureza ociosa e sempre tendendo para a rebeldia. Por isso, os patrões passavam para a sociedade a imagem do patrão provedor, que iria conduzir o trabalhador às benesses do progresso através da disciplina e do doutrinamento.¹⁹ Esse discurso estava presente em todas as capitais do Brasil que passavam por transformações socioeconômicas radicais já no final do século XIX.²⁰ No caso de Manaus, essa tendência consolidou-se no contexto das transformações oriundas dos lucros das exportações da borracha.

No interior dessa nova concepção de relação de trabalho surgida a partir das demandas da produção, os trabalhadores se organizaram em associações com o objetivo de defenderem seus interesses contra a exploração do patronato. Nesse contexto, em 11 de novembro de 1906 foi fundada a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA – FIGURA 2). A criação dessa agremiação era fruto de uma antiga aspiração dos caixeiros em organizarem-se enquanto categoria, pois não podiam contar com as ações dos poderes constituídos e, portanto, necessitavam de uma instituição própria que defendesse seus interesses de classe.

18 REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). Manaus: n. 7, p. 4, 5 jan. 1909.

19 AVELINO, 2008, p. 70-71.

20 HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: EDUNB, 1993. p. 15-16

Figura 2 - Antigo prédio da AECA, Rua Barroso nº 28



Fonte: Anuário estatístico de Manaus (1913-1914).

A necessidade de se organizarem enquanto categoria profissional pode ser percebida ainda no final do século XIX, através de um periódico chamado “O Restaurador”, que circulou em Manaus no ano de 1890, o qual se intitulava “órgão da classe caixeiral”.²¹ Através dele, pudemos detectar indícios de uma consciência de classe e de uma articulação, embora efêmera, para a criação de um grêmio que pudesse lutar pelos interesses dos caixeiros. O editorial de seu primeiro número afirmava que:

Rasga-se o véu que cobria a verdade, a razão se fortifica, a consciência se esclarece e reconhece, enfim, que temos por indeclinável dever nos agremiarmos para defender os direitos de uma classe, que tem jazido sob o mais condenável ostracismo, por alta de atletas firmes, sinceros, leais e resolutos que pugnem por seus direitos.²²

21 Infelizmente foi um semanário que teve uma curta duração, circulando apenas seis números entre 22 de junho a 27 de julho de 1890. Sendo substituído pelo semanário “O Imparcial”, que circulou até novembro de 1890 (SANTOS, Francisco Jorge dos et al. *Cem anos de imprensa, Catálogo de jornais*. 2. ed. Manaus: Umberto Calderaro, 1990. p. 14-15).

22 O RESTAURADOR. Manaus: [s.n.], n. 1, 26 jun. 1890.

De fato, alguns anos mais tarde, encontramos evidências da criação de uma anterior organização identitária por parte dos caixeiros. Em outubro de 1898 foi anunciada na imprensa local a instalação da Associação dos Empregados do Comércio Amazonense, cuja importância para a sociedade era ressaltada nos periódicos, dando-se destaque à presença de autoridades na solenidade de inauguração, como o governador Ramalho Júnior, bem como representantes de associações sociais como o Sport Club e a Beneficente Cearense²³.

Pela imprensa ficamos sabendo ainda que foi realizado um espetáculo promovido pelo Círculo Americano para arrecadar fundos em prol da instalação da associação, além do fato de que alguns comerciantes haviam entrado em acordo para fecharem suas portas no dia da inauguração.²⁴ Por fim, exortava o Jornal Comércio do Amazonas que “[...] da união faz a força [...]” e por isso tinha esperança no futuro da associação por crer que ela prestaria muitos serviços aos seus associados.²⁵

As informações acima citadas ilustram o fato de que a criação de um grêmio representativo dos caixeiros tinha uma grande relevância social, não só pelo fato de que esses trabalhadores precisavam garantir sua segurança enquanto força de trabalho numa cidade cujo comércio crescia cada vez mais. A relação desses profissionais ou de sua liderança com setores da elite verificada nas fontes jornalísticas nos levam a perceber também que havia um grande vínculo com as camadas mais elevadas da sociedade, fortalecendo mais ainda o ideal identitário. Não encontramos muitas informações sobre a estrutura organizacional dessa primeira associação, contudo é possível que no contexto de seu surgimento ela tenha sido mutualista e classista. Conseguimos rastrear sua existência até o ano de 1900, quando ocorreu em outubro uma inauguração de seu prédio à Rua Gonçalves Dias.²⁶ Desconhecemos quando e porque ela deixou de funcionar.

Os caixeiros, enquanto categoria estava inserida no conjunto da classe de trabalhadores que se organizavam para articularem seus objetivos e estratégias de atuação no mundo do trabalho. No entanto, deve-se relativizar o conceito de classe, pois o termo não se aplica a todas as épocas históricas. Para compreendermos seu uso conceitual e de que forma os caixeiros se enquadravam nele, é necessário entendermos historicamente o debate em torno do conceito de classe. Dois modelos explicativos nos ajudarão a termos uma ideia clara: a perspectiva estruturalista e a perspectiva cultural.

23 A FEDERAÇÃO. Manaus: n. 226, 14 out. 1898. Começou a funcionar inicialmente num sobrado da Rua da Instalação.

24 COMÉRCIO DO AMAZONAS. Manaus: n. 301, 11 out. 1898.

25 COMÉRCIO DO AMAZONAS. Manaus: n. 303, 14 out. 1898.

26 A FEDERAÇÃO. Manaus: n. 763, 2 out. 1900.

A perspectiva estruturalista tem como um de seus expoentes Nicos Poulantzas. Segundo este autor, a classe é definida como os efeitos das estruturas em seus variados níveis (econômico, político e ideológico). Esses efeitos incidem sobre os agentes que compõem os níveis da estrutura (trabalhadores e capitalistas). Poulantzas parte do pressuposto de Karl Marx de que as classes sociais são frutos do efeito global das estruturas no domínio das relações sociais, que são distribuídas na sociedade de classes de acordo com os agentes sociais.²⁷

De acordo ainda com essa perspectiva, o estudo da classe não é uma “coisa empírica”: o conceito é prático, evidência dos efeitos das estruturas globais e da formação social. As lutas de classe seriam o resultado prático dos efeitos dos níveis econômico, político e ideológico. Contudo, a classe não é constituída unicamente a partir da interação entre as relações sociais e estrutura, como se a classe surgisse de forma mecânica. Ela se torna força social na medida em que as relações de produção se refletem sobre outros níveis de forma dinâmica. O caráter desses níveis depende da conjuntura concreta de uma situação histórica concreta. A diferenciação de níveis no plano econômico, político e ideológico permite a existência de várias categorias através dos quais se podem identificar os efeitos políticos da classe.

Por outro lado, as estruturas definem, em todos os níveis, as relações fundamentais de dominação e subordinação das classes enquanto prática. E essas práticas só são compreendidas no campo da luta de classes.²⁸ Portanto, nessa perspectiva a classe é definida como o resultado concreto das articulações entre os diversos níveis estruturais, cujos efeitos desembocam na forma como os agentes (trabalhadores e capitalistas) se organizam. É ainda historicamente construído, pois é dinâmico, embora atrelado às determinações estruturais.

A outra perspectiva analisa a classe pelo viés cultural ou da perspectiva da experiência dos sujeitos. Esse modelo leva em conta as ações dos indivíduos através das relações sociais, culturais e econômicas. Essa visão é compartilhada por historiadores como Eric Hobsbawm e Christopher Hill, que deram um enfoque mais voltado para a subjetividade do sujeito do que para as estruturas, embora estas últimas não sejam descartadas. Um dos defensores deste posicionamento e que teve grande influência sobre o tema é Edward Palmer Thompson, que afirmou que “[...] a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição [...]”.²⁹

27 POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 61-62.

28 POULANTZAS, 1977, p. 65.

29 THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. v. 1, p. 12.

Segundo essa perspectiva, a classe é uma categoria histórica oriunda da observação social ao longo do tempo, que leva em conta a luta de classes, pois é no processo de luta que a classe se define. Segundo Thompson, a classe não é somente uma categoria analítica, é um fato real, concreto e dinâmico, construído historicamente, pois é empiricamente observável na realidade. A experiência de classe está vinculada em grande medida ao meio de produção na qual os homens partilham suas vivências e se articulam de acordo com seus interesses em comum. A consciência de classe é o resultado das experiências dos sujeitos, materializadas nas formas culturais e institucionais e nunca é determinada, pois ocorre em lugares e tempos diferentes.³⁰

Porém, em Thompson o uso do conceito de classe como evidência histórica deve ser relativizado: para as sociedades pré-industriais, a classe é apenas uma construção analítica que dá sentido a um conjunto de dados que não podem ser explicados de outro modo. No capitalismo pós-industrial, o conceito torna-se mais evidente ou “maduro”, por ser mais consciente e historicamente compreendido. Torna-se mais eficaz na medida em que é oriundo de uma realidade experimentada. Para Thompson, é essencial que a classe se descubra a si mesma, pois ela está presente em seu próprio “fazer-se”. É constituída pela ação dos sujeitos dentro dos condicionamentos históricos e sociais. A esse respeito, Thompson afirmava que:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma ‘estrutura’, nem mesmo como uma ‘categoria’, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.³¹

Nas palavras do autor acima, a formação da classe reside no campo das relações humanas, portanto é no nível das interações sociais que se pode apreender a experiência dos sujeitos. Entendemos que estudar essas experiências para se compreender a formação da classe e das categorias específicas dos trabalhadores é essencial para se recuperar a trajetória dos sujeitos na trama da História. Não seguir este caminho implica em despolitizar o conteúdo subjetivo das falas dos sujeitos que dão sentido à sua existência histórica, pois de acordo com Eduardo Silva,

30 THOMPSON, 2011, p. 10.

31 THOMPSON, 2011, p. 09-10.

A grande maioria dos trabalhos fala da participação popular apenas nos momentos das explosões periódicas (as revoltas populares) ou através dos movimentos organizados (associações políticas, de trabalhadores, de moradores, etc.) [...] os setores populares, como um todo, massa pacífica e despolitizada, permanecem longe dos olhares curiosos, no quarto escuro da história, onde os poucos papéis se perdem por falta de luz, os discursos são inaudíveis, e o historiador, fora do seu ambiente, a custo respira.³²

No enalço dos autores citados, percebemos que a recuperação da experiência dos sujeitos históricos requer uma ampla inserção na sua vida social e cotidiana, recuperando assim suas aspirações e tensões que não se explicam unicamente pelo viés das “explosões periódicas”.

No decorrer do processo de pesquisa, entendemos que a perspectiva do enfoque cultural da formação da classe nos forneceu uma visão mais detalhada da categoria de trabalhadores que atuou em Manaus de forma marcante nas duas primeiras décadas do século XX e que se tornou objeto de nosso estudo: os caixeiros, como eram chamados os trabalhadores do comércio naquele período.

Os dados nos permitiram concluir que os caixeiros de Manaus eram uma categoria de trabalhadores urbanos do ramo comercial que eram explorados e defendiam seus interesses através de mecanismos diferenciados dos operários (greves, etc.). Em vez de debates acirrados tendendo para paralisações, os caixeiros usavam como estratégia de luta a cooptação com setores da elite. Dentre outros pontos que unificavam essa categoria, está o fato de que os caixeiros possuíam ideais de ascensão profissional através da educação formal e profissional, além do diálogo com os patrões como estratégia política e profissional. O ideal de ascensão profissional residia na possibilidade de o caixeiro tornar-se um dia patrão. O caminho até o patronato perpassava pela educação formal e profissional. Ganhar a confiança e o prestígio do patrão era fundamental para se tornar coparticipante dos lucros da casa comercial e um dia ter seu próprio estabelecimento comercial. Era uma ponte entre a profissão de caixeiro e o patronato. Isso não quer dizer que os caixeiros eram apáticos ou desprovidos de consciência de sua condição quando se tratava de reivindicar melhorias e direitos salariais. Analisando os relatórios de sua diretoria e comparando com arquivos jurídicos comerciais, detectamos casos de agressão física principalmente quando os patrões deixavam de cumprir a parte que lhes cabia.

Na historiografia mais geral que trata do tema, o caixeiro é comumente associado ao caixa, termo genérico para aquele que vendia ao balcão e executava funções relativas ao recebimento e despacho de mercadorias e que tratava dos

32 SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27.

trâmites burocráticos da venda.³³ Segundo essa historiografia o caixeiro de balcão atuava no atendimento ao público e às vezes executava serviço de limpeza. Em termos hierárquicos, o primeiro caixeiro ou guarda-livros era encarregado da contabilidade ou do serviço burocrático. Em alguns casos, havia o “vassoura”, encarregado da limpeza.

Para se tornar caixeiro, era preciso passar por uma fase de experiência, na condição de aprendiz. Geralmente, o aprendiz ficava sob a tutela do patrão até este “nomeá-lo” caixeiro. Este ritual e hierarquização variavam de local para local, dependendo das condições da loja. Geralmente recebiam um salário quinzenal ou mensal. Em muitos casos, parte do salário ficava depositada junto ao patrão. Com o tempo, generalizou-se o termo caixeiro como balconista ou atendente de loja.

Além do empregado do comércio atuar como guarda-livros³⁴, para a AECA os trabalhadores do comércio englobavam funções como, por exemplo, empregados de escritórios, de armazéns, lojas, despachantes de alfândega ou Recebedoria e seus auxiliares, corretores e tradutores públicos, empregados de bancos e casas bancárias, empresas com companhias, profissionais artistas e industriais, quando em serviço efetivo de casas comerciais, além de caixeiros viajantes e empregados de empresas gráficas e jornalísticas e de trapiches.³⁵ O termo “caixeiro” e “empregado do comércio” eram termos comumente usados no período em referência a esses trabalhadores. Através das fontes oriundas da documentação dos caixeiros, podemos perceber os variados serviços que empregavam esses trabalhadores, o que confirma ainda a grande diversidade do setor comercial durante o período analisado.

Portanto, o órgão mutual agregava todos os setores empregatícios do comércio e aqueles que tinham alguma relação com o comércio em seu quadro. A Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas (AECA) propunha-se a defender os interesses desses trabalhadores sem adentrar diretamente nos embates políticos e ideológicos, pois conforme seu organismo jornalístico, “[...] somos, porém, avessos às deglaciações de partidos políticos: a nossa missão é grande demais para consentir-nos a dispersão das nossas energias em lutas estéreis [...]”³⁶.

33 Para maiores detalhes, Ver CAMARA, Bruno Augusto Dornelas. Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixearagem como carreira. *Almanack Brasileiro*, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 6, p. 39-53, nov. 2007; POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. São Paulo: UNICAMP, 2007. p. 33-34; SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 25-27. (Coleção Nordestina).

34 A FEDERAÇÃO. Manaus: n. 763, 2 out. 1900.

35 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas apresentado à Assembleia Geral em 06 de maio de 1928. [s.l.]: [s.n.], 1928. f. 3. Texto datilografado. (Rascunho). Este documento é uma cópia concebida pelo Sindicato dos Trabalhadores de Manaus. Não foi possível adquirir cópia de estatutos anteriores a 1928.

36 TRIBUNA DO CAIXEIRO. Manaus: n. 1, 21 abr. 1908.

Nesse período, a cidade passava por momentos de efervescências políticas e ideológicas visíveis, onde os trabalhadores organizavam-se em partidos políticos e as falas de sua liderança na imprensa local revelavam suas querelas com os setores burgueses, como também as tendências do movimento operário que ganhava cada vez mais relevância entre os trabalhadores.³⁷ A associação dos caixeiros, nessa perspectiva, assumia uma postura neutra diante dos embates que ocorriam entre as lideranças dos trabalhadores. Os caixeiros organizavam-se dessa forma como trabalhadores que precisavam de uma voz representativa no seio dos trabalhadores diversos para defender os direitos dos caixeiros sem enfrentamentos político-ideológicos.

Assim como em todo o Brasil, os caixeiros organizavam-se em associações mutualistas, que eram associações de socorro mútuo com a finalidade de prestar ajuda financeira, médica e jurídica aos seus associados, mediante pagamento de mensalidades, cuja origem remonta a 1860.³⁸ Tais agremiações podiam ser classistas, no caso de seus membros pertencerem e defenderem interesses inerentes à sua classe, étnicas no caso de agremiarem indivíduos da mesma origem ou abertas às diversas categorias de trabalhadores.

Em relação ao perfil dos associados das mutuais, havia basicamente dois tipos de sócios: o efetivo e o benemérito ou honorário. O primeiro era condicionado a pertencer à categoria (em caso de órgão classista) e pagava uma mensalidade, além de usufruir das benesses da associação. O segundo fazia contribuições e não usufruía das benesses do órgão. A vantagem para o membro benemérito era o prestígio que o mesmo adquiria junto à comunidade. Podia ser um membro de fora da associação: um político ou alguém ligado aos círculos intelectuais, etc..³⁹

O entendimento da natureza das mutuais é complexo e insere-se numa longa discussão historiográfica. Não é nosso objetivo adentrarmos nessa complexidade, porém é necessário destacar pelo menos dois pontos importantes. Há autores que veem nas mutuais uma espécie de proto-sindicalismo ou uma “pré-história do movimento operário”.⁴⁰ Para estes, o mutualismo está ligado ao surgimento da classe trabalhadora e ao surgimento dos sindicatos e associações de resistência. Portanto estaria ligado às formas posteriores do movimento operário.

A outra corrente historiográfica argumenta que o mutualismo é um fenômeno em si, ou seja, desvinculado da história sindical. Estaria mais ligado à histó-

37 COSTA, Francisca Deusa Sena. Imprensa operária em Manaus: tendências e discursos (1890-1920). *Revista da APG*, PUC, São Paulo, ano 5, n. 10, p. 134-135, 1997.

38 MACIEL, Osvaldo Ocioly. *A perseverança dos caixeiros: mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 – 1917)*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. p. 49-50. (Coleção Teses e Dissertações n. 17).

39 MACIEL, 2011, p. 52.

40 SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas - estudo centrado no Rio Grande do Sul (1854 – 1940)*. Tese (Doutorado)-- PUC, Departamento de História, Porto Alegre, 2004. p. 22-24.

ria da previdência.⁴¹ Autores como Adhemar Silva Júnior, por exemplo, abordam o estudo das mutuais a partir dessa perspectiva para o caso do Rio Grande do Sul, ao lado de autores como Tânia de Luca e Osvaldo Maciel, este último analisando o surgimento das mutuais dos trabalhadores do comércio em Maceió, em que segue uma perspectiva idêntica: analisa as mutuais como fenômeno de classe para a organização dos trabalhadores.

Osvaldo Maciel aponta ainda trabalhos nessa direção analítica, como os de Cláudia Viscardi e Ronaldo de Jesus que apresentam um quadro sintético da diferenciação entre as mutuais e outras organizações⁴², além do fato de que hoje a historiografia do movimento operário vem contestando a antiga visão de que as mutuais seriam formas de protos sindicalismos, apesar da forte atração entre movimento operário e associações mutualistas. Este entendimento reside na contestação da tese de que os sindicatos e as associações de resistência que se formaram na primeira metade do século XX seriam o resultado direto da evolução das associações mutualistas.⁴³ A análise de Adhemar Silva Júnior demonstra ainda que, embora seja evidente que alguns sindicatos se formaram a partir do desdobramento das mutuais, estudos indicam que isso não foi regra geral.⁴⁴

A partir da década de 1870, além das mutuais, começaram a surgir associações de outro tipo: eram as chamadas “ligas operárias”, com o objetivo de organizar a resistência do trabalhador contra a exploração por parte do patronato. O objetivo último dessas organizações não era mais a ajuda mútua para sobreviver, e sim a reivindicação, cujo principal instrumento de luta passou a ser a greve.⁴⁵

A pesquisadora Dea Ribeiro Fenelon sinaliza a data de 1888 como o fim do período mutualista e início do sindicalismo até 1919.⁴⁶ A autora sugere que do ponto de vista organizacional, este período foi marcado por características sindicais pelos seguintes motivos: emprego maciço de capitais na diversificação da economia, que antes era usado no sistema escravista. Este fato proporcionou o desenvolvimento de atividades manufatureiras em vários centros urbanos com relativa mão-de-obra imigrante. Em resumo, a autora define esse período da seguinte forma:

41 SILVA JÚNIOR, 2004, p. 40-41.

42 MACIEL, 2011, p. 48.

43 VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil In: MACIEL, Osvaldo Ocioly. *A perseverança dos caixeiros: mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 – 1917)*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. p. 40. (Coleção Teses e Dissertações n. 17).

44 SILVA JUNIOR, 2004, p. 24.

45 FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil* (das origens aos anos 20). 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 100-1.

46 FENELON, Dea Ribeiro. *50 textos de História do Brasil*. 7. Reimpressão. São Paulo: HUCITEC, 1990. p. 137.

Foi um período de intensa atividade sindical e política nos meios operários. Fundaram-se inúmeras organizações de classe e círculos políticos, desempenhando também uma inédita atividade cultural. Realizaram-se conferências, comemorações, congressos locais, regionais e nacionais.⁴⁷

Cabe aqui um breve comentário concernente ao exposto anteriormente sobre o suposto “fim” das mutuais no final do século XIX. Conforme ressaltamos previamente, há uma tendência historiográfica que indica que as mutuais não foram necessariamente uma forma de pré-sindicalismo. Esse fato pode ser comprovado pelo menos até 1930, embora não houvesse mutuais de forma ativa como nas décadas anteriores. O desdobramento das mutuais em sindicatos não significou a extinção natural das primeiras, pois em várias partes do Brasil há registros de associações de natureza mutual que atestam que estas coexistiram ao lado dos sindicatos.⁴⁸

A partir de 1930, quando Getúlio Vargas assumiu o poder, a nova conjuntura moldou o sindicalismo, sendo inclusive alvo do populismo de Vargas, isto é, criando e atrelando os sindicatos ao controle do Estado. Várias medidas estatais, nesse sentido, foram criadas para fortalecer os vínculos entre o poder central e os sindicatos. Uma delas, por exemplo, foi o Decreto 19770/31 que definia os sindicatos como órgãos consultivos e técnicos ligados ao poder público e relacionado estritamente às questões trabalhistas, bem como a tentativa de unicidade sindical sob a tutela do Estado.⁴⁹

Os sindicatos criados ou controlados pelo governo ainda na década de 1920 eram chamados de “amarelos” (em oposição ao vermelho dos comunistas) pelas lideranças sindicais que se opunham a qualquer forma de colaboração entre os sindicatos e o Estado. Nas décadas posteriores, o termo “amarelo” foi sendo substituído pelo termo “pelego”, para designar os sindicatos criados e sustentados pelo próprio Estado através da “demagogia e concessões”.⁵⁰

Portanto, o sindicalismo brasileiro foi uma consequência do movimento operário, visto como um instrumento de luta essencial para a consolidação dos direitos trabalhistas. Acreditamos que suas primeiras formas, quer fossem mutuais ou “resistências”, até chegar aos sindicatos, indicam uma “evolução” na medida em que precisaram se adequar aos novos parâmetros conjunturais, sem necessariamente requererem o perfil de sindicato como se entende hoje. Do contrário, não haveria associações mutualistas coexistindo ao lado dos sindicatos até as primeiras décadas do século XX. O surgimento da AECA em 1906 ilustra esse fato.

47 FENELON, 1990, p. 140.

48 PINHEIRO, Paulo Sérgio et. ali. *História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: Sociedades e instituições (1889-1930)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 9, p. 185.

49 LAIMER, Adriano Guedes. *O novo papel dos sindicatos*. São Paulo: LTr, 2003. p. 22.

50 FOOT HARDMAN, 1991, p. 200.

De acordo com o exposto acima, entendemos que a Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas sofreu mudanças de adaptabilidade. Por Carta de 27 de junho de 1935 foi reconhecido como sindicato pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de acordo com o Decreto 24.694 de 12 de julho de 1934. A partir desse ano, o órgão passou a se chamar Sindicato dos Empregados no Comércio de Manaus. Já no Estado Novo, na ditadura Vargas, foi adaptado ao novo regime sindical pelo Decreto Lei 1402 de 05 de julho de 1939. Nesse ano também já possuía sede própria, à Rua Luiz Antony, nº 307. Dentre as prerrogativas do sindicato, estava o de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade profissional e da sua subordinação aos interesses nacionais. Essa “passagem” de associação mutualista a sindicato não significa, contudo, que os caixeiros de Manaus estavam predestinados a atingirem um grau de consciência mais elevado em contraste à época do mutualismo. Sua experiência como classe antecede os rótulos e normatizações conjunturais ocorridos durante e após o período analisado. Dessa forma, acreditamos que o “fazer-se” da categoria está inserido dentro de uma dinâmica própria no contexto sociocultural e político da luta de classes, de acordo com o entendimento em Thompson.

De modo geral, nessa linha de raciocínio entendemos que a AECA surgiu como órgão mutualista classista cujas práticas demonstram a abertura mais para a concretização do apelo associativo/educativo e defesa de leis trabalhistas do que a inserção política meramente almejando cargos políticos. Somente em meados dos anos 20 podemos perceber através de sua documentação um apelo político mais rígido visando à consolidação de conquistas trabalhistas através de representatividade no cenário político. As evidências desse perfil podem ser comprovadas pela análise da natureza do projeto de reformulação de seus estatutos de 1928.

Na realidade, não encontramos o Estatuto de 1928. O atual Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Manaus nos forneceu um rascunho datilografado do projeto do suposto Estatuto. Apesar de não sabermos a data exata e a natureza de sua construção, a partir deste rascunho podemos inferir alguns vislumbres. Seus artigos demonstram algumas das características das mutuais descritas pela historiografia acima, com algumas especificidades, como por exemplo:

Promover a união da classe dos caixeiros, conduzindo-a de modo a estabelecer um núcleo poderoso que a fortifique e proteja em todas as suas emergências sociais; pugnar pelos interesses da classe, patrocinando todas as coisas justas em que ela se empenhe, quer afetem os direitos da coletividade, quer os de cada sócio em particular; Difundir a instrução entre os associados, mantendo para esse fim, uma escola prática de comércio e cursos elementares; Distribuir beneficência aos sócios necessitados; Providenciar so-

bre colocação de sócios desempregados, esforçando-se por obter empregos compatíveis com as suas habilitações.⁵¹

No exposto acima, pelo menos três características revelam o perfil da AECA. A primeira diz respeito à união e defesa da classe dos caixeiros. Era necessário, portanto, que os trabalhadores do comércio tivessem um órgão forte que zelasse pelos interesses da classe nos enfrentamentos do diversificado mundo do trabalho em Manaus. O apelo associativo esteve presente durante toda a existência do órgão.

A segunda característica reside na preocupação do órgão em instruir os caixeiros através da criação de cursos primários e uma escola de comércio. Para tanto foram oferecidos aos associados os cursos de Escrituração Mercantil, Português, Aritmética e Francês, como pré-requisitos para ingressar na Escola Municipal de Comércio criada por determinação do Superintendente municipal Agnello Bittencourt por Lei Municipal nº. 578 de 25 de novembro de 1909 e inaugurada oficialmente na sede da AECA em 24 de fevereiro de 1910⁵².

A instrução educativa voltada para a emancipação intelectual do caixeiro era uma constante preocupação por parte dos dirigentes da AECA. Sua relevância para a categoria residia no fato de que somente um caixeiro bem instruído poderia estar bem preparado para atingir o “status” de guarda-livros e posteriormente chegar ao patronato, bem como valorizar os projetos de emancipação de classe. Esse projeto estava inserido em um contexto mais amplo, a nível nacional, que valorizava entre outras coisas a erradicação da alfabetização, entendida como empecilho ao progresso e civilização.⁵³ O Ensino Primário era oferecido na sede da AECA e visava à instrução dos conhecimentos elementares aos associados.

O Ensino Primário era ainda dividido em dois níveis: 1º ano e 2º ano. No 1º ano as matérias lecionadas eram Português, Aritmética e Francês. No 2º ano, havia um aprofundamento das matérias do 1º ano, além de noções de Geografia Física, metrologia e História do Brasil. Observamos uma preocupação com a ortografia, a redação e o cálculo que eram indispensáveis para aqueles que trabalhavam na área comercial. O Estatuto de 1928 demonstra ainda a ideologia sempre constante de instrução quando comparado com os discursos da AECA desde o ano de sua fundação em 1906, além da necessidade de promoção de seus associados ao sistema eleitoral da década de 1920, previsto neste Estatuto.

51 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas. [S.l.]: [s.n.], 1928c. f. 3. Texto datilografado. (Rascunho).

52 CORREIO DO NORTE. Manaus: n. 370, 26 fev. 1910.

53 CAMPOS, Luciane Maria de Dantas. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado em História)-- Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 68.

Em relação ao ingresso nas aulas, os associados pagavam uma taxa e as matrículas ocorriam durante todo o mês de dezembro. Após o término das matrículas, abriam-se vagas para alunos ouvintes. As aulas do 1º ano começavam às 19h30min e terminavam às 21h30min nos dias de terça, quinta e sábado. Já as aulas do 2º ano começavam às 20h30min e iam até às 22h30min nos dias de segunda, quarta e sexta. Essa diferenciação de horários se dava pela falta de espaço adequado para atender os alunos. Havia ainda o curso de música, com aulas individuais as segundas e sextas, das 20 às 22h. Nas quartas feiras havia ensaio da Tuna da associação⁵⁴ cuja regência era do professor Moura que era “[...] muito conhecido pela sua rara competência [...]”⁵⁵ Em 1914, a despeito dos esforços de manter em funcionamento as aulas de música, decidiu-se por encerrar o curso de música, justificando a diretoria a decisão por ter o curso pouca frequência de alunos e por se tornar oneroso para a associação.⁵⁶

Em relação à Escola Municipal de Comércio que era mantida pela Intendência Municipal, podemos dizer que a sua criação visava atender às novas demandas do comércio, trazendo assim grandes expectativas de melhoramentos na qualificação dos comerciários. Para ingressar na Escola de Comércio os alunos tinham que passar pelo Curso Primário, onde recebiam as noções elementares e em seguida realizavam um exame de admissão para o ingresso na escola comercial.⁵⁷ Inicialmente, a formação na escola comercial durava três anos. No primeiro ano o aluno estudava as matérias do curso primário. No segundo ano, além das matérias básicas, estudava-se Escrituração Mercantil e Economia Política. No terceiro ano havia as matérias de Direito Comercial, além das outras de cunho humanístico, como História e Geografia Geral, etc.

Por volta de 1919 foi criado o Curso Prático Comercial, reorganizado em 1922, que habilitava a exercer o cargo de guarda livros aos alunos ao final do curso. A escola comercial igualmente evoluiu e passou a se denominar “Escola Prática de Comercio Senador Lopes Gonçalves”, recebendo o nome do senador do Amazonas, que muito contribuiu para o sustento da escola.

Para o cargo de diretor da escola, em geral, eram escolhidos os membros da diretoria da AECA ou os sócios beneméritos, mas também podia ser exercido por algum membro da Intendência Municipal, como se deu, por exemplo, em 1926, quando o Dr. Paulo Eleutherio Alvares de Silva, catedrático do Ginásio Amazo-

54 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1913*. Manaus: Sessão de Obras do “Comércio do Amazonas”, 1914. p. 20.

55 ANNUARIO de Manaus 1913-1914. Lisboa: Tip. Editora Limitada, 1913. p. 9.

56 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1914*. Apresentado à Assembleia Geral de 10 de janeiro de 1915. Manaus: Tipografia F. de Queiroz, 1915. p. 7.

57 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1913*. Manaus: Sessão de Obras do “Comércio do Amazonas”, 1914. p. 20.

nense Pedro II assumiu o cargo.⁵⁸ Devido à constante diversificação e importância social como instituição educativa, em 1926 a escola primária passou a ser regulamentada pela Diretoria Geral de Instrução Pública do Estado.

Em 1928, a diretora da Escola de comércio, D. Conceição de Brito Inglês, sugeria à diretoria da AECA que a duração do curso se desdobrasse para cinco anos, para que o peso das matérias estudadas fosse atenuado. A preocupação da diretora demonstrava a necessidade de uma organização mais racional para suprir as constantes demandas do comércio, principalmente em épocas de crise econômica. Observamos ainda que neste ano, a escola formou 10 guarda-livros, sendo que eram quatro mulheres.⁵⁹ Isto porque no Brasil as mulheres ganhavam espaço entre as profissões que antes eram dispensadas aos homens. Nas listas de sócios e alunos da AECA, percebemos nomes de algumas mulheres a partir da segunda metade da década de 20.

Com o passar dos anos, a necessidade de aumento do espaço físico para as aulas era cada vez mais visível. Ainda nos primeiros anos da década de 20, a AECA mudou de sede social, instalando-se num prédio amplo na Av. Eduardo Ribeiro (figura 3). Além de acomodar o grande acervo da biblioteca da AECA com seus 4.710 volumes, o prédio também abrigava uma ala dedicada aos exercícios esportivos, como ginástica e esgrima, entre outros espaços dedicados ao lazer dos sócios⁶⁰.

Figura 3 - Sede Social da AECA, Av. Eduardo Ribeiro n. 15, esquina da Rua Henrique



Fonte: IGHA (ano?).

58 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Relatório da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, lido em assembleia geral em 12 de janeiro de 1927*. Manaus: Oficina e Gráfica da Papelaria Lino Aguiar, 1927. p. 13.

59 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Relatório e contas da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas correspondente ao ano de 1928*. Manaus: Armazéns Palácio Real, 1929. p. 33.

60 ALMANAK LAEMMERT. *Anuario comercial, industrial, profissional, administrativo, de estatística e informações gerais sobre o Brasil*. Estados do Norte. Rio de Janeiro: [s.n.], 1925. v. 3, ano 81, p. 113.

Na década de 30, além da Escola Prática de Comércio Senador Lopes Gonçalves, ministravam o ensino comercial em Manaus outras instituições educatvas, como o Colégio D. Bosco, Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, Escola de Comércio Solon de Lucena e Instituto Benjamin Constant.⁶¹ Contudo, a Escola Prática de Comércio era uma finalidade da associação prevista em seus estatutos e neles era garantida a nomeação de seus professores pela direção da AECA, que deveriam ser escolhidos preferencialmente entre seus sócios de reconhecida competência. Tal controle da nomeação de seus professores se manteve mesmo depois que ocorreu a mudança da organização para sindicato em 1939. Sabemos ainda que sob a tutela do sindicato a escola passou a funcionar em 1942 num prédio localizado à Rua 10 de julho (FIGURA 4).⁶²

Figura 4 - Antigo prédio da Escola Comercial Lopes Gonçalves, Rua 10 de julho, n. 11, atual Faculdade do SENAC, (2013).



Fonte: autor? (ano?).

Por fim, a terceira característica que define o papel da AECA era a grande influência perante o comércio e a constante preocupação em manter seus associados atrelados ao ramo comercial. Para isso, o órgão expedia cartas de recomendação de empregado aos diversos setores comerciais, principalmente no ramo retalhista.

61 SILVA, José Lopes da Silva. *Amazonas: aspectos socioeconômicos (1930-1939)*. Manaus: SESC/AM, 1995. Em 1936, informa o autor, 134 alunos haviam concluído os cursos comerciais nas citadas escolas. E como se pode perceber, ainda que contemporâneas, as escolas comerciais Sólton de Lucena e Lopes Gonçalves eram escolas distintas. E assim se mantiveram ativas por várias décadas, alterando em alguns momentos a nomenclatura para se adequar às normas educacionais vigentes.

62 SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE MANAUS. *Estatutos do Sindicato dos Empregados do Comercio de Manaus*. Manaus: [s.n.], 1952. cap. 5, item j, obrigações da Diretoria: “nomear os professores para os cursos da Escola SENADOR LOPES GONÇALVES”, p. 7.

O Projeto de Reforma dos Estatutos admitia dois tipos de sócios: o efetivo e o titular. Para ser efetivo, o sócio tinha que ser empregado em qualquer ramo do comércio, além de residir no Amazonas. Os titulares eram aqueles sócios que eram “pessoas estranhas” à classe, mas faziam contribuições regulares. Eram chamados também de “cooperadores”.⁶³ Possivelmente, eram pessoas de outros ramos do trabalho que tinham interesses comerciais ligados à associação. O titular podia ser também um efetivo “correspondente”, que se retirava para fora do Estado, mas correspondia aos interesses da classe no âmbito da Associação.

Havia ainda os “beneméritos”, graduação esta conferida somente aos efetivos, e os “benfeitores”, para os titulares. A condição para se adquirir estes títulos eram, entre outras: ter prestado serviços “de alta qualidade” à Associação, reconhecido em assembleia e ter feito donativos à mesma, estimado em pelo menos um conto de réis, além de ter adquirido pelo menos 50 sócios efetivos para a AECA, com mais de um ano de efetividade.⁶⁴ A mensalidade para os sócios, tanto efetivos quanto cooperadores, variava de acordo com as condições da época. Para o ano de 1928, o estatuto previa um valor não inferior a 5\$000 (cinco réis). Para adentrar como sócio, o candidato pagava algumas taxas, como por exemplo, o valor de 10\$000 (dez réis) para carteira de identidade da associação. Enquanto estivesse desempregado, o sócio poderia solicitar isenção de mensalidade, voltando a pagá-la uma vez empregado.

Com relação ao quadro da liderança do órgão observamos na sua primeira composição para o exercício de 1907, que era composto dos seguintes membros na Assembleia Geral: Raymundo Alves Tribuzi, presidente; Theophilo de Barros Correa de Mello e Neves, vice-presidente; Francisco d’Assis de Souza Guimarães, primeiro secretário; Francisco d’Assis e Souza, segundo secretário. Na Diretoria: Salvador Bráulio d’Albuquerque Montenegro, presidente; Antônio de Vasconcellos, vice presidente; Ascânio Saraiva, primeiro secretário e José Anthero de Sá, segundo secretário; por fim como tesoureiro temos José Nunes de Lima.⁶⁵ Havia ainda as comissões de sindicância e a sindical, sendo que esta estrutura hierárquica era rigidamente baseada nos princípios associativos do grêmio. Esta estrutura solidificava ainda o ideal identitário no sentido de criar uma ordem administrativa que ultrapassava a mera formalidade.

63 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas*. [S.l.]: [s.n.], [s.d]. f. 3. (Rascunho).

64 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas*. [S.l.]: [s.n.], [s.d]. f. 4. (Rascunho).

65 ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Primeiro relatório da Associação dos Empregados no Comercio do Amazonas*. Apresentado em sessão da Assembleia Geral de 08 de Dezembro de 1907. Manaus: Livraria Typographia Royal, 1907. p. 5-7.

Apesar de não termos localizado os primeiros estatutos da associação, os relatórios apresentados pela AECA faziam referência constante aos mesmos, principalmente, quando se tratava das eleições para os cargos. Isso demonstra que havia uma preocupação por parte dos dirigentes em manter os associados cientes do seu cumprimento, além do zelo pela aparência administrativa. De forma que, por exemplo, nos primeiros relatórios eram nominalmente citados não somente os associados que entravam, bem como os que haviam saído por falecimento ou ausência justificada, mas, principalmente indicava aqueles que saíram da AECA por falta de pagamento, pois a inadimplência implicava uma falta de compromisso com a associação. Essas ações também davam mostras de responsabilidade e seriedade da associação perante a sociedade. Portanto, a ordem e a transparência eram parte da conduta da AECA.

Outra característica ligada à anterior e que reforçava a solidez identitária e a boa imagem da associação era a constância de alguns membros no quadro da liderança da AECA, ainda que em cargos diferentes, mantendo um revezamento entre eles, alternado em funções da Diretoria e da Assembleia Geral, como o guarda livros Virgílio Xavier de Souza ou José Antero de Sá, Antônio de Vasconcellos, entre outros.⁶⁶

Observando os nomes que se revezavam na liderança da AECA na primeira década de sua existência, nos chamou a atenção o do guarda livros maranhense Raymundo Alves Tribuzi, sócio fundador da AECA, que veio a Manaus em 1903, com uma intensa experiência em associações mutualistas.⁶⁷ Ele assumiu na AECA os cargos de presidente da Assembleia Geral (1907, 1911, 1912 e 1913) e de presidente da Diretoria (1909, 1910 e 1915). Além de ter sido o sócio gerente do jornal Tribuna do Caixeiro, vinculado à AECA. Contudo, Tribuzi não foi somente um dedicado membro da AECA e engajado defensor dos ideais da classe caixeiral, ele também foi um cidadão bastante envolvido em atividades sociais elitizadas que se aproximavam dos ideais de ascensão social projetado dos caixeiros. Assim, é interessante observar que em Manaus, Tribuzi fez parte das primeiras diretorias do Ideal Clube entre os anos de 1906 e 1913, que foi uma agremiação social que ganhou destaque no seio da elite manauara nas primeiras décadas do século XX, bem como participou do Racing Club, uma associação desportiva, bem-conceituada na sociedade local.

Na década de 20 observamos ainda alguns exemplos dessa circulação entre os cargos de alguns nomes, não só de membros que já se faziam presentes na década anterior, como o já supracitado Virgílio Xavier ou Francisco de Assis, mas também de novos que mantiveram essa constância na direção da AECA, como Oscar Maia.

66 RELATÓRIOS da AECA 1907-1914; CORREIO DO NORTE, 1910-112; A CAPITAL, 1918.

67 No Maranhão Tribuzi foi sócio fundador em 1890 do Centro Caixeiral, onde fez parte da direção em várias gestões, entre outras atividades. Era capitão da Guarda Nacional e membro da loja maçônica Renascença Maranhense, onde foi secretário adjunto em 1898. Era igualmente sócio no Maranhão da Sociedade Socorros Mútuos dos Marítimos e da Sociedade Mutuária Providencia, onde fez parte da diretoria em 1900-1901. Faleceu em São Luís em 1918. Agradeço à minha orientadora Prof. Dra. Marcia Mello pelas informações biográficas ainda inéditas de Raymundo Alves Tribuzi.

Todavia, o que nos chama a atenção também nos quadros da AECA é que alguns membros eram já identificados como comerciantes ou negociantes em Manaus enquanto exerciam suas atividades na associação. Tal é o caso de Manoel Esteves Coutinho que era proprietário do navio Comendador Eduardo que realizava frete para o interior, ou Francisco Sales Vieira que era empregado na casa bancária Dusendosch Nommense & Cia, mas que também era agente da seguradora Equitativa.

Aparecem igualmente no quadro da liderança nessa fase de consolidação da AECA nomes que são reconhecidos como importantes intelectuais e políticos como Waldemar Pinheiro de Souza, que foi eleito por três vezes consecutivas como presidente da diretoria (1928, 1929 e 1930) e presidente da Assembleia Geral em 1931, foi na década de 40, integrante da Associação Comercial do Amazonas e fez parte na década de 60 da fundação da Universidade do Amazonas. Bem como Felix Valois Coelho e Arthur Cesar Ferreira Reis, para citar alguns.⁶⁸

Os homens que passaram pela liderança eram letrados e normalmente possuíam experiência no comércio, seja como caixeiros ou donos de estabelecimentos. Dessa forma, a ocupação de cargos de confiança na AECA reforçava seu status social e ao mesmo tempo reforçava os ideais dos caixeiros perante os órgãos. Em suma, todo esse perfil da liderança foi fundamental para firmar o estabelecimento da AECA e expandir os ideais da categoria dos caixeiros.

A AECA tinha um discurso social que procurava validar perante a sociedade amazonense a imagem do caixeiro trabalhador. Esse discurso era pautado no ideal do progresso e civilização, que era naquele período o paradigma oficial do desenvolvimento econômico, político e cultural no Brasil e no mundo ocidental, oriundo dos avanços da Revolução Industrial.⁶⁹ Indícios dessa postura no meio caixeiral no Brasil podem ser observados na historiografia nacional.⁷⁰ Em Manaus, essa ideologia entre os caixeiros pode ser observada em seu periódico:

Somos, por conseguinte, um jornal de doutrina e de combate... um jornal de doutrina porque destas colunas – luminoso Sinai de onde emanará, em toda a sua fortaleza, a noção viril de nosso direito – vibrará, com a tranquila imponência da sua nobreza, a linguagem desassombrada e serena da nossa fé imortal!⁷¹

68 ALMANAQUE LAEMMERT, 1921-1931; RELATÓRIOS da AECA, 1926-1929.

69 HOBBSAWM, Eric. J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, ano?. p. 39-88.

70 Ver MACIEL, 2011, p. 124-129. Maciel salienta que os caixeiros de Maceió, influenciados pelo Positivismo, adotaram para si os princípios da era das luzes, “[...] era do canto do progresso civilizacional [...]”; POPINIGIS, 2007, p. 65-71. Popinigis analisa a influência do paradigma da modernidade no comércio carioca, destacando o papel social das grandes lojas de moda como símbolo do progresso e do luxo. Nesse sentido, o comércio “[...] estava à frente do seu tempo, era a promessa do futuro [...]”; SANTOS, 2009. Santos desenvolve todo o seu trabalho na perspectiva de que os caixeiros de Salvador, embora fossem explorados, também primavam pela ascensão profissional no bojo da doutrina civilacionista.

71 TRIBUNA DO CAIXEIRO. Manaus: n. 1, 21 abr. 1908.

Os caixeiros eram uma categoria de trabalhadores que primavam pela ascensão social. Por isso, o doutrinamento e o sonho de chegar ao patronato eram características inerentes à profissão. Sendo assim, optavam pelo diálogo e cooptação com os poderes constituídos e o patronato. A cooptação e o diálogo eram as estratégias utilizadas para ganhar a confiança do patrão e com o tempo poderiam chegar ao cargo de comerciante. Por isso, evitavam os embates diretos e adotavam uma postura política neutra nos confrontos políticos que fervilhavam em Manaus no início do século. Porém, o surgimento de partidos e os enfrentamentos políticos e ideológicos exigiam que a AECA tomasse uma posição na arena política, pois segundo seu periódico *Tribuna do Caixeiro*, “[...] essa legenda do socialismo, esse – ‘E pluribus unum’⁷² que deve ser incontestavelmente a legenda da humanidade inteira [...] nós o saberemos valer no momento supremo das nossas supremas agonias [...]”⁷³.

De acordo com nossas análises, podemos perceber que a proposta da AECA era a não confrontação política e ideológica. Embora o órgão se declarasse socialista, essa legenda só era evocada nos momentos de radicalização política com outros setores. Assim, o órgão não somente evitava as disputas político-partidárias como expressava para a sociedade o ideal do trabalhador segundo os parâmetros do progresso e da civilização.

Conclusão

Como podemos perceber, os caixeiros eram trabalhadores que possuíam um ideal identitário. Assim como ocorria no resto do Brasil, esses trabalhadores procuravam meios de se organizarem a fim de se tornarem mercedores do quinhão a que almejavam todos os trabalhadores: melhores condições de trabalho e salários dignos. Foi emblemático o surgimento de sua Associação em 1906, como a materialização dos ecos surgidos em décadas anteriores numa cidade marcada pelas mudanças bruscas ocasionadas pelo crescimento comercial. Não era à toa que esses trabalhadores precisavam de uma voz institucional que o representasse perante o patronato e os poderes institucionais. Afinal, eram eles que “seguravam” o comércio urbano em suas variadas modalidades.

Nas multifaces de trabalhadores que movimentavam Manaus, os caixeiros precisavam aparecer na multidão. Além de se firmarem como trabalhadores do comércio frente a outras categorias adquiriram formas específicas de lutas, além de contribuírem com seu ideal de educação profissional e formal, fundando escolas que se tornaram referência no mundo do trabalho e da formação intelectual. Foram sujeitos que deixaram sua marca na história dos trabalhadores de Manaus.

72 Traduzido do latim significa “De muitos, um”.

73 TRIBUNA DO CAIXEIRO. Manaus: n. 44, 28 fev. 1909.

Referências

A CAPITAL. Manáos, AM: 1918.

A FEDERAÇÃO. Manaus: n. 226, 14 out. 1898. Começou a funcionar inicialmente num sobrado da Rua da Instalação.

A FEDERAÇÃO. Manaus: n. 763, 2 out. 1900.

ALMANAK LAEMMERT. *Anuario comercial, industrial, profissional, administrativo, de estatística e informações gerais sobre o Brasil*. Estados do Norte. Rio de Janeiro: [s.n.], 1925. v. 3, ano 81, p. 113.

ANNUARIO de Manáos 1913-1914. Lisboa: Tip. Editora Limitada, 1913. p. 9.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL DE 1908 A 1912. Rio de Janeiro: Tipografia da Estatística, 1916. p. 260-261.

ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO AMAZONAS. *Primeiro relatório da Associação dos Empregados no Comercio do Amazonas*. Apresentado em sessão da Assembleia Geral de 08 de Dezembro de 1907. Manaus: Livraria Typographia Royal, 1907. p. 5-7.

_____. *Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas apresentado à Assembleia Geral em 06 de maio de 1928*. [S.l.]: [s.n.], 1928c. f. 3. Texto datilografado. (Rascunho).

_____. *Projeto de Reforma dos Estatutos da Associação dos Empregados do Comércio no Amazonas*. [S.l.]: [s.n.], 1928c. f. 4. (Rascunho).

_____. *Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1913*. Manaus: Sessão de Obras do “Comércio do Amazonas”, 1914. p. 20.

_____. *Relatório da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas da administração de 1914*. Apresentado à Assembleia Geral de 10 de janeiro de 1915. Manaus: Tipografia F. de Queiroz, 1915. p. 7.

_____. *Relatório da Diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas e prestação de contas do exercício social de 1926, lido em assembleia geral em 12 de janeiro de 1927*. Manaus: Oficina e Gráfica da Papelaria Lino Aguiar, 1927. p. 13.

_____. *Relatório e contas da diretoria da Associação dos Empregados no Comércio do Amazonas correspondente ao ano de 1928*. Manaus: Armazéns Palácio Real, 1929. p. 33.

AVELINO, Alexandre Nogueira. *O patronato amazonense e o mundo do trabalho*: a Revista

da Associação Comercial e as representações acerca do trabalho no Amazonas (1908-1917). Dissertação (Mestrado em História)--Universidade Federal do Amazonas, 2008. p. 30.

CAMARA, Bruno Augusto Dornelas. Vassoura, balcão, escritório e rua: a caixeiragem como carreira. *Almanack Braziliense*, Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 6, p. 39-53, nov. 2007.

CAMPOS, Luciane Maria de Dantas. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação (Mestrado em História)-- Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 68.

CARVALHO, Marcos Antônio. *Bebendo açai, comendo bacalhau: perfil e práticas da sociabilidade lusa em Belém do Pará entre finais do século XIX e início do século XX*. Dissertação (Mestrado)--Universidade do Porto, Portugal, 2011. p. 47.

COMÉRCIO DO AMAZONAS. Manaus: n. 301, 11 out. 1898.

_____. Manaus: n. 303, 14 out. 1898.

CORREIO DO NORTE. Manaus: 1910-112.

_____. Manaus: n. 370, 26 fev. 1910.

COSTA, Francisca Deusa Sena. Imprensa operária em Manaus: tendências e discursos (1890-1920). *Revista da APG*, PUC, São Paulo, ano 5, n. 10, p. 134-135, 1997.

DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do fausto (1890-1920)*. 2. ed. Manaus: Valer, 2007. p. 33.

FENELON, Dea Ribeiro. *50 textos de História do Brasil*. 7. Reimpressão. São Paulo: HUCITEC, 1990. p. 137.

FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 100-1.

HAHNER, June E. *Pobreza e política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: EDUNB, 1993. p. 15-16.

HOBBSAWM, Eric. J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. São Paulo: Paz e Terra, ano?. p. 39-88.

LAIMER, Adriano Guedes. *O novo papel dos sindicatos*. São Paulo: LTr, 2003. p. 22.

MACIEL, Osvaldo Ocioly. *A perseverança dos caixeiros: mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 - 1917)*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. p. 49-50. (Coleção Teses e Dissertações n. 17).

MELLO, Márcia Eliane A. de Souza. *O Império comercial de J. G. Araújo e seu legado para a Amazônia. (1879-1989)*. Manaus: FIEAM, 2010. p. 8. (Monografia premiada. Distinção Produtiva Amazônica no Prêmio Samuel Benchimol- 2010).

MESQUITA, Otoni Moreira de. *Manaus: história e arquitetura (1852-1910)*. 3. ed. Manaus: Valer, 2006. p. 32-40.

O RESTAURADOR. Manaus: [s.n.], n. 1, 26 jun. 1890.

OLIVEIRA, Erivonaldo Nunes de. *A imigração nordestina na imprensa manauara (1877-1917)*. Dissertação (Mestrado em História)--Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, 2010. p. 124.

PINHEIRO, Paulo Sérgio et. ali. *História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano: Sociedades e instituições (1889-1930)*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. v. 9, p. 185.

POPINIGIS, Fabiane. *Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)*. São Paulo: UNICAMP, 2007. p. 33-34.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 61-62.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 129-149.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS (ACA). Manaus: n. 7, p. 4, 5 jan. 1909.

SANTOS, Francisco Jorge dos et al. *Cem anos de imprensa, Catálogo de jornais*. 2. ed. Manaus: Umberto Calderaro, 1990. p. 14-15.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Casa e balcão: os caixeiros de Salvador (1890-1930)*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 25-27. (Coleção Nordeste).

SILVA JÚNIOR, Adhemar Lourenço. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas - estudo centrado no Rio Grande do Sul (1854 - 1940)*. Tese (Doutorado)--PUC, Departamento de História, Porto Alegre, 2004. p. 22-24.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 27.

SILVA, José Lopes da Silva. *Amazonas: aspectos socioeconômicos (1930-1939)*. Manaus: SESC/AM, 1995.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMERCIO DE MANAUS. *Estatutos do Sindicato dos Empregados do Comercio de Manaus*. Manaus: [s.n.], 1952. cap. 5, item j, obrigações da Diretoria: “nomear os professores para os cursos da Escola SENADOR LOPES GONÇALVES”, p. 7.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011. v. 1, p. 12.

TRIBUNA DO CAIXEIRO. Manaus: n. 1, 21 abr. 1908.

_____. Manaus: n. 44, 28 fev. 1909.

_____. Manaus: n. 51, 25 abr. 1909.

VISCARDI, Cláudia; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil In: MACIEL, Osvaldo Ocioly. *A perseverança dos caixeiros: mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 – 1917)*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. p. 40. (Coleção Teses e Dissertações n. 17).

WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993. p. 90. (Estudos Históricos).

ENSAIO SOBRE A CULTURA DA MAGIA NO GRÃO PARÁ E MARANHÃO NO SÉCULO XVIII

Arthur Narciso Bulcão da Silva¹

Resumo

Este ensaio tem por objetivo estudar as práticas mágicas de uma sociedade colonial pautada na religiosidade cristã, tendo como ponto de partida a relação entre os moradores de cidades do norte da colônia e suas relações com a magia e suas representações, e o hábito de praticá-las de forma costumeira como medida ou soluções que, ou a medicina não pode ajudar, pender a vontade de alguém para desejos convenientes a quem as praticavam. Apoiando-nos em teóricos da historiografia cultural e fazendo uma leitura da sociedade e do período estudados, esperamos que este ensaio traga luz ao entendimento de como funcionavam a cultura e representações da magia no período colonial no Brasil.

Palavras-chave: Cultura. Representação. Magia. Sociedade.

Abstract

This paper aims to study the magical practices of a colonial society paltada the crest religiosity, taking as its starting point the relationship between the residents of northern cities of the colony and its relations with the magic and their representations, and the habit of practice- there customary form as the solutions that measure, or medicine can not help, tip the will of someone who desires convenient for the practice. Apoiandonos theorists in cultural historiography and doing a reading society and the period studied, we hope that this essay brings to light entendimendo love of culture and functioned as representations of magic in the colonial period in Brazil.

Keywords: Culture. Representation. Magic. Society.

Introdução

O estudo de caso específico de uma sociedade baseado em sua cultura pode ser um tanto complexo, no sentido de que é necessário que tenhamos uma noção

¹ Professor de História da SEDUC. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas.

do conceito de cultura, muito embora hoje este conceito seja muito amplo e complexo. Sendo assim o estabelecimento de uma linha que defina esse estudo me parece de extrema necessidade, pois as divergências teóricas poderiam acabar por confundir quem lê o trabalho em questão, pela pluralidade das linhas de pensamento do conceito de cultura.

Neste ensaio o uso dos conceitos de cultura utilizados por Terry Eagleton em “A ideia de Cultura” será de grande importância para o desenvolvimento do debate entre uma sociedade colonial pautada nos conceitos religiosos e a cultura do uso da magia. Eagleton traz uma análise da cultura a partir da epistemologia de sua palavra e seus significados mais primários. Para ele a cultura primariamente tem seu significado de origem no campo, nas lavouras, o que sugere um crescimento espontâneo onde, segundo o autor, a cultura pode ser mudada por nós, mas, no entanto, não teremos controle sobre o material a ser alterado em sua própria existência autônoma. Mas para Eagleton, até mesmo esse crescimento desconhecido da cultura deve seguir alguns tipos de regras, mesmo que se percorra o caminho do regulado e do não regulado. No entanto ele deixa claro que, quem estiver totalmente eximido de suas convecções culturais não seria mais livre do que aquele que é escravo da mesma.²

Pois bem, todas as sociedades possuem culturas que por consequência as definem. No entanto essa definição pode mudar com a inclusão de novos seguimentos culturais, tornando assim uma sociedade cada vez mais pluralizada de alegorias culturais. Seguindo ainda os escritos de Terry Eagleton fica claro perceber que nenhuma cultura está livre de influências externas ou nem tão pouco é pura de fato. Em uma citação de Edward Said feita por Eagleton é sugerido o seguinte: “Todas as culturas estão envolvidas umas com as outras; nenhuma é isolada e pura, todas são híbridas, heterogêneas, extraordinariamente diferenciadas e não monolíticas.”³

Como visto acima a sociedade pode sofrer mutações culturais diversas, e dentro desta lógica me proponho agora a fazer uma análise das mudanças culturais sofridas pela colônia portuguesa na região norte do Brasil no que tangem as práticas místicas e da magia levando em consideração suas representações culturais em quem as praticava e em quem apenas usufruía de tais artifícios e facilidades.

A cultura da Magia

Até os dias de hoje, a magia tem sido discutida de forma cética. A ciência hoje explica quase tudo em nossa sociedade, no entanto nos tempos coloniais a

² EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Lisboa: Actividades Editoriais, 2003.

³ EAGLETON apud SAID, Edward W. *Culture and imperialism*. Londres: Vintage Books, 1993. p. XXIX.

ciência tinha seus severos impasses com a religiosidade deixando uma grande lacuna para a falta de explicação de muitos acontecimentos da vida cotidiana dos colonos das terras de todo o Brasil, principalmente nas terras do norte, onde a carência de informação é muito maior que no resto da colônia devido ao seu grande distanciamento das principais cidades do Brasil Colônia.

A corte portuguesa exercia forte controle sobre a vida dos colonos, ditando-lhes toda a forma de vida, e mantendo a ordem religiosa de forma contínua. Embora a religiosidade cristã fosse tão fortemente difundida nas cidades coloniais, é possível perceber um número de casos muito elevado de denúncias ao Tribunal do Santo Ofício, uma vez que temos o registro de três visitas em terras brasileiras para averiguar os crimes de heresia praticados por colonos brasileiros e portugueses residentes na colônia. Esses crimes de heresia variavam entre crimes sexuais (bigamia, sodomia, adultério e homossexualismo), práticas religiosas proibidas (judaísmo, protestantismo e islamismo), além das práticas de feitiçaria e etc.⁴

Temos então vários crimes de heresia constatados na colônia e um número de denúncias ainda maior. No entanto iremos aqui nos ater ao quantitativo de denunciados no Estado do Grão Pará e Maranhão, e tentar entender o que os levavam a praticar tais crimes condenados pela Igreja. Isso nos leva a outras questões a serem debatidas, tais como: Quem eram os mais denunciados? Quem procurava pelos serviços mágicos? Como a sociedade lidava com essas práticas? Essas indagações poderão ser esclarecidas no decorrer deste ensaio.

Dentro do cerne das questões supracitadas, o ato de denunciar alguém por crime de heresia pode parecer um tanto quanto prejudicial não apenas para o denunciado, mas também para os que o cercam e/ou os que dependem de sua força de trabalho ou até mesmo de seus serviços mágicos. Camila Silva nos dá o que pode ser uma explicação para esta questão:

Um dos motivos era que a Colônia já havia se acostumado com sua heterogeneidade cultural. Os senhores de escravos muitas vezes deixavam estes praticar sua religiosidade, sem denunciar estas práticas ao Santo Ofício, pois temiam perder seus escravos, o que resultaria em danos a sua propriedade. Também havia o medo da revolta popular, pois em um clima tenso, de perseguição, as massas poderiam se unir e ocasionar revolta ao serem extremamente controladas pela Igreja e Estado, até mesmo em suas práticas rituais. Não sufocar a Colônia, em um sistema de controle rígido, foi a forma que o Estado português encontrou para manter operante o Antigo Sistema Colonial.⁵

4 SILVA, Camila Vieira da. **Magia e feitiçaria na colônia: a originalidade das práticas sincréticas**. *Revista Historiador*, n. 4, ano 4, p. 77-86, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/quatro/camilas.pdf>>.

5 SILVA, 2011, p. 79.

Portanto podemos ver que além do medo da perda material houve também uma questão cultural religiosa dentro dessas relações sociais, relações estas que estavam bastante estabelecidas, de acordo com o descrito na citação.

Em relação aos hereges denunciados ao Tribunal do Santo Ofício, estes eram das mais variadas classes sociais e seus crimes eram de todos os tipos, desde escravos, negros, escravos índios, índios cristãos, escravos brancos e até mesmo os senhores das altas camadas da sociedade, tanto como praticantes como apenas contratantes de quem as praticavam.⁶

Mas um crime na colônia foi o mais denunciado: o de Bruxaria, este cometido em sua grande maioria por mulheres índias cristãs e negras; também praticados por brancas, esposas de senhores da sociedade, não sendo muito comum, mas não exclusas dos crimes. Todas essas classes enchiam os tribunais de Lisboa com denúncias como afirma a historiadora Maria Olindina Andrade de Oliveira:

O Estado do Grão-Pará e Maranhão era rico em denúncias que enchiam os arquivos da Inquisição de Lisboa. Anualmente, dezenas de denúncias eram enviadas ao Reino pelos funcionários do tribunal naquele Estado. Muitas traziam índios como acusados. Não somente índios, mas índios cristãos. Não fazia sentido acusar de práticas heréticas os índios 'gentios sem religião'. Para cometer ato herético era necessário conhecer a palavra divina. O objeto do escrutínio dos olheiros do tribunal era tão somente os cristãos. Portanto, a atenção estava focada nestes personagens frutos do trabalho missionário e já integrados no universo colonial.⁷

A posição da igreja em relação à mulher na idade média era muito dura e firme em seus conceitos, uma vez que ela, a mulher, era muito mais susceptiva às investidas do Diabo, o causador de todas as mazelas da sociedade, por seu passado não glorioso no episódio do Jardim do Édem em que Eva, a primeira mulher, sucumbiu às investidas demoníacas da serpente, o Diabo. Segundo a crença cristã, a mulher está historicamente ligada ao mal, na figura do Diabo.

Embora não seja segredo que mulheres realmente utilizavam de certos truques e poções que acreditavam ser funcionais na busca de seus objetivos, grande parte dessas pessoas acusadas de bruxaria ou feitiçaria não estavam ligadas diretamente a uma consciência de que estavam praticando bruxaria ou feitiçaria, tendo

6 CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Visão do diabo: crenças e rituais ameríndios sob a ótica dos jesuítas na Amazônia colonial, séculos 17 e 19. In: *Amazônia e outros temas*: coleção de textos antropológicos. Manaus: EDUA, 2010. p. 159-194.

7 OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. *Olhares inquisitoriais na Amazônia Portuguesa*: o Tribunal do Santo Ofício e o disciplinamento dos costumes. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. p. 36.

em vista que o que para os colonos e eclesiásticos portugueses era considerado bruxaria, pra esses indivíduos era apenas uma forma ancestral e cultural de curar e benzer seus conhecidos. Por exemplo, o ato de fazer banhos com ervas, pode ser considerado para muitos um ato supersticioso, porém normal hoje em dia. No entanto para o homem medieval poderia implicar em mexer com forças sobrenaturais e quem possuía esse conhecimento apenas poderia ter conseguido tal poder de uma maneira: fazendo pacto com o Diabo.

Em relação ao pacto com o Diabo, precisamos estabelecer uma sutil diferença entre “Bruxa” e “Feiticeira”, como esclarece Camila Silva:

A feiticeira era a mulher que utilizava práticas e artifícios misteriosos para curar doenças, adivinhar o futuro e obter benefícios na área amorosa, comercial, social, etc. As bruxas eram as mulheres que possuíam pacto com o Demônio, o que as tornava mais perigosas que as feiticeiras, eram consideradas irre recuperáveis, pois eram um instrumento do mal entre os homens.⁸

Segundo esta diferenciação entre bruxas e feiticeiras, apenas as bruxas possuíam pactos com o Diabo. Concordo com a diferenciação de habilidades, mas estou inclinado a discordar quanto ao pacto, pois segundo Camila Silva feiticeiras podiam adivinhar o futuro, o que ao meu ver entra nas práticas sobrenaturais, pois mexe com o natural, e como uma feiticeira poderia tornar possível tal ato sem que haja ajuda de uma força sobrenatural? Sem que haja um pacto com algum ser sobrenatural, como o Diabo? Presumir então que ambos os conceitos se utilizavam de um pacto com o Diabo é o mais viável a se pensar e, portanto, ambas estavam consideradas irre recuperáveis pois estavam a serviço do mal, e teriam que arcar com as consequências impostas pelos inquisidores da época.

Em relação aos pactos ditos feitos por bruxas, no meu entender feiticeiras também, poderiam ser feitos de algumas formas que o historiador Almir Diniz de Carvalho Junior descreve como:

A crença em bruxaria nestas sociedades estava, por sua vez, intimamente ligada à existência do que se chamava de pacto demoníaco que, em linhas gerais, dava a quem o estabelecia a possibilidade de realização de ações extraordinárias. Essas operações mágicas ilícitas, segundo os tratadistas, provinham de um pacto feito entre o diabo e o mágico. Tratava-se de um contrato ou de uma invocação que se celebrava de duas formas: o pacto expresso, também conhecido como explícito e o pacto tácito, chamado também de implícito. O pacto expresso acontecia quando o mágico por palavras ou através de determinados sinais (fazer

8 SILVA, 2011, p. 81.

círculos era dos mais comuns), dirigia-se ao demônio estabelecendo com ele um contrato no qual o diabo se comprometia a ajudá-lo. O mágico, por sua vez, se obrigava a prestar culto e ofertas ao anjo caído. Este contrato supunha sempre uma retribuição que o humano se obrigava a dar ao demônio. O pacto tácito ou implícito acontecia quando, para alcançar certos fins, como por exemplo curar doenças, usava-se meios ‘vãos’ e ‘desproporcionais’. Meios que não tinham qualquer virtude natural para alcançar aquela finalidade pretendida. Desta forma, ainda que o mágico não admitisse o auxílio do diabo, as finalidades só poderiam se alcançadas com a interferência daquele.⁹

É possível perceber no texto acima que não há diferença entre bruxas e feiticeiras, pois segundo Carvalho Junior para se obter a “Cura” era necessário um pacto pois estava além do natural. O uso da magia era frequente nas colônias portuguesas por motivos variados. A cultura indígena espalhada por todo o Brasil por conta das agremiações dos índios na sociedade portuguesa, o que tornou consequente a agregação de valores e costumes ritualísticos na nova sociedade portuguesa, o que fez com que muitos se utilizassem desses novos costumes. Carvalho Junior esclarece o seguinte:

Em terras lusas a procura por feiticeiras era muito comum, principalmente quando se buscava manipular atos e vontades de outrem. O termo ‘inclinare vontades’ era muito utilizado no período. Das tentativas para inclinar vontades, as mais solicitadas estavam relacionadas ao campo das relações amorosas. Os pedidos normalmente eram: para dominar um sentimento amoroso desequilibrado; para encobrir infidelidade das esposas aos seus maridos; para evitar que maridos procedessem de forma violenta em relação às esposas; para forçar maridos a abandonarem lares ou atrair homens para ‘tratos desonestos’; para limitar as capacidades sexuais de homens e destruir frutos de amores ilegítimos. Por outro lado, esses pedidos para ‘inclinare vontades’ ultrapassavam os objetivos amorosos. Muitos solicitavam que se provocassem inimizades entre pessoas; que pais não batessem em filhos; que favorecessem sujeitos em testamentos; que se provocasse regresso de pessoas ausentes; evitasse que pessoas fossem denunciadas em visitas pastorais; que se demovessem vontades régias para obter favores, entre outras. Todos esses eram pedidos frequentes feitos às feiticeiras no mundo popular português.¹⁰

9 CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. p. 306.

10 CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 311.

O público alvo não se restringia a meros colonos da baixa sociedade ou escravos, mas também aos donos de grandes terras, militares e pessoas importantes vindas de Portugal. Eles se utilizavam da magia para os seus interesses pessoais e profissionais. Em relato feito por Carvalho Júnior, um capitão chamado Amaro Pinto teve em sua casa uma escrava doente, acometida supostamente de feitiço lançado por outra índia por nome de Maria Zuzana. No entanto, era de conhecimento do capitão Amaro Pinto o fato de uma das índias do seu convívio exercerem práticas mágicas e de superstição que, a seu ver, apenas eram para que lhe queressem bem, e que não as fazia para malefício de ninguém, tendo ele pedido que não as castigassem.¹¹

Fica entendido aqui que, no entendimento popular, as práticas mágicas apenas tinha um peso criminal se fossem conjuradas para o malefício alheio ao ponto de prejudicar-lhe fisicamente ou espiritualmente. No entanto era conhecido de todos que as práticas mágicas eram crimes punidos severamente. Ainda em seu relato, Carvalho Júnior nos dá a entender que a índia acusada de feitiçaria, sabendo que poderia ser acusada e acabar condenada por bruxaria pelo Tribunal do Santo Ofício, usou de estratégias para tentar amenizar sua culpa e assim fazer diminuir ou anular sua pena se assim fosse estabelecida. Tal ato relatado nos suscita a imaginação. Talvez as ditas “Feiticeiras” fossem muito mais espertas e ardilosas em suas práticas sabendo desde então como subverter à sua vontade a decisão de quem as julgavam. Isso pode mostrar como estavam entrelaçadas as relações sociais dentro desta cultura mágica, onde bruxas munidas mesmo que pouco, mas suficiente, do conhecimento de como funcionavam os processos inquisitoriais, conhecimento este que pode ter salvado a vida de muitas outras praticantes do que aqui vou chamar de “Cultura da magia”.¹²

Essa Cultura da magia dentro das sociedades coloniais pode ser uma forma de adquirir uma posição de respeito dentro do seu círculo de convivência, como podemos citar rapidamente o caso da índia Sabina inicialmente trabalhada pelo historiador Amaral Lapa e posteriormente por outros historiadores. O que tange a esse personagem da história colonial brasileira é o fato de ser uma índia escrava que consegue sua liberdade e respeito da sociedade através de suas práticas mágicas. Emmanuel Rocha define a “Magia” como poder social:

A magia, fenomenologicamente, se caracteriza como um instrumento de poder. No entanto, a magia também se expressa como uma forma de poder social, por exemplo, através da crença do mago em seu poder, o que o investe de confiança e autoestima; ou, também, através da crença no poder do mago por parte do

11 CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 322.

12 CARVALHO JÚNIOR, 2005, p. 323.

grupo social no qual está inserido, o possibilitando maior influência e status; ou, simplesmente, pela própria característica da magia de buscar poder e não obediência, o que leva o magista a expressar tal atitude em toda percepção e ação perante a vida.¹³

Temos até aqui dois aspectos a serem ponderados. Primeiro a esperteza das feiticeiras em, de alguma forma, manipular seu próprio julgamento, através da magia. Ou seria simplesmente esperteza e astúcia? Seja como for é fato que os seus dons com a manipulação de ervas lhe rendeu até mesmo a inocência por parte do dono da escrava que a acusara. Isso pode demonstrar nosso segundo aspecto, de que o poder da magia pode ser de certa forma uma maneira de adquirir *status* em uma sociedade colonial pautada em preceitos monárquicos e de títulos, talvez dentro deste pensamento, haja um viés de propriedade, uma vez que temos casos relatados e bem documentados e trabalhados de bruxas que conseguiram seu lugar de respeito através do uso da cultura da magia dentro de uma sociedade culturalmente cristã.

Este respeito e *status* aqui trabalhado neste momento pode ter em suas linhas gerais um conceito utilizado por Emmanuel Rocha em “Gênero e Magia”, onde ele apresenta uma forma de “empoderamento”, onde a obtenção de determinado “poder” como a magia, pode trazer aos indivíduos, em especial às mulheres, uma forma de justificar de certo modo a sua capacidade de igualdade com o homem dentro da sociedade e das relações sociais.

Restringiremos este trabalho a somente bruxas e feiticeiras, para entendermos um pouco mais como a sobrevivência da cultura da magia pode ser passada entre gerações.

Partindo do conceito de empoderamento apresentado por Rocha, o estudo nos levou a definir parâmetros para que o empoderamento tenha bases para existir. Este autor lista tais aspectos como:

- 1) Para ser empoderada, uma pessoa deve estar desempoderada previamente. Como as mulheres, que são desempoderadas em relação aos homens;
- 2) O empoderamento não pode ser concedido por uma terceira parte, deve ser obtido por aqueles que serão empoderados;
- 3) Empoderamento inclui a noção de pessoas tomando decisões em suas vidas e sendo capazes de executá-las. Esse processo pode ser individual ou coletivo, contudo, o foco geralmente é individual;
- 4) Empoderamento é um processo contínuo.

Temos então aqui a magia como o caminho para esse empoderamento das mulheres da colônia luso-brasileira. Assim, tomando como referência as defini-

13 ROCHA, Emmanuel Ramalho de Sá. Gênero e magia: o empoderamento feminino na bruxaria contemporânea. In: CONGRESSO ASLA, 29., 2013, Santiago, Chile. *Actas...* Santiago: ALAS, 2013. p. 4, v. 1.

ções de empoderamento anteriormente mencionadas, a magia, uma fonte de poder que possibilita desafiar as relações de poder existentes (neste caso o Tribunal do Santo Ofício), redefinimos as situações nas quais as mulheres têm sido reprimidas. Através do poder da magia ela também pode adquirir um poder pessoal que pode ampliar o que alguém pode ser e fazer e, assim, ganhar mais controle sobre sua vida, em um mundo predominantemente masculino e patriarcal.¹⁴

Nossa sociedade atual é mais tolerante do que jamais fôra em outros tempos da história. Hoje tanto homens como mulheres podem expressar suas crenças ou exercer suas religiosidades livres em quase todos os lugares da terra. No entanto, sucito a questionar o que os antigos julgavam ser bruxaria e hoje sabemos que não é, como chuvas de granizos e tempestades que eram atribuídas às bruxas, ou secas e a escassez de alimentos também atribuídas às feiticeiras, até mesmo a beleza de uma mulher poderia ser tomada como poderes demoníacos.

Poderíamos listar aqui, inúmeras práticas consideradas heresias em tempos inquisitórias, mas que hoje, no entanto, seria estúpido acusar alguém do mesmo, pois hoje temos uma livre relação com a ciência onde cabe explicações para alguns fenômenos outrora relacionados e atribuídos a bruxas e feiticeiras. Contudo, dentro de um pensamento religioso, não estamos hoje cheios de dogmas da igreja? E não estamos cheios de superstições? E crenças em objetos que de certa forma são utilizados como verdadeiros amuletos da fé? Em tempos antigos possuíamos muito mais superstições em relíquias da cristandade do que se tem hoje; é uma questão cultural estabelecermos a crença em alguém ou em algo, e isso pode estar ligado aos nossos sentimentos mais ancestrais pagãos, e mesmo aos cristãos, que por sua vez tendem a depositar sua fé em um único deus, diferente dos ditos pagãos, que cultuam a natureza e lhes prestam honrarias.

O combate a tais entidades e conhecimentos alternativos que não pertenciam ao mundo cristão, deveriam ser banidas da sociedade e reprimidas de forma dura e implacável, e quem as cultuavam também deveriam ser exterminados (ou como diria a Igreja, “Salvos”) de suas culpas heréticas. Viktoria Lee Erickson define bem essa preocupação:

A repressão da magia procurava negar às massas o acesso a um conhecimento alternativo e uma compreensão de Deus, como um caminho que conduzisse a ele. O colapso da magia era defendido e mantido pela violência política e institucional. A religião guerreira tinha que combater um poder comunitário de ação compartilhada para impedir uma visão comunitária radicalmente diferente.¹⁵

14 ROCHA, 2013, p. 5.

15 ERICKSON, Viktoria Lee. *Onde o silêncio fala: feminismo, teoria social e religião*. São Paulo: Paulinas, 1996. p. 142.

Temos então a luta entre religião e a magia, romanticamente definida como: Deus e seus anjos contra o Diabo e seus demônios, Clérigos contras as Bruxas e Feiticeitas, ou como define Emannuel Rocha, o Homem (Religião) contra a Mulher (Magia). É claro, não se pode generalizar, pois muitos homens se utilizavam da cultura da magia, e muitas das mulheres estavam a serviço da Igreja Católica, mas tomando assim por linhas gerais, em relação aos perseguidos e perseguidores.

Em relação à Sacralização do Homem, Viktoria Lee Erickson diz:

É a habilidade da religião de sacralizar os homens que os torna masculinos. Através da definição que especifica que as pessoas do sexo feminino não são homens, são criadas a mulher e sua identidade feminina. Todos os indivíduos tidos como uma ameaça à masculinidade recebem uma identidade feminina.¹⁶

Essa preferência em fazer da mulher o centro de todo mal da sociedade está ligado a uma demonização da mulher, por conta do já mencionado pecado de “Eva no paraíso”. Mas, além disso, outra questão é muito importante para o entendimento dessa demonização. A colônia brasileira, como em todos os lugares onde haviam cidades desenvolvidas, a escassez de médicos era muito grande, e as mulheres tinham por prática cuidar de sua própria saúde e a de seus filhos e marido, e uma das alternativas para este cuidado seria apelar para os conhecimentos antigos, tanto europeus como indígenas e africanos. Estas práticas de manipulação das coisas sobrenaturais era um dos fatores preponderantes para a caça às bruxas, uma vez que esse poder só poderia ser oriundo de outra entidade sobrenatural. Então acreditava-se que as mulheres participavam de Sabás, onde realizavam rituais e adorações ao Diabo, e onde nessas ocasiões faziam pactos com o demônio para obterem seus objetivos. Até mesmo mulheres adúlteras se utilizavam de ameaças a seus maridos, dizendo que lhes lançariam feitiços maléficos se eles tentassem se vingar de suas traições. Mais uma vez podemos ver a cultura da magia como arma ou mecanismo de defesa contra maridos supostamente violentos ou vingativos.¹⁷

Em relação aos Sabás, Laura de Mello e Souza salienta:

O Sabá, portanto, era antes uma forma presente no universo mental dos inquisidores do que no dos colonos. As confissões dos três escravos acima mencionados são as únicas referências a participações em sabás existentes no período colonial. Nas suas relações com o sobrenatural, nas invocações do demônio, os colonos mestiços manifestavam-se de preferência, através

16 ERICKSON, 1996, p.211.

17 SILVA, 2011, p. 85.

da possessão ritual de influência indígena e africana. O caráter coletivo e a presença do diabo ou de espíritos muitas vezes malignos – ou, pelo menos, ambíguos e ambivalentes – levaram os inquisidores a verem sabás nestas manifestações. Na realidade, tratava-se de algo bem diferente, localizado na raiz da umbanda e dos candomblés atuais: os calundus e catimbós. Se fosse de fato válida a diferenciação entre feitiçaria e bruxaria com base no caráter individual da primeira e coletivo da segunda, poder-se-ia dizer que a bruxaria colonial residiu basicamente nos calundus e catimbós.¹⁸

A crença na magia pode causar efeitos em uma sociedade que acredita cegamente nos poderes do sobrenatural. No entanto a esperteza das mulheres praticantes da magia era tão surpreendente e sua influência tão respeitada que despertava a desconfiança da origem de todo esse poder e, portanto, se não estavam na casa de Deus seguindo como parte do corpo eclesiástico divino, só poderiam estar trabalhando com o Diabo, e por conta disso as perseguições. Podemos ver melhor este pensamento no texto de Camila Silva:

Médicos e Igreja consideravam que o saber e a comunicação com o sobrenatural deveriam ser exclusivos deles, ao mesmo tempo em que condenavam as mulheres que utilizavam rezas e orações para a cura de doenças, utilizavam os mesmos métodos com os mesmos objetivos, tentando curar os enfermos através da invocação de nomes santos e do uso de ervas. Assim, a raiz do problema não se encontrava nas práticas de cura, mas sim em quem podia ou não realizá-las. No Brasil a mistura de saberes medicinais populares de diversas culturas (indígenas, européias e africanas) foi a forma que as mulheres encontraram de difundir seus saberes, preservando sua intimidade e cultura feminina, principalmente, salvando estas mulheres de doenças que poderiam matá-las.¹⁹

Sendo assim, o uso da magia foi de suma importância para estas mulheres que estabeleceram um pacto com a natureza e não com o Diabo (mesmo que embora algumas realmente desejassem fazer o pacto demoníaco). Uma possível explicação para o uso de tantas práticas supersticiosas foi a distância da região norte brasileira com a informação, ao meu ver. Pois antes de uma postura eclesiástica, as práticas de feitiçaria eram apenas tratadas como desobediência contra o reino, como nos diz Geraldo Pieroni:

18 SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
19 SILVA 2011, p. 82.

É necessário salientar que, antes da Inquisição, era o Estado que se ocupava do delito de feitiçaria. A obediência à Igreja e ao rei era condição essencial para o triunfo da ordem monárquica. Por essa ótica, a feitiçaria representava a encarnação diabólica da desobediência. [...] A feitiçaria personificava o modelo supremo de subversão, uma espécie de ‘contrapoder’ misterioso que ameaçava o reino terrestre.²⁰

Mas é preciso lembrar que a afirmação de Pieroni não pode ser aplicada à visitação do Brasil, pois o Tribunal do Santo Ofício já exerceu seu poder sobre questões heréticas muito antes do descobrimento das terras brasileiras. Porém, pode-nos ajudar a entender como pode ter sido a Europa no início dos trabalhos inquisitórios, sem a preocupação da população em policiar o que estavam praticando ou se eram práticas de blasfêmia.

Portanto é fato que a pluralidade de nossa sociedade multifacetada deu a todas as visitas feitas em territórios luso-brasileiros um aspecto diferenciado e singular em relação a todas as outras do reino de Portugal, visto que a colônia brasileira vivia um ritmo diferente. No entanto seus movimentos nas relações sociais e culturais foram pouco afetados em relação às mudanças nas práticas da “cultura da magia” uma vez que entendemos magia por manipulação dos elementos naturais como ervas, comidas, chás, orações, benzeduras entre outras práticas equivalentes. Nossas bruxas e feiticeiras tiveram papel importante na formação da colônia brasileira enquanto afirmação de uma identidade social e cultural, estabelecendo suas raízes nas origens de suas crenças e jamais deixando de passar os conhecimentos ancestrais de seus povos, transmitindo para a posterioridade seus costumes e religião.

Talvez tenhamos sorte em termos aqui no Brasil apenas o fim dos trabalhos do Tribunal do Santo Ofício, o que nos permitiu de certa forma lutar contra um sistema que, se estivesse em seu apogeu, poderia ter modificado de forma drástica a cultura brasileira que se formara naquele período. O povo brasileiro tem em suas raízes e identidade a própria superstição, trazida não pelo europeu, mas sim criada nas aldeias indígenas, nos rituais Xamãs, nas senzalas africanas, nos terreiros de Umbanda. Foi possível perceber também que mesmo os acusados de magia na colônia estavam dispostos a lutar até o fim, de forma a encontrar mecanismos que pudessem usar ao seu favor. Isso mostra que o povo luso-brasileiro não estava passivo às mudanças de comportamentos impostas pelo poder eclesiástico. E lutou com a única arma que tinham disponível, a própria magia.

20PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do reino: a Inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.

Referências

- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Tese (Doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005. p. 306.
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Visão do diabo: crenças e rituais ameríndios sob a ótica dos jesuítas na Amazônia colonial, séculos 17 e 19. In: *Amazônia e outros temas: coleção de textos antropológicos*. Manaus: EDUA, 2010. p. 159-194.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Lisboa: Actividades Editoriais, 2003.
- ERICKSON, Viktoria Lee. *Onde o silêncio fala: feminismo, teoria social e religião*. São Paulo: Paulinas, 1996. p. 142.
- OLIVEIRA, Maria Olindina Andrade de. *Olhares inquisitoriais na Amazônia Portuguesa: o Tribunal do Santo Ofício e o disciplinamento dos costumes*. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. p. 36.
- PIERONI, Geraldo. *Os excluídos do reino: a Inquisição Portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. 2. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.
- ROCHA, Emmanuel Ramalho de Sá. Gênero e magia: o empoderamento feminino na bruxaria contemporânea. In: CONGRESSO ASLA, 29., 2013, Santiago, Chile. *Actas...* Santiago: ALAS, 2013. p. 4, v. 1.
- SAID, Edward W. *Culture and imperialism*. Londres: Vintage Books, 1993. p. XXIX.
- SILVA, Camila Vieira da. **Magia e feitiçaria na colônia: a originalidade das práticas sincréticas**. *Revista Historiador*, n. 4, ano 4, p. 77-86, dez. 2011. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/quatro/camilas.pdf>>.
- SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

“GALERAS” E “GALEROSOS”: OU, NO TEMPO EM QUE UMA PARTE DA JUVENTUDE DE MANAUS ERA REALMENTE VIOLENTA (1985-1995)

Marcos Roberto Russo de Oliveira¹

Resumo

Este artigo é um esboço de parte dos resultados da pesquisa que vem sendo feita sobre os jovens que, nos anos 1980 e 1990, fizeram parte de galeras na cidade de Manaus. Sujeitos históricos esquecidos, esses jovens, no entanto, readaptaram à cidade uma versão peculiar das gangues estadunidenses, muito mais antigas e organizadas. E levaram autoridades, jornais, um DJ, acadêmicos e populares a ressignificarem e/ou negativizarem o termo “galera”, causando debates em torno do que eram e de suas origens. Mas por que surgiram? Devido à influência de um filme? À implementação da Zona Franca de Manaus? Às discotecas? À inquietação juvenil? À falta de opções de lazer nos bairros? À época? Ou a tudo isso junto?

Palavras-chave: Galeras. Jovens. Turmas.

Abstract

This article is a scope of some of the results of research that has been doing about youngsters that, in the 1980's and 1990's, were part of the *galeras* in Manaus. These forgotten historical subjects readapt themselves to the city in the peculiar North American gang way, far older and much more organized. And they made authorities, newspapers, a DJ, scholars and regular people to resignify and/or underestimate the term “galera”, causing debates along who they were and their roots. But why they come up? Because of a movie influence? To the implementation of the Zona Franca de Manaus? To the discotheques? To the lack of amusement choices? Or perhaps all of it combine?

Keywords: Galeras. Youngsters. Gang.

De acordo com o *Dicionário Priberam da Língua*, o substantivo feminino “galera” pode significar, no Brasil, três coisas diferentes: um “Veículo sem tração própria, cuja parte da frente assenta no veículo com tração, geralmente um caminhão

¹ Mestrando de História da Universidade Federal do Amazonas.

ou trator, e usado no transporte de carga [...]”; um “[...] conjunto de indivíduos que, em um evento esportivo, torcem por uma equipe [...]”; e um “[...] conjunto de pessoas que geralmente mantêm uma convivência próxima, seja por laços de amizade, familiares ou profissionais (ex: e aí, galera, tudo legal?)”. Para além do Brasil, ainda no mesmo dicionário, o termo pode ser também um “[...] carro para transportes de bombeiros em serviço de incêndios [...]”; e um “[...] forno para fundição [...]”.²

Já no link *Origem da palavra “galera” / Em dia com a Língua Portuguesa*, publicado em 08/07/2008, lemos que:

[...] existem duas versões bem diferentes para o significado da palavra galera. Uma delas diz que ‘galera’ veio de ‘galeria’ que é o setor de um teatro que fica na parte mais alta e distante do palco e que os ingressos custam mais baratos. Nesse local, ficavam os empregados e escravos que acompanhavam os senhores. Mais tarde, as galerias foram sendo ocupadas, também, por estudantes que, por seu entusiasmo e energia juvenis, era o público mais participante, julgando negativa ou positivamente uma peça de teatro. Os telespectadores [espectadores] deste setor ainda são chamados de galeria, termo que teria gerado a variante ‘galera’. Para outros autores, tudo começa com o vocábulo ‘galera’, no sentido de embarcação. A palavra vem do catalão, com o sentido de embarcação de guerra movida a remo ou vela, e tem um parentesco com o vocábulo francês com o mesmo sentido. Na própria língua, o termo passou a ser usado a ‘grupo de pessoas condenadas a remar nas galeras’ e teria passado ao inglês como ‘grupo de pessoas que têm em comum uma qualidade marcada ou um relacionamento’. E aí estaria o significado que usamos atualmente, o de ‘turma, pessoal, grupo de amigos’ [...].³

E no *Dicionário Criativo*, lemos que o termo pode exprimir “[...] qualquer grupo de pessoas, ger. [geralmente] jovens, reunidas em torno de alguma atividade [...]”.⁴ Em Manaus, ainda se usa a palavra “galera” como sinônimo de “turma” ou “grupo de amigos”, principalmente entre os jovens, mas desde o final da década de 1980, ela incorporou também um novo sentido: o de gangue. Embora uma gangue típica dos Estados Unidos seja uma organização diferente das galeras, pois se reúne não só para se divertir com os seus membros e se proteger de outras gangues, mas também para tentar enriquecer ou melhorar de vida a partir de suas atividades, legais ou ilegais, como o tráfico de drogas. “Gangues são organizações que conduzem negócios com características empresariais [...]”.⁵

² Ver www.priberam.pt/dlpo/galera

³ Ver <https://emdiacomalp.wordpress.com/2008/.../origem-da-palavra-“galera”/>

⁴ Ver dicionariocriativo.com.br/significado/galera

⁵ ANDRADE, Carla Coelho de. *Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na pe-*

Um dos entrevistados lembrou que, até mais ou menos 1988-1989, ainda usava o termo “galera” como forma de saudação aos frequentadores das festas de discoteca em que tocava. Ele afirmou que costumava cumprimentar seu público, tanto no Cheik Clube e Bancrévea Clube, quanto em seu programa de rádio, com um “boa noite galera”. Com o tempo, porém, foi deixando de usá-lo e o substituiu por “moçada”, uma vez que, segundo ele, “galera” passou a se referir a grupos que gostavam de fazer “arruaça na rua”. Essas turmas de jovens que frequentavam as discotecas, além de, às vezes, brigarem entre si, em virtude de serem de bairros diferentes ou de ruas diferentes, ainda que do mesmo bairro, se enfrentavam porque eram muitos os jovens que se reuniam num mesmo recinto fechado, próximos uns dos outros, como eram as danceterias da época. E era quase impossível impedir que houvesse, nestes recintos, uma ou outra confusão, fosse por causa de uma namorada, fosse devido a uma discussão pessoal, olhar atravessado ou desentendimento antigo (Informação verbal)⁶.

Porém, a exibição de um filme na cidade chamado *The Warriors – Os Selvagens da Noite*, pode ser considerado um outro fator desencadeador dessas rivalidades, “[...] brigas entre facções, porque na realidade não tinham nomes. Eram turmas que do mesmo bairro brigavam com a outra, e pelo fato de se encontrarem aqui no centro, as confusões aconteciam aqui no centro [...]” (Informação verbal)⁷.

Todos os outros que já foram entrevistados, e que chegaram a ser galerosos (membros de galera), contaram basicamente a mesma história (Informação verbal)⁸. Após terem assistido ao filme, começaram a andar em turmas, a desafiar turmas “rivais” e a brigar com elas. Uniformes, passos de dança, símbolos gestuais, armas, rituais, reuniões, agressões, pichações, territórios e mortes começaram a ser “fabricados”, usados e praticados por, para e sobre esses jovens, tanto para identificá-los e uni-los, quanto para marginalizá-los e criminalizá-los.⁹

riferia do Distrito Federal. Tese (Doutorado em Antropologia Social)--UNB, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Brasília, 2007. p. 20.

6 Entrevista concedida por REBELLO, Raidi (DJ). *Raidi Rebello, DJ* [27 jul. 2014]. Manaus: 2014.

7 Entrevista concedida por REBELLO, Raidi (DJ). *Raidi Rebello, DJ* [27 jul. 2014]. Manaus: 2014.

8 Entrevista concedida por COSTA, Maicon. *Maicon Costa* [22 nov. 2014]. Manaus: 2014. Foi membro da galera “Selvagem” de 1986 até 1990; Entrevista concedida por BRITO, Sheila do Socorro Marinho de. *Sheila do Socorro Marinho de Brito “Guerreira”* [30 jul. 2014]. Manaus: 2014. Foi membro da galera “Selvagem” de 1983 até 1993; Entrevista concedida por AZEVEDO, Cláudia Gomes. *Cláudia Gomes Azevedo “Punk”* [30 jul. 2014]. Manaus: 2014. Foi da “Selvagem” de 1989 até 1995-96.

9 O depoimento de todos os entrevistados que foram de galera e que citei na nota 7, coincidem. Entretanto, alguns jornais também alegavam que os jovens que andavam em turmas brigavam, assaltavam, estupravam, matavam, ameaçavam e se drogavam influenciados pela tv e cinema. Dentre eles, destacam-se o *A Crítica*, de 18/01/1990, p. Opinião, em que Tadeu de Souza escreve: “[...] O problema não é tão simples. E na minha modesta observação tem inúmeras causas, sendo as principais, o governo com a sua conhecida incompetência e a televisão que oferece, com os seus enlatados, um completo treinamento de violência [...]”; o *A Crítica*, de 9/03/1991, p. Polícia, em que se lê: “[...] a TV e o cinema influenciam muito na vida desses jovens a ponto de torná-los perigosos marginais em pouco tempo [...]”; e o *A Notícia*, de 12/01/1990, p. 8 (Geral), onde lemos o seguinte: “Êxodo

No entanto, é importante ressaltar que nem todos os jovens que andavam em turmas eram "de galera".¹⁰

O filme *The Warriors – Os Selvagens da Noite*, de 1979, só foi exibido em Manaus em 1986 (Informação verbal)¹¹. Mas, é difícil negar que o filme tenha exercido uma influência tão grande nos adolescentes e jovens daquele período. Mesmo se assistido hoje, é difícil não se entusiasmar com a emocionante "odisseia" noturna empreendida em plena Nova York do final dos anos 1970 por uma gangue chamada *The Warriors* [Os Guerreiros] que, após ser acusada injustamente de matar, durante uma trégua, o líder da gangue mais organizada e que planejava unir todas as gangues para tomar a cidade dos policiais e dos cidadãos, passa a ser perseguida e atacada de todos os lados por outros grupos rivais, enquanto, ao mesmo tempo, tenta desesperadamente chegar em Coney Island, seu bairro de residência.¹²

Imaginemos então se esses jovens não iriam se deixar influenciar naquela época, quando não havia internet, celular, Dvd, shoppings centers (o Amazonas Shopping só foi construído em 1991) e sequer vídeo-cassete para a maioria da população, posto que embora o utensílio fosse comum e tenha começado a ser fabricado em grande escala ainda na primeira metade dos anos 1980, seu preço não era tão acessível às pessoas de classe baixa?¹³

Contudo, não se pode responsabilizar apenas esse filme pelo surgimento das galeras em Manaus. Como a nota 8 da página anterior demonstrou, os periódicos que circulavam pela cidade e até algumas autoridades policiais, como o superintendente da Polícia Judiciária Metropolitana Francisco Sobrinho, tinham a mesma teoria para explicar o "surto" de galeras: a influência de filmes violentos.

Mas para além dos filmes, essas autoridades e instituições, como os jornais, afirmavam também que o êxodo rural, a má administração governamental do Estado, a instabilidade econômica e a não redução da condição de menor de 18 para 16 anos, estavam contribuindo para aumentar a delinquência e a impunidade juvenil, principalmente dos jovens filhos de famílias que vinham do interior em busca de vida melhor na capital. Ao menos é o que nos indicam os trechos das seguintes notícias veiculadas pelo jornal *A Crítica*:

rural, situação econômica instável e filmes onde a violência é a temática principal, quase sempre de procedência norte-americanos, exibidos em horários reservados a menores são os principais fatores, na opinião do superintendente em exercício da Polícia Judiciária Metropolitana Francisco Sobrinho, responsável pelo nascimento e proliferação das galeras de ruas que cresceram assustadoramente em Manaus [...]". Arquivo: Biblioteca Pública do Estado.

10 *A CRÍTICA*. Manaus: 14 jan. 1990. P. Polícia. Biblioteca Pública do Estado.

11 Entrevista concedida por COSTA, Maicon. *Maicon Costa* [22 nov. 2014]. Manaus: 2014.

12 *THE WARRIORS* (Os Selvagens da Noite). Dirigido por Walter Hill. EUA: Paramount Pictures, 1979.

13 *A CRÍTICA*. Manaus: 21 mar. 1992. P. Esporte. Biblioteca Pública do Estado; *A CRÍTICA*. Manaus: 5 abr. 1992. P. Esporte.

Num Brasil classificado, segundo estatística da Organização das Nações Unidas (ONU), como 61º país do mundo em nível de vida, a miséria [...] No Amazonas [...] pode ser avaliada, entre outras causas, pela formação de galeras.

Nos últimos cinco anos, período em que o interior do Estado foi submetido a penoso abandono, a cidade da Zona Franca, do paraíso dos incentivos que privilegia aos empresários faturamento anual de até 7 bilhões de dólares, foi invadida pelo campesinato. Desencantados do sonho de um dia se tornarem operários das indústrias da Zona Franca de Manaus (ZFM), milhares de famílias do interior ocuparam a periferia em verdadeiros bolsões de miséria.

Entregues à própria sorte, a esquina é a primeira opção de vida para quem sonhava com o paraíso da ZFM. No canto de rua, o desocupado está a um passo da droga, de emoções jamais sentidas.

Ingênuos costumes trazidos do interior são diluídos pela maconha, cola de sapateiro, cocaína e toda sorte de entorpecentes. Iniciados no consumo de droga, poucos são os que ainda encontram saída e optam por vida diferente. Para a maioria roubar é a solução mais prática não só para atender as necessidades de rotina mas também para ter acesso ao passador, ao traficante de droga.

Para muitos, o caminho mais próximo do furto, do roubo e do assalto pode ser encontrado através das galeras. Formadas por rapazes de 14 a 17 anos, a galera pode iniciar sua experiência com pequenos roubos – como tirar par de tênis de um desconhecido – e terminar com um curriculum recheado de homicídios.¹⁴

[...] O êxodo rural também contribui para isso. O Amazonas, apesar da Constituição Estadual assim exigir, não tem uma política agrícola definida. O campo está abandonado. O produtor não tem outro recurso a não ser mudar-se para área urbana, onde o seu filho cedo ou tarde termina integrando um desses bandos.

Isso é um aspecto do problema. Existem vários. O outro, mais grave, foi a politicagem dos constituintes federais que deram ao jovem de 16 anos o direito de votar, mas impediram que esse mesmo jovem respondesse na justiça pelos seus atos. Coisa própria de político brasileiro. Resultado: até completar 18 anos o elemento estupra, assalta, mata, pinta e borda e ao ser detido imediatamente invoca a sua condição de menor.¹⁵

14 A CRÍTICA. Manaus: 23 jun. 1991. p. 13. (Especial). Biblioteca Pública do Estado.

15 Escrito por Tadeu de Souza em jornal A CRÍTICA. Manaus: 18 jan. 1990. P. Opinião. Biblioteca Pública do Estado.

Sobrinho cita a crise sócio-econômica que o país enfrenta como um dos pontos determinantes para o surgimento das gangs. Há milhares de desempregados ou no sub-emprego, vivendo em condições de miséria. O interiorano deixou o campo em busca de vida melhor na cidade. Passou a viver em favelas sem poder dar assistência à família que se desintegrou.

[...] Os jovens em grande parte são oriundos de lares desintegrados, sendo que alguns convivem com a família [...].¹⁶

Citando Rosalvo Machado Bentes e seu estudo "Zona Franca, Desenvolvimento Regional e o Processo Migratório para Manaus", publicado em 1986 na revista *Cadernos NAEA* nº 8, Francisco Jorge dos Santos explica que Manaus passou "[...] de 254 mil habitantes em 1967, para 634.756 habitantes em 1980 [...]". Em 1995, saltou para 1.138.178. E uma vez que a maior parte das pessoas que migraram, eram do interior do Estado do Amazonas, de origem rural, com pouca ou nenhuma educação escolar e fugiam da decadência agrícola e da "privatização da terra" que as "expulsava" de seus municípios de origem, podemos perceber que a implantação do Pólo Industrial na capital não atendeu a todas as expectativas. Em parte porque a capital não estava preparada, em termos de infraestrutura, para receber um fluxo migratório grande em um curto espaço de tempo.¹⁷

Assim, a hipótese do êxodo rural defendida pelos jornalistas e pelo superintendente tem uma certa validade. Edila Arnaud Ferreira Moura também sugere que muitas famílias que migraram do interior para a capital tentando se empregar nas empresas do Distrito não foram bem sucedidas, indo morar em invasões (ocupações) distantes e sem estrutura urbana e "perdendo" o controle paterno sobre seus filhos, uma vez que não conseguiam mantê-los longe das ruas e das más companhias. Essa situação se agravava devido à condição econômica e social destes pais, impossibilitados de atender às exigências de conforto e bens que os adolescentes costumam demandar dos seus progenitores.¹⁸ Daí esses jovens se sentirem atraídos pelas galeras, pelos filmes de violência e pelas discotecas. Afinal, não havia muitas alternativas de diversão nos bairros e na própria cidade para a população, a não ser os cinemas e os balneários já poluídos, como Ponta Negra, Tarumã e Ponte da Bolívia.¹⁹

16 A NOTÍCIA: Manaus: 14 jan. 1990. p. 8. (Geral). Biblioteca Pública do Estado.

17 SANTOS, Francisco Jorge dos. *História do Amazonas*. Rio de Janeiro: MemVanMem, 2010. p. 272-273.

18 MOURA, Edila Arnaud Ferreira et al. *Zona Franca de Manaus: os filhos da era eletroeletrônica*. Belém: UNAMAZ; FUA; UFPA, 1993.

19 *Jornal A CRÍTICA*: Manaus: 15 jan. 1990. P. Cidade. Biblioteca Pública do Estado. Na matéria deste dia, intitulada "Manauara pouca opção de lazer", lemos: "[...] o manauara tem poucas opções de lazer nos finais de semana [...] Ou o banhista se arrisca a enfrentar a sujeira da Ponta Negra, do Tarumã ou da Ponte da Bolívia, ou fica em casa assistindo televisão. [...] Pra quem fica, o melhor é [...] pegar um cineminha na sessão das 15 horas [...]".

E ainda que houvesse um certo niilismo nas brigas dos jovens que integravam as galeras²⁰, muitos se sentiam valorizados e respeitados quando andavam com essas turmas. Maicon, um dos rapazes que foi entrevistado, chegou a dizer que a galera “[...] virou um vício [...]”, pois “[...] você queria tá junto da turma [...]”. Afinal, os líderes eram vistos como “super-heróis”, posto que quando:

[...] a polícia chegava eles corriam de bala, os cara atirava não pegava, diziam que tinham corpo fechado. [...] Aquilo chega brilhava nos olhos. A gente via brilhar nos olhos de alguns, sabe, idolatria, idolatria mesmo. Dizer: ‘eu quero ser igual esse cara’. O cara era bom de briga, o cara só andava com mais de quatro mulheres e meninas bonitas, sabe? Tinha um papo interessante, um papo assim, fora do comum, sabe? Um papo que você queria ter. Então, praticamente era idolatria, idolatria mesmo (Informação verbal)²¹.

A partir das recordações de Maicon, podemos perceber que o “simples” ato de brigar e de andar com a galera, saindo para todos os lugares com ela, principalmente para as discotecas e para a Praça da Matriz – que segundo ele, era um dos pontos de encontro para as reuniões da “Selvagem” –, já era considerado suficiente para conferir coesão aos integrantes e fidelidade à turma. A inveja, admiração e consideração que tinham dos líderes, eram outras razões que uniam esses jovens.

A crise econômica que foi indicada na página 6 pelo superintendente da Polícia Judiciária, Francisco Sobrinho, como um dos fatores responsáveis pelo surgimento e proliferação das galeras, pode ser confirmada pelo alto índice de demissões que aconteceram em Manaus na última década do século XX. Se até o “início de 1990”, “cerca de 130 mil trabalhadores” estavam empregados no Distrito Industrial, em 1991 só restavam “80.000”. Em 1992, apenas 40 mil continuavam trabalhando. Esse número só veio a crescer de novo e se manter em 1995, quando “[...] a Zona Franca de Manaus fechou o ano com 55.000 trabalhadores empregados [...]”.²²

A teoria do êxodo rural e do desemprego, usada para explicar a violência dos jovens das grandes cidades, pode ser entendida, no Brasil, como resultado da influência da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM), que a partir do Regime Militar instaurado em 1964, passa a classificar os adolescentes e jovens infratores como: ou abandonados por famílias desestruturadas; ou filhos de pais

20 Em entrevista feita com Maicon, quando perguntei-lhe: “Por que as galeras brigavam?”, ele respondeu-me: “Taí uma pergunta que é meio confusa. Afinal de conta, era mais pra querer poder, sabe? Era mais pela época, pelo filme, sabe? De um querer ser melhor que o outro, um ser... Mandar mais que o outro. Quem mandava no local era a ‘Selvagem’. E os ‘Anjos’ também se achavam que eram os donos, mas sempre dava ‘Selvagem’[...]” (COSTA, 2014, entrevista).

21 Entrevista concedida por COSTA, Maicon. *Maicon Costa* [22 nov. 2014]. Manaus: 2014.

22 SANTOS, 2010, p. 273.

sem emprego; ou de pais migrantes; ou moradores das "[...] periferias das grandes cidades [...]" e sem noções elementares da vida em sociedade [...]"²³

Mas o que os jornalistas também não sabiam, nem as autoridades, é que muitos desses jovens que integravam as galeras gostavam de pertencer a uma turma, fosse porque as galeras viraram uma espécie de moda na cidade, fosse porque aquele que não andasse com um desses grupos era literalmente segregado, como nos dão a entender os seguintes relatos:

[...] Você chegava em qualquer bairro 'ah, é da 'Selvagem', e tinha aquele... Num é? Aquela consideração, aquele respeito, ninguém te tocava. Então, todos queriam fazer parte. Pra quando chegasse dentro do Bancrévea, ser respeitada, né? Ser considerada, né? No meio dos chefões, que era difícil.

Quem não era do grupo era excluído mesmo. Então, todo mundo queria fazer parte, porque todos andavam igual, dançavam igual, sabe? Era uma coisa, assim, que naquela época, a gente tinha vontade, mesmo, de fazer parte. Acho que toda jovem daquele tempo queria fazer parte de uma gangue.

[...]

Marcos – Você gostava de ser de galera? Por quê?

Cláudia – Porque eu tinha na galera o que eu não tinha em casa. Carinho, admiração, cuidado, né? E na minha casa eu não tinha isso. Eu me sentia melhor na rua do que em casa.

Marcos – Você acha que escolheu, de livre e espontânea vontade, ser de galera? Ou você acha que foi levada a isso por não gostar de estudar, por não ter atenção da família, por falta de emprego ou por falta de ter o que fazer em seu bairro?

Cláudia – Não. Eu era louca pra conhecer os membros da galera 'Selvagem', eles eram muito falados. [...] quando eu conheci, eu fiquei fascinada pelo que eles faziam, pela dança deles, pelo grupo e a organização que eles tinham. E eu entrei de livre e espontânea vontade (Informação verbal)²⁴.

[...] Você tinha que pertencer a um dos grupos pra que você se sentisse protegido quando você saía à noite, quando você voltava pra casa, né? Se você fosse apontado por um grupo qualquer, como membro de outro grupo, sê tinha que sair correndo. Não dava nem tempo de explicar. Então, isso criou uma cisão, vamos dizer assim, criou uma divisão de grupos [...] (Informação verbal)²⁵.

23 PASSETTI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 357.

24 Entrevista concedida por AZEVEDO, Cláudia Gomes. *Cláudia Gomes Azevedo* [30 jul. 2014]. Manaus: 2014.

25 Entrevista concedida por REBELLO, Raidi (DJ). *DJ Raidi Rebello* [27 jul. 2014]. Manaus: 2014.

[...] Lá na nossa rua, na Urucará, tinha a galera da ‘Kaxuxá’, mais em cima, então, tinha o grupo da Tefé, mais em baixo, e o grupo da Tefé era o que comandava [...] a frente da [...] danceteria, então vinha outros grupos de fora, só que eles tentavam evitar que eles entrassem no grupo, mas, assim, tentar evitar de invadir, tipo assim: ‘Não, aqui a gente manda’. Eles tinham que ser submisso às ideias deles, aos caprichos deles. Não podiam passar.

Marcos – Mas eles frequentavam mesmo assim, quando eles iam lá, assim, sem provocar confusão?

Medroso – Frequentava mermo! Eles tinha uns que se aliavam. Quando se aliavam, o risco de ter briga era pouco [...] (Informação verbal)²⁶.

[...] todo lugar sê tinha aqueles quinze, vinte jovens, entendeu, de cada bairro. Então [...] virou moda. Cada bairro queria ter sua galera. Cada bairro queria ter seu território. [...] toda Manaus criou isso. [...] E o ponto principal: algumas zonas eram ‘Selvagem’, e algumas zonas eram ‘Anjos Malditos’. E quando chegava no centro, era obrigatório se juntar, pra ser um grupo só, que era o grupo principal. Mas em cada bairro virou moda virar galera. Onde tinha quinze jovens, tinha uma galera, num tinha jeito (Informação verbal)²⁷.

Assim, as brigas e os atos de delinquência praticados pelos galerosos, como as agressões e assaltos direcionados aos populares, às vezes do próprio bairro da galera, como nos relatam várias das notícias dos jornais consultados, devem ser entendidas dentro desse contexto maior de cultura da violência que permeava a cidade e o país na época. Como a notícia a seguir sugere:

É neste estado de sobressalto que vivem, hoje, os adolescentes do Rio. E a palavra de ordem é ‘não dar bobeira’. Em nada. Cercados de violência e medo – de assaltos, da violência, [...] de serem transformados em reféns – eles se dizem adaptados. Inventam regras e táticas. Não andar bem vestido, é uma delas. Evitar encarar ou rir quando passa um grupo [...] suspeito [...].

Um exemplo. A tática de sobrevivência mais popular entre adolescentes do Rio, hoje, é a de associar-se a alguma turma do bairro. Os rapazes entram e as meninas ficam orbitando. A primeira impressão é a de segurança. Ser de uma turma pode inibir um

26 Entrevista concedida por MEDROSO. “Medroso” [18 fev. 2014]. Manaus: 2014. Esse rapaz, que hoje tem 39 anos, nunca foi de galera. Porém, conheceu alguns galerosos que existiram em seu bairro, Cachoeirinha. “Medroso” é um pseudônimo, pois ele não quis ter sua identidade publicada na pesquisa, com medo de sofrer alguma retaliação.

27 Entrevista concedida por COSTA, Maicon. Maicon Costa [22 nov. 2014]. Manaus: 2014.

assalto ou garantir que uma surra fique sem troco. Mas o preço é alto.²⁸

Embora o trecho acima citado refira-se a jovens do Rio de Janeiro, fica claro que a violência entre eles também estava presente. “A tática de sobrevivência mais popular entre adolescentes do Rio, hoje, é a de associar-se a alguma turma do bairro. Os rapazes entram e as meninas ficam orbitando [...]”.²⁹

De fato, essa era uma estratégia comum de muitos jovens, na época, para tentar se livrar de humilhações, solidão, vazio existencial e de espancamentos e roubos nos bairros, nas escolas e nas saídas das discotecas de Manaus. Mas nem sempre “as meninas” ficavam só “orbitando” em volta dos rapazes. Sheila “Guerreira”, hoje com mais de quarenta anos, sugeriu que só era tão respeitada, até mesmo pelos rapazes da “Selvagem”, porque além de brigar com as moças de galeras rivais, acompanhava os rapazes em suas brigas com outros rapazes e até se deixava usar “[...] pra chamar briga [...]”, deixando “[...] o resto tudo com eles [...]”. “Eu brigava muito aqui fora, mas lá dentro [do Cheik ou do Bancrêvea] não. Era com eles. Eu andava muito era armada com corrente, que eu saía dando correntada nos outros (risos)”. Ainda segundo “Guerreira”:

[...] Naquele tempo eu não namorava, eu não queria saber de namoro, entendeu? Só era focada na gangue, só era focada na galera, né? Então, eles me chamavam, tipo assim, de machuda, essas coisas, mas não. É porque era meu jeito. Eu queria o respeito (Informação verbal)³⁰.

Já Cláudia “Punk”, que se autodeclarou admiradora de Sheila na época, tinha sua própria galera formada só por mulheres, uma espécie de ala feminina da “Selvagem”, mas com liderança e regras próprias. Ela declarou que alguém traía o grupo se fosse pego “[...] conversando com outro grupo que não fosse o seu [...]”, sendo afastado “[...] por um ano [...]”. Disse também que:

[...] As pessoas que queriam entrar, eram principalmente as mulheres, né? Tinham que provar que sabiam brigar meia hora de... Ela pegava peia de todo mundo (risos). Se ela aguentasse, ela ficava. Se não, ela não ficaria não (Informação verbal)³¹.

28 LEAL, João Carlos. Nas ruas, a geração do medo. *A Crítica*, Manaus, 04 abr. 1993. Jornal da Família. Biblioteca Pública do Estado.

29 LEAL, João Carlos. Nas ruas, a geração do medo. *A Crítica*, Manaus, 04 abr. 1993. Jornal da Família. Biblioteca Pública do Estado.

30 Entrevista concedida por BRITO, Sheila do Socorro Marinho de. *Sheila do Socorro Marinho de Brito “Guerreira”* [30 jul. 2014]. Manaus: 2014.

31 Entrevista concedida por AZEVEDO, Cláudia Gomes. *Cláudia Gomes Azevedo “Punk”* [30 jul. 2014]. Manaus: 2014.

As discotecas, outro elemento relevante que contribuía para a formação de galeras, ainda que não de modo proposital, às vezes eram acusadas de serem as principais responsáveis pelas confusões, assaltos, mortes e agressões que aconteciam na cidade. Policiais, jornalistas, moradores de bairros localizados próximos desses clubes e vítimas das ações de jovens identificados como membros dessas turmas, no discurso da mídia impressa, eram enfáticos ao denunciá-los como assíduos frequentadores de casas noturnas, bares, praças, esquinas e, é claro, discotecas. Eis algumas notícias ou trechos de notícias publicadas no jornal A Crítica:

Operações contra os portadores de arma

A polícia Judiciária, com o objetivo de diminuir a violência e os bárbaros crimes que constantemente acontecem em Manaus, vai realizar uma rigorosa batida nas boates e inferninhos espalhados pelo centro e bairros.

Muitos participantes dessas casas de diversões andam armados e quando aparece qualquer confusão, puxam armas sem medir as consequências.

O Cheik Clube e o Bancrévea Clube são locais muito frequentados pelos jovens e é ali que as famigeradas galeras atacam. No ano passado foram registradas várias mortes em decorrência de brigas de turmas.

A polícia vai intensificar as batidas todos os fins de semana e quem for pego portando alguma arma será recolhido ao xadrez e os menores serão levados ao juizado.³²

A maconha corre solta nos clubes de Manaus. Muitos jovens que frequentam as discotecas espalhadas pelo centro da cidade se entregam ao fumo. Depois praticam as cenas violentas. As famílias não podem mais se divertir e querem que a polícia dê batidas nesses estabelecimentos.³³

Juri popular e seus julgamentos

[...] Possivelmente um dos julgamentos mais aguardado poderia ser o do assassinato do policial Aristarco Galvão de Oliveira, fato que se desenrolou em 25 de maio de 1984, no interior da discotetuqe [discoteca] 'Pipo's' na rua Lauro Bittencourt, bairro de Santo Antônio, quando, por volta das 23 horas, uma galera de menores armados de pau e pedras, praticamente chacinaram a vítima que nas horas de folga era segurança da casa-dançante e tratava com excessivo rigor a rapaziada que teria se vingado das agressões sofridas [...].³⁴

32 A CRÍTICA. Manaus: 9 jan. 1990. Página de Polícia. Biblioteca Pública do Estado.

33 A CRÍTICA. Manaus: 13 jan. 1990. Página de Polícia. Biblioteca Pública do Estado.

34 A CRÍTICA. Manaus: 21 jan. 1990. Página de Polícia. Biblioteca Pública do Estado.

Os donos de algumas boates e discotecas de Manaus, deveriam ter seus próprios seguranças e com isso garantiriam mais proteção aos frequentadores, contra a ação dos marginais. O fato foi denunciado por algumas pessoas que costumam se dirigir nos fins de semana a estes locais e sofrem assaltos e agressões na hora da saída. Com a contratação dos seguranças, as brigas acabariam de uma vez por todas.³⁵

Briga de 'galeras' acaba em tiroteio

José Rivelino Lima de Oliveira (19 anos, rua Itacoatiara, 555, Cachoeirinha) deu entrada ontem por volta de 00:40h no Getúlio Vargas com um tiro nas costas, disparado por um elemento não identificado. A tentativa de homicídio aconteceu após violenta briga entre duas 'galeras' que se encontrava no Cheik Clube.

A vítima foi conduzida ao hospital pelos próprios seguranças do clube e relataram o que tinha ocorrido. Ninguém sabe explicar quem começou realmente a briga, pois tudo foi muito rápido sem tempo dos seguranças intercederem.

Na hora do tiro, uma tremenda confusão teve início no Cheik Clube e algumas pessoas que ali estavam, por pouco não morreram pisoteadas. O fato foi registrado na 1ª Intendência de Polícia Judiciária, no Boulevard e os policiais estiveram no local para prender os causadores da confusão que vitimou outras pessoas que nada tinham com a briga.

Brigas desse tipo sempre acontecem no Cheik e Bancrévea, onde se concentram muitos elementos de 'galeras' que desejam apenas tumultuar o ambiente.³⁶

Notemos que a primeira notícia afirma que os jovens que iam às discotecas, como o Cheik e o Bancrévea, andavam armados dentro dos clubes; a segunda notícia que os frequentadores fumavam maconha dentro deles; a terceira alega que em maio de 1984, um policial que estava trabalhando como segurança em uma discoteca, foi linchado dentro dela por uma galera que, supostamente, teria se vingado do tratamento rigoroso que recebia do dito segurança; a quarta noticiou que os próprios frequentadores das "boates e discotecas de Manaus", estavam denunciando os donos desses estabelecimentos, sob a alegação de que eles deveriam ter seus próprios seguranças, o que evitaria, "de uma vez por todas", "assaltos e agressões na" "saída" desses locais; e a quinta anuncia que um rapaz levou um tiro dentro do Cheik, o que provocou uma confusão tão grande que "algumas pessoas" "por pouco não morreram pisoteadas".

35 A CRÍTICA. Manaus: 2 mar 1990. Página de Polícia. Biblioteca Pública do Estado.

36 A CRÍTICA. Manaus: 8 out. 1990. Página de Polícia. Biblioteca Pública do Estado.

Agora vamos analisar essas denúncias à luz de outros depoimentos, alguns relatados pelo DJ Raidi Rebello, outros pelos ex-galerosos e outros ainda, por outras notícias de jornais.

Sobre as denúncias de que no Cheik e Bancrévea haviam brigas em que as pessoas usavam armas, drogas e os seguranças poderiam ser agressivos, assim se expressou Raidi Rebello:

[...] Nos clubes havia um sistema de segurança que não existia no resto da cidade. Por exemplo. Ah, você talvez já tenha ouvido, nas suas pesquisas, muita gente comentando sobre brigas, aonde voava mesa, cadeira, o diabo a quatro. Isso é uma mentira. Nos clubes, tanto no Cheik quanto no Bancrévea, a partir de 85, nunca teve mesa ou cadeira dentro do clube. Isso era uma coisa que não combinava com o tipo de música, com a discoteca. Mesa e cadeira pra quê, se ninguém ia ficar sentado? E era tudo garotada, [...] num tinha gente um pouco mais idosa pra ficar sentado tomando cerveja na mesa. [...] garrafas, desde 1985/1986, quando eu assumi o comando do Cheik, [...] eu bani as garrafas do clube, porque isso na realidade era um perigo. Caí, cortar alguém, ou alguém usar a garrafa como arma, [...] Então, existem algumas lendas urbanas que têm que ser tiradas, sabe?

[...] No centro da cidade as casas possuíam detector de metal, que nem a polícia tinha, na porta de entrada. Então, a maioria dessas batidas que a polícia dava, eram inócuas nesse sentido, porque o problema não tava dentro do clube. O problema tava fora, num é? A violência dentro dos clubes era contida pela segurança. [...] O Cheik chegou a ter 70 seguranças. Então, você tinha um segurança a cada metro dentro da casa [...]. Acontecia briga? Lógico que acontecia! Impossível de você evitar três, quatro mil pessoas dentro de um lugar, principalmente garotada, e não ter confusão.

[...] A violência que havia na época era pro cara [...] roubar os blusões da Yes Brasil [...] o tênis L.A Gear, que era o ícone de consumo da garotada na época. Então, se reunia aquela turminha [...] e tomavam as coisas da pessoa [...]. Então, uma boa parte dessa atmosfera de medo vinha daí, na realidade não era das pessoas que estavam no clube, mas do pessoal que tava do lado de fora do clube, que assaltava, que fazia as coisas, cenas de violência com o pessoal que tava voltando pra casa, que tava indo pro terminal de ônibus, entendeu?

[...] Quanto às drogas que o pessoal fala [...]. Cocaína [...] dentro de um clube [...] que o ingresso custava três reais na época [...] Eu achava engraçado quando saía essas coisas no jornal. 'Ah, os caras tão usando droga dentro da discoteca.' Aonde? Qual é o poder aquisitivo que essa garotada, que eram todas de periferia,

teriam pra tá comprando droga? A droga, você poderia encontrar em casas mais finas, que eu não vou citar o nome porque eu não quero acusar ninguém. [...] Mas dentro das discotecas, com esse público é, vamos dizer, de periferia que vinha pro centro da cidade, eu acho muito difícil que alguém tivesse poder aquisitivo, na época, pra usar cocaína ou qualquer outro tipo, mesmo a maconha, entendeu? [...] Um troço que cheira, fede que só o diabo? Se um cara acendesse um cigarro desse aqui ele era preso, o segurança jogava ele lá fora, entendeu? [...] O cara podia beber muito, a garotada podia fazer uma série de coisas erradas. Havia violência, havia na rua, havia violência na ida pro terminal [...] Mas dentro dos clubes? Qual era o interesse que nós tínhamos de permitir confusão, brigas dentro dos clubes? Já teriam fechado as discotecas. As pessoas, às vezes, nunca param pra pensar: por quê que o Cheik durou vinte anos [na verdade nove anos, pois em 1994, segundo o próprio Raidi Rebello, ele foi fechado por ordem judicial devido a um rapaz que foi morto por um vigia na rua Monsenhor Coutinho. O Cheik foi usado como bode expiatório para o caso, uma vez que se localiza próximo da rua e o incidente ocorreu apenas algumas horas depois de uma festa na casa, mas ainda em plena madrugada], porquê que o Bancrévea durou tanto tempo se era tão ruim assim? [...] Porque é mentira a grande maioria das coisas que falam.

[...] **Marcos** – Na época em que você tocava nessas discotecas, chegou a ficar sabendo de algum caso de uso excessivo de força para conter as galeras ou algum galeroso em particular?

Raidi – Cara, depende do que se considera 'uso excessivo de força', né?

Hoje em dia, até um castigo é uso excessivo de força, uma palmada numa criança é uso excessivo de força. [...]. Mas que era comum queixas de gente que frequentavam a discoteca sobre a ação violenta de um segurança ou outro, isso normalmente era, até mesmo pelo nível das pessoas contratadas pra fazer a segurança das casas. E que também havia uma violência de contrapartida [...]. Eu lembro [...] em algumas situações de [...] a segurança barrar alguém ou colocar alguém pra fora por tá fazendo arruaça, o cara muitas vezes ficava ameaçando a segurança, e isso poderia, realmente, talvez acabar numa cena de violência fora, quando o segurança saísse [...]. O que acontecia era que ele ia se meter numa confusão e os dois lados tão alterados, [...] e num é muito difícil de você acabar apanhando ou tendo que usar uma atitude mais drástica pra conter o cara, num é? [...] a gente procurava trabalhar com seguranças um pouco mais calmos, [...] mas era necessário, às vezes, você ter um cara que intimidasse, dentro da tua segurança, porque se não, esses caras que brigavam, que, [...] tinham ascendência sobre as outras turmas,

eles podiam acabar mandando na tua festa. E isso era uma coisa que você não podia deixar acontecer [...] (Informação verbal)³⁷.

Aparelho detectará armas nos clubes

Um aparelho denominado Garrete, que serve para detectar quem usa armas, poderá ser usado nas portas de clubes e boates de Manaus, como uma forma de prevenção a crimes.

Um dos que deverão usar o aparelho nesta semana é o Cheik Clube, de acordo com informações do diretor Raidi Rebelo, que já procurou a Secretaria de Segurança Pública do Amazonas, para comunicar o fato.

Declarou que a forma atual de revistar as pessoas nos clubes, não impossibilita de que pessoas entrem armadas nos estabelecimentos noturnos.

Por mais que exista rigor dos responsáveis pela portaria, revisando todo mundo, sempre surgem aqueles elementos mais habilidosos, que levam armas até no solado dos sapatos.³⁸

Juizado vigia clubes sociais

O diretor Falabela, do Bancrévea Clube, se conscientizou de que os menores de idade não podem permanecer no clube após a meia-noite. Por volta das 23 horas e 30 minutos, a diretoria avisa pelo sistema de som, pedindo que os menores se retirem do local.

O menor que se recusar a se retirar do clube ficará à disposição do Juizado de Menores, que irá ao local buscar o menor. Tudo isso é para evitar que estes garotos se envolvam com as galeras e traficantes.

Por serem adolescentes, não percebem o perigo que estão correndo, ao passarem a madrugada nas ruas.

A diretoria do Bancrévea Clube quer trabalhar em equipe com o Juizado de Menores, denunciando os menores que se recusarem a se retirarem do clube após a meia-noite.³⁹

Marcos – Por que você acha que nessa época, haviam tantas galeras em Manaus?

Maicon – Bem, eu acho [...] porque era o momento da época. O ponto principal, na época, em Manaus, era as discotecas. Essas músicas que hoje nós chamamos de flashback, naquela época era a música da década, era o auge da década. [...] tocava nas rádios, onde você ia tava tocando essas músicas, [...]o ponto principal no centro da cidade era o Bancrévea Clube e o Cheik Clube. E o ponto lá era esse, porque na época a discoteca tava no auge. E

37 Entrevista concedida por REBELLO, Raidi (DJ). *Raidi Rebelo, DJ* [29 jul. 2014]. Manaus: 2014.

38 A CRÍTICA. Manaus: 19 set. 1992. Biblioteca Pública do Estado.

39 A CRÍTICA. Manaus: 04 mar. 1990. Página de Polícia. Biblioteca Pública do Estado.

como os jovens se encontravam lá, o point era ali, não tinha outro lugar pra ir, no bairro não tinha. Só era centro. E lá se reunia e era daquele jeito mano, viu? Ou ia pra bronca ou apanhava.

[...] **Marcos** – Nos jornais de 1990 que estou pesquisando, já li notícias de que algumas galeras ou alguns galerosos chegavam a assaltar, às vezes, as pessoas que passavam na rua, que voltavam dos cinemas e das discotecas. E essas pessoas não eram, na maioria das vezes, de galera. Alguma vez a sua galera chegou a fazer isso?

Maicon – Várias vezes. Isso procede. [...] Ainda mais quando era os mauricinhos.

Marcos – Eles vinham com os tênis da moda, né, com as roupas da moda que, às vezes, vocês não conseguiam comprar, e tomavam mesmo.

Maicon – É justamente. [...] E aí nós tínhamos raiva dos mauricinhos [...]. Eles tacavam o cacete na gente [...] se pegassem a gente também [...].

Marcos – Havia alguma música que a galera de vocês usava como um hino próprio da galera, ou do bairro da galera?

Maicon – Tinha, tinha várias músicas. [...].

Marcos – Você acha que essas músicas ajudavam a criar um clima de disputa entre as galeras ao ponto de levá-las a brigar?

Maicon – [...]. Cara, agora eu vou dizer pra ti: música do inferno? DJ Dero!

Marcos – ‘Do the rave stomp’?

Maicon – [...] Cara, essa música, o Raidi teve que quebrar o disco. Ele disse: ‘eu não toco mais isso aqui dentro’. Cara era generalizado. Onde você olhava... Parceiro? Onde você olhava... Tãããããã. Parece que o diabo vinha incorporando. Aquele Cheik virava o inferno. Cara, eu vi o Raidi, lá, ao vivo, tirar o disco, quebrar e jogar no meio do povo. ‘Eu não toco mais isso aqui’. E não tocou mais. Não tinha, não tinha como segurar, não tinha segurança, não tinha, não tinha. A discoteca toda virava, assim, sabe? Uma arena de briga. [...] uma arena que pra parar, era complicado. Por que depois que essa música tocava. Maluco... Sério! Aí era briga até o final da festa. Podia tocar até outra música. Ela criou, assim, uma coisa tão grande, que ninguém brigava no começo mais não. Esperava ela tocar. Quando essa música entrava, parecia que o diabo vinha junto. O cara incorporava, aquele Cheik chega tremia [...] (Informação verbal)⁴⁰.

De acordo com o depoimento de Raidi Rebello vemos que, realmente, havia um forte esquema de segurança, principalmente depois que os detectores de metal passaram a ser usados pelos clubes. Porém, esses detectores, ao que parece, só come-

40 Entrevista concedida por COSTA, Maicon. *Maicon Costa* [22 nov. 2014]. Manaus: 2014.

çaram a ser usados a partir de setembro de 1992, tal como é anunciado no jornal *A Crítica*. Ainda assim, o fato dos donos dos clubes mais frequentados terem a necessidade de usar estes aparelhos, bem como precisarem exigir a retirada dos rapazes e moças menores de idade a partir das 23 horas e 30 minutos, como declarou o diretor do Bancrévea Clube, sugerem que as brigas e confusões nesses locais ou em seus arredores, não eram incomuns. Mas ao mesmo tempo, indica que havia uma certa pressão do Juizado de Menores sobre as discotecas, e que algumas destas respeitavam as ordens judiciais emanadas do órgão. Sugerem também que os jovens, fossem de galera ou não, eram, ao mesmo tempo, os principais agressores e vítimas dessa violência, tal como deu a entender Maicon, ao dizer que “[...] o ponto principal no centro da cidade era o Bancrévea Clube e o Cheik Clube. [...] E lá se reunia e era daquele jeito mano, viu? Ou ia pra bronca ou apanhava [...]” (Informação oral)⁴¹.

Maicon também comentou o seguinte sobre as brigas e as armas que eram usadas pelos galerosos da “Selvagem” nos finais de semana, quando iam para as danceterias do centro:

Marcos – E essas moças que andavam em galera? Brigavam?

Maicon – E muito! E muito!

Marcos – Você falou que elas brigavam até com os seguranças nas discotecas, não foi?

Maicon – Sem Medo.

Marcos – A “Punk” também?

Maicon – A “Punk” era a líder principal. Num tinha medo. Num tinha bom não. [...] Caia duas, já tinha três em cima dele. [...] E assim ia, elas não arregavam. Como eu digo pra você: era todo mundo por todo mundo. [...] Tanto que pra segurança sair de dentro do Bancrévea, tinha que sair escoltado dentro do carro do Raidi, pra ir pra casa. Eles não desciam pro centro. Eles não eram loucos de sair. Eles não tinham essa coragem. Eles eram bons lá dentro! Lá fora não. Só com uma arma na mão. O cara podia ser o Hulk, ele não conseguia enfrentar cem homens. Cem moleques com terçado na mão [...] e caras bons de porrada. Moleques bons de porrada. Sabe? Eles batiam na gente lá dentro, mas lá fora... Eles eram menina.

Marcos – Mas vocês não entravam com as armas lá dentro né, do Cheik? Porque tinha detector de metal ou, pelo menos, revista. [...] Vocês escondiam as armas por lá? Como é que eram essas armas, e tal?

Maicon – Ah, nos muros, nas árvores, debaixo das bancas de revista. Era desse jeito. Era entocado por ali. [...] Às vezes, num tem aqueles rolos de tecido?

Marcos – Sei.

41 Entrevista concedida por COSTA, Maicon. *Maicon Costa* [22 nov. 2014]. Manaus: 2014.

Maicon – Num fica aquele cano de papelão?

Marcos – Aham!

Maicon – A gente fazia ali dentro, entocava ali dentro, fazia di-reitinho.

Guardava ali dentro, aí tirava (Informação verbal)⁴².

Ou seja, mesmo não entrando com armas dentro dos clubes, muitos galerosos levavam armas, as escondiam em pontos estratégicos próximos das discotecas, e quando saíam delas, se armavam para enfrentar as galeras rivais. Esse depoimento corrobora a declaração de Raidi no que diz respeito às brigas mais violentas, confusões e assaltos que aconteciam fora das discotecas, e não dentro.

Já Sheila "Guerreira" assim se expressou sobre o uso de armas nas discotecas:

Sheila – [...] Como eu te falei, andava muito de corrente [...]

Marcos – E tu entrava com corrente mesmo assim?

Sheila – Entrava, mas eu nunca...

Marcos – Dizia que era acessório da roupa?

Sheila – Não. Era porque ela ficava por dentro da minha calça, eu pendurava bem aqui assim, ela ficava por dentro, que usava aquelas calças...

Marcos – Mas tu não usava lá dentro também, né?

Sheila – Nunca, nunca...

Marcos – Só fora?

Sheila – Só fora [...]. Porque fora nós tinha que tá mais preparada, mais armada. Mas dentro não. A gente era no mano-a-mano. [...] Agora, tem várias donas que têm várias marcas minhas né, nas costas, de corrente (risos).

Marcos – Já tinha detector de metal nessa época aí da corrente?

Sheila – Não, não, não, não, não, não, não. Veio já depois de muitos anos [...] (Informação verbal)⁴³.

Sheila deixa claro, como Maicon, que o uso de armas se dava, sobretudo, fora das danceterias, mesmo não existindo ainda detectores de metal. Por outro lado, segundo Rebello, as violências que aconteciam fora das discotecas, eram provocadas por turminhas que ficavam esperando os frequentadores dos clubes saírem para agredi-los e assaltá-los, o que levanta uma dúvida: essas turminhas eram formadas só por elementos estranhos aos galerosos e aos demais frequentadores dos clubes? Elas seriam formadas por elementos de ambas as procedências, isto é, em parte por galerosos recém-saídos da discoteca e, em parte, por outros tipos de delinquentes (meninos de

42 Entrevista concedida por COSTA, Maicon. *Maicon Costa* [22 nov. 2014]. Manaus: 2014.

43 Entrevista concedida por BRITO, Sheila do Socorro Marinho de. *Sheila do Socorro Marinho de Brito "Guerreira"* [30 jul. 2014]. Manaus: 2014.

rua, bandidos e arruaceiros do centro e dos bairros adjacentes), que se aproveitavam da situação para furtar e bater em alguém? Ou essas turminhas seriam formadas principalmente pelos próprios galerosos, que incapazes de bater em alguém de outra galera dentro da danceteria, aguardavam fora para pegá-lo?

Creio que a resposta mais plausível para esta questão seja a segunda opção. Se ainda hoje, após a “extinção” das galeras, as ruas do centro, sobretudo depois das 22h00, não são tão seguras para se trafegar, é provável que a época em que Manaus ainda era infestada desses grupos e de danceterias fosse muito mais perigosa. E haviam muitos cheira-colas e marginais nas ruas do centro, inclusive por causa das próprias festas que aconteciam todo final de semana. Sabendo disso, os marginais, ainda que não necessariamente frequentassem as discotecas, se dirigiam para lá para observar o movimento nas ruas e na frente das danceterias. Porém, lembro que quando fui frequentador desses clubes, não era sempre que conseguia identificar, quando estava na rua, quem era frequentador e quem era mero rapaz da redondeza que estava ali só como observador do movimento. Havia alguns sinais que tendiam a indicar quem era o observador: roupa mais simples, geralmente bermuda, camiseta meio batida e ausência de calçado fechado (tênis ou sapato), pois muitos usavam apenas sandálias. Ora, a maioria dos frequentadores iam com suas melhores roupas e calçados, como provam alguns vídeos de flashback gravados pelo DJ Raidi Rebello, e que mostram imagens das danceterias da época e de seu público.

Lembro de ter conversado, certa vez, com um rapaz que me contou que “os caras ficavam escondidos em cima das árvores, ali na Getúlio Vargas, esperando as pessoas passarem para pular em cima delas”. Só não lembro quem foi essa pessoa que me disse isso, pois nem sempre tomo nota do que as pessoas me dizem, nem dos seus nomes, em conversas informais que tenho, em momentos inesperados, com pessoas que me perguntam sobre o tema de minha pesquisa. Quando lhes digo, às vezes elas começam a se lembrar de algumas coisas que ouviram falar ou viram acontecer. Como neste caso.

Afirmando apenas que haviam, às vezes, brigas e confusões dentro do Cheik e do Bancrévea, Rebello, no entanto, relativiza estas confusões ao dizer que elas não levavam a mortes, esfaqueamentos e outros danos físicos sérios, pois as confusões e brigas, assaltos e outras infrações aconteciam principalmente fora das discotecas, já que dentro a violência era contida pelos seguranças. Além disso, essas infrações eram praticadas por outras pessoas, diferentes daquelas que frequentavam as danceterias. Ao dizer que o Cheik chegou a ter 70 seguranças e que, às vezes, as confusões entre estes e o público frequentador se dava por conta de descontroles causados pela própria confusão, tanto da parte dos seguranças quanto do público, Rebello também relativiza bastante o cenário sombrio das discotecas pintado pelas páginas policiais do jornal A Crítica. Afinal, “[...] por quê que o

Cheik durou vinte anos, por quê que o Bancrévea durou tanto tempo, se era tão ruim assim?" Mas também confirmou que "[...] era necessário, às vezes [...]", usar de maior rigor para conter algum elemento mais briguento ou influente junto às turmas, principalmente para que este não passasse a controlar a festa. De fato, ao falar sobre as brigas que aconteciam no Cheik e Bancrévea nos anos 1980 e 1990, Cláudia "Punk", assim se pronunciou:

[...] Toda vez que eu brigava eu era proibida de entrar. Porque num era briguinha, era briga, assim, de acabar isso aqui tudinho [ela se expressou assim porque no momento da entrevista, nos encontrávamos no escritório do DJ Raidi Rebello, localizado no Cheik Clube, que hoje é uma academia de musculação], a festa todinha acabava. Porque atrás de nós, vinha outros e outros, e acabavam. O Raidi pirava com a gente (Informação oral)⁴⁴.

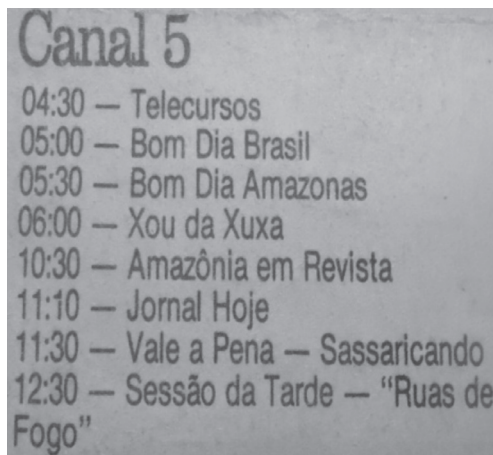
Como conclusão, podemos dizer que vários fatores levaram ao surgimento e à proliferação das galeras, inclusive a própria inquietação juvenil dos jovens da classe baixa de Manaus. Na tentativa de se divertir e imitar a audácia e rivalidade das gangues idealizadas que viam nos filmes, sobretudo em *The Warriors – Os Selvagens da Noite*, esses rapazes, moças e adolescentes acabaram forjando uma cultura juvenil de rua própria, onde quem não tinha galera era hostilizado e, quem tinha, era praticamente obrigado a participar de verdadeiras "batalhas grupais". As reuniões que os membros faziam, segundo eles toda semana, assim como o próprio ritual de ir para as discotecas todo sábado e domingo, representavam essa preocupação com a própria identidade e preservação do grupo, identidade esta que deveria ser diferenciada da de outras galeras, daí as brigas serem frequentes.

Antes e depois dos galerosos, não se ouviu mais falar em turmas de jovens tão agressivas e autodestrutivas em Manaus. Daí a razão do subtítulo deste artigo. Porque elas foram uma ameaça não só para outras turmas, mas também para si mesmas e para todos aqueles que tinham o azar de cruzar seu caminho, em qualquer parte da cidade, ainda mais quando os membros tinham o costume de roubar e agredir aleatoriamente, fosse para roubar um cordão para vendê-lo a fim de comprar bebida ou cola de sapateiro, ou para pedir dinheiro (pedágio) sem nenhum escrúpulo.

Mito e realidade, parafraseando o título do livro de Mircea Eliade, essa juventude manauara de galera de uns vinte, trinta anos atrás era, no mínimo, mais rueira, arruaceira, briguenta, audaciosa e perigosa que as anteriores e posteriores, ao menos de acordo com os resultados até aqui obtidos com esta pesquisa.

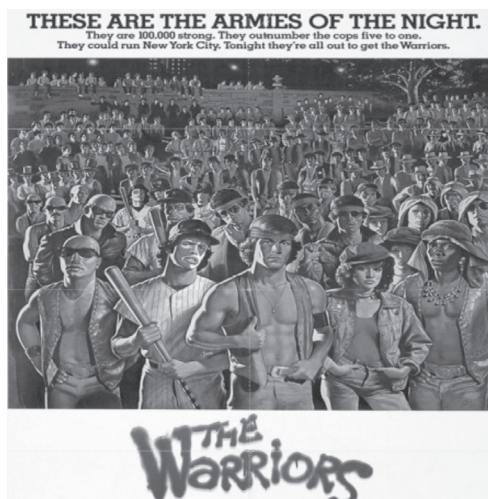
44 Entrevista concedida por AZEVEDO, Cláudia Gomes. *Cláudia Gomes Azevedo "Punk"* [30 jul. 2014]. Manaus: 2014.

Figura 1 - Recorte de foto que mostra o anúncio do filme “Ruas de Fogo”, previsto para ser exibido em 27/11/1990, na Sessão da Tarde. O filme retrata gangues de motociclistas de Nova York nos anos 1950. Dirigido por Walter Hill, também aborda o tema da violência entre jovens de gangues que brigam na cidade. Filmes como esse eram acusados de incentivarem os jovens de Manaus a serem violentos.



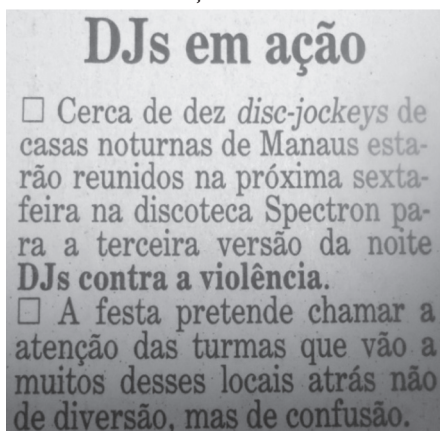
Fonte: A Crítica (1990).

Figura 2 - Foto do cartaz do filme “The Warriors”. Na legenda está escrito: “Estes são os exércitos da noite. Eles têm a força de 100.000. Eles superam os policiais em cinco para um. Eles poderiam governar Nova York. Esta noite todos estão fora para pegar os Guerreiros”. Para os ex-galerosos, foi esse filme que introduziu a ideia de gangue entre os jovens de Manaus. Esse cartaz foi depois substituído pelos produtores, por “ser acusado de incitar distúrbios”.



Fonte: <https://cinemaexmachina.wordpress.com/2010/04/09/hello-world/>.

Figura 3 - Recorte de foto de notícia que revela como as discotecas eram lugares de diversão e de confusão comuns para alguns jovens de Manaus. Tão comuns que acabavam até servindo para que as danceterias e DJs usassem ambos os pretextos (diversão e confusão) como propaganda para, ao mesmo tempo, divulgar que não apoiavam a violência, e continuar atraindo o público para suas festas. Interessante notar que a matéria anuncia que esta será “a terceira versão da noite DJs contra a violência”, sugerindo que duas festas já tinham acontecido com a intenção de conscientizar as turmas sobre as brigas.



Fonte: A Crítica (1995).

Figura 4 - Se, como explica o professor Francisco Jorge dos Santos em “História do Amazonas”, após o auge do período gomífero na década de 1910, e um breve crescimento entre 1942 e 1945 – por conta da Batalha da Borracha –, a região amazônica só voltou a se desenvolver com a implementação da Zona Franca de Manaus, percebemos que breves períodos de “prosperidade” e aumento das oportunidades de emprego antecederiam longos períodos de crise e estagnação. A partir de 1920, trabalhadores do interior deram origem à Cidade Flutuante, uma “favela fluvial” extinta só nos anos 1960. Nos anos 1980 e 1990 foi a vez do aumento das “invasões” e ocupações de terras, e do surgimento das galeras.



Fonte: A Crítica (1991).

Figura 5 - Esta notícia revela uma outra juventude também existente em Manaus na época das galeras. Para a imprensa ela é saudável, “alegre”, “educada” e “bonita”, o oposto dos jovens de galeras, que seriam drogados, ladrões, estupradores, matadores, briguentos e desocupados, embora todos os ex-membros de galera entrevistados tenham afirmado que alguns galerosos também trabalhavam e estudavam, frequentando as discotecas só nos finais de semana. Porém, mesmo alguns “garotos-shop” frequentavam a Matinê Soft da Mikonos Disco, na rua José Clemente, cujo público era formado por aquilo que os galerosos chamavam de “mauricinhos” e “patricinhas”.



Fonte: A Crítica (1991).

Figura 6 - Neste recorte de notícia de 1ª página, vemos o quanto as galeras haviam se tornado e, também, sido transformadas pela imprensa, num dos principais agentes de violência da cidade. Porque se por um lado, embora houvessem muitos jovens de galeras que além de brigar com outras turmas, ainda agrediam e roubavam os populares, por outro, haviam turmas que não incomodavam a população, canalizando suas energias sobretudo para o confronto com outros grupos. A foto do rapaz empunhando um facão é emblemática, pois o terçado era uma das principais armas usadas pelos jovens de galera. Note-se também que ele está descalço, cobrindo o rosto e com uma bermuda desfiada nas pontas, o que enfatiza a situação de pobreza e de clandestinidade desses jovens.



Fonte: A Crítica (1991).

Referências

A CRÍTICA. Manaus: 9 jan. 1990.

_____. _____. : 13 jan. 1990.

_____. _____. : 14 jan. 1990.

_____. _____. : 15 jan. 1990.

_____. _____. : 18 jan. 1990.

_____. _____. : 21 jan. 1990.

_____. _____. : 2 mar 1990.

_____. _____. : 4 mar. 1990.

_____. _____. : 8 out. 1990.

_____. _____. : 23 jun. 1991.

_____. _____. : 21 mar. 1992.

_____. _____. : 5 abr. 1992.

_____. _____. : 19 set. 1992.

A NOTÍCIA: Manaus: 14 jan. 1990.

ANDRADE, Carla Coelho de. *Entre gangues e galeras: juventude, violência e sociabilidade na periferia do Distrito Federal*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)--UNB, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Brasília, 2007. p. 20.

AZEVEDO, Cláudia Gomes. *Cláudia Gomes Azevedo "Punk"* [30 jul. 2014]. Manaus: 2014. Entrevista.

BRITO, Sheila do Socorro Marinho de. *Sheila do Socorro Marinho de Brito "Guerreira"* [30 jul. 2014]. Manaus: 2014. Entrevista.

COSTA, Maicon. *Maicon Costa* [22 nov. 2014]. Manaus: 2014. Entrevista.

LEAL, João Carlos. Nas ruas, a geração do medo. *A Crítica*, Manaus, 04 abr. 1993. Jornal da Família. Biblioteca Pública do Estado.

MEDROSO. “*Medroso*” [18 fev. 2014]. Manaus: 2014. Entrevista.

MOURA, Edila Arnaud Ferreira et al. *Zona Franca de Manaus: os filhos da era eletroeletrônica*. Belém: UNAMAZ; FUA; UFPA, 1993.

PASSETTI, Edson. Crianças Carentes e Políticas Públicas. In: PRIORE, Mary Del. (Org.) *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 357.

REBELLO, Raidi (DJ). *Raidi Rebello, DJ* [27 jul. 2014]. Manaus: 2014. Entrevista.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *História do Amazonas*. Rio de Janeiro: MemVanMem, 2010. p. 272-273.

THE WARRIORS (Os Selvagens da Noite). Dirigido por Walter Hill. EUA: Paramount Pictures, 1979.